

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR

N.º 48, DE 2024

(Do Poder Executivo)

MSC 373/2024

OF 423/2024

MSC 814/2000

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.153 de 03 de outubro de 2018, que renova a concessão outorgada ao Sistema Plug de Comunicações Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Paranaíta, Estado do Mato Grosso.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD). REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CF APRECIÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 373

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 5.153, de 3 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2018, que renova, a partir de 29 de março de 2015, a concessão outorgada à Sistema Plug de Comunicações Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de onda média, posteriormente adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Paranaíta, Estado do Mato Grosso.

Brasília, 25 de junho de 2024.

Brasília, 13 de junho de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.020256/2014-60, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19841/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 01050/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 5.153-SEI, de 3 de outubro de 2018, publicada em 13 de novembro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de março de 2015, a concessão outorgada à Sistema Plug de Comunicações Ltda (CNPJ nº 03.709.705/0001-70), nos termos do Decreto s./n.º de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2002, chancelado pelo Decreto Legislativo n.º 480, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, serviço esse posteriormente adaptado para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



PORTARIA Nº 5153/2018/SEI-MCTIC

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53900.020256/2014-60, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 19.841/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 01050/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 29 de março de 2015, a concessão outorgada à Sistema Plug de Comunicações Ltda., nos termos do Decreto s./n.º de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2002, chancelado pelo Decreto Legislativo n.º 480, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, serviço esse posteriormente adaptado para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 03/10/2018, às 16:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3417169** e o código CRC **02078181**.

Brasília, 13 de junho de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.020256/2014-60, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19841/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 01050/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 5.153-SEI, de 3 de outubro de 2018, publicada em 13 de novembro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de março de 2015, a concessão outorgada à Sistema Plug de Comunicações Ltda (CNPJ nº 03.709.705/0001-70), nos termos do Decreto s./n.º de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2002, chancelado pelo Decreto Legislativo n.º 480, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, serviço esse posteriormente adaptado para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



PORTARIA Nº 5153/2018/SEI-MCTIC

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53900.020256/2014-60, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 19.841/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 01050/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 29 de março de 2015, a concessão outorgada à Sistema Plug de Comunicações Ltda., nos termos do Decreto s./n.º de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2002, chancelado pelo Decreto Legislativo n.º 480, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, serviço esse posteriormente adaptado para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 03/10/2018, às 16:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3417169** e o código CRC **02078181**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 423/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, a qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.153, de 3 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2018, que renova, a partir de 29 de março de 2015, a concessão outorgada à Sistema Plug de Comunicações Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de onda média, posteriormente adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Paranaíta, Estado do Mato Grosso.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado substituta



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Aparecida Belchior, Ministro(a) de Estado da Casa Civil da Presidência da República substituto(a)**, em 26/06/2024, às 18:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5849182** e o código CRC **64B8C87B** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

INFORME PROCESSUAL

DADOS DO INFORME	
Nº Processo:	53900.020256/2014-60
Interessado:	Sistema Plug de Comunicações Ltda. - Me
Sector:	Secretaria de Radiodifusão
CNPJ:	03.709.705/0001-70
Serviço:	Rádio Frequência Modulada
FISTEL:	50414468813
UF:	MT
Localidade:	Paranaíta
Tipo:	Renovação Rádio Frequência Modulada
Número do Tipo:	428
Documentos Restritos:	Balanço Patrimonial - evento SEI n.º3296133, fls.18/21
TABELA DE TIPOS DE TVR	
Número do Tipo	Tipo
417	Autorização - Rádio Comunitária
418	Concessão - Rádio Ondas Curtas
419	Concessão - Rádio Ondas Médias
420	Concessão Rádio Ondas Médias Educativa
421	Concessão Rádio Ondas Tropicais
422	Concessão Radiodifusão Sons e Imagens
423	Concessão TV Educativa
627	Perempção de Rádio/TV
424	Permissão Frequência Modulada Educativa
425	Permissão Rádio Frequência Modulada
426	Permissão Rádio Ondas Médias Local
427	Renovação Rádio Comunitária
428	Renovação Rádio Frequência Modulada
429	Renovação Rádio Frequência Modulada Educativa
430	Renovação Rádio Ondas Curtas
431	Renovação Rádio Ondas Médias
433	Renovação Rádio Ondas Médias Educativa
432	Renovação Rádio Ondas Médias Local
434	Renovação Rádio Ondas Tropicais
436	Renovação TV Educativa
435	Renovação TV Sons e Imagens
628	Revogação ou Anulação de Portaria de Rádio/TV
629	Transferência de Controle Societário



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 13/11/2018, às 09:43, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3556200** e o código CRC **9D151669**.

RENOVAÇÃO DE CONCESSÃO

Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações

A **SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.03.709.705/0001-70, concessionária de serviço de radiodifusão na cidade de PARANAÍTA Estado do MATO GROSSO, conforme Decreto Presidencial, de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia 29/08/2002, tendo cumprido as exigências legais e regulamentares referentes à radiodifusão, bem como atendido às suas finalidades educacionais, culturais e morais a que esteve obrigada durante a vigência da concessão, vem solicitar de Vossa Excelência que seja prorrogada nos termos da legislação em vigor, o prazo da concessão em face de o mesmo vir a esgotar-se no dia 29, de março de 2015.

Nestes termos

P. deferimento

Cascavel (PR), 30 de setembro de 2014.



.....
ROQUE LANDER MENEGAIS

CPF 785.211.889-72

Representante Legal



Art. 21. Esta Medida Provisória entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 22. Ficam revogados a Medida Provisória nº 2.151-3, de 24 de agosto de 2001, o art. 2º, o § 5º do art. 3º, e os arts. 4º e 5º da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, e o art. 150 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Brasília, 28 de agosto de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Geraldo Magela da Cruz Quintão
Paulo de Tarso Ramos Ribeiro
Guilherme Gomes Dias

DECRETO DE 28 DE AGOSTO DE 2002

Outorga concessão às entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão às entidades abaixo mencionadas para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I - Rádio Tradição Ltda., na cidade de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000640/2000 e Concorrência nº 117/2000-SSR/MC);

II - Sistema Gois de Radiodifusão Ltda., na cidade de Água Boa, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001122/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

III - Jea Comunicações Ltda., na cidade de Aripuanã, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001128/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

IV - Sociedade Barrabugrense de Comunicação Ltda., na cidade de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001120/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

V - Sistema Plug de Comunicações Ltda., na cidade de Nova Brasilândia, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001129/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

VI - Sistema Plug de Comunicações Ltda., na cidade de Paranaíta, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001129/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

VII - Sistema Gois de Radiodifusão Ltda., na cidade de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001122/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

VIII - Sistema Plug de Comunicações Ltda., na cidade de Vila Rica, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001129/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

IX - Agência Guanhanense de Comunicação Ltda., na cidade de Guanhães, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000608/2001 e Concorrência nº 074/2001-SSR/MC);

X - Sistema Cariris de Radiodifusão Ltda., na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000607/2001 e Concorrência nº 074/2001-SSR/MC).

Art. 2º Fica outorgada concessão à Vídeo Express Ltda., para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Colatina, Estado do Espírito Santo (Processo nº 53660.000478/97 e Concorrência nº 106/97-SFO/MC).

Art. 3º As concessões ora outorgadas reger-se-ão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pelas outorgadas.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 5º Os contratos decorrentes destas concessões deverão ser assinados dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 4º, sob pena de tornar-se nula, de pleno direito, a outorga concedida.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de agosto de 2002; 181º da Independência e 114º da República

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Juarez Quadros do Nascimento

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nºs 759 e 760, de 28 de agosto de 2002. Comunica ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, respectivamente, que se ausentará do País no período de 31 de agosto a 4 de setembro de 2002, para participar da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, República da África do Sul.

Nº 761, de 28 de agosto de 2002. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 65, de 28 de agosto de 2002.

Nº 762, de 28 de agosto de 2002. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Desvincula, parcialmente, no exercício de 2003 e subsequentes, a aplicação dos recursos de que tratam os arts. 48, 49 e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, pertencentes à União".

Nº 763, de 28 de agosto de 2002. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à aquisição de veículos automotores movidos a álcool etílico hidratado carburante e dá outras providências".

CASA CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 21 DE AGOSTO DE 2002

Aprova Norma Regulamentar para a concessão do ressarcimento de estada e de custeio da remoção aos nomeados para cargos comissionados de que trata, nas situações e com os requisitos e procedimentos que estabelece.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto nos arts. 8º e 9º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001 e art. 22, da Lei nº 9.986, de 18 de junho de 2000, e nos Decretos Nº 1.840, de 20 de março de 1996, com a redação dada pelo Decreto nº 4.040, de 3 de dezembro de 2001 e Nº 4.004, de 8 de novembro de 2001 e na Portaria Nº 186, de 17 de agosto de 2000, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, resolve:

Art. 1º Aprovar Norma Regulamentar para a Concessão do Ressarcimento de Estada e Custeio da Remoção constante do Anexo desta Resolução, estabelecendo as situações abrangidas, os requisitos e os procedimentos para tal, aos profissionais nomeados para Cargos Comissionados de Direção (CD I e II), de Gerência Executiva (CGE I, II, III e IV), de Assessoria (CA I e II) e Técnico (CCT V e IV) da Agência e que, por isso, tenham de se deslocar da cidade de seu domicílio para exercício no Escritório Central da ANCINE, localizado na cidade do Rio de Janeiro - RJ, ou para qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio.

Art. 2º Deverá ser dada ampla divulgação interna à esta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução de Diretoria Colegiada entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUSTAVO DAHL
Diretor-Presidente

ANEXO

Art. 1º Esta Norma dispõe sobre as situações, os requisitos e os procedimentos para concessão do ressarcimento de despesas com estada e custeio de despesas com remoção que especifica, aos nomeados para Cargo Comissionado de Direção (CD I e II), de Gerência Executiva (CGE I, II, III e IV), de Assessoria (CA I e II) ou Técnico (CCT V e IV) na Agência Nacional do Cinema - ANCINE e que, por isso, tenham de se deslocar da cidade de seu domicílio para exercício no Escritório Central da ANCINE, localizado na cidade do Rio de Janeiro - RJ, ou para qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio.

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os fins e efeitos desta Norma são adotados os seguintes conceitos e definições:

I - Auxílio Moradia: valor pecuniário destinado ao custeio de despesa com estada do beneficiário de que trata o inciso III deste artigo, mediante ressarcimento, correspondente a até R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) mensais, observados, enquanto não fixados os limites de valores por nível do cargo, Município, Estado ou região, estabelecidos para a Administração Pública Federal direta, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme previsto na Lei nº 9.986, de 2000, combinada com o Decreto nº 1.840, de 1996, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 4.040, de 2001, os seguintes limites, em percentual, do valor máximo especificado para ressarcimento, considerando a equivalência entre os cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANCINE e os cargos em comissão do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores -DAS, estabelecida pelo Anexo à Portaria nº 186, de 17 de agosto de 2000, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

a) CD I e CD II - 100%;

b) CGE I - 95%;

c) CGE II, CGE III, CA I, CA II e CCT V - 90%

d) CGE IV e CCT IV - 85%

II - Moradia Funcional: imóvel de propriedade de particular, situado na cidade do Rio de Janeiro ou cidade em qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio, onde exercerá suas funções, passível de ocupação para fim residencial pelo beneficiário mediante contrato, acordo ou ajuste (casa, apartamento, apart-hotel, hotel);

III - Beneficiário: profissional nomeado para Cargo Comissionado de Direção (CD I e II), de Gerência Executiva (CGE I, II, III e IV), de Assessoria (CA I e II) ou Técnico (CCT V e IV) na ANCINE, que, em virtude de tal nomeação, tenha de se deslocar da cidade de seu domicílio para exercício no Escritório Central da ANCINE, localizado na cidade do Rio de Janeiro - RJ, ou para qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio;

IV - Imóvel Funcional: imóvel residencial de propriedade da União, situado no Distrito Federal, passível de permissão de uso a servidores.

Parágrafo único O Auxílio Moradia destina-se, apenas, ao ressarcimento do custeio do valor das despesas do beneficiário com alojamento, não estando incluídas outras despesas tais como: condomínio, impostos, luz, água, telefone, seguro, taxas diversas, tarifas e contribuições de qualquer espécie;

I - no caso de imóvel residencial ou apart-hotel, do aluguel, não abrangendo quaisquer outras despesas relativas a tal locação, especialmente condomínio, impostos, luz, água, telefone, seguro, taxas diversas, tarifas, serviços e contribuições de qualquer espécie;

II - no caso de hotel ou apart-hotel, da diária standard ou de menor valor, excluídas quaisquer outras despesas ou serviços relativos a tal moradia.

DA CONCESSÃO DO AUXÍLIO MORADIA

Art. 3º O auxílio moradia será concedido provisoriamente no período de até 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, contado a partir da data de posse do beneficiário, para custeio de sua estada no Distrito Federal, enquanto são adotadas as providências necessárias à definição quanto a disponibilidade, ou não, de imóvel funcional.

Art. 4º O nomeado para cargo comissionado a que alude o art. 1º desta Norma fará jus, como beneficiário de que trata o inciso III, do art. 2º, mediante ressarcimento, condicionado à existência de disponibilidade orçamentária e financeira ao auxílio moradia.

Parágrafo único Não será concedido auxílio moradia a quem:

I - seja domiciliado em cidade localizada a até 100 (cem) quilômetros, inclusive, da cidade do Rio de Janeiro ou de cidade em qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional, diferente da de seu domicílio, onde exercerá suas funções;

II - tenha mudado seu domicílio para a cidade do Rio de Janeiro ou para cidade em qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio, onde exerce suas funções, em razão de nomeação para cargo anterior não incluído na relação constante nos incisos I e III, do art. 2º;

III - seja proprietário, promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário de imóvel residencial na cidade do Rio de Janeiro ou em cidade em qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio, onde exercerá suas funções ou em cidade localizada a até 100 (cem) quilômetros, inclusive, das mesmas, incluída a hipótese de lote edificado sem averbação da construção;

IV - seja cônjuge, companheiro ou companheira amparados por lei, de quem se encontre na situação descrita no inciso III.

DA SOLICITAÇÃO

Art. 5º. Para instruir o processo de concessão do auxílio moradia, o beneficiário deverá encaminhar à Secretaria de Gestão Interna - SGI, solicitação por escrito e acompanhada dos seguintes documentos:

I - declaração, assinada em conjunto pelo cônjuge, companheiro ou companheira amparados por lei, de que não são proprietários, promitentes compradores, cessionários ou promitentes cessionários de imóvel residencial na cidade do Rio de Janeiro ou em cidade em qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio, onde exercerá suas funções ou em cidade localizada a até 100 (cem) quilômetros, inclusive, das mesmas, incluída a hipótese de lote edificado sem averbação da construção;

II - certidão negativa dos cartórios de registro de imóveis da cidade do Rio de Janeiro ou da cidade em qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da do domicílio do beneficiário, onde este exercerá suas funções;



Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 475, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a A VOZ DE LAGOA SANTA - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAGOA-SANTENSE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E RADIODIFUSÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 989, de 12 de junho de 2002, que autoriza a A Voz de Lagoa Santa - Associação Comunitária Lagoa-Santense de Assistência Social e Radiodifusão a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 476, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à NOVA RÁDIO ZENITH LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conchas, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.074, de 26 de junho de 2002, que outorga permissão à Nova Rádio Zenith Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conchas, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 477, DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DIFUSORA JUNDIAIENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jundiá, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de junho de 2001, que renova, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Difusora Jundiائية Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jundiá, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 478, DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ACAIACA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 14 de outubro de 1997, que renova, a partir de 3 de maio de 1988, a concessão outorgada à Rádio Acaiaca Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 479, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO VALE DO ARAÇÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Saudades, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.568, de 8 de agosto de 2002, que outorga permissão à Rádio Vale do Araçá Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Saudades, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 480, DE 2004

Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranaita, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 28 de agosto de 2002, que outorga concessão ao Sistema Plug de Comunicações Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranaita, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 16 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 481, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO MATER ECCLESIAE para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.646, de 28 de novembro de 2002, que outorga permissão à Fundação Mater Ecclesiae para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 16 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 482, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JOAIMENSE CULTURAL DE RÁDIO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joaíma, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.886, de 18 de setembro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Joaimense Cultural de Rádio a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joaíma, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 483, DE 2004

Aprova o ato que outorga concessão à PANTANAL SOM E IMAGEM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 4 de junho de 2001, que outorga concessão à Pantanal Som e Imagem Ltda. para explorar, por 10 anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 484, DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO ARAPUAN LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 17 de julho de 2000, que renova, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão da Rádio Arapuan Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 485, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO ZULI MORAIS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carriáçu, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 404, de 19 de março de 2002, que autoriza a Fundação Zuli Moraes a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carriáçu, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal



DIO E TV LTDA. OBJETO: Serviços de monitoramento de matérias jornalísticas, no prazo de 12 meses, no valor global de R\$ 33.600,00, em conformidade com a Lei 8666/93 consolidada.
Processo Administrativo n.º 0094/2005
Assinatura: 18/03/2005

AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2005

Torna público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 12 de Abril de 2005, as 14:00 horas, através do site do Banco do Brasil, cujo objeto é Aquisição de Mancal de Suspensão.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2005

Torna público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 11 de Abril de 2005, as 14:00 horas, através do site do Banco do Brasil, cujo objeto é Aquisição de Material para Pintura.

Porto Alegre, 28 de Março de 2005.
VERA LÚCIA LEOTE CARDOSO
Chefe Setor de Compras

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

EXTRATOS DE CONTRATOS

PARTES: União e a Fundação Universidade de Caxias do Sul.
ESPÉCIE: Contrato de Concessão outorgada por meio do Decreto de 20 de dezembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2002.
OBJETO: Execução do serviço de radiodifusão sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.
VIGÊNCIA: O contrato tem vigência de 15 (quinze) anos e entra em vigor na data de publicação deste extrato no Diário Oficial da União.
DATA E ASSINATURA: 11 de outubro de 2004. Eunício Oliveira - Ministro de Estado das Comunicações, e Nelço Angelo Tesser - Presidente da Fundação Universidade de Caxias do Sul.

PARTES: União e Sistema Plug de Comunicações Ltda.
ESPÉCIE: Contrato de Concessão outorgada por meio do Decreto de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2002.
OBJETO: Execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Paranaíba, Estado de Mato Grosso.
VIGÊNCIA: O contrato tem vigência de 10 (dez) anos e entra em vigor na data de publicação deste extrato no Diário Oficial da União.
DATA E ASSINATURA: 14 de outubro de 2004. Eunício Oliveira - Ministro de Estado das Comunicações, e Roque Lander Menegais - Sócio-Gerente do Sistema Plug de Comunicações Ltda.

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2005

Nº Processo: 53000.048869/2004 . Objeto: Aquisição da assinatura anual do Sistema Datalegis Gestão Pública, Sistema de Banco de Dados de Legislação e Jurisprudência, atualizada diariamente, via internet, para 11 (onze) senhas de acesso. Total de Itens Licitados: 00001 . Fundamento Legal: Artigo 25 , inciso I , da Lei8.666/93 . Justificativa: Parecer/MC/CONJUR/JCB/N.º377-2.05/2005. Declaração de Inexigibilidade em 23/03/2005 . JOSÉ LUIZ MARTINS DURÇO . Coordenador-Geral de Recursos Logísticos . Ratificação em 23/03/2005 . CLAUDIANO MANOEL DE ALBUQUERQUE . Ordenador de Despesas . Valor: R\$ 30.800,00 . Contratada :DIRECTREDE LEGISLACAO BRASILEIRINFORMATIZADA S/A . Valor: R\$ 30.800,00

(SIDEC - 28/03/2005) 410003-00001-2005NE900025

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO

EXTRATO DO TERMO PVST/SPV N.º 002/2005 - ANATEL, DE 26 DE JANEIRO DE 2005PARTES: Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel e Linknet Tecnologia e Telecomunicações Ltda. ESPÉCIE: Termo de Autorização. OBJETO: Autorização para prestação, em regime privado, do Serviço de Comunicação Multimídia, de interesse coletivo, em âmbito nacional e internacional, tendo como área de prestação do serviço o território nacional. A Autorização é expedida a título oneroso, nos termos do art. 48 da LGT, sem caráter de exclusividade, por prazo indeterminado. SIGNATÁRIOS: Pela ANATEL: Elifas Chaves Gurgel do Amaral - Presidente Substituto e Plínio de Aguiar Júnior - Conselheiro. Pela AUTORIZADA: Gilberto Batista de Lucena - Sócio Proprietário

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
GERÊNCIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO AMPLO Nº 6/2005

A Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, com sede no SAUS Quadra 06, Bloco “H”, Edifício Ministro Sérgio Motta, na cidade de Brasília -DF, Inscrita no CNPJ sob o nº 02.030.715/0001-12, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Amplo, no dia 14 de abril de 2005 às 9 horas, cujo objeto é a prestação de serviço de assistência técnica corretiva e preventiva em 11 (onze) equipamentos (servidores) da Rede Corporativa Anatel, da marca IBM, modelo Xseries 250, com aproximadamente 3 (três) anos de funcionamento, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser renovado por iguais períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme condições constantes do Regulamento de Contratações da Anatel e do Edital, que estará à disposição dos interessados a partir do dia 29/3/2005 no Edifício Sede da Anatel, SAUS Quadra 06, Bloco “H”, 3º andar, no horário de 9 às 11 e das 15 às 17 horas e disponível no site da Anatel, endereço: www.anatel.gov.br. Seção: Informações - Licitações - Administrativas.

SÉRGIO LISBÔA FREIRE
Pregoeiro

RESULTADO DO PREGÃO AMPLO Nº 79/2004

A Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, torna público o resultado da licitação de que trata o Edital de Pregão Amplo nº 79/2004, Processo nº 53500.029715/2004, declarando vencedora a empresa HBL Indústria e Comércio Ltda, no valor total estimado para o período de 9 (nove) meses de R\$ 5.130,00 (cinco mil cento e trinta reais). A presente contratação foi homologada pela Gerente de Materiais e Compras, em 28/03/2005.

ADELSON DE ALMEIDA RAMOS
Pregoeiro

GERÊNCIA-GERAL DE TALENTOS E
DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS
HUMANOS

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

CONTRATANTE: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, representado por Maria Pedrinha de Barros - Gerente Geral de Talentos e Desenvolvimento Organizacional. Objeto: Termo Aditivo nº 268/2005 ao Contrato Temporário de Prestadores de Serviços Nº 948/2002 firmado em 05/07/2002, autorizado pela Lei nº 9.472, de 16.07.97, arts. 19, alínea XXIII, Decreto nº 2.424 de 17.12.97, Portaria Interministerial nº 15 de 19.05.98 e Lei 10.871/2004 - VIGÊNCIA: Prorrogado pelo período de 28/02/2005 a 31/12/2005 - CONTRATADA: Lanna Soares de Oliveira Lima - Nível: NS 3 - III. CONTRATANTE: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, representada por Maria Pedrinha de Barros - Gerente Geral de Talentos e Desenvolvimento Organizacional. Objeto: Termo Aditivo nº 483/2005 ao Contrato Temporário de Prestadores de Serviços Nº 966/2002, firmado em 05/07/2002, autorizado pela Lei nº 9.472, de 16.07.97, arts. 19, alínea XXIII, Decreto nº 2.424 de 17.12.97, Portaria Interministerial nº 15 de 19.05.98 e Lei 10.871/2004 - VIGÊNCIA: Prorrogado pelo período de 28/02/2005 a 31/12/2005 - CONTRATADO: Renata Barbosa Caldas - Nível: NS 4 - II. CONTRATANTE: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, representada por Maria Pedrinha de Barros - Gerente Geral de Talentos e Desenvolvimento Organizacional. Objeto: Termo Aditivo nº 354/2005 ao Contrato Temporário de Prestadores de Serviços Nº 107/99, firmado em 24/03/1999, autorizado pela Lei nº 9.472, de 16.07.97, arts. 19, alínea XXIII, Decreto nº 2.424 de 17.12.97, Portaria Interministerial nº 15 de 19.05.98 e Lei 10.871/2004 - VIGÊNCIA: Prorrogado pelo período de 24/03/2005 a 31/12/2005 - CONTRATADO: Jaime Ono - Nível: NS 9 - III. CONTRATANTE: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, representado por Maria Pedrinha de Barros - Gerente Geral de Talentos e Desenvolvimento Organizacional. Objeto: Termo Aditivo nº 403/2005 ao Contrato Temporário de Prestadores de Serviços Nº 832/2002 firmado em 14/01/2002, autorizado pela Lei nº 9.472, de 16.07.97, arts. 19, alínea XXIII, Decreto nº 2.424 de 17.12.97, Portaria Interministerial nº 15 de 19.05.98 e Lei 10.871/2004 - VIGÊNCIA: Prorrogado pelo período de 14/01/2005 a 15/06/2005 - CONTRATADA: Simone Cristina da Costa Tavares - Nível: NM 2 - II. CONTRATANTE: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, representada por Maria Pedrinha de Barros - Gerente Geral de Talentos e Desenvolvimento Organizacional. Objeto: Termo Aditivo nº 484/2005 ao Contrato Temporário de Prestadores de Serviços Nº 1084/2003, firmado em 21/08/2003, autorizado pela Lei nº 9.472, de 16.07.97, arts. 19, alínea XXIII, Decreto nº 2.424 de 17.12.97, Portaria Interministerial nº 15 de 19.05.98 e Lei 10.871/2004 - VIGÊNCIA: Prorrogado pelo período de 28/02/2005 a 31/12/2005 - CONTRATADA: Alessandra Marques da Costa - Nível: NS 2 - IV. CONTRATANTE: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, representada por Maria Pedrinha de Barros - Gerente Geral de Talentos e Desenvolvimento Organizacional. Objeto: Termo Aditivo nº 471/2005 ao Contrato Temporário de Prestadores de Serviços Nº 1020/2003, firmado em 24/03/2003, autorizado pela Lei nº 9.472, de 16.07.97, arts. 19, alínea XXIII, Decreto nº 2.424 de 17.12.97, Portaria Interministerial nº 15 de 19.05.98 e Lei 10.871/2004 - VIGÊNCIA: Prorrogado pelo período de 24/03/2005 a 31/12/2005 - CONTRATADO: Sandro Almeida Ramos - Nível: NS 5 - IV.

CONTRATANTE: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, representado por Maria Pedrinha de Barros - Gerente Geral de Talentos e Desenvolvimento Organizacional. Objeto: Termo Aditivo nº 484/2005 ao Contrato Temporário de Prestadores de Serviços Nº 096/99, firmado em 23/03/1999, autorizado pela Lei nº 9.472, de 16.07.97, arts. 19, alínea XXIII, Decreto nº 2.424 de 17.12.97, Portaria Interministerial nº 15 de 19.05.98 e Lei 10.871/2004 - VIGÊNCIA: Prorrogado pelo período de 23/03/2005 a 31/12/2005 - CONTRATADO: Urbano José Pibernat Villela - Nível: NS 12 - III.

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E
FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL EM BELÉM

EXTRATOS DE CONTRATOS

Contrato ER10 Nº 003/2005-ANATEL
Data de Assinatura: 16 de Março de 2005.
Contratada: EMPRESA AMÉRICA SERVIÇOS, TRANSPORTES E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA.
Vigência: 16/03/2005 À 15/03/2006.
Objeto: Celebração do Contrato ER10 Nº 003/2005 - ANATEL cujo objeto é a prestação de serviços de transporte rodoviário (locação de veículos com motorista) e motoristas sem veículos, para atender o Escritório Regional, em Belém/PA, pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de 16/03/2005.
Fundamento Legal: artigos 55 e 57 da Lei n.º 9.472/97, artigo 32 da Resolução nº 005/98-ANATEL
Programas de Trabalho: 24122075020000001 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE - NACIONAL
Elemento de Despesa: 339039.
Valor do Contrato: R\$ 370.450,00 (trezentos e setenta mil, quatrocentos e cinquenta reais).
Nota de Empenho nº 2005NE000157.
Desembolso no Exercício: R\$ 291.650,00 (duzentos e noventa e um mil e seiscentos e cinquenta reais).

Contrato ER10 (UO 10.1) Nº 004/2005-ANATEL
Data de Assinatura: 16 de Março de 2005.
Contratada: EMPRESA DE TRANSPORTES APOTEOSE LTDA..
Vigência: 16/03/2005 À 15/03/2006.
Objeto: Celebração do Contrato ER10 (UO 10.1) Nº 004/2005 - ANATEL cujo objeto é a prestação de serviços de transporte rodoviário (locação de veículos com motorista) e motoristas sem veículos, para atender a Unidade Operacional 10.1 em São Luis/MA , pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de 16/03/2005.
Fundamento Legal: artigos 55 e 57 da Lei n.º 9.472/97, artigo 32 da Resolução nº 005/98-ANATEL
Programas de Trabalho: 24122075020000001 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE - NACIONAL
Elemento de Despesa: 339039.
Valor do Contrato: R\$ 316.000,00 (trezentos e dezesseis mil reais).
Nota de Empenho nº 2005NE000158.
Desembolso no Exercício: R\$ 249.284,80 (duzentos e quarenta e nove mil duzentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos).

Contrato ER10 (UO 10.2) Nº 005/2005-ANATEL
Data de Assinatura: 16 de Março de 2005.
Contratada: EMPRESA DE TRANSPORTES APOTEOSE LTDA.
Vigência: 16/03/2005 À 15/03/2006.
Objeto: Celebração do Contrato ER10 (UO 10.2) Nº 005/2005 - ANATEL cujo objeto é a prestação de serviços de transporte rodoviário (locação de veículos com motorista) e motoristas sem veículos, para atender a Unidade Operacional 10.2 em Macapá/AP, pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de 16/03/2005.
Fundamento Legal: artigos 55 e 57 da Lei n.º 9.472/97, artigo 32 da Resolução nº 005/98-ANATEL
Programas de Trabalho: 24122075020000001 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE - NACIONAL
Elemento de Despesa: 339039.
Valor do Contrato: R\$ 171.800,00 (cento e setenta e um mil e oitocentos reais),
Nota de Empenho nº 2005NE000159.
Desembolso no Exercício: R\$ 135.530,20 (cento e trinta e cinco mil, quinhentos e trinta reais e vinte centavos).

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE 23 DE MARÇO DE 2005

Fica, ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE AURORA DO PARÁ, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, sem outorga, na cidade de Aurora do Pará, Estado do Pará, nos termos do art.65, parágrafo único, do R I da Agência Nacional de Telecomunicações ANATEL, instituída pela Resol. 270, de 19/07/2001, - tendo em vista a comprovação do não recebimento de notificação por correspondência, através dos Correios e Telégrafos, - notificada, que lhe foi aplicada à sanção de Multa, no valor de R\$ 1.858,69 (Um mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e sessenta e nove centavos), por estar incursa no preceito do artigo 163 da Lei 9.472/97, em decorrência do processo administrativo nº 53569001637/2004, contra si instaurado. Observado o disposto nos arts. 82, § 5º, do RI da Anatel, fica facultado a interposição de recurso no prazo de 10 (dez) dias, após o que, o despacho será publicado no DOU. O documento hábil para quitação da multa estará à disposição para pagamento nos escritórios da ANATEL no estado do Pará, a partir da data de publicação deste ato, correndo também a partir da mesma, as correções monetárias incidentes.

JOÃO ALBERTO REIS LUZ
Gerente do Escritório



PAULO SERGIO MONTEIRO DE SOUSA	09713000200	01033086363	31/03/2008, 31/03/2008
PEDRO AMANCIO DE SA	20288735749	08030388527	26/09/07
RAIMUNDO DA SILVA	00305510215	08012216337	31/03/08
RAIMUNDO SOARES DA SILVA	01260170268	08030359853	31/03/08
REGINALDO ANTONIO DO NASCIMENTO	40943810400	08020520538	31/03/08
REGINALDO LIMA SILVA	33097054715	18000189593	31/03/08
RENATO MORAES DA CUNHA	00000000000	08020480803	31/03/08
Ricardo Roberto Lazar Massoud	09673130230	08012154129	31/03/2008, 31/03/2008
ROBERTO CRISTOVAO BUSBY PINTO	04808304287	08012125455	31/03/08
ROBERTO DE AZEVEDO COSTA MARIZ	05245982749	08020429026	31/03/08
ROBERTO MAURO DE ANDRADE GOMES	24736651253	08030381271	31/03/08
ROBERTO SOUSA DA COSTA	21925208249	08020501231	31/03/08
SAMUEL MORAES DE CARVALHO	02899183349	08030364180	31/03/08
SANDRO PORTELA MARIA	42662850272	08020516697	31/03/08
SARLOS JOSE QUEIROZ	01431048291	08020497889	31/03/08
SEBASTIAO VANDERLEI PAIVA	46339361668	04030698077	31/03/08
SEVERINO LOPES DE CARVALHO	19113080920	08030394683	12/03/08
SIDINEI PANTALEAO	38808943887	08030401647	18/09/08
SILVESTRE ROSENDO DA SILVA	25364480453	22000020330	31/03/08
VALDECIR MONTEIRO CAMPOS	01764861272	12012053289	31/03/2008, 31/03/2008
VITORIO IGNACIO MACIEL DE ALMEIDA	41304659887	08030367368	31/03/08
WALDENIR IBIAPINO DA SILVA	03983498272	08020490795	31/03/08
WALTER NAVARRO DA SILVA JUNIOR	17667330263	08030380895	31/03/2008, 31/03/2008

DIRCEU BARAVIERA
Gerente-Geral

ATO Nº 5.876, DE 2 DE OUTUBRO DE 2008

Extinguir, por cassação, a autorização do Serviço Móvel Aeronáutico, de interesse restrito, expedida à(s) entidade(s) abaixo relacionada(s), constante(s) do processo nº 53569002831/2008, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada, com fulcro no parágrafo único do art. 139 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997. A extinção não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida.

NOME DA ENTIDADE	CNPJ/CPF	FISTEL	VALIDADE(S)
ATL AEROTAXI LEOPOLDO LTDA	02424826000103	08020108904	27/8/2008
CERTA-CONSORCIO DE EQUIPES REUNIDAS DE TAXI AEREO LTDA	62780550001-44	18000138760	19/5/2008
CIMTER - CONSTRUÇÕES IMOBILIÁRIA E TERRAPLE-NAGEM LTDA	05053112000107	50402088123	29/7/2008
JAGUAR TAXI AEREO LTDA	05363874000127	08020527244	17/7/2008
JOAO NOGUEIRA LIMA	22202773134	08020049460	12/8/2008
MADEIREIRA JUARY LTDA	34675033000153	08020095578	20/8/2008
ROSIMAR FRANCA GRATAO	15914925134	50403089069	12/6/2008
SEBASTIAO DA SILVA LOPES	17802466253	11020521406	8/9/2008

ATO Nº 5.877, DE 2 DE OUTUBRO DE 2008

Extinguir, por cassação, a autorização do Serviço de Radioamador, de interesse restrito, expedida à(s) entidade(s) abaixo relacionada(s), constante(s) do processo nº 53569002843/2008, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada, com fulcro no parágrafo único do art. 139 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997. A extinção não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida.

NOME DA ENTIDADE	CNPJ/CPF	FISTEL	VALIDADE(S)
ALEXANDER RODRIGUES MAGALHAES	00502677287	08000069504	11/10/2007
AMENADAB ANTONIO TITO	01722948272	08000027844	10/6/2008
ANTONIO CAVALCANTE ARCANJO	39807100759	08020368990	21/11/2007
ANTONIO REGINALDO DE ARAUJO	37549421315	08020359907	19/2/2008
ARTUR ANTONIO CASAL	31134254091	08020433805	15/4/2008
CHRISTIANO JOAO PINHEIRO TAVARES	42861900210	08020298762	5/3/2008
CLAUDIA PATRICIA DOS SANTOS SILVA	00000000000	08020288880	8/9/2008
DOMINGOS SAVIO DE OLIVEIRA ALMEIDA	13886193268	08020433996	22/05/2008, 22/05/2008

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE Em 17 de janeiro de 2008

Nº 208/2008 - PBOA/SPB - PADO Nº 53508.000709/2003 - Resolve: aplicar sanção de MULTA, no valor de R\$ 214.650,00 (duzentos e quatorze mil, seiscentos e cinquenta reais) à Telemar Norte Leste S/A, concessionária do STFC no setor 01 do PGO (Rio de Janeiro), em razão da falta de conservação e manutenção da rede externa, infringindo os itens 4.5 e 15.1, incisos III e X, do Contrato de Concessão PBOG/SPB Nº 21/98-Anatel.

FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA PÁDUA
Substituto

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 457, DE 27 DE JUNHO DE 2007

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53578.000092/2003, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da EMPRESA CRUZEIRENSE DE TELECOMUNICAÇÕES DE RÁDIO E TV LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, utilizando o canal 265, classe B2.

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU

(Nº 7.244-8 - R\$ 119,68 - 08.08.2007)

PORTARIA Nº 520, DE 12 DE JULHO DE 2007

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53578.000092/2003, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da EMPRESA CRUZEIRENSE DE TELECOMUNICAÇÕES DE RÁDIO E TV LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, relativo ao Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas (LINK), no referido município, autorizado por meio da Portaria MC Nº 232/2006.

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU

(Nº 7.189-1 - R\$ 149,60 - 08.08.2007)

PORTARIA Nº 636, DE 8 DE AGOSTO DE 2007

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.003381/2005, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, no município de Paranaíta, Estado do Mato Grosso, utilizando a frequência 1560 kHz, classe C.

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU

(Nº 03.709.705/0001-70 - R\$ 119,68 - 10.06.2008)

GILVANA MARIA BARBOSA BRABO	26648962291	08020300333	8/9/2008
GLENIO DE BARROS CANDEIRA	29665477234	08020339035	13/1/2008
HAROLDO GOES	00480258520	08020300414	8/9/2008
HELENO ALVES BARBOSA	13594591700	08000060620	11/10/2007
HERMOGENES FERRO E SILVA	00265632234	08000092158	11/10/2007
HERNAN A. C. GUILHERME M. FERNANDEZ	03008878253	08000072637	11/10/2007
ISRAEL ROSA RODRIGUES	08300666249	08020359656	30/12/2007
JOAO VICENTE FERREIRA	07658532215	08020300503	15/11/2008
JORGE FERNANDES GOMES	31907318291	08020300171	8/9/2008
JOSE ACITY DOS REIS	00185108334	08000036401	11/10/2007
JOSE AUGUSTO OLIVEIRA DA SILVA	03138755372	08000006766	9/3/2008
JOSE CLAUDINO DA SILVA	06314953391	08020359303	13/02/2008, 13/02/2008
JOSE DA SILVA VILAS BOAS	03788580330	18000151863	17/7/2008
JOSE EDIVALDO DE SOUSA MENEZES	07060300287	08020362282	18/3/2008
JOSE MARIA LIRA MIRANDA	12066419249	08020365206	30/7/2007
JOSE RAMOS DA SILVA	04914365804	08020298843	9/3/2008
JOSE ROGERIO PEREIRA LIMA	01418203300	18000150204	12/8/2008
KLEBER COSTA DA SILVA	71346053533	08020360239	13/2/2008
LEDA MARIA MELO LIMA	61888095334	18000164841	12/6/2008
LUIZ PAULO FIGUEIREDO PINA	63075415200	08020369961	15/12/2007
MANOEL LAGES CASTELLO BRANCO NETO	19832060520	08000010526	20/1/2008
MANOEL VITALINO MARTINS	01036785220	08020300090	8/9/2008
MARCO ANTONIO MARTINS	04458710249	08020296042	14/01/2008, 14/01/2008
MARIA DA GLORIA COSTA BATISTA	35198630306	18000158361	10/7/2008
MARIO JORGE GOMES BORGES	38756099215	08020370030	28/04/2008, 28/04/2008
MARIO MINORU MIYAGAWA	05611911234	08020301062	08/09/2008, 08/09/2008
MARLI DE OLIVEIRA MIRANDA	00000000000	01000469247	24/6/2008
MAURICIO FRANCO MILHOMEM	25192922372	18000159767	12/6/2008
MAURO SERGIO ALVES DO NASCIMENTO	28605713291	08020296395	12/3/2008
MIGUEL CHAAR HABER	10160221234	08000042568	8/1/2008
REYNOLD WIECK	61078824800	08020324518	08/09/2008, 08/09/2008
RICARDO ROBERTO LAZAR MASSOUD	09673130230	08000120542	16/7/2008
RICARDO ROBERTO LAZAR MASSOUD	09673130230	08000120542	8/1/2008
RONALDO FERREIRA DA CUNHA	24484865220	08020262571	16/7/2008
SAMIR DE SOUSA ABDOL SLEIMA	08561737204	08020360310	8/1/2008
SERGIO ANTONIO NAHYZ GODINHO	00421030372	08000038617	01/10/2007, 01/10/2007
SILLAS MARQUES SERRA	00814571387	080000037645	30/3/2008
TONY CARLOS BORGES DA SILVA	35152192349	08020369104	21/11/2007

DIRCEU BARAVIERA
Gerente-Geral

ATO Nº 5.880, DE 2 DE OUTUBRO DE 2008

Extinguir, por cassação, a autorização do Serviço Móvel Marítimo, de interesse restrito, expedida à(s) entidade(s) abaixo relacionada(s), constante(s) do processo nº 53569002830/2008, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada, com fulcro no parágrafo único do art. 139 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997. A extinção não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida.

NOME DA ENTIDADE	CNPJ/CPF	FISTEL	VALIDADE(S)
A. T. DOS SANTOS TRANSPORTES E TURISMO - ME	00854508000157	50040367771	31/8/2007
ABS CONSTRUÇÕES E MONTAGENS LTDA.	83322156000116	50013683756	2/6/2007
COMERCIAL R.A. DA ROCHA LTDA	34872481000147	08020683674	29/4/2008
DABEL. DISTRIBUIDORA AMAPEENSE DE BEBIDAS LTDA	05432463000146	08020687408	22/7/2008
LOURDES DA SILVA TRINDADE	00407364234	08020543236	10/8/2008
M. E. F. CABRAL-ME	84142363000151	08020686428	23/6/2008
MILTON DAS CHAGAS MACEDO	35551500225	50404179851	30/7/2008
NATAL PESCA LTDA	01337158000114	50004007557	30/1/2008
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCANTARA	06000244000150	18000155770	20/1/2008
RENATO RODRIGUES REBELO	52724140206	50403072336	22/02/2008, 23/04/2008
ROMUALDO BATISTA DO AMARAL FILHO	00336939272	08020674098	24/8/2008
VENINO PANTOJA NAVEGAÇÃO LTDA.	34907774000112	50405045190	23/8/2008

DIRCEU BARAVIERA
Gerente-Geral

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 1.583, DE 30 DE SETEMBRO DE 2008

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da SPE Ninho da Água Energia S.A., as áreas de terra necessárias à implantação da PCH Ninho da Água, localizadas no Município de Delfim Moreira, Estado de Minas Gerais.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o disposto no art. 29, inciso VIII, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no art. 10 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, com redação dada pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, no art. 151, alínea "b", do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, regulamentado pelo Decreto nº 35.851, de 16 de julho de 1954, no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, na Resolução nº 279, de 11 de setembro de 2007, com base no art. 3º-A da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no art. 1º do Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com redação dada pelo Decreto nº 4.970, de 30 de janeiro de 2004, e o que consta do Processo nº 48500.004416/2008-58, resolve:



Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
668	53000.062278/05	Associação Comunitária, Cultural e Artística de Campo Largo	Campo Largo/PR
672	53000.018765/05	Associação de Radiodifusão Comunitária Nova Onda Aratibense	Aratiba/RS
678	53000.001535/03	Associação Comunitária de Comunicação Social " Vale Verde FM "	Jaguari/RS

681	53000.047273/04	Associação Cultural de Rádio Difusão Comunitária Benjamin Constant do Sul	Benjamin Constant do Sul/RS
683	53000.046052/05	Associação Cultural e Comunitária de Radiodifusão de Davinópolis - Goiás - ACCORDA	Davinópolis/Goiás
684	53000.038119/04	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Marau	Marau/RS
685	53000.037162/03	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Vera Cruz	Vera Cruz/SP

HELIO COSTA

**AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR****ATO Nº 6.153, DE 13 DE OUTUBRO DE 2008**

Processo nº 53500.011531/2008 - Expede autorização à TWINTURBO SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ nº 09.349.751/0001-92, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.154, DE 13 DE OUTUBRO DE 2008

Processo nº 53500.005587/2006 - Adapta, para autorização, as permissões outorgadas à TELCOM TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA., CNPJ nº 94.475.555/0001-33, para explorar o Serviço Móvel Especializado - SME nos municípios de Limeira/SP, Piracicaba/SP, São Gonçalo/RJ, Niterói/RJ, extinguindo os instrumentos originais de permissão, mantendo-se os respectivos prazos de autorização de uso das radiofrequências. Prorroga, por quinze anos a contar das datas originais de vencimento, o prazo de vigência da autorização do direito de uso das radiofrequências associadas à autorização para exploração do Serviço Móvel Especializado - SME concedida à TELCOM TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA., sem exclusividade, em caráter primário, restrito aos municípios de Americana/SP, Bauru/SP, Belo Horizonte/MG, Blumenau/SC, Campinas/SP, Canoas/RS, Caxias do Sul/RS, Criciúma/SC, Curitiba/PR, Duque de Caxias/RJ, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Guaíba/RS, Guarujá/SP, Itajaí/SC, Joinville/SC, Jundiaí/SP, Limeira/SP, Niterói/RJ, Novo Hamburgo/RS, Osório/RS, Piracicaba/SP, Porto Alegre/RS, Ribeirão Preto/SP, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, Santa Maria/RS, Santos/SP, São Gonçalo/RJ, São José do Rio Preto/SP, São José dos Campos/SP, São Paulo/SP, São Vicente/SP, Sorocaba/SP, Tubarão/SC, Vila Velha/ES, Vitória/ES.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.155, DE 13 DE OUTUBRO DE 2008

Processo nº 53500.015480/2007 - Expede autorização à GULARTE & MOREIRA LTDA., CNPJ nº 08.624.492/0001-06, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.157, DE 13 DE OUTUBRO DE 2008

Processo nº 53500.020029/2008 - Expede autorização à SSP-NET COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE TELEINFORMÁTICA LTDA. - ME, CNPJ nº 08.778.322/0001-78, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.173, DE 13 DE OUTUBRO DE 2008

Processo nº 53500.009826/2004. Declara extinta, por renúncia, a partir de 1º de novembro de 2006, a autorização outorgada à IRACI ALVES MODESTO, CNPJ/MF nº 03.776.506/0001-85, para exploração do Serviço Limitado Especializado, submodalidade Serviço de Radiotáxi Especializado. A renúncia não desonera a empresa de suas obrigações com terceiros, inclusive as firmadas com a Anatel.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.176, DE 13 DE OUTUBRO DE 2008

Processo nº 53500.009848/2008 - Expede autorização à TV CABO SÃO PAULO LTDA., CNPJ nº 00.699.284/0002-37, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

**SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS
DE COMUNICAÇÃO DE MASSA****ATO Nº 5.172, DE 4 DE SETEMBRO DE 2008**

Processo Nº 53500.019997/2007. Aplica à TV CABO SÃO PAULO LTDA., CNPJ/MF Nº 00.699.284/0001-56, concessionária do Serviço de TV a Cabo na Área de Peruíbe, no Estado de São Paulo, a sanção de multa correspondente a 10% (dez por cento) da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) do ano de 2008, por não haver efetuado, no prazo, o pagamento da TFF referente ao ano de 2006.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 6.279, DE 16 DE OUTUBRO DE 2008

Processo Nº 53500.026591/08. EMPRESA DE COMUNICAÇÃO PRM LTDA - RTV - Peruíbe/SP - Canal 19-. Autoriza o Uso de Radiofrequência.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 6.280, DE 16 DE OUTUBRO DE 2008

Processo Nº 53500.026592/08. SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA - OM - Nova Brasília/MT - Frequência 1380 kHz. Autoriza o Uso de Radiofrequência.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 6.281, DE 16 DE OUTUBRO DE 2008

Processo Nº 53500.026594/08. FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE VIÇOSA - FRATEVI - TV - Viçosa/MG - Canal 13 E. Autoriza o Uso de Radiofrequência.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 6.282, DE 16 DE OUTUBRO DE 2008

Processo Nº 53500.026595/08. SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA - OM - Paranaíba/MT - Frequência 1560 kHz. Autoriza o Uso de Radiofrequência.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS**ATO Nº 6.171, DE 13 DE OUTUBRO DE 2008**

Processo n.º 53500.012266/2004 - Extingue, por cassação, a autorização outorgada à operadora UNICEL DO BRASIL TELECOMUNICAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 05.958.690/0001-00, para explorar o Serviço Limitado para Fins Científicos ou Experimentais em São Carlos/SP, Campinas/SP, Rio de Janeiro/RJ, Macaé/RJ e Brasília/DF, por meio do Ato n.º 44.333, de 14 de maio de 2004, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, página 59, em 18 de maio de 2004, tendo em vista a extinção da autorização de direito de uso da radiofrequência associada à exploração do serviço. A extinção não desonera a operadora de obrigações assumidas com terceiros, inclusive aquelas firmadas perante a Anatel.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 6.175, DE 13 DE OUTUBRO DE 2008

Processo n.º 53504.000349/2001 - Declara extinta, por renúncia, a partir de 13 de agosto de 2007, a autorização outorgada à IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS, inscrita no CNPJ sob o n.º 58.198.524/0001-19, para explorar o Serviço Limitado Privado de Radiocomunicação na localidade de Santos/SP, por meio do Ato da ANATEL n.º 15.540, de 6 de março de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 8 de março de 2001, e, como consequência, declarar extinto o direito de uso da radiofrequência associada. A renúncia não desonera a empresa de suas obrigações com terceiros, inclusive as firmadas com a Anatel.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 6.268, DE 16 DE OUTUBRO DE 2008

Prorroga autorização para uso de radiofrequência à CONS-TRUTORA VALLE LTDA, CNPJ Nº 23.328.735/0001-44 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 6.269, DE 16 DE OUTUBRO DE 2008

Prorroga autorização para uso de radiofrequência à CCB - CIMPOR CIMENTOS DO BRASIL LTDA., CNPJ Nº 10.919.934/0063-88 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 6.270, DE 16 DE OUTUBRO DE 2008

Outorga autorização para uso de radiofrequência à CEFOR - SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ Nº 07.608.821/0001-54 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 6.271, DE 16 DE OUTUBRO DE 2008

Prorroga autorização para uso de radiofrequência à CONDOMINIO QUINTA DO LAGO, CNPJ Nº 07.455.147/0001-15 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 6.272, DE 16 DE OUTUBRO DE 2008

Outorga autorização para uso de radiofrequência à INTE-RIORANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ Nº 01.490.787/0001-80 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 6.273, DE 16 DE OUTUBRO DE 2008

Outorga autorização para uso de radiofrequência à SAO LUIZ TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA, CNPJ Nº 97.358.667/0005-26 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 6.274, DE 16 DE OUTUBRO DE 2008

Outorga autorização para uso de radiofrequência à USINA ELDORADO S/A, CNPJ Nº 05.620.523/0002-35 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 6.275, DE 16 DE OUTUBRO DE 2008

Expede autorização à VIP CARGAS RIO SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AEREO LTDA, CNPJ Nº 04.494.286/0001-60 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 6.276, DE 16 DE OUTUBRO DE 2008

Outorga autorização para uso de radiofrequência à TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, CNPJ Nº 04.099.695/0001-61 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

DECLARAÇÃO

A **SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ/MG sob o n.º 03.709.705/0001-70, concessionária de serviço de radiodifusão na cidade de PARANAÍTA Estado do MATO GROSSO, conforme Decreto Presidencial, de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia 29/08/2002, tendo cumprido as exigências legais e regulamentares referentes à radiodifusão, bem como atendido às suas finalidades educacionais, culturais e morais a que esteve obrigada durante a vigência da concessão, através de seu representante legal, declara para os devidos fins que:

- (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada;
- (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha haja a renovação da outorga; e,
- (iii) somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada.

Cascavel (PR), 30 de setembro de 2014.


.....
ROQUE LANDER MENEGAIS

CPF 785.211.889-72

Representante Legal



BOA TARDE
LUCAS DE OLIVEIRA CATAPESTA
SABER
Interativos

Menu Principal ▾

BOLETO »» **Nada Consta** menu ajuda



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA
CNPJ: 03.709.705/0001-70

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:38:46 do dia 30/09/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 30/10/2014.

Certidão expedida gratuitamente.



SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO DE CASCAVEL E REGIÃO OESTE DO PARANÁ.

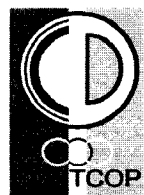
CNPJ: 09.036.684/0001-56 - Código Sindical: 009.019.97900-7

CERTIDÃO

Filiada à:




ITUC - CSI - IGB



Certifico a pedido da empresa **Sistema Plug de Comunicação LTDA**, com o CNPJ **03.709.705/0001-70**, sito à Rua Marechal Deodoro, 3624 - Centro – na Cidade Cascavel, Estado do Paraná, emissora executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em **AM-Amplitude Modulada** em Frequência 1.560 na cidades de Paranaita MT, após verificação em nosso banco de dados encontra-se em Dia com suas contribuições junto ao **SINTROP – SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO DE CASCAVEL E REGIÃO OESTE DO PARANÁ**, ano de **2009 a 2014**.

Nada mais tendo eu **João Luiz Riedlinger Dos Santos**, presidente deste sindicato a certificar para os devidos fins, firmamos a presente aos Dez dias do mês de Janeiro de Dois Mil e Quatoze sem mais a declarar dou por fechado este certificado, sem mais.

Cascavel, 10 de Janeiro de 2014.


João L. Riedlinger Santos
Presidente
SINTROP
Sind. Trab. Radiodifusão Oeste - PR

ede SINTROP:

iv. Brasil 6.102 Centro
3º andar sala 32 –
d. Sulbrasileiro
EP: 85.812.001
cascavel –Pr.

one:
45) 3039-3977

-mail:
oaoriedlinger@hotmail.com

ite:
www.sintrop.com.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA - ME
CNPJ: 03.709.705/0001-70

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 14:11:46 do dia 13/08/2014 <hora e data de Brasília>.

Válida até 09/02/2015.

Código de controle da certidão: **E2B0.9987.6119.D694**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Coordenação da Receita do Estado

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 12390912-22

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 03.709.705/0001-70

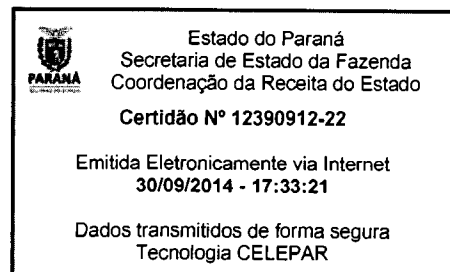
Este CNPJ/MF não consta nos cadastros da Secretaria da Fazenda do Paraná.

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do requerente, nesta data.

Finalidade: Simples verificação

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Esta Certidão tem validade até 28/01/2015 - Fornecimento Gratuito



IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF****Inscrição:** 03709705/0001-70**Razão Social:** SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÃO LTDA**Endereço:** R MARECHAL DEODORO 3624 / CENTRO / CASCAVEL / PR /
85810-200

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 15/09/2014 a 14/10/2014**Certificação Número:** 2014091505343063123187

Informação obtida em 30/09/2014, às 16:59:50.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
E ÀS DE TERCEIROS

Nº 245802014-88888705

Nome: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA - ME

CNPJ: 03.709.705/0001-70

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que constam em seu nome, nesta data, débitos com exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº. 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em Dívida Ativa da União (DAU), não abrangendo os demais tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212, de 24 de Julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada, cisão total ou parcial, fusão, incorporação, ou transformação de entidade ou de sociedade empresária ou simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº. 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de Janeiro de 2010.

Emitida em 24/09/2014

Válida até 23/03/2015.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA - ME (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.709.705/0001-70

Certidão nº: 63652262/2014

Expedição: 30/09/2014, às 16:46:28

Validade: 28/03/2015 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA - ME (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 03.709.705/0001-70, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.709.705/0001-70 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 22/03/2000
NOME EMPRESARIAL SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA - ME			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 61.41-8-00 - Operadoras de televisão por assinatura por cabo			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA			
LOGRADOURO R MARECHAL DEODORO	NÚMERO 3624	COMPLEMENTO	
CEP 85.810-200	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CASCATEL	UF PR
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/08/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 01/10/2014 às 08:05:45 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar

© Copyright Receita Federal do Brasil - 01/10/2014



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

CONTRATO SOCIAL

Roque Lander Menegals, brasileiro, casado, assessor, residente e domiciliado à Rua das Dálias, n.º 95, Jardim Guarujá, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, portador da Carteira de Identidade RG n.º 13/R.2.942.125 SSP/SC e CPF n.º 782.211.889-72; Andrea Samuel do Nascimento Menegals, brasileira, casada, comerciante, residente e domiciliada à Rua das Dálias, n.º 95, Jardim Guarujá, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, portadora da Carteira de Identidade RG n.º 6.421.654-0 - SSP/PR e CPF n.º 969.173.269-68, resolvem por este instrumento particular de contrato, constituir uma sociedade mercantil por quotas de responsabilidade limitada que se regerá pela seguinte legislação: artigos 211 e 223 e seus parágrafos da Constituição Federal, Lei n.º 3708 de 10 de janeiro de 1919, Lei 4117 de 27 de agosto de 1962, Decreto n.º 52795 de 31 de outubro de 1963, Lei n.º 8934 de 18 de novembro de 1994, Decreto n.º 1800 de 30 de janeiro de 1996 e Decreto - Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967, pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie e pelas cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade girará sob o nome empresarial de "**SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.**", tendo sua sede e foro na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, à Rua das Dálias, n.º 95, Jardim Guarujá, CEP 85.803-310.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade terá como principal objetivo a exploração de estações de radiodifusão em Frequência Modulada (FM), Amplitude Modulada (AM), Ondas Médias (OM), Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT), Exploração dos Serviços de Televisão a Cabo com Som e Imagem em VHF e UHF, com finalidades educacionais, informativas, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de concessões e licenças, promover a cultura universal e nacional, a diversidade de fontes de informação, o lazer e o entretenimento, a pluralidade política e o desenvolvimento social e econômico do País, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria.

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade será constituída por prazo indeterminado observando-se quando de sua dissolução, os preceitos da lei em vigência, iniciando suas atividades a partir da homologação da autorização para funcionamento dada pelo **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.**

CLÁUSULA QUARTA: O capital social, inteiramente subscrito e realizado na forma prevista, neste ato, na importância de R\$ 40.000,00 (Quarenta Mil Reais), divididos em 40.000 (Quarenta Mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Um real) cada uma, fica assim distribuído entre os sócios:



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

CONTRATO SOCIAL

Roque Lander Menegals	cotas 25.000	R\$ 25.000,00
Andrea Samuel do Nascimento Menegals	cotas 15.000	R\$ 15.000,00
TOTALIZANDO	cotas 40.000	R\$ 40.000,00

Roque Lander Menegals: subscreve neste ato com 25.000 (vinte e cinco mil) quotas no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) sendo 5.000 (cinco mil) quotas sociais, no valor de R\$ 1,00 (Um real) cada uma, somando portanto R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), integralizado na presente data, em moeda corrente do país, e o saldo de 20.000 (vinte mil) quotas sociais, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, cuja integralização efetuará em moeda corrente do país até a data da outorga para execução do serviço de radiodifusão dada pelo MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

Andrea Samuel do Nascimento Menegals: subscreve neste ato com 15.000 (quinze mil) quotas no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) sendo 3.000 (três mil) quotas sociais, no valor de R\$ 1,00 (Um real) cada uma, somando portanto R\$ 3.000,00 (três mil reais), integralizado na presente data, em moeda corrente do país, e o saldo de 12.000 (doze mil) quotas sociais, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, cuja integralização efetuará em moeda corrente do país até a data da outorga para execução do serviço de radiodifusão dada pelo MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA: O capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a pessoas físicas brasileiras.

CLÁUSULA SEXTA: As quotas ou ações representativas do capital social serão inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto a participação de partido político e de sociedade cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros, através de capital sem direito a voto e não podendo exceder a trinta por cento do capital social dependendo de qualquer alteração contratual ou estatutária de prévia autorização do MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

CLÁUSULA SÉTIMA: A sociedade será administrada por um sócio gerente, a quem compete privativa e individualmente o uso da firma e a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da sociedade, sendo-lhes, entretanto, vedado o seu emprego sob qualquer pretexto ou modalidade em operações ou negócios estranhos ao objetivo social, especialmente a prestação de avals, fianças ou cauções de favor.

CLÁUSULA OITAVA: Fica estabelecido que a responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da entidade caberá somente à brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA NONA: Os administradores da entidade serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e para os portugueses reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no País e a sua investidura no cargo somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA: Os sócios que desejarem transferir ou alienar suas quotas deverão notificar, por escrito, à sociedade discriminando-lhes o preço, a forma e o prazo de pagamento, para que esta, através dos demais sócios exerça ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazer dentro de sessenta dias contados do recebimento da notificação ou em maior prazo à critério do sócio alienante. Decorrido esse prazo sem que haja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas, desde que sejam observadas as normas da Cláusula Sexta.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O quadro de pessoal será sempre constituído, ao menos, de dois terços de trabalhadores brasileiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A responsabilidade dos sócios será limitada à importância total do capital social, nos termos do artigo segundo a Lei n.º 3708 de 10 de Janeiro de 1919.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: As deliberações sociais, ainda que impliquem em alteração contratual, poderão ser tomadas por sócios que representem a maioria absoluta do capital da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A sociedade por todos os seus sócios se obriga a cumprir rigorosamente todas as leis, regulamentos e as instruções vigentes ou que vierem a vigorar referentes à radiodifusão e à segurança nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser transferidas ou alienadas a qualquer título a terceiros sem o consentimento unânime dos demais sócios, cabendo a estes o direito de preferência na sua aquisição, na proporção das quotas que possuírem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Pelos serviços que prestarem à sociedade, receberão os sócios, à título de PRÓ-LABORE, a quantia mensal fixada em comum até o limite da dedução fiscal, prevista na legislação fiscal do imposto de renda, a qual será levada à conta de Despesas Gerais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Fica investido na função de Sócio Gerente da sociedade, o sócio Sr. Roque Lander Menegais para o qual fica dispensado da prestação de caução, conforme preceitua o artigo 12 da Lei n.º 3708 de 10 de Janeiro de 1919.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: O sócio Gerente poderá fazer-se representar por procurador que o representará em todos os atos de interesse da sociedade, gerindo e administrando, devendo nesse caso ser solicitado para tal designação prévia autorização da autoridade fiscalizadora, apresentando-se na oportunidade, a prova de nacionalidade do procurador que deverá ser sempre brasileiro nato e de idoneidade moral comprovada pelo competente atestado.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: O ano social coincidirá com o ano civil, devendo a 31 de dezembro de cada ano, ser procedido o Balanço Patrimonial da sociedade obedecidas as prescrições legais e técnicas pertinentes à matéria. Os resultados serão atribuídos aos sócios proporcionalmente às cotas de capital que possuírem, podendo os lucros, à critério dos sócios, serem distribuídos ou ficarem em reserva na sociedade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: A distribuição dos lucros será sempre sustada quando se verificar a necessidade de atender a despesas inadiáveis que impliquem no funcionamento normal da estação de radiodifusão. Suprida a deficiência financeira, os lucros líquidos restantes terão a destinação prevista na Cláusula Décima Nona deste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: O falecimento de qualquer dos sócios não dissolve necessariamente a sociedade, ficando os herdeiros e sucessores sub-rogados nos direitos e obrigações do "de cujus", podendo nela fazerem-se representar enquanto indiviso o quinhão respectivo por um dentre eles, devidamente credenciado pelos demais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: Os sócios declaram que não estão condenados em nenhum dos crimes previstos em Leis que os impeçam de exercerem atividades mercantis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: Os casos omissos neste instrumento serão regidos pelos dispositivos da Lei Nº 3708 de 10 de Janeiro de 1919, cuja fiel observância bem como das demais cláusulas deste compromisso se obrigam os sócios.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: Os sócios elegem o Foro da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, para dirimir possíveis dúvidas oriundas a este inclusive de cláusulas omissas.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

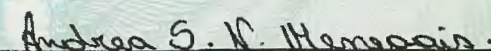
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

CONTRATO SOCIAL

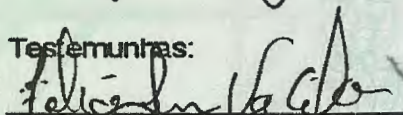
E, por assim estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam, juntamente com duas testemunhas o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.


Cascavel/PR, 20 de Março de 2000.

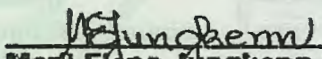

Roque Lander Menegals
Sócio Gerente


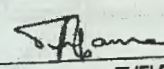

Andrea Samuel do Nascimento Menegals
Sócia


Testemunhas:


Fábio Junior Vaz Cestari
RG N.º 6.696.431-0 SSP/PR


Eder Walne Cuarelli
O.A.B 26.085-A PR


Mari Elena Jungkenn
RG N.º 755.767 SSP/RS

	JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ CERTIFICO O REGISTRO EM: 22/03/2000 SOB O NÚMERO: 41 2 0430192 4  TUFÍ RAME SECRETÁRIO GERAL Protocolo: 00/060412-7
---	---


DENIS DALL'ASTA
CRC-PR 022456/O-0

Certificamos que esta reprografia é cópia autêntica do documento original arquivado nesta Junta Comercial sob nº 4/204301929 em 22/03/2000, e que exige(m) ato(s) posterior(es) registrado(s), conforme respectivo histórico. Curitiba, 22 de [] de 2013

SERVIÇO DE FOTOCÓPIA



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

CNPJ: 03.709.705/0001 - 70

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Roque Lander Menegais, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Marechal Floriano, nº 4003, centro, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, portador da Carteira de Identidade, RG N.º 13/R 2.942.125 expedida pela SSP/SC e CPF: 782.211.889-72; **Andréa Samuel do Nascimento Menegais**, brasileira, casada, comerciar, residente e domiciliada à Rua Marechal Floriano, nº 4003, centro, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, portadora da Carteira de Identidade RG N.º 6.421.554-0, expedida pela SSP/PR e CPF: 969.173.269-68, sócios componentes da sociedade mercantil por cotas de responsabilidade limitada, com o nome empresarial de Sistema Plug de Comunicações Ltda., tendo sua sede e foro na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, Rua das Dálias, nº 95, Jardim Guarujá, CEP – 85.803-310, com o seu contrato social primitivo arquivado na MM Junta Comercial do Estado do Paraná, sob n.º 41204301924, por despacho em sessão de 22/03/00, resolvem de comum acordo, por este instrumento particular de alteração contratual, modificar o seu contrato social primitivo, o que fazem pelas cláusulas e condições seguintes:

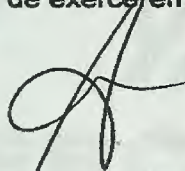
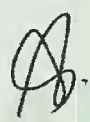
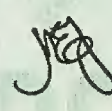
CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade permanece com o nome empresarial de "SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.", passando sua sede para a Rua Marechal Floriano, nº 4003, Sala 01, centro, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, CEP: 85.811-150.

CLÁUSULA SEGUNDA: A presente alteração não altera o capital social, no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) dividido em 40.000 (quarenta mil) quotas sociais no valor de R\$ 1.00 (um real) cada uma, fica assim distribuído entre os Sócios:

Roque Lander Menegais	quotas 25.000	R\$ 25.000,00
Andréa Samuel do Nascimento Menegais	quotas 15.000	R\$ 15.000,00
TOTALIZANDO	quotas 40.000	R\$ 40.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA: Fica investido na função de Sócio Gerente da sociedade o sócio Sr. Roque Lander Menegais, para o qual fica dispensado da prestação de caução, conforme preceitua o artigo 12 da Lei n.º 3.708 de 10 de janeiro de 1919.

CLÁUSULA QUARTA: Os sócios declaram que não estão condenados em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercerem atividades mercantis.

1   



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

CNPJ: 03.709.705/0001-70

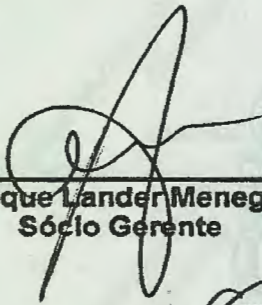
PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

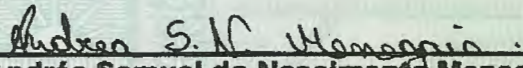
CLÁUSULA QUINTA: A presente Alteração Contratual foi Elaborada pela contadora Marli Elena Jungkenn, portadora do CRC/ PR nº 15.850/O-8.

CLÁUSULA SEXTA: Permanecem inalteradas as demais Cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

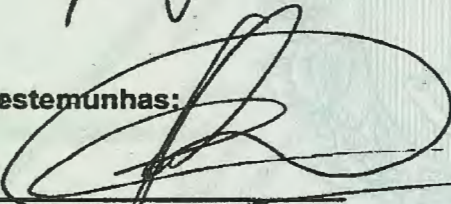
E, por assim estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam, juntamente com duas testemunhas, o presente instrumento, em quatro vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Cascavel/ PR, 05 de Março de 2002.

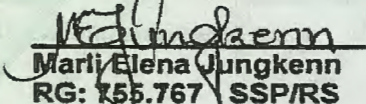

Roque Lander Menegals
Sócio Gerente

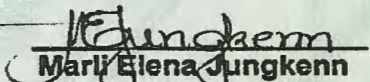

Andréa Samuel do Nascimento Menegals
Sócia

Testemunhas:

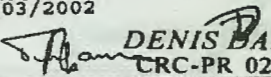

Cezar Borges do Santos
RG: 6.434.555-9 SSP/PR

Elaborado Por:


Marli Elena Jungkenn
RG: 155.767 SSP/RS


Marli Elena Jungkenn
CRC/PR 15.850/O-8

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
ESCRITÓRIO REGIONAL DE CASCAVEL
CERTIFICADO O REGISTRO EM: 14/03/2002
SOB O NÚMERO:
20020531842
Protocolo: 02/053184-2
Empresa: 41 2 0430192 4
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA


DENIS BALL'ASTA
CRC-PR 022456/O-0
TUFI RAME
SECRETARIO GERAL

Comercial sob nº 200 20532 842
em 14/03/2002 e que existe
posterior(=s) registrada(=s), conforme respectiv
Curitiba, 12/03/2002 12

Serviço de Fotocópia

SERVICIO DE FOTOCÓPIA



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

CNPJ: 03.709.705/0001-70

SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

ROQUE LANDER MENEGAIS, brasileiro, casado no regime de comunhão total de bens, empresário, residente e domiciliado à Rua Marechal Floriano n.º 4003 - Centro, na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, portador da Carteira de Identidade RG n.º 13/R 2.942.125 expedida pela SSP/SC e CPF n.º 782.211.889-72; **ANDRÉA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAIS**, brasileira, casada no regime de comunhão total de bens, empresária, residente e domiciliada à Rua Marechal Floriano n.º 4003 - Centro, na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, portadora da Carteira de Identidade RG n.º 6.421.554-0, expedida pela SSP/PR e CPF n.º 969.173.269-68 - Sócios componentes da sociedade mercantil por quotas de responsabilidade limitada, com o nome empresarial de **SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.**, tendo sua sede e foro na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, Rua Marechal Floriano n.º 4003, Sala: 01 - Centro, nesta Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, CEP 85811-150, com o seu Contrato Social primitivo arquivado na MM Junta Comercial do Estado do Paraná, sob n.º 41204301924, por despacho em sessão de 22/03/00 e posterior alteração, sob n.º 20020531842, por despacho em sessão de 14/03/2002, resolvem de comum acordo, por este instrumento particular de alteração contratual, modificar o seu Contrato Social primitivo, o que fazem pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Desimpedimento do Administrador: O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrar-se sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA SEGUNDA - Participação nos Lucros ou Perdas: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados, podendo os lucros, a critério dos sócios, ficarem em reservas para aumento de capital e/ou compensar os prejuízos em exercícios futuros.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO

UNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

CNPJ: 03.709.705/0001-70

SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Reunião Anual: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios se reunirão para deliberar sobre as contas e designar administrador(es) quando for o caso.

CLÁUSULA QUARTA – Da Forma de Convocação das Reuniões: Os sócios serão convocados para a realização das reuniões mediante correspondência, a qual deverá indicar o local, data, hora e ordem do dia, a ser enviada por e-mail, fax, correio com Aviso de Recebimento (AR) ou em mãos mediante assinatura de protocolo.

CLÁUSULA QUINTA – Da Administração: A administração da sociedade caberá ao sócio **ROQUE LANDER MENEGAIS** com poderes e atribuições de administrador, dispensado da prestação de caução, ao qual compete privativa e individualmente, sendo-lhe outorgado desde já, os poderes e atribuições para representar ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente a sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou tercelros, bem como onerar ou alienar imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLAUSULA SEXTA – Abertura de filial: Fica criada uma filial localizada na cidade de Sarandi Estado do Paraná, sito a rua Vereador José Fernandes nº 639 Jardim Independência II, CEP 87711-230, a qual terá exclusivamente a atividade dos serviços de radiodifusão em Frequência Modulada (FM), ficando destinado para efeitos fiscais a parcela do capital R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais).

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Nome Empresarial: A sociedade gira sob o seguinte nome empresarial: **SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Endereço: A sociedade tem sua sede e foro, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Marechal Floriano, n.º 4003, Sala 01 - Centro, CEP: 85811-150.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Objeto Social: O objeto social é a exploração de Estações de Radiodifusão em Frequência Modulada (FM), Amplitude Modulada (AM), Ondas Médias (OM), Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT), Exploração dos Serviços de Televisão com Som e Imagem em UHF e VHF, TV a Cabo e MMDS (Multiponto-Multicanal), com finalidades educacionais, informativas, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de Concessões e Licenças, promover a cultura



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO

UNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

CNPJ: 03.709.705/0001-70

SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

universal e nacional, a diversidade de fontes de informação, o lazer e o entretenimento, a pluralidade política e o desenvolvimento social e econômico do País, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria.

CLÁUSULA QUARTA – Do Capital Social: O capital social, subscrito e realizado na forma prevista, é de R\$ 40.000,00 (Quarenta Mil Reais) dividido em 40.000 (Quarenta Mil) quotas sociais no valor de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, fica assim distribuído entre os sócios:

Roque Lander Menegais	cotas 25.000	R\$ 25.000,00
Andréa Samuel do Nascimento Menegais	cotas 15.000	R\$ 15.000,00
TOTALIZANDO	cotas 40.000	R\$ 40.000,00

Parágrafo Único: O Capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a pessoas físicas brasileiras.

CLÁUSULA QUINTA – Do Início das Atividades e do Prazo: A sociedade iniciou suas atividades em 22 de Março de 2000 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA - Abertura de filial: Fica criada uma filial localizada na cidade de Sarandi Estado do Paraná, sito a rua Vereador José Fernandes nº 639 Jardim Independência II, CEP 87711-230, a qual terá exclusivamente a atividade dos serviços de radio difusão em Frequência Modulada (FM), ficando destinado para efeitos fiscais a parcela do capital R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais).

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Cessão de Quotas: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se posta à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Parágrafo Único: As quotas ou ações representativas do capital social serão inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto a participação de partido político e de sociedade cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros, através de capital sem direito a voto e não podendo exceder a trinta por cento do capital social dependendo de prévia autorização do **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**, apenas Alterações Contratuais que resultem na substituição ou alteração do quadro societário.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO

UNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA PLUS DE COMUNICAÇÕES LTDA.

CNPJ: 03.709.705/0001-70

SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA OITAVA – Da Responsabilidade Limitada: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA NONA – Da Administração: A administração da sociedade caberá ao sócio **ROQUE LANDER MENEGAIS** com poderes e atribuições de administrador, dispensado da prestação de caução, ao qual compete privativa e individualmente, sendo-lhe outorgado desde já, os poderes e atribuições para representar ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente a sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou terceiros, bem como onerar ou alienar imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

Parágrafo Primeiro: Fica estabelecido que a responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da entidade caberá somente à brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Parágrafo Segundo: Os administradores da entidade serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e para os portugueses reconhecidos de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no País e a sua investidura no cargo somente poderá ocorrer após terem sido aprovados pelo **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**.

CLÁUSULA DÉCIMA – Do Desimpedimento do Administrador: O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrar-se sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Participação nos Lucros ou Perdas : Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados, podendo os lucros, a critério dos sócios, ficarem em reservas para aumento de capital e/ou compensar os prejuízos em exercícios futuros.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

CNPJ: 03.709.705/0001-70

SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da reunião anual : Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios se reunirão para deliberar sobre as contas e designar administrador(es) quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Da forma de Convocação das Reuniões : Os sócios serão convocados para a realização das reuniões mediante correspondência, a qual deverá indicar o local, data, hora e ordem do dia, a ser enviada por e-mail, fax, correio com Aviso de Recebimento (AR) ou em mãos mediante assinatura de protocolo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da Abertura-Fechamento de Filiais: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais ou outras dependências, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Do "Pró-Labore": Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Do Falecimento: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

PARÁGRAFO ÚNICO: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação ao seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Do Quadro de Pessoal: O quadro de pessoal será sempre constituído, ao menos, de dois terços de trabalhadores brasileiros.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Do Foro: Fica eleito o foro da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

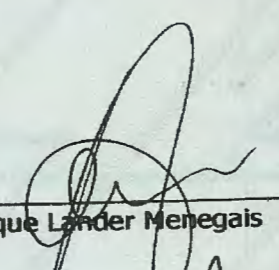
E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual forma e teor.

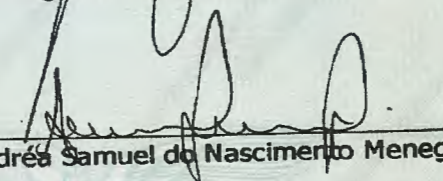
Cascavel - PR, 02 de Janeiro de 2004.



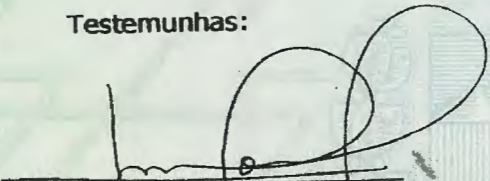
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO

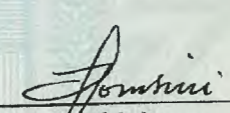
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.
CNPJ: 03.709.705/0001-70
SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL


Roque Lander Menegais

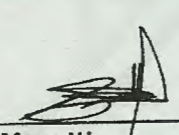

Andréa Samuel do Nascimento Menegais

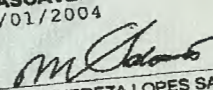
Testemunhas:

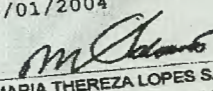

Jean Pierre Moretto
RG: 5.936.097-3 SSP/PR


Senira Tombini
RG: 4.725.534-1 SSP/PR

Documento elaborado por:


Sidnei Mazutti
Técnico Contábil – PR-032753/O-8

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
ESCRITÓRIO REGIONAL DE CASCAVEL
CERTIFICO O REGISTRO EM: 09/01/2004
SOB NÚMERO: 20040042316
Protocolo: 04/004231-6
Empresa: 41 2 0430192 4
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA

MARIA THEREZA LOPES SALOMAO
SECRETARIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
ESCRITÓRIO REGIONAL DE CASCAVEL
CERTIFICO O REGISTRO EM: 09/01/2004
SOB NÚMERO: 41900830941
Protocolo: 04/004231-6
Empresa: 41 2 0430192 4
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA

MARIA THEREZA LOPES SALOMAO
SECRETARIA GERAL

09/01/2004

JUNTA COMERCIAL
DO PARANÁ

autêntica
sta Junta

Comercial sob nº 41900830941
em 09/01/2004 e que existe(n)
posterior(es) registrada(s), conforme respectivo
Curitiba, 12 de 12 de 13

SERVA DE FOTOCÓPIA



03ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL



ROQUE LANDER MENEGAIS, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, natural do Estado de Santa Catarina, nascido em 22/05/1975, empresário, portador da cédula de identidade civil RG sob n.º 2.942.125, expedida pelo Instituto de Identificação do Estado de Santa Catarina e inscrito no CPF/MF sob n.º 782.211.889-72, residente e domiciliado na Rua Marechal Floriano, nr. 4003, Bairro Claudete, CEP: 85.811-150, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná e **ANDRÉA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAIS**, brasileira, natural do Estado de Santa Catarina, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 22/06/1975, empresária, portadora da cédula de identidade civil RG sob n.º 6.421.554-0 expedida pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná e inscrita no CPF/MF sob n.º 969.173.269-68, residente e domiciliada na Rua Marechal Floriano, nr. 4003, Bairro Claudete, CEP: 85.811-150, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, sócios componentes da sociedade mercantil por quotas de responsabilidade limitada que gira sob o nome empresarial **SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.**, com sede à Rua Marechal Floriano, nr. 4003, Sala 01, Bairro Centro, CEP: 85.811-150, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF 03.709.705/0001-70, com o contrato social constituído e arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob n.º 41204301924 em 22/03/2000 e última alteração contratual sob número 20020531842 em 14/03/2002, resolvem de comum acordo **ALTERAR** pela *terceira vez* seu contrato social constitutivo, através das cláusulas seguintes:

ALTERAÇÃO DA SEDE EMPRESARIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA: Face a presente alteração contratual, o endereço da empresa passa ser à Rua Marechal Deodoro, 3624, Bairro Centro, CEP: 85.810-200, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

DO ENQUADRAMENTO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA SEGUNDA: Declaram os sócios para fins de enquadramento da presente sociedade como microempresa, que o volume de receita bruta anual não excederá ao limite previsto na Lei 9.841, art. 2º, inciso I de 05/10/1999.

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem em vigor as demais cláusulas do contrato social constitutivo e posteriores alterações, que não foram modificadas através do presente instrumento contratual.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE COMUNICAÇÕES S/A
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES S/A
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
02ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL



Em casos omissos no presente contrato, serão resolvidos de acordo com as normas destinadas as empresas constituídas sob sociedade por quotas de responsabilidade limitada, atinentes à espécie, e no que couber, aplicar-se-á as normas das sociedades anônimas, condições estas todas conhecidas dos sócios, os quais a elas expressamente se obrigam.

E, por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente contrato social em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas infra nominadas e qualificadas.

Cascavel/PR, 28 de maio de 2007

SÓCIOS

 _____ Roque Lander Menegais	 _____ André Samuel do Nascimento Menegais
------------------------------------	--

TESTEMUNHAS INSTRUMENTÁRIAS

 _____ Márcio André de Souza RG: 6.812.550-2 SSP/PR	 _____ Celia R. Valentin Casagrande RG: 5.756.180-7 SSP/PR
--	---

REVISÃO CONTRATUAL – ELABORADO POR:

 _____ Márcio André de Souza CRC/PR 046220/O-1

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
ESCRITÓRIO REGIONAL DE CASCAVEL
CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 14/06/2007
SOB NÚMERO: 20072426799
Protocolo: 07/242679-9
Empresa: 41 2 0430192 4
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA
MÁRCIO ANDRÉ DE SOUZA
SECRETARIA GERAL
1459778

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
ESCRITÓRIO REGIONAL DE CASCAVEL
CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 14/06/2007
SOB NÚMERO: 20072426713
Protocolo: 07/242671-3
Empresa: 41 2 0430192 4
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA
MÁRCIO ANDRÉ DE SOUZA
SECRETARIA GERAL
1459782

alt
alt

DO PARANÁ

Junta Comercial sob nº 200 724 267 99

em 14 / 06 / 2007

Curitiba, 12 de 12 de 2013.

SERVIÇO DE FOTOCÓPIA


 **Menu Principal** ▼**Sistemas
Interativos**SRD »» Consultas »» Geral | [menu](#) [ajuda](#)**Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - OM****UF: MT****Município: Paranaíta****Entidade****Município****Data Outorga****Validade**

SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA

Paranaíta

29/03/2005

29/03/2015

Usuário: - **Data: 15/10/2014** **Hora: 18:22:56****Registro 1 até 1 de 1 registros****Página: [1]** **[Ir]** **[Reg]**  **Tela Inicial** **Imprimir** **Exportar Excel**



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD »» Consultas »» Geral | [menu](#) [ajuda](#)

Tela Inicial Resultado da Consulta

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
208	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	MT	Apiacás	FM	3	M	
1560 kHz	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	MT	Paranaíta	OM	3	M	
1490 kHz	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	MT	Vila Rica	OM	3	M	
289	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	PR	Sarandi	FM	2	H	
297	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	RS	Bom Jesus	FM	2	G	
1460 kHz	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	RS	Bom Retiro do Sul	OM	2	H	
254	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	RS	Boqueirão do Leão	FM	2	G	

Usuário: - Data: **15/10/2014** Hora: **18:23:59**

Registro **1** até **7** de **7** registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

[Menu Principal](#) ▼Sistemas
InterativosSRD »» Consultas »» Geral | [menu](#) [ajuda](#)

Consulta Geral - OM

Identificação do Canal PB

UF: MT
Município: Paranaíta
Frequência: 1560 kHz
Classe: C

Distrito:
Sub Distrito:
Local Especifico:
Fase: 3 - Licenciada

Dados da Entidade

Entidade: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA
Nome Fantasia:
Nº Estação: 690817290
Primeiro
Licenciamento: 18/08/2014 10:27:22

Fistel: 50401454894
CNPJ: 03.709.705/0001-70
Situação: Entidade não possui débitos
Último
Licenciamento: 18/08/2014 10:27:22

+ Dados do Plano Básico

+ Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: **Razão Social:** SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA**Nome Fantasia:** **Tipo de Usuário:** Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Cep: 85810200
Número: 3624
Município: Cascavel
Telefone: 45 33262509

Logradouro: RUA MARECHAL DEODORO
Complemento:
Distrito: Cascavel

Bairro: CENTRO
SubDistrito:

UF: PR**Fax:**

Endereço de Correspondência

Não Cadastrado

Telefone: **Fax:** **E-mail:**

Nome Fantasia

Nome Fantasia

Dados da Outorga

SCRAD Jurídico: **Data Publicação**
Contrato/Convênio: **SCRAD Técnico:** **Data Limite**
Instalação: **Número do Processo:** **Fistel:** 50401454894

+ Documentos Emitidos

+ Característica da Estação Instalada

+ Dados do Licenciamento



BOA NOITE
THAISA FREIRE DIOGO DE OLIVEIRA

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta | Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 03.709.705/0001-70

SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAIS	969.173.269-68	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	OM	Regional	MT	Paranaíta
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	OM	Regional	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Bom Retiro do Sul
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Apiacás
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Sarandi
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Bom Jesus
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Boqueirão do Leão
ROQUE LANDER MENEGAIS	782.211.889-72	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Boqueirão do Leão
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Boqueirão do Leão
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Bom Jesus
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Sarandi
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Apiacás
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	RS	Bom Retiro do Sul

SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	MT	Paranaíta
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Bom Jesus
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Sarandi
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Apiacás
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Bom Retiro do Sul
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	MT	Paranaíta

Usuário: [thaisaf.mc](#) - THAÍSA FREIRE DIOGO DE OLIVEIRA

Data: 15/10/2014

Hora: 18:24:08

Consulta Composição da Entidade...**Tipo de Consulta:** CPF**CPF:** 969.173.269-68

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAIS	969.173.269-68	CMM COMUNICACOES LTDA	11.045.251/0001-09	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	GO	Fazenda Nova
		CMM COMUNICACOES LTDA	11.045.251/0001-09	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	RS	Mata
		CMM COMUNICACOES LTDA	11.045.251/0001-09	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM	--	GO	Fazenda Nova
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	OM	Regional	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	OM	Regional	MT	Paranaíta
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Apiacás
		CMM COMUNICACOES LTDA	11.045.251/0001-09	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Mata
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Boqueirão do Leão
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Bom Retiro do Sul
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Bom Jesus
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Sarandi

Usuário: thaisaf.mc - THAÍSA FREIRE DIOGO DE OLIVEIRA**Data:** 15/10/2014**Hora:** 18:24:40



BOA NOITE
THAÍSA FREIRE DIOGO DE OLIVEIRA

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...













Tipo de Consulta: CPF

CPF: 782.211.889-72

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ROQUE LANDER MENEGAIS	782.211.889-72	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Boqueirão do Leão
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Bom Jesus
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Sarandi
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Apiacás
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	RS	Bom Retiro do Sul
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	MT	Paranaíta
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	MT	Paranaíta
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Apiacás
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Boqueirão do Leão
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Bom Retiro do Sul
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Bom Jesus

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Sarandi

Usuário: [thaisaf.mc - THAÍSA FREIRE DIOGO DE OLIVEIRA](#)
 Data: [15/10/2014](#)
 Hora: [18:24:45](#)

Processo Entidade Serviços Consulta Pública Assunto					THAISA.OLIVEIRA - USUARIO AVANÇADO					
Manter	Processo	UF	Localidade	Canal	Entidade	Assunto	Situação	Caixa	Serviço	Documento
	53000.047735/10				SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA			DOC2010		Sim
	53000.003467/13	MT			SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	117	206	MT 02		Não
	53000.035827/12	MT	APIACÁS		SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	111	206	ANATEL	FM	Não
	53000.071887/06	MT	APIACÁS	208	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	102	211	ARQSCE	FM	Não
	53670.001455/00	MT	APIACÁS	FM	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	101	206		FM	Não
	53000.065468/07	MT	CUIABÁ		SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	101	206	A7		Não
	53000.058341/05	MT	NOVA BRASILÂNDIA	1380	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	102	221	ANATEL	OM	Não
	53000.003384/05	MT	PARANAÍTA		SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	101	206	ANATEL	SARC-LTP	Não
	53000.039145/04	MT	PARANAÍTA	226	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	102	231	AVATEL	OM	Não
	53000.003383/05	MT	PARANAÍTA	OM	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	101	206	ANATEL	SARC-LTP	Não
	53000.027870/05	MT	VILA RICA	OM	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	102	228		OM	Não
	53000.027992/05	MT	VILA RICA	OM	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	101	218	ANATEL	SARC-LTP	Não
	53670.001129/00	MT	VILA RICA	OM	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	101	228	SLCOM	OM	Não
	53000.026921/13	PR	CASCADEL		SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	117	206	MT-02	OM	Não
	53790.000186/00	PR	CASCADEL		SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	101	228		FM	Não
	53000.036947/07	PR	CASCADEL		SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	101	206			Não
	53000.013216/11	PR	SARANDI		SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	116	206	PR2	FM	Não
	53000.029659/08	PR	SARANDI	205	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	102	228		SARC-LTP	Não
	53000.032923/03	PR	SARANDI	205	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	111	228		FM	Não
	53740.000485/00	PR	SARANDI	205	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	101	228		FM	Não
	53000.010500/06	PR	SARANDI	89,9	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	139	231	19	FM	Não
	53000.010499/06	PR	SARANDI	FM	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	103	206	ARQSCE -	FM	Não
	53000.024783/11	RS	BOM JESUS		SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	102	206	ANATEL	FM	Não
	53000.054851/11	RS	BOM JESUS		SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	130	206	ANATEL	FM	Não
	53790.000310/00	RS	BOM RETIRO DO SUL		SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	101	228		OM	Não
	53000.025379/10	RS	BOM RETIRO DO SUL		SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	123	206	ANATEL	OM	Não
	53000.012633/13	RS	BOM RETIRO DO SUL		SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	101	206	ANATEL	SARC-LTP	Não
	53000.047734/10	RS	BOM RETIRO DO SUL		SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	102	208	ARQSCE	OM	Não

Voltar

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº: 53900.020256/2014-60		
Entidade: SISTMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA		
Localidade: PARANAÍTA	UF: MT	Serviço: OM
Período: 29/03/2015 A 29/03/2025		

1. RELATIVOS À ENTIDADE				
Em cumprimento ao disposto no art. 5º do Capítulo III da Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012 (DOU de 11 de julho de 2012 – Seção I – Anexo II), e §3º do art. 33 do CBT, a interessada apresentou:				
Documentos	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl(s).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada?	X			01 (SEI-0172638)
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga?	X			07 (SEI-0172638)
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada?	X			07 (SEI-0172638)
4- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)?		X		
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)?	X			09 (SEI-0172638)
6- Comprovante de regularidade com o FISTEL?	X			08 (SEI-0172638)
7- Prova de regularidade relativa ao INSS?	X			13 (SEI-0172638)
8- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS?	X			12 (SEI-0172638)
9- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal?	X			10 (SEI-0172638)
10- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada?	X			11 (SEI-0172638)

11- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço?		X		
12- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) ATUALIZADA, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade? (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)		X		

2. RELATIVOS AOS SÓCIOS E/OU ADMINISTRADORES

Documentos	Nome (s)	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl(s).
13. Certidão de distribuição cível da Justiça Estadual. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI		X		
	ROQUE LANDER MENEGAI		X		
14. Certidão de distribuição cível da Justiça Federal. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI		X		
	ROQUE LANDER MENEGAI		X		
15. Certidão de distribuição criminal da Justiça Estadual. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI		X		
	ROQUE LANDER MENEGAI		X		
16. Certidão de distribuição criminal da Justiça Federal. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI		X		
	ROQUE LANDER MENEGAI		X		
OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.					

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **não atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:	
1. Ressalte-se que de acordo com as novas orientações da Conjur, deverão ser exigidos os documentos descritos nos itens 12 a 16 desta Lista.	
2. Representante (s) Legal (is): SIM	
3. Limites do Decreto – Lei nº 236/67: Os limites estão sendo respeitados (SIACCO - anexo)	
4. Existência de processo de transferência Direta: NÃO (RADTEC)	
Análise:	DATA

Observações:	
THAÍSA FREIRE DIOGO DE OLIVEIRA Técnico de Nível Superior	

NOTA TÉCNICA Nº 13794/2014/SEI-MC

Processo n.º: 53900.020256/2014-60

Assunto: EXIGÊNCIA I. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Sistema Plug de Comunicações Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Paranaíta, estado do Mato Grosso, referente ao seguinte período: 29/03/2015 a 29/03/2025.

ANÁLISE

2. Preliminarmente, cumpre informar que a Portaria n. 329, de 4 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2012, definiu novos procedimentos e critérios para a renovação de outorgas de concessões, permissões e autorizações dos serviços de radiodifusão.

3. De acordo com o § 4º do art. 4º do Capítulo I e o art. 5º do Capítulo III daquela Portaria, o Ministério das Comunicações deve instruir os pedidos e analisar a regularidade da documentação apresentada pela requerente, em consonância com o que dispõem os Anexos I, II e III. Além disso, o parágrafo único do art. 5º também prevê que, caso sejam constatadas omissões ou irregularidades passíveis de correção, a interessada deve ser notificada para regularizar o pedido.

4. Com efeito, em observância aos comandos normativos relatados nos parágrafos 2 e 3 e às normas vigentes sobre o assunto, procedemos à análise da documentação apresentada pela Entidade, conforme consta da Lista de Verificação de Documentos (0190519), concluindo que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos, em originais ou cópias autenticadas:**

- certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);
- provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;
- certidão de distribuição cível e criminal, das esferas Estadual e Federal, de todos os sócios e administradores;
- certidão de inteiro teor dos processos relacionados, em caso de Certidões cível ou criminal positivas;
- certidão da junta comercial atualizada, a fim de confirmar os quadros societários e diretivo da entidade.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opinamos pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos, sob pena de INDEFERIMENTO do pleito, com a consequente declaração de PEREMPÇÃO.



Documento assinado eletronicamente por **Regina Monica de Faria Santos, Chefe de Serviço**, em 23/12/2014, às 15:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador de Análise de Atos Societários**, em 23/12/2014, às 15:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Rodrigues Macedo, Coordenadora-Geral do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial**, em 23/12/2014, às 17:21, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1220035



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0190520** e o código CRC **C55AC7DD**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 15562/2014/SEI-MC

Brasília, 22 de dezembro de 2014

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA - ME
Rua Marechal Deodoro, n. 3.624, Centro
85.810-200 Cascavel/PR

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53900.020256/2014-60.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Em referência ao pedido de Renovação de Outorga apresentado por essa Entidade, encaminho cópia da Nota Técnica Nº 13794/2014/SEI-MC, com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo, ou o atendimento parcial à exigência implicará em indeferimento do pedido com consequente abertura de Processo Administrativo com vistas à declaração de **PEREMPÇÃO**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Rodrigues Macedo, Coordenadora-Geral do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial**, em 23/12/2014, às 17:21, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. Nº de Série do Certificado: 1220035



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0190521** e o código CRC **E08FBF6D**.

OF: 15562/2014/SEI-MC/GTCO/DEOC
AO REPRESENTANTE LEGAL DA
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA-ME
RUA MARECHAL DEODORO, Nº 3624 - CENTRO
CEP: 85810-200 CASCABEL-PR
PROC: 53900.020256/2014-60
RENOVAÇÃO DE OUTORGA



AR
☐

MP
☐

REGISTRADO URGENTE
REGISTERED PRIORITY

PESO / WEIGHT (kg)

JG 08952762 6 BR





AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JG 08952762 6 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

: h

: h

: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal

Ministério das Comunicações

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B, Sala 300-O

70044-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO

RETOUR

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B, Sala 300-O
70044-900 - Brasília - DF

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

OF: 15562/2014/SEI-MC/GTCO/DEOC
AO REPRESENTANTE LEGAL DA
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA-ME
RUA MARECHAL DEODORO, Nº 3624 - CENTRO
CEP: 85810-200 CASCABEL-PR
PROC: 53900.020256/2014-60
RENOVAÇÃO DE OUTORGA

UF

PAIS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI



PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE



EMS



SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Kátia Thiesen

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

21/01/15

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'AGENT

Agente de Correios/ADC
Mat. 3.559.163-7

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

21 JAN 2015

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

JG 08952762 6 BR

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

<u> </u> / <u> </u> / <u> </u>	<u> </u> / <u> </u> / <u> </u>	<u> </u> / <u> </u> / <u> </u>
: h	: h	: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Departamento de Cultura de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B, Sala 300-O
70044-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho da DRMC - RJ

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº: 53900.020256/2014-60		
Entidade: SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA		
Localidade: Paranaíta	UF: MT	Serviço: OM
Período(s): 29/03/2015 A 29/03/2025		

RELATIVOS À ENTIDADE				
DOCUMENTOS	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl(S).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;	X			01 (SEI-0172638)
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;	X			07 (SEI-0172638)
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;	X			07 (SEI-0172638)
4- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;		X		
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	X			2 Processo nº 53900.021119/2015-23
6- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	X			09 (SEI-0172638)
7- Comprovante de regularidade com o FISTEL;	X			08 (SEI-0172638)
8- Prova de regularidade relativa ao INSS;	X			13 (SEI-0172638)
9- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	X			12 (SEI-0172638)

10- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	X			10 (SEI-0172638)
11- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	X			11 (SEI-0172638)
12- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	X			2-3 Processo nº 53900.009291/2015-17
13- Certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;		X		
14- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);		X		
15- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade;	X			8 Processo nº 53900.009291/2015-17
16- Laudo de ensaio e laudo de vistoria, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;		X		

RELATIVOS AOS SÓCIOS / ADMINISTRADORES							
DOCUMENTOS	NOME (S)	1ª Instância		2ª Instância		NÃO SE APLICA	FI(S).
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
17. Certidão de distribuição cível da Justiça Estadual , de 1ª e 2ª instância;	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI	X					7 Processo nº 53900.009291/2015-17
	ROQUE LANDER MENEGAI	X					5 Processo nº 53900.009291/2015-17
18. Certidão de distribuição criminal da Justiça Estadual , de 1ª e 2ª instância;	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI	X					7 Processo nº 53900.009291/2015-17
	ROQUE LANDER MENEGAI	X					5 Processo nº 53900.009291/2015-17
19. Certidão de distribuição cível da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI	X					6 Processo nº 53900.009291/2015-17
	ROQUE LANDER MENEGAI	X					4 Processo nº 53900.009291/2015-17

20. Certidão de distribuição criminal da Justiça Federal, de 1ª e 2ª instância;	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI	X				6 Processo nº 53900.009/291/2015-17
	ROQUE LANDER MENEGAI	X				4 Processo nº 53900.009/291/2015-17
DOCUMENTOS	NOME (S)	SIM	NAO	NÃO SE APLICA	FI(S).	
21- prova de cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI		X			
	ROQUE LANDER MENEGAI		X			
22- certidão criminal da Justiça Eleitoral;	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI		X			
	ROQUE LANDER MENEGAI		X			
23- certidões de protestos de títulos;	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI		X			
	ROQUE LANDER MENEGAI		X			
OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.						

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **não atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:
Análise:
Analista: Fátima Soares Bikic Cargo: Analista Técnico Administrativo

NOTA TÉCNICA Nº 9535/2016/SEI-MC

Processo nº 53900.020256/2014-60

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Sistema Plug de Comunicações Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Paranaíta, estado do Mato Grosso, referente ao seguinte período: 29/03/2015 a 29/03/2025.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o presente feito deve ser instruído em conformidade com a manifestação jurídica referencial exarada pela Consultoria Jurídica - Conjuc, nos termos do Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (cujo inteiro teor se encontra disponível no sítio desta Pasta).

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, conforme consta da "Lista de Verificação de Documentos" (evento SEI nº1088533), restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

RELATIVOS À ENTIDADE:

- 3.1. declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;
- 3.2. certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;
- 3.3. certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);
- 3.4. laudo de ensaio dos transmissores, assinado por engenheiro habilitado, declarações e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, conforme legislação vigente;
- 3.5 laudo de vistoria da estação, assinado por engenheiro habilitado, declarações e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, conforme legislação vigente, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;

RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES:

- 3.6. certidões de distribuição cível e criminal, das esferas Estadual e Federal (de 2ª instância) e criminal eleitoral, de todos os sócios e administradores (**Obs: em caso de certidões cível ou criminal positivas deverá ser apresentada a correspondente certidão de inteiro teor dos processos relacionados**);
- 3.7. prova de cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;
- 3.8. certidões de protesto de títulos de todos os sócios e administradores.

4. Não obstante, submeta-se o feito à consideração da Coordenadora do Grupo de Trabalho da DRMC-RJ.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.



Documento assinado eletronicamente por **Fatima de Araujo Soares Bikic, Analista Técnico Administrativo**, em 28/04/2016, às 15:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado do Rio de Janeiro**, em 29/04/2016, às 11:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1088548** e o código CRC **8BE8DB9C**.



Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho da Delegacia Regional do Rio de Janeiro
Rua Primeiro de Março, nº 64 - 1º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ CEP: 20010-900
Fone: (21) 2123-0120(21) 2123-0120

Ofício nº 13618/2016/SEI-MC

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA
Rua Marechal Deodoro, n. 3.624, Centro
85.810-200 Cascavel/PR

Assunto: **Exigência. Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53900.020256/2014-60**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 9535/2016/SEI-MC , com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa**, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado do Rio de Janeiro, em 29/04/2016, às 11:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1088550** e o código CRC **F7EA5268**.

Data de Envio:

02/05/2016 08:50:26

De:

MC/DRMC-RJ (SEI-MC) <drmc-rj.sei@comunicacoes.gov.br>

Para:

roque@sistemaplug.com.br

sei@sistemaplug.com.br

cezar@sistemaplug.com.br

Assunto:

Exigência para Renovação de Outorga - Localidade Paranaita/MT

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.020256/2014-60

Segue em anexo, documentação referente à exigência resultante da análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,

Grupo de Trabalho da Delegacia Regional do Rio de Janeiro

Ministério das Comunicações

Anexos:

Nota_Tecnica_1088548.html

Oficio_1088550.html

**Secretaria de Estado
de Fazenda**

Data: 24/02/2017 - 17:10:46

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS E OUTRAS IRREGULARIDADES
FISCAIS - CNDI Nº 0018848967****CERTIDÃO REFERENTE A PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS
CONTROLADAS PELA SEFAZ/MT, PARA FINS DE RECEBIMENTO DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**Data de emissão: **24/02/2017**Hora de emissão: **17:10:49**Certidão fornecida para o CNPJ/MF : **03.709.705/0001-70**Nome: **SISTEMA PLUG DE COMUNICACAO LTDA**

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria nº 24/2005-SEFAZ, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CNDI, da Secretaria de Estado de Fazenda, pendência fiscal, em nome do Contribuinte acima indicado, bem como dos seus sócios e demais empresas de cujo capital social aquele participe e da(s) sua(s) matriz e filiais.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir valores relativos a tributos estaduais e seus acréscimos legais, mesmo lançados, bem como em razão de posterior lançamento ou apuração, ou decorrentes de inexatidão da informação prestada pelo contribuinte ou, ainda, do restabelecimento da exigibilidade do crédito tributário, inclusive quando objeto de NAI.

OBS. A presente Certidão não alcança débitos fiscais já encaminhados para inscrição em Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, nem o cumprimento de obrigações principais ou acessórias, cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CNDI/SEFAZ.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet no endereço:

www.sefaz.mt.gov.br

Certidão valida até: **25/03/2017**

Código de Autenticação: **TKKTLT72MMB7B2K2**

Página **1** de **1**

[Retornar](#)



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PARECER Nº 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO Nº 53900.025989/2015-71

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comercial.

Radiodifusão comercial. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer. Devolução de todos os processos similares para a SCE.

I – Relatório

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comercial, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A referida solicitação decorre da ausência de uniformidade no entendimento desta Consultoria Jurídica sobre os documentos necessários a regular instrução dos processos de renovação, conforme retratado, por exemplo, na Nota Técnica nº 3582/2015/SEI-MC.
3. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
4. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

5. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

6. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
7. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 30% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica se referem à renovação de outorgas. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há cerca de 5.000 processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
8. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
9. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

Em alguns casos, no entanto, o processo necessita de exame jurídico mais acurado.

10. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
11. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Breves considerações sobre o processo de renovação de outorgas dos serviços de radiodifusão comercial.

12. O procedimento de renovação se inicia a partir da apresentação de requerimento da entidade, observado o prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do prazo de vigência da outorga. Esta regra está prevista nos seguintes diplomas normativos:

Lei 5.785/1972. Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Ministério das Comunicações, no período compreendido entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do respectivo prazo.

Decreto nº 88.066/1983. Art. 3º As entidades que pretenderem a renovação deverão dirigir requerimento ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Telecomunicações-DENTEL, no período compreendido entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término das respectivas concessões e permissões.

Portaria nº 329/2012. Art. 4º O pedido de renovação será dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações e apresentado na sede, nas Delegacias Regionais do Ministério das Comunicações ou encaminhado por via postal, mediante carta registrada. § 1º O pedido referido no caput deve ser apresentado no prazo legal compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.

13. Junto com o requerimento, a entidade deve apresentar uma série de documentos, a maior parte deles previsto no Anexo II da Portaria nº 329/2012. Outros são exigidos em razão de entendimentos firmados por esta CONJUR e pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica - SCE. Em caso de omissão ou irregularidades passíveis de correção, a entidade será notificada visando à regularização do pedido (art. 5º, parágrafo único, Portaria nº 329/2012).
14. Verificada a tempestividade do requerimento, a regularidade da documentação apresentada, bem como o cumprimento das exigências legais, regulamentares e contratuais aplicáveis ao serviço, o pedido de renovação será deferido pelo Ministério das Comunicações (art. 2º, Portaria nº 329/2012). Neste caso, a entidade é convocada para assinatura de termo aditivo ao instrumento original, sendo que a sua eficácia fica suspensa até a deliberação do Congresso Nacional, mediante a publicação do respectivo decreto legislativo (art. 9º, Portaria nº 329/2012).
15. Em sentido contrário, será declarada a perempção da concessão ou da permissão nos casos de: (i) intempestividade do pedido, ressalvada a hipótese de extinção da outorga por decurso de prazo; (ii) não cumprimento das exigências legais, regulamentares e contratuais aplicáveis ao serviço; (iii) não apresentação da documentação solicitada pelo Ministério das Comunicações; (iv) aplicação de pena de cassação; e (v) excesso aos limites de outorgas de

serviços de radiodifusão (art. 10, Portaria nº 329/2012).

16. Antes de ser declarada a perempção, é assegurado o contraditório e a ampla defesa da interessada, que poderá apresentar defesa no prazo de trinta dias, a contar da notificação (art. 12, Portaria nº 329/2014). Por fim, declarada a perempção, o processo deve ser remetido para deliberação do Congresso Nacional, a quem compete a palavra final sobre a não renovação da outorga, observado o quorum qualificado de que trata o § 2º do art. 223 da Constituição Federal.

II.III. Da documentação a ser conferida nos processos de renovação de outorga.

17. Como já ressaltado, a análise dos pedidos de renovação é, em boa parte, limitada à conferência de documentos. A lista consolidada é a seguinte:

	DOCUMENTO	FUNDAMENTO
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.	Art. 112, Dec. nº 52.795/1963; Art. 3º, parágrafo 1º, Dec. nº 88.066/1993
2	Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, caso haja a renovação da outorga; (iii) atende as finalidades educativas e culturais.	§3º do art. 14 do Dec. nº 52.795/1963; art. 12 do Dec. Lei nº 236/1967; Anexo II, Port. 329/2012 e art. 1º do Decreto nº 88.066/1983
3	Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada.	Art. 38, alínea “a” da Lei nº 4.117/1962; Anexo II, Port. 329/2012.
4	Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).	Art. 3º, parágrafo 1º, alínea b, Dec. nº 88.066/1993; Anexo II, Port. 329/2012.
5	Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de	Art. 3º, parágrafo 1º, alínea b, Dec. nº 88.066/1993;

	recolhimento dos últimos cinco anos).	Anexo II, Port. 329/2012.
6	Comprovante de regularidade com o FISTEL.	Art. 15, § 3º, alínea e, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
7	Prova de regularidade relativa ao INSS.	Art. 15, § 3º, alínea c, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
8	Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 15, § 3º, alínea c, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
9	Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.	Art. 15, § 3º, alínea d, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
10	Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.	Art. 15, § 3º, alínea d, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
11	Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.	Art. 15, § 3º, alínea d, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
12	Certidão negativa de débitos – Justiça do Trabalho	Art. 29, V, Lei nº 8.666/1993.
13	Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata).	Art. 15, §2º, alínea b, Dec. 52795/1963.
14	Certidões negativas de distribuição cível e criminal das Justiças Estadual, Federal e Eleitoral, da primeira e segunda instâncias, e certidões de protestos de títulos de todos os sócios e administradores.	Art. 15, § 4º, alínea b, Dec. nº 52.795/1963.
15	Relatório das sanções administrativas aplicadas à entidade durante o período de vigência da outorga.	Art. 33, §3º da Lei nº 4.117/1962.
16	Certidão atualizada da Junta Comercial	Art. 15, §1º, alínea a, Decreto nº 52.795/1963.
17	Laudo técnico ou documento equivalente, elaborado por engenheiro habilitado.	Art. 33, § 3º, art. 67, par. único, da Lei nº 4.117/1962; art. 40, § 1º, art. 48, art. 122, 28, Dec.

52.795/1962

18. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.
19. Quanto ao requerimento, a tempestividade é o requisito fundamental a ser considerado, tendo em vista o disposto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972. Com efeito, além de estabelecer o prazo legal a ser observado pelas emissoras, este dispositivo menciona, ainda, em seu § 2º, que o pedido será deferido “havendo a concessionária ou permissionária *requerido a renovação no prazo*”.
20. Por isso mesmo, o § 3º do art. 4º da Portaria nº 329/2012 é expresso ao mencionar que os pedidos de renovação apresentados fora do prazo “serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações”. Dispositivo com conteúdo similar encontra-se no art. 2º da Portaria nº 153/2012.
21. Em suma, a tempestividade do requerimento é condição para o deferimento do pedido de renovação (art. 2º, I, Port. 329/2014), sendo a sua intempestividade causa de declaração de perempção (art. 10, I, Port. 329/2014). Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar se o pedido do requerente é ou não tempestivo.
22. Os documentos números 02 a 13 estão expressamente previstos nas normas indicadas no quadro, dispensando comentários adicionais.
23. Registre-se, apenas, quanto à certidão negativa de débitos perante a Justiça do Trabalho (documento 12), que se trata de nova exigência legal, instituída pela Lei nº 12.440/2011, aplicável a todas as contratações públicas efetuadas com base na Lei nº 8.666/1993.
24. A não apresentação ou a existência de certidões positivas para os casos previstos nos documentos de números 2 a 13 levarão ao descumprimento de critério objetivo, o que ocasionará, caso não haja regularização, a declaração de perempção e proposta de não renovação da outorga. Esses documentos, portanto, são passíveis de simples conferência pela área técnica, ficando dispensada a avaliação jurídica individualizada pela CONJUR.
25. Em suma, nesses casos, caberá a SCE instruir o processo com vistas à renovação, se apresentadas as certidões negativas e de regularidade, ou à perempção, se o contrário ocorrer.
26. Por sua vez, as certidões negativas de distribuição cíveis e criminais são instrumentos para a avaliação da idoneidade moral dos sócios e administradores da entidade, conforme exige o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962. Nesses termos, apresentadas as certidões negativas, não será necessária a avaliação individualizada da Consultoria Jurídica, pois preenchido o requisito firmado neste Parecer.
27. No caso de certidões positivas, a certidão de objeto e pé somente deve ser exigida quando a consulta ao *site* do respectivo tribunal não for suficiente para se obter a informação pretendida. De modo que este documento possui caráter subsidiário, tendo por finalidade complementar as informações nos casos em que não seja possível obtê-las por outras formas mais céleres, como a consulta na internet.
28. Em recente manifestação sobre o tema, o Despacho nº 3782/2014/ALM/CGCE

/CONJUR-MC/CGU/AGU, que aprovou com ressalvas o Parecer nº 1293/2014/RVP/CGCE /CONJUR-MC/CGU/AGU, firmou orientação no sentido de serem considerados, para fins de idoneidade moral, as hipóteses previstas na Lei da Ficha Limpa, isto é, a Lei Complementar nº 135/2010, que alterou a Lei Complementar nº 64/1990. Confira-se o seguinte trecho do Despacho:

A lista dá embasamento legal para afirmar quais são as hipóteses nas quais a empresa deve ser excluída do certame ou impedida de assinar o contrato por inidoneidade moral dos sócios. Com efeito, a Lei da Ficha Limpa constitui interessante balizador para a fixação de um conceito de idoneidade. Por óbvio, exclui-se, de plano, a hipótese prevista na alínea “a” do inciso I do art. 1º da LC nº 64/1990. Ora, analfabetos não são incapazes.

O entendimento aqui posto é o de que, se o interessado pode ser eleito para um cargo público, até mesmo para Presidente da República acaso não incida em uma das hipóteses previstas na referida Lei, o que, deveras, constitui o maior múnus para uma pessoa no País, poderia ser sócio de uma empresa com outorga de serviço de radiodifusão. Resta claro, pois, o atendimento de dois princípios do ato administrativo, razoabilidade e proporcionalidade.

Nesses casos, serão utilizados como parâmetro para a vigência da pecha da inidoneidade moral os mesmos prazos utilizados pela Lei mencionada para a inelegibilidade.

29. Assim, deverão ser considerados inidôneos, para fins do disposto no art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962, os sócios e administradores que apresentem condenação, transitada em julgada ou proferida por órgão colegiado, nas seguintes hipóteses previstas no art. 1º da LC nº 64/1990, com redação dada pela LC nº 135/2010:

Art. 1º São inelegíveis:

I - para qualquer cargo:

[...]

e) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes: ([Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

1. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

2. contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

3. contra o meio ambiente e a saúde pública; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

4. eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

5. de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

6. de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; ([Incluído pela Lei](#)

[Complementar nº 135, de 2010\)](#)

7. de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

8. de redução à condição análoga à de escravo; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

9. contra a vida e a dignidade sexual; e [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

10. praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

[...]

g) os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no [inciso II do art. 71 da Constituição Federal](#), a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição; [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

h) os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes; [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

[..]

j) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da eleição; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

[...]

l) os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

[...]

n) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de terem desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão que reconhecer a fraude; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

o) os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o

ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

p) a pessoa física e os dirigentes de pessoas jurídicas responsáveis por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão, observando-se o procedimento previsto no art. 22; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

30. Assim, a outorga não poderá ser renovada nos casos em que se constatar que algum ou alguns dos sócios ou administradores tenham sido condenados por crimes graves, infrações eleitorais ou por improbidade administrativa, conforme as hipóteses e os prazos acima transcritos.

31. Aliado a essas situações, cabe considerar o disposto no seguinte acórdão, julgado pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ, a respeito da legitimidade e do alcance do conceito de idoneidade moral. A ementa é a seguinte:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. REVOGAÇÃO DE PERMISSÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA. INOCORRÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. INTERRUÇÃO DO SERVIÇO POR INTERESSE PÚBLICO. NÃO-DEMONSTRAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS LEGAIS PARA OUTORGA DA RENOVAÇÃO DA PERMISSÃO.

1. Extraí-se dos autos que o Ministério das Comunicações editou a Portaria MC nº 111, de 11/03/1985, outorgando à Rádio Club de Cuiabá Ltda. permissão de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada pelo prazo de 10 anos e sem direito de exclusividade, tendo sido renovada a referida permissão pela Portaria MC nº 361, de 24/07/2000, com data retroativa a 13/03/1995. Todavia, em 22/08/2003 o Ministro de Estado das Comunicações editou a Portaria MC nº 420, de 25/08/2003, revogando, em razão da inidoneidade moral da permissionária e do não atendimento do interesse público, a Portaria nº 361/2000.

2. Inocorrência de cerceamento de defesa na condução do processo administrativo que culminou com a edição da Portaria nº 420/2003, visto que a interrupção dos serviços de radiodifusão deu-se em caráter preventivo, atendendo ao interesse público, tendo em vista **a fundada imputação de inidoneidade do sócio majoritário da emissora, que exerce as funções de gerente da Rádio, que consoante certidão fornecida pela Justiça Federal da Seção Judiciária do Mato Grosso, tem contra si diversos processos criminais tramitando naquele órgão do judiciário federal. Instauração do devido processo no âmbito do Ministério das Comunicações, a fim de revisar a outorga da renovação da permissão em comento, onde foi oportunizada a apresentação de defesa.**

3. Absoluta legalidade do ato que revogou a renovação da permissão anteriormente outorgada, plenamente amparado pelos dispositivos legais regentes da espécie. Cuidando de hipótese de permissão de serviços de radiodifusão, aplica-se ao caso as disposições pertinentes do Código Brasileiro de Telecomunicações - Lei nº 4.117/62 - que define os requisitos necessários para renovação de permissões.

4. A Constituição Federal (art. 223, § 3º) exige a deliberação do Congresso Nacional acerca dos atos de outorga e renovação das permissões dos serviços de radiodifusão, a fim de que adquiram eficácia legal. Na hipótese, verifica-se que tal apreciação pelo

Congresso Nacional não ocorreu até à época da revogação da Portaria de renovação ora impugnada.

5. A renovação dos serviços de radiodifusão da impetrante não chegou a produzir efeitos jurídicos capazes de amparar a pretensão mandamental deduzida, à consideração de que ao tempo da indigitada revogação ainda estava pendente a aprovação pelo Congresso Nacional exigida pela Carta Magna.

6. Segurança denegada. Agravo regimental prejudicado. (STJ, Primeira Seção, MS nº 9.306-DF, Rel. Min. José Delgado, julgado em 24/03/2004).

32. Do parecer exarado pelo Ministério Público Federal no processo, merece transcrição a seguinte passagem, acolhida como fundamento para a decisão do STJ:

Na presente hipótese, os documentos inclusos [...] comprovam, sem sombra de dúvida, que os sócios [...] são **pessoas com envolvimento com o crime organizado do país**. O primeiro, inclusive com **quatro mandados de prisão preventiva** na Seção Judiciária do Mato Grosso, em decorrência de quatro ações penais. A segunda sócia também tem contra si decretada prisão preventiva em decorrência de ação penal.

Vê-se, pois, que **não se trata apenas de um sócio envolvido em atividades 'supostamente' criminosas, como quer fazer crer a impetrante, mas de três sócios comprovadamente envolvidos em tais atividades** (ver fls. 23/24 e 227 do Processo Administrativo). **E por ser a idoneidade moral do dirigente, requisito essencial para a outorga do serviço de radiodifusão, bem como para sua renovação, a comprovada inidoneidade moral do sócio majoritário e gerente contamina, pois, a pessoa jurídica, justificando a não-renovação da outorga.** (...)

33. Como se pode observar, o precedente do STJ firma mais um importante parâmetro a ser considerado na avaliação da idoneidade moral. Trata-se do comprovado envolvimento dos sócios e dirigentes com atividades criminosas, mesmo que a hipótese não se enquadre, integralmente, na Lei da Ficha Limpa. No caso acima mencionado, o STJ entendeu que impediria a renovação da outorga o fato de estarem em curso diversas ações penais, além da decretação de prisão preventiva em face dos sócios.

34. Diante disso, se as certidões juntadas aos autos apontarem para existência de outras situações que revelem o comprovado envolvimento dos sócios ou dirigentes com atividades criminosas, ainda que não enquadradas na Lei da Ficha Limpa, não será viável, juridicamente, a renovação da outorga. Trata-se de um requisito aberto, cuja avaliação deve ser efetuada por esta CONJUR, após manifestação da área técnica. Por isso, nesses casos, os autos devem ser remetidos para avaliação jurídica individualizada.

35. Do exposto acima, decorre que outras ações ou decisões judiciais, em particular as que dizem respeito apenas à vida privada do sócio ou dirigente, não maculam a idoneidade moral, não constituindo, por si só, impedimento à renovação das outorgas. É o caso, por exemplo, de execuções fiscais (a regularidade fiscal é comprovada pelas certidões fazendárias) e as ações cíveis em geral, tais como as de família e as possessórias.

36. Por fim, outra questão a ser considerada para fins de avaliação da idoneidade moral é a de condenação, por decisão administrativa definitiva, no caso de atividade clandestina de telecomunicações. Segundo justificativa que consta do Despacho:

Vislumbra-se, ainda, outra possibilidade que pode ferir a idoneidade moral dos sócios. É o caso no qual o licitante está a desenvolver atividade clandestina de

telecomunicações. Na hipótese, a pecha decorre da ausência de boa-fé entre o infrator e a própria Administração com a qual se pretende contratar.

[...]

Neste caso a declaração de inidoneidade moral será de cinco anos do trânsito em julgado administrativo do PADO, mesmo prazo considerado pela Anatel na caracterização dos antecedentes.

37. Assim, a Secretaria deverá verificar se existe alguma informação ou suspeita nos autos de que o interessado ou a empresa está a desenvolver operação clandestina do serviço.
38. Como a avaliação da idoneidade moral possui cunho eminentemente jurídico, havendo certidões positivas ou indícios de que a empresa ou o interessado está desenvolvendo atividade clandestina, os autos deverão ser encaminhados para a Consultoria Jurídica acompanhados dos documentos instrutórios mencionados, bem como com a posição da SCE a respeito (se seria ou não caso de declaração de perempção), conforme indicado no Anexo a este Parecer.
39. Por sua vez, a certidão atualizada da junta comercial (documento 16) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade. Assim, caberá à área técnica analisar a referida certidão e conferir os quadros societário e diretivos, tomando as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR os casos de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
40. Finalmente, o laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado (documento 17), tem por objetivo a comprovação da idoneidade técnica da entidade. Conforme expresso na Nota nº 52/2014:

Com efeito, o atendimento às exigências técnicas necessárias para prestação dos serviços é requisito indispensável estabelecido por lei para renovação das outorgas de radiodifusão concedidas pelo Poder Público. Nesse sentido, há disposição expressa no art. 33, § 3º, do Código Brasileiro de Telecomunicações, o qual estabelece que a renovação da outorga poderá ser deferida se ‘os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, mantido a mesma idoneidade técnica, financeira e moral, e atendido o interesse público’. [...] Portanto, dentre outras questões, a análise técnica é obrigatória [...].
41. Assim, em que pese as ressalvas de aprovação do Despacho nº 499/2014, o entendimento acima transcrito é o mais adequado para fins de objetivação do rol de documentos a serem exigidos no processo de renovação. Daí, então, a necessidade de apresentação de laudo técnico ou documento equivalente, elaborado por engenheiro habilitado.
42. Cabe à SCE definir os parâmetros técnicos a serem descritos e comprovados no documento em questão. Do ponto de vista legal, a exigência cinge-se à necessidade de elaboração e assinatura de documento por engenheiro habilitado, o qual deverá atestar e se responsabilizar pelo atendimento às exigências técnicas firmadas no licenciamento.
43. A SCE, ainda, deverá analisar se o laudo técnico atende aos requisitos aprovados por ocasião da aprovação de locais e licenciamento, bem como, no processo de alteração de características técnicas. Trata-se, pois, de análise técnica.
44. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborado *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de

renovação. Essa relação com a devida conferência dos documentos apresentados deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada, ressalvadas as hipóteses a seguir mencionadas.

45. Com efeito, como afirmado antes, nos casos de análise de idoneidade moral e de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, conforme indicado no Anexo a este Parecer.

III - Conclusão

46. Ante o exposto, opinamos pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comercial.
47. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchido e juntado aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos especificados no Anexo a este Parecer ou de dúvida jurídica fundada.
48. À consideração superior.

ANEXO - PARECER REFENCIAL Nº XX/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMERCIAL

	DOCUMENTOS				
			SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.				
1.1.		O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: (i) não possui autorização para				



Documento assinado eletronicamente por **Alexsandro Lemos Maia**, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, em 29/05/2015, às 14:47, conforme art. 3º, III, "b", da

	executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, caso haja a renovação da outorga; e (iii) atende as finalidades educativas e culturais				Portaria MC 89/2014.
3	Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada.				
4	Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).				
5	Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).				
6	Comprovante de regularidade com o FISTEL.				
7	Prova de regularidade relativa ao INSS.				
8	Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.				
9	Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.				
10	Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa				

	jurídica interessada, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.			
11	Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.			
12	Certidão negativa de débitos – Justiça do Trabalho			
13	Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata).			
14	Certidões negativas de distribuição cível e criminal das Justiças Estadual, Federal e Eleitoral, da primeira e segunda instâncias, e certidões de protestos de títulos de todos os sócios e administradores.			
14.1	Em caso de certidão positiva, há condenação, por decisão transitada em julgado ou em órgão colegiado, nas hipóteses do art. 1º, inciso I, alíneas “e”, “g”, “h”, “j”, “l”, “n”, “o” e “p” da Lei Compl. 64/1990? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			
14.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à idoneidade moral, tais como ações criminais em curso ou a decretação de prisão, operação clandestina do serviço, que apontem para o comprovado envolvimento do sócio ou dirigente com atividades criminosas? Em caso			

	afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			
15	Foi aplicada pena de cassação durante o período de vigência da outorga?			
16	Certidão da junta comercial atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade.			
17	Laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado.			



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 29/05/2015, às 15:04, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.
Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0527468** e o código CRC **8964DCF6**.



Art. 21. Esta Medida Provisória entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 22. Ficam revogados a Medida Provisória nº 2.151-3, de 24 de agosto de 2001, o art. 2º, o § 5º do art. 3º, e os arts. 4º e 5º da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, e o art. 150 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Brasília, 28 de agosto de 2002; 181ª da Independência e 114ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Geraldo Magela da Cruz Quintão
Paulo de Tarso Ramos Ribeiro
Guilherme Gomes Dias

DECRETO DE 28 DE AGOSTO DE 2002

Outorga concessão às entidades que mencionam, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão às entidades abaixo mencionadas para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I - Rádio Tradição Ltda., na cidade de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000640/2000 e Concorrência nº 117/2000-SSR/MC);

II - Sistema Gois de Radiodifusão Ltda., na cidade de Água Boa, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001122/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

III - Jea Comunicações Ltda., na cidade de Aripuanã, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001128/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

IV - Sociedade Barrabugrense de Comunicação Ltda., na cidade de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001120/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

V - Sistema Plug de Comunicações Ltda., na cidade de Nova Brasilândia, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001129/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

VI - Sistema Plug de Comunicações Ltda., na cidade de Paranaíba, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001129/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

VII - Sistema Gois de Radiodifusão Ltda., na cidade de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001122/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

VIII - Sistema Plug de Comunicações Ltda., na cidade de Vila Rica, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001129/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

IX - Agência Guanhanense de Comunicação Ltda., na cidade de Guanhanes, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000608/2001 e Concorrência nº 074/2001-SSR/MC);

X - Sistema Cariris de Radiodifusão Ltda., na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000607/2001 e Concorrência nº 074/2001-SSR/MC).

Art. 2º Fica outorgada concessão à Vídeo Express Ltda., para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Colatina, Estado do Espírito Santo (Processo nº 53660.000478/97 e Concorrência nº 106/97-SFO/MC).

Art. 3º As concessões ora outorgadas reger-se-ão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pelas outorgadas.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 5º Os contratos decorrentes destas concessões deverão ser assinados dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 4º, sob pena de tornar-se nula, de pleno direito, a outorga concedida.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de agosto de 2002; 181ª da Independência e 114ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Juarez Quadros do Nascimento

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 759 e 760, de 28 de agosto de 2002. Comunica ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, respectivamente, que se ausentará do País no período de 31 de agosto a 4 de setembro de 2002, para participar da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, República da África do Sul.

Nº 761, de 28 de agosto de 2002. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 65, de 28 de agosto de 2002.

Nº 762, de 28 de agosto de 2002. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Desvincula, parcialmente, no exercício de 2003 e subsequentes, a aplicação dos recursos de que tratam os arts. 48, 49 e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, pertencentes à União".

Nº 763, de 28 de agosto de 2002. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à aquisição de veículos automotores movidos a álcool etílico hidratado carburante e dá outras providências".

CASA CIVIL AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 21 DE AGOSTO DE 2002

Aprova Norma Regulamentar para a concessão do ressarcimento de estado e de custeio da remoção aos nomeados para cargos comissionados de que trata, nas situações e com os requisitos e procedimentos que estabelece.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto nos arts. 8º e 9º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001 e art. 22, da Lei nº 9.986, de 18 de junho de 2000, e nos Decretos nºs 1.840, de 20 de março de 1996, com a redação dada pelo Decreto nº 4.040, de 3 de dezembro de 2001 e nº 4.004, de 8 de novembro de 2001 e na Portaria nº 186, de 17 de agosto de 2000, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, resolve:

Art. 1º Aprovar Norma Regulamentar para a Concessão do Ressarcimento de Estado e Custeio da Remoção constante do Anexo desta Resolução, estabelecendo as situações abrangidas, os requisitos e os procedimentos para tal, aos profissionais nomeados para Cargos Comissionados de Direção (CD I e II), de Gerência Executiva (CGE I, II, III e IV), de Assessoria (CA I e II) e Técnico (CCT V e IV) da Agência e que, por isso, tenham de se deslocar da cidade de seu domicílio para exercício no Escritório Central da ANCINE, localizada na cidade do Rio de Janeiro - RJ, ou para qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio.

Art. 2º Deverá ser dada ampla divulgação interna à esta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução de Diretoria Colegiada entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUSTAVO DAHL
Diretor-Presidente

ANEXO

Art. 1º Esta Norma dispõe sobre as situações, os requisitos e os procedimentos para concessão do ressarcimento de despesas com estado e custeio de despesas com remoção que especifica, aos nomeados para Cargos Comissionados de Direção (CD I e II), de Gerência Executiva (CGE I, II, III e IV), de Assessoria (CA I e II) ou Técnico (CCT V e IV) na Agência Nacional do Cinema - ANCINE e que, por isso, tenham de se deslocar da cidade de seu domicílio para exercício no Escritório Central da ANCINE, localizada na cidade do Rio de Janeiro - RJ, ou para qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio.

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os fins e efeitos desta Norma são adotados os seguintes conceitos e definições:

I - Auxílio Moradia: valor pecuniário destinado ao custeio de despesa com estado do beneficiário de que trata o inciso III deste artigo, mediante ressarcimento, correspondente a até R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) mensais, observados, enquanto não fixados os limites de valores por nível do cargo, Município, Estado ou região, estabelecidos para a Administração Pública Federal direta, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme previsto na Lei nº 9.986, de 2000, combinada com o Decreto nº 1.840, de 1996, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 4.040, de 2001, os seguintes limites, em percentual, do valor máximo especificado para ressarcimento, considerando a equivalência entre os cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANCINE e os cargos em comissão do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores - DAS, estabelecida pelo Anexo à Portaria nº 186, de 17 de agosto de 2000, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

- a) CD I e CD II - 100%;
- b) CGE I - 95%;
- c) CGE II, CGE III, CA I, CA II e CCT V - 90%;
- d) CGE IV e CCT IV - 85%.

II - Moradia Funcional: imóvel de propriedade de particular, situado na cidade do Rio de Janeiro ou cidade em qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio, onde exercerá suas funções, passível de ocupação para fim residencial pelo beneficiário mediante contrato, acordo ou ajuste (casa, apartamento, apart-hotel, hotel);

III - Beneficiário: profissional nomeado para Cargo Comissionado de Direção (CD I e II), de Gerência Executiva (CGE I, II, III e IV), de Assessoria (CA I e II) ou Técnico (CCT V e IV) na ANCINE, que, em virtude de tal nomeação, tenha de se deslocar da cidade de seu domicílio para exercício no Escritório Central da ANCINE, localizada na cidade do Rio de Janeiro - RJ, ou para qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio;

IV - Imóvel Funcional: imóvel residencial de propriedade da União, situado no Distrito Federal, passível de permissão de uso a servidores.

Parágrafo único O Auxílio Moradia destina-se, apenas, ao ressarcimento do custeio do valor das despesas do beneficiário com alojamento, não estando incluídas outras despesas tais como: condomínio, impostos, luz, água, telefone, seguro, taxas diversas, tarifas e contribuições de qualquer espécie;

I - no caso de imóvel residencial ou apart-hotel, do aluguel, não abrangendo quaisquer outras despesas relativas a tal locação, especialmente condomínio, impostos, luz, água, telefone, seguro, taxas diversas, tarifas, serviços e contribuições de qualquer espécie;

II - no caso de hotel ou apart-hotel, da diária standard ou de menor valor, excluídas quaisquer outras despesas ou serviços relativos a tal moradia.

DA CONCESSÃO DO AUXÍLIO MORADIA

Art. 3º O auxílio moradia será concedido provisoriamente no período de até 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, contado a partir da data de posse do beneficiário, para custeio de sua estada no Distrito Federal, enquanto são adotadas as providências necessárias à definição quanto a disponibilidade, ou não, de imóvel funcional.

Art. 4º O nomeado para cargo comissionado a que alude o art. 1º desta Norma fará jus, como beneficiário de que trata o inciso III, do art. 2º, mediante ressarcimento, condicionado à existência de disponibilidade orçamentária e financeira ao auxílio moradia.

Parágrafo único Não será concedido auxílio moradia a quem:

I - seja domiciliado em cidade localizada a até 100 (cem) quilômetros, inclusive, da cidade do Rio de Janeiro ou de cidade em qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio, onde exercerá suas funções;

II - tenha mudado seu domicílio para a cidade do Rio de Janeiro ou para cidade em qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio, onde exerce suas funções, em razão de nomeação para cargo anterior não incluído na relação constante nos incisos I e III, do art. 2º;

III - seja proprietário, promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário de imóvel residencial na cidade do Rio de Janeiro ou em cidade em qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio, onde exercerá suas funções ou em cidade localizada a até 100 (cem) quilômetros, inclusive, das mesmas, incluída a hipótese de lote edificado sem averbação da construção;

IV - seja cônjuge, companheiro ou companheira amparados por lei, de quem se encontre na situação descrita no inciso III.

DA SOLICITAÇÃO

Art. 5º Para instruir o processo de concessão do auxílio moradia, o beneficiário deverá encaminhar à Secretaria de Gestão Interna - SGI, solicitação por escrito e acompanhada dos seguintes documentos:

I - declaração, assinada em conjunto pelo cônjuge, companheiro ou companheira amparados por lei, de que não são proprietários, promitentes compradores, cessionários ou promitentes cessionários de imóvel residencial na cidade do Rio de Janeiro ou em cidade em qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio, onde exercerá suas funções ou em cidade localizada a até 100 (cem) quilômetros, inclusive, das mesmas, incluída a hipótese de lote edificado sem averbação da construção;

II - certidão negativa dos cartórios de registro de imóveis da cidade do Rio de Janeiro ou da cidade em qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da do domicílio do beneficiário, onde este exercerá suas funções;

freqüência 1560

VIRE



Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 475, DE 2004

Approva o ato que autoriza a A VOZ DE LAGOA SANTA - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAGOA-SANTENSE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E RADIODIFUSÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 989, de 12 de junho de 2002, que autoriza a A Voz de Lagoa Santa - Associação Comunitária Lagoa-Santense de Assistência Social e Radiodifusão a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 476, DE 2004

Approva o ato que outorga permissão à NOVA RADIO ZENITH LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conchas, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.074, de 26 de junho de 2002, que outorga permissão à Nova Rádio Zenith Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conchas, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 477, DE 2004

Approva o ato que renova a concessão da RADIO DIFUSORA JUNDIAIENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jundiá, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Decreto s/nº, de 13 de junho de 2001, que renova, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Difusora Jundiáense Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jundiá, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 478, DE 2004

Approva o ato que renova a concessão outorgada à RADIO ACAIACA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Decreto s/nº, de 14 de outubro de 1997, que renova, a partir de 3 de maio de 1988, a concessão outorgada à Rádio Acaiaca Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 479, DE 2004

Approva o ato que outorga permissão à RÁDIO VALE DO ARAÇÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Saudades, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.568, de 8 de agosto de 2002, que outorga permissão à Rádio Vale do Araçá Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Saudades, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 480, DE 2004

Approva o ato que outorga concessão ao SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranaíba, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Decreto s/nº, de 28 de agosto de 2002, que outorga concessão ao Sistema Plug de Comunicações Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranaíba, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 16 de agosto de 2004

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 481, DE 2004

Approva o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO MATER ECCLESIAE para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.646, de 28 de novembro de 2002, que outorga permissão à Fundação Mater Ecclesiae para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 16 de agosto de 2004

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 482, DE 2004

Approva o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JOAIMENSE CULTURAL DE RÁDIO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joazeiro, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.886, de 18 de setembro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Joaimense Cultural de Rádio a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joazeiro, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 483, DE 2004

Approva o ato que outorga concessão à PANTANAL SOM E IMAGEM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Decreto s/nº, de 4 de junho de 2001, que outorga concessão à Pantanal Som e Imagem Ltda. para explorar, por 10 anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 484, DE 2004

Approva o ato que renova a concessão da RÁDIO ARAPUAN LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Decreto s/nº, de 17 de julho de 2000, que renova, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão da Rádio Arapuan Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 485, DE 2004

Approva o ato que autoriza a FUNDAÇÃO ZULI MORAIS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caririçu, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 404, de 19 de março de 2002, que autoriza a Fundação Zuli Morais a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caririçu, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

03.702.233-01-70

Rua da Dolores, 25 - Jardim Guaporé -

Casimiro - CEP: 85.702.240

(043) 325-0511

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho da DRMC - RJ

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº: 53900.020256/2014-60		
Entidade: SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA		
Localidade: Paranaíta	UF: MT	Serviço: OM
Período(s): 29/03/2015 A 29/03/2025		

RELATIVOS À ENTIDADE				
DOCUMENTOS	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl(S).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;	X			01 (SEI-0172638)
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;	X			07 (SEI-0172638)
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;	X			07 (SEI-0172638)
4- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;	X			02 Processo nº 53900.037596/ 2016-91
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	X			02 Processo nº 53900.021119/2015-23
6- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	X			09 (SEI-0172638)
7- Comprovante de regularidade com o FISTEL;	X			08 (SEI-0172638)
8- Prova de regularidade relativa ao INSS;	X			13 (SEI-0172638)
9- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	X			12 (SEI-0172638)

10- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	X			10 (SEI-0172638)
11- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	X			11 (SEI-0172638)
12- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	X			2-3 Processo nº 53900.009291/2015-17
13- Certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;	X			03 Processo nº 53900.037596/ 2016-91
14- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);	X			04 Processo nº 53900.037596/ 2016-91
15- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade;	X			8 Processo nº 53900.009291/2015-17
16- Laudo de ensaio e laudo de vistoria, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;	X			05 a 29 Processo nº 53900.037596/ 2016-91

RELATIVOS AOS SÓCIOS / ADMINISTRADORES							
DOCUMENTOS	NOME (S)	1ª Instância		2ª Instância		NÃO SE APLICA	FI(S).
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
17. Certidão de distribuição cível da Justiça Estadual, de 1ª e 2ª instância;	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI	X		X			7 Processo nº 53900.009291/2015-17 E 44 e 45 Processo nº 53900.037596/ 2016-91
	ROQUE LANDER MENEGAI	X		X			5 Processo nº 53900.009291/2015-17 E 30 e 31 Processo nº 53900.037596/ 2016-91

18. Certidão de distribuição criminal da Justiça Estadual, de 1ª e 2ª instância;	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI	X		X			7 Processo nº 53900.009 291/2015- 17 E 42 e 43 Processo nº 53900.037 596/ 2016-91
	ROQUE LANDER MENEGAI	X		X			5 Processo nº 53900.009 291/2015- 17 E 32 e 33 Processo nº 53900.037 596/ 2016-91
19. Certidão de distribuição cível da Justiça Federal, de 1ª e 2ª instância;	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI	X		X			6 Processo nº 53900.009 291/2015- 17 E 40 e 41 Processo nº 53900.037 596/ 2016-91
	ROQUE LANDER MENEGAI	X		X			4 Processo nº 53900.009 291/2015- 17 E 34 e 35 Processo nº 53900.037 596/ 2016-91
20. Certidão de distribuição criminal da Justiça Federal, de 1ª e 2ª instância;	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI	X		X			6 Processo nº 53900.009 291/2015- 17 E 40 e 41 Processo nº 53900.037 596/ 2016-91

	ROQUE LANDER MENEGAI	X	X		4 Processo nº 53900.009 291/2015- 17 E 34 e 35 Processo nº 53900.037 596/ 2016-91
DOCUMENTOS	NOME (S)	SIM	NAO	NÃO SE APLICA	FI(S).
21- prova de cumprimento das obrigações eleitorais , mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI	X			47 Processo nº 53900.037 596/ 2016-91
	ROQUE LANDER MENEGAI	X			38 Processo nº 53900.037 596/ 2016-91
22- certidão criminal da Justiça Eleitoral ;	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI	X			46 Processo nº 53900.037 596/ 2016-91
	ROQUE LANDER MENEGAI	X			36 e 37 Processo nº 53900.037 596/ 2016-91
23- certidões de protestos de títulos ;	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI	X			48 Processo nº 53900.037 596/ 2016-91
	ROQUE LANDER MENEGAI	X			39 Processo nº 53900.037 596/ 2016-91

OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:

Observações:
Análise:
Analista: Fátima Soares Bikic Cargo: Analista Técnico Administrativo

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

DELEGACIA REGIONAL DO RIO DE JANEIRO

Processo nº 53900.020256/2014-60

Senhor Coordenador-Geral de Acompanhamento de Outorgas - CGAO,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à Sistema Plug de Comunicações Ltda., para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Paranaíta, estado do Mato Grosso, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Fatima de Araujo Soares Bikic, Analista Técnico Administrativo**, em 10/08/2016, às 10:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Delegado Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comu no Estado no Rio de Janeiro**, em 10/08/2016, às 10:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1282005** e o código CRC **89275A9B**.



Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> Consultas >>> Geral | menu ajuda

Consulta Geral - OM

Identificação do Canal PB

UF: MT
 Município: Paranaíba
 Frequência: 1560 kHz
 Classe: C

Distrito:
 Sub Distrito:
 Local Específico:
 Fase: 3 - Licenciada

Dados da Entidade

Entidade: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA
 Nome Fantasia:
 Nº Estação: 690817290
 Primeiro Licenciamento: 18/08/2014 10:27:22

Fistel: 50401454894
 CNPJ: 03.709.705/0001-70
 Situação: Entidade não possui débitos
 Último Licenciamento: 18/08/2014 10:27:22

+ Dados do Plano Básico

- Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 03709705000170 ◀

Pesquisar

Razão Social: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA
 Nome Fantasia: Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
 Número do CEP: 85810200 Logradouro: RUA MARECHAL DEODORO
 Número: 3624 Complemento:
 Município: Cascavel Distrito: Cascavel Bairro: CENTRO Estado: PR
 Telefone: 45 33262509 SubDistrito:
 Fax:

Endereço de Correspondência

País:
 Número do CEP: Logradouro:
 Número: Complemento:
 Município: Distrito: Bairro: Estado:
 SubDistrito:
 Telefone: Fax: E-mail:

Nome Fantasia

Nome Fantasia

Dados da Outorga

SCRAD Jurídico: 12865 Data Publicação Contrato/Convênio: 29/03/2005
 SCRAD Técnico: 12864
 Data Limite Instalação: 29/08/2003 Número do Processo: 536700011292000 ◀
 Fistel: 50401454894

- Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
		111111 ◀	Decreto ▾	MC ▾	28/08/2002 ◀	29/08/2002	Outorga ◀	Jur. ▾
		480 ◀	Decreto Legislativo ▾	CN ▾	16/08/2004 ◀	17/08/2004	Deliber. do C. Nacional	Jur. ▾
		148 ◀	Portaria ▾	MC ▾	25/07/2008 ◀	23/10/2008	Multa ◀	Jur. ▾
		636 ◀	Portaria ▾	MC ▾	08/08/2008 ◀	06/10/2008	Aprovação de Local	Téc. ▾

<input type="text"/>	<input type="text" value="6282"/>	<input type="text" value="ATO"/>	<input type="text" value="CMPRL"/>	<input type="text" value="16/10/2008"/>	<input type="text" value="17/10/2008"/>	Autoriza o Uso de Radiofrequência	<input type="text" value="Téc."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="5300"/>	<input type="text" value="ATO"/>	<input type="text" value="ER07"/>	<input type="text" value="02/09/2013"/>	<input type="text" value="30/09/2013"/>	Emissão de Ato de Alteração Técnica	<input type="text" value="Téc."/>

☒ Característica da Estação Instalada

☐ Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA - CNPJ/CPF(03.709.705/0001-70)
Município/UF: PARANAÍTA/MT
Indicativo: ZYI445

Situação: Entidade não possui débitos

Freq. PB: 1560

Classe PB: C

Características de Operação

Frequência: MHz

Dia Início

Dia Fim

Hora Início

Hora Fim

X

☒



Tela Inicial



Imprimir

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

DESPACHO

Processo nº: **53900.020256/2014-60**

Interessado(a): **SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA - ME**

1. Em atenção à solicitação de informações manifestada por meio do Despacho Interno DRMCTIC-RJ282005, comunicamos que não foram encontrados registros de Processos de Apuração de Infração - PAIs instaurados para apurar eventuais irregularidades praticadas pela SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA - ME, entidade outorgada a executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, 1 localidade de Pranaíta/MT, que tenham resultado ou venham a resultar na aplicação da penalidade de cassação.
2. Isso posto, restitua-se o processo acima mencionado À Delegacia Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações no Estado do Rio de Janeiro – DRMCTIC/RJ para que sejam tomadas as providências que julgar necessárias.



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Coordenador-Geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 11/08/2016, às 13:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1285362** e o código CRC **E71E3739**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Processo nº 53900.020256/2014-60 (Processos relacionados 53900.034146/2016-47 e 53900.037596/2016-91)

SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÃO LTDA

Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias (OM)

Paranaíba / MT - 1560 kHz - Pot. Diurna: 1,00 kW / Pot. Noturna: 0,25 kW

Períodos de renovação: 29/03/2015 a 29/03/2025.

INTRODUÇÃO:

- 1) Situação do Fistel: Sem débitos (Vide SRD em anexo).
- 2) Ato autorizativo mais recente: Portaria SCE nº 636 de 08/08/2008, DOU de 06/10/2008
- 3) Signatário do requerimento de resposta (Roque Lander Menegais) é representante legal da entidade. (Vide SIACCO em anexo).
- 4) Entidade apresentou em 15/06/2016 (Doc. SEI nº 1189356, protocolo nº 53900.037596/2016-91), Laudo de Ensaio do transmissor principal e Laudo de Vistoria da estação, às páginas 5 a 29, em cumprimento à exigência no Ofício nº 13618/2016/SEI-MC de 29/04/2016.
- 5) O transmissor ensaiado possui circuitos totalmente em estado sólido, sem utilização de válvulas, conforme prospecto técnico, em anexo, razão pela qual itens a este tipo de componente e proteções onde existam no transmissor tem tensões acima de 350 V, não são cabíveis ao caso.
- 6) Segundo o Laudo de ensaio do transmissor, o equipamento não opera com estereofonia, sendo monoaural, não sendo cabíveis, portanto, exigências quanto às medições relativas à estereofonia e SAP.

ANÁLISE QUANTO AO LAUDO DE ENSAIO DO TRANSMISSOR AUTORIZADO e Único:

Transmissor autorizado: MTA Eletrônica Industrial Ltda, modelo AM1500, certificação nº 3707120518.

- No **Laudo de Ensaio do transmissor principal apresentado** às págs. 5 a 18 foram constatadas as seguintes irregularidades que deverão ser sanadas:

. Não foram apresentadas no Laudo as medições de Distorção Harmônica para a potência de redução noturna prevista no PBOM de 250 W, conforme exigido no item 8.5.4.c da Res. Anatel nº 116/1999.

. Não foram apresentadas no Laudo as medições de Resposta de Audiofrequência para a potência de redução noturna prevista no PBOM de 250 W, conforme exigido no item 8.5.4.d da Res. Anatel nº 116/1999.

. Não foram apresentadas no Laudo as medições de atenuação de espúrios nas faixas de frequências afastadas de 10,2 a 20,0 kHz, de 20,0 kHz a 30,0 kHz e de 30,0 kHz a 60,0 kHz e 75 kHz da

portadora, na potência máxima autorizada do transmissor, conforme exigido no item 3.2.5 da Res. Anatel nº 116/1999.

- . Os valores de atenuação do 2º e 3º harmônicos apresentados não atendem ao mínimo exigido para a potência de operação de diurna (1,00 kW) que deverá ser maior ou igual a 73 dB. Informado: Maior que 70 dB.

- . Esclarecer os valores de Potência Primária informados, uma vez que os valores devem se referir à consumo (VA) do transmissor nas diversas potências autorizadas diurna e noturna, com modulação de 100% e sem modulação (0%), conforme exigido no item 8.5.4.i da Res. Anatel nº 116/1999.

- . Não foi informada no Laudo a existência ou não de conector de RF para monitor de frequência no transmissor ensaiado, conforme exigido no item 6.3.1.d da Res. Anatel nº 116/1999.

- . Não foram indicadas na lista de equipamentos utilizados nas medições, as informações de fabricante e modelo da carga artificial mencionada no item 8.5.6 do Laudo de Ensaio apresentado.

- . Não foi informado o tipo e quantidade de semicondutores utilizados no estágio final de RF, conforme exigido no item 8.5.5.4 da Res. Anatel nº 116/1999.

ANÁLISE QUANTO AO LAUDO DE VISTORIA

- No **Laudo de Vistoria da estação de ondas médias apresentado** às págs. 19 a 29 foram constatadas as seguintes irregularidades que deverão ser sanadas:

- . Não foram apresentadas as medições de frequência, desvios e potência do transmissor na potência noturna autorizada de 0,25 kW. Foram apresentadas, apenas, para a potência diurna de 1,00 kW.

- . Não foi apresentada a declaração do engenheiro vistoriador atestando serem verdadeiras as informações do Laudo de Vistoria, conforme exigido no item 8.4.17 da Res. Anatel nº 116/1999.

- . Não foi apresentada a declaração do representante legal da entidade atestando a presença do engenheiro no local da vistoria, conforme exigido no item 8.4.19 da Res. Anatel nº 116/1999.

CONCLUSÃO:

Da análise acima, se conclui pela necessidade de envio de ofício à entidade objetivando a regularização dos itens constatados como irregulares acima informados nos Laudos de Ensaio do transmissor e de Vistoria da Estação apresentados.

No Laudo de Vistoria apresentado está sendo considerada atendida a apresentação do Parecer Conclusivo, exigido no item 8.4.18 da Res. Anatel 116/1999, com os termos da declaração à pág. 24, assinada em conjunto pelo engenheiro vistoriador e o representante legal da entidade por ser esta similar aos termos do exigido Parecer Conclusivo.




Demais itens relativos às medições e observações visuais no transmissor constantes do Laudo de Ensaio, atenderam de forma satisfatória ao exigido pela Legislação do Serviço.

ANALISTA:

Almir Franco Arnaldo

DRMC-RJ

29/08/2016

Ação:  Incluir Pessoa Física  Incluir Pessoa Jurídica  Alterar  Excluir  Consultar

Entidade (Alteração)

Tipo Entidade: Pessoa Jurídica

CNPJ: 03.709.705/0001-70

Razão Social: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA

Nome Fantasia:

Tipo Sociedade: Limitada ▾

Natureza Sociedade: Empresa Privada ▾

Atividade Econômica: Comercial ▾

Grupo Econômico: >> Informe o grupo econômico << ▾

Endereço Sede

Endereço: RUA MARECHAL DEODORO

Número/Complemento: 3624

Bairro: CENTRO

Cidade: Cascavel

Telefone: (45)3326-2509

E-Mail: comercial@sistemaplug.com.br

CEP: 85.810-200

UF: PR

Fax: (45)3326-2509

Endereço/Telefone Sede - SRD

Endereço Correspondência

Endereço:

Bairro:

Cidade:

CEP:

UF:

Capital Social

Valor: 40.000,00

Moeda: R\$ - REAL ▾

Sociedade Limitada

Qtd. Cotas: 40.000

Valor de uma Cota: 0,00

Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vir. Cotas	EDITAR	DESVINCULAR
782.211.889-72	ROQUE LANDER MENEGAIS	25.000	25.000,00		
969.173.269-68	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAIS	15.000	15.000,00		

 Vincular Sócio

Conselho

 Vincular Conselheiro

Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	EDITAR	DESVINCULAR
782.211.889-72	ROQUE LANDER MENEGAIS	GERENTE		

 Vincular Diretor

Procurador

 Vincular Procurador

Representante

 Vincular Representante

☒ Recadastrado pela portaria Nº. 447

 Voltar  Confirmar



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
Almir Franco Arnaldo

Sistemas
Interativos



Menu Principal ▾

SRD »» Consultas »» Geral | internet | teia | menu | ajuda



Tela Inicial



Resultado da Consulta

Consulta Geral OM

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Âmbito de Atuação
1560 kHz	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	MT	Paranaíta	OM	3	M	Regional

Usuário: **Anatel\almir.mc - Almir Franco Arnaldo**

Data: **29/08/2016**

Hora: **09:54:26**

Registro **1** até **1** de **1** registros

Página: [1] [Ir] [Reg]



Gerência de Administração de Planos e Autorização de Uso de Radiofrequência Gerência de Autorização de Uso de Radiodifusão e Licenciamento de Estações

Impresso por: **Almir Franco Arnaldo**

Data/Hora: **29/08/2016 09:57:11**

Consulta Geral - OM

Identificação do Canal PB

UF: MT
Município: Paranaíta
Frequência: 1560 kHz
Classe: C

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:
Fase: 3 - Licenciada

Dados da Entidade

Entidade: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA
Nome Fantasia:
Nº Estação: 690817290
Primeiro Licenciamento: 18/08/2014 10:27:22

Fistel: 50401454894
CNPJ: 03.709.705/0001-70
Situação: Entidade não possui débitos
Último Licenciamento: 18/08/2014 10:27:22

☐ Dados do Plano Básico

Ocupante do Canal

Entidade: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA
Fase: 3 - Licenciada

Nº Fistel: 50401454894

Coordenadas Geográficas do Município

Município: Paranaíta/MT

Latitude: 9S393006

Longitude: 56W284296

Raio: 95

Coordenadas Geográficas

Latitude: 09 ° 41 ' 02 " 00 Sul

Longitude: 56 ° 28 ' 06 " 00

Local Específico: (opcional)

Dados Técnicos do Canal

Frequência: 1560 KHz

Classe:

Potência Diurna: 1 KW

Potência Noturna: 0,25 KW

Campo Caract.(EC): 316 mV/m

Sistema Irradiante

Possui diretivos?: Não

Alt. da Torre: 55

Histórico / Observações

Histórico:

SG27/88,SNC72/90;RESOLUCAO ANATEL 117/99

Máximo: 250 Digitados: 40

Observação:

Máximo: 250 Digitados: 0

☐ Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 03709705000170

Pesquisar

Razão Social: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA
Nome Fantasia: **Tipo de Usuário:** Integral

Endereço Sede

País:

Número do CEP: Logradouro: Bairro: Estado:
 Número: Complemento: SubDistrito:
 Município: Distrito:
 Telefone: 45 33262509 Fax:

Endereço de Correspondência

País:
 Número do CEP: Logradouro: Bairro: Estado:
 Número: Complemento: SubDistrito:
 Município: Distrito:
 Telefone: Fax: E-mail:

Nome Fantasia

Nome Fantasia

Dados da Outorga

SCRAD Jurídico: 12865 Data Publicação Contrato/Convênio: 29/03/2005
 SCRAD Técnico: 12864
 Data Limite Instalação: 29/08/2003 Número do Processo: 536700011292000
 Fistel: 50401454894

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	111111	Decreto	MC	28/08/2002	29/08/2002	Outorga	Jur.
	480	Decreto Legislativo	CN	16/08/2004	17/08/2004	Deliber. do C. Nacional	Jur.
	148	Portaria	MC	25/07/2008	23/10/2008	Multa	Jur.
	636	Portaria	MC	08/08/2008	06/10/2008	Aprovação de Local	Téc.
	6282	ATO	CMPRL	16/10/2008	17/10/2008	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Téc.
	5300	ATO	ER07	02/09/2013	30/09/2013	Emissão de Ato de Alteração Técnica	Téc.

Característica da Estação Instalada

» Endereços

Estação Transmissora

Endereço

País: Brasil Logradouro: SETOR NOVO Bairro: JARDIM ESPERANÇA UF: MT
 Cep: 78590000 Complemento:
 Número: S/N Distrito: Paranaíta SubDistrito:

Coordenadas Geográficas do Município

Município: Latitude: 9S393006 Longitude: 56W284296 Raio: 95

Coordenadas Geográficas Estação

Latitude: 09S410200 Longitude: 56W280600
 Distância ao Centro do Município: Km
 Azimute: (Azimute da estação transmissora em relação ao centro da localidade.)
 WGS-84: ☒ Coordenada de acordo com o sistema WGS-84.

Informações da Estação

Cota Base Torre: 297 m

Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA - CNPJ/CPF(03.709.705/0001-70)
Município/UF: PARANAÍTA/MT
Indicativo: ZY1445

Situação: [Entidade não possui débitos](#)
Freq. PB: 1560
Classe PB: C

Características de Operação

Frequência:	<div>1560 ▼</div>	MHz			
Dia Início	<div>Domingo ▼</div>	Dia Fim	<div>Sábado ▼</div>	Hora Início	<div>00:00 ▼</div>
				Hora Fim	<div>24:00 ▼</div>
					X



Dados da consulta



Consulta



Criar Arquivo Texto

UF: MT

SERVIÇO: OM

Entidade

Latitude

Longitude

Freq.
(KHz)

Pot. Dia

Pot. Noite

EC
(mv/m)

CL

H(m)

Obs.

Localidade: Paranaíta

SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA

09S410200

56W280600

1560

1

0,25

316

C

55

Usuário: Anatel\almir.mc - Almir Franco Arnaldo

Data: 29/08/2016

Hora: 10:02:16

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho da DRMC - RJ

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE LAUDO DE ENSAIO**TRANSMISSOR PRINCIPAL (e Único)****ONDAS MÉDIAS**

Processo nº: 53900.020256/2014-60	
Entidade: SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÃO LTDA	
Localidade: PARANAÍBA	UF: MT
Fabricante: MTA ELETRÔNICA INDUSTRIAL LTDA	
Modelo: AM1500	Potência (D/N): 1,0 / 0,25 kW

S – SIM **N – NÃO** R – REGULAR **I – IRREGULAR** N/A – NÃO SE APLICA

RELATIVOS À ENTIDADE			
O período de 10 anos do mais recente pedido de renovação abrange o ano ora vigente da análise	Atende	****	S
Situação quanto ao Fistel	Consultar SRD	****	R
Assinado por Representante Legal	Consultar SIACCO e/ou Pasta Jurídica da Entidade	****	R
Itens do Laudo de Ensaio	LIMITES	Item da Res. 116/1999	SITUAÇÃO
Fabricante e Modelo do Transmissor ensaiado	Autorizado na ocasião da elaboração do Laudo de Ensaio	****	S
<u>Interessada (Item 8.5.1):</u> Nome da entidade e endereço completo.	Informado	****	S (Pág.6)
<u>Ensaio (Item 8.5.2):</u> Motivo , Endereço completo do local do ensaio, data(s) em que foi realizado o ensaio.	Informado	****	S (Pág.6)
<u>Fabricante:</u> Nome e endereço do fabricante. Caso importado, endereço completo do representante no Brasil.	Informado	****	S (Pág.6)
1- Potência de saída do transmissor (Item 8.5.4.a);	Máx:10% Superior Min.: 15% Inferior	5.4.1	S (Pág.6)
2- Frequência (Item 8.5.4.b);	± 10 Hz	3.2.3	S (Pág.6)
3- Variação da máxima da frequência em 60 minutos de funcionamento. (Item 8.5.4.b);	± 10 Hz	3.2.3	S (Pág.6)
4. a - Distorção harmônica de áudio - Monofonia. (Item 8.5.4.c). Potência Diurna.	< = 3% (p/ mod. <= 85%) < = 4% (p/ mod. > 85%), ambas nas frequências de modulação 50, 100, 400, 1000 e 7500 Hz	6.3.1.1.b	S (Pág.6)
4. a - Distorção harmônica de áudio - Monofonia. (Item 8.5.4.c). Potência Noturna.	< = 3% (p/ mod. <= 85%) < = 4% (p/ mod. > 85%), ambas nas frequências de modulação 50, 100, 400, 1000 e 7500 Hz	6.3.1.1.b	I (Pág.6) (1)

4. b - Distorção harmônica de áudio – Estereofonia. (Item 8.5.4.c). Potência Diurna.	< = 1 % nas frequências de modulação de 50 a 10000 Hz.	6.3.1.1.b	NA (9)
4. b - Distorção harmônica de áudio – Estereofonia. (Item 8.5.4.c). Potência Noturna.	< = 1 % nas frequências de modulação de 50 a 10000 Hz.	6.3.1.1.b	NA (9)
5- Resposta de audiofrequência, em relação a 1 kHz. (Item 8.5.4.d);	± 1 dB na faixa entre 100 Hz a 5000 Hz, inclusive. ± 3 dB na faixa de 50 a 100 Hz e de 5000 a 7500 Hz	6.3.1.1.a	I (Pág.7) (2)
6- Características de regulação de amplitude da portadora. (Item 8.5.4.e);	< = 5 % para qualquer percentagem de modulação.	6.3.1.1.c	R (Pág.7)
7- Nível de ruído da portadora. (Item 8.5.4.f);	Pelo menos 50 dB abaixo do nível de 100 % de modulação a 400 Hz.	6.3.1.1.d	R (Pág.7)
8- Atenuação de harmônicos e espúrios em relação da frequência de operação. (Item 8.5.4.g);	Frequências afastadas de: . p/ 10,2 a 20 kHz, -25 dB; . p/ > 20 até 30 kHz, -35 dB; . p/ > 30 até 60 kHz, (-5 + 1dB/kHz); . p/ >60 até 75 kHz, -65 dB; . p/ > 75 kHz, - [73 + P (dBk)] para potências até 5 kW inclusive; . p/ > 75 kHz, - 80 dB para potências maiores que 5 kW.	3.2.5	I (Pág.8) (3)
9- Nível de entrada de áudio na frequência de 1 kHz para 100% de modulação (Item 8.5.4.h);	Sem limite. Indicados valores para potência diurna e para a noturna.	R	
10- Potência primária de entrada a 0% e a 100% de modulação. (Item 8.5.4.i)	Sem limite. Indicados valores para potência diurna e para a noturna.	I (Pág.8) (4)	
OBSERVAÇÕES VISUAIS NO TRANSMISSOR (Item 8.5.5.1)			
- Placa de Identificação: Nome do fabricante, modelo , nº de série , potência nominal , potência(s) de saída , frequência, data de fabricação , consumo.	Possui / Informações compatíveis com a autorização.	6.3.1.n	S (Pág.8)
. MEDIDORES ESTÁGIO FINAL DE RF (INDICAR FABRICANTE E ESCALA) (Item 8.5.5.2)			
- Medidor de corrente contínua de placa ou de coletor (fabricante e escala)	Possui. Indicado fabricante e escala. Funcionando.	6.3.1.c	S (Pág.8)
- Medidor de tensão contínua de placa ou de coletor (fabricante e escala)	Possui. / Funciona.	6.3.1.c	S (Pág.8)
- Medidor de nível de modulação.	Possui. / Funciona.	S (Pág.8)	
. EXISTÊNCIA DE CONECTOR DE RF (Item 8.5.5.3)			
- Conector para ligação de monitor de modulação;	Possui. / Funciona.	6.3.1.d	S (Pág.9)
- Conector para medição de frequência.	Possui. / Funciona.	6.3.1.d	N (Pág.9) (5)
- Tipo de válvula(s) ou semicondutor(es) utilizados no estágio final de RF (Item 8.5.5.4).	Informada(o)(s).	I (Pág.9) (6)	

- Quantidade de estágios separadores entre unidade osciladora e o estágio final de RF (Item 8.5.5.5)	Pelo menos um estágio.	6.3.1.e	S (Pág.9)
. DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA PESSOAL (Item 8.5.5.6):			
- De descarga dos capacitores depois de desligada a alta tensão. (Item 8.5.6.a);	Possui.	S (Pág.9)	
- Existência de gabinetes metálicos encerrando o transmissor, com todas as partes expostas ao contato dos operadores, interligadas e conectadas à massa. (Item 8.5.6.b);	Possui.	6.3.1.j	S (Pág.9)
- Existência de interruptores de segurança. (Item 8.5.6.c);	Possui.	6.3.1.h	S (Pág.9)
- Possibilidade de serem feitos, externamente, ajustes dos circuitos com tensões superiores a 350 Volts, com todas as tampas fechadas. (Item 8.5.6.d).	Possui.	6.3.1.l	NA (Pág.9) (8)
. EXISTÊNCIA DE DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO DO TRANSMISSOR (Item 8.5.5.7):			
- Contra sobrecarga de corrente na fonte de alta tensão. (Item 8.5.7.a).;	Possui.	S (Pág.10)	
- Contra sobretensão na fonte de alimentação. (Item 8.5.7.b).;	Possui.	S (Pág.10)	
- Contra falta de ventilação adequada, no caso de válvulas (s) com resfriamento forçado. (Item 8.5.7.c);	Possui.	S (Pág.10)	
- Aplicação sequencial correta das diferentes tensões de alimentação dos estágios (descrição sumária). (Item 8.5.7.d);	Possui.	S (Pág.10)	
- Contra falta de excitação conveniente no amplificador final de RF. (Item 8.5.7.e).	Possui.	S (Pág.10)	
INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO			
- Instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador. (Item 8.5.7)	Apresentados. Coerente com as medições realizadas.	N (Pág.10) (7)	
DECLARAÇÕES			
- Declaração do engenheiro atestando serem verdadeiras as informações do Laudo de Ensaio. (Item 8.5.8);	Apresentada corretamente.	S (Pág.11)	
- Parecer Conclusivo do engenheiro certificando o atendimento pelo transmissor a todas as regulamentações técnicas vigentes a ele aplicáveis. (Item 8.5.9);	Apresentado corretamente.	S (Pág.12)	
- Declaração do Interessado, atestando a presença do engenheiro na realização do Laudo de Ensaio, devidamente assinado, indicando local, data, nome e cargo na entidade. (Item 8.5.10);	Apresentada corretamente. Interessado signatário é Representante Legal da entidade.	S (Pág.13)	
- Anotação de Responsabilidade Técnica – ART relativa ao Ensaio, devidamente quitada. (Item 8.5.11).	Apresentada.	S (Pág.15)	
	Quitada.	S (Pág.18)	

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **não atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:

SITUAÇÃO: **EM EXIGÊNCIA.**

- (1) Não foram apresentadas as medições de Distorção Harmônica para a potência de redução noturna prevista no PBOM de 250 W.
- (2) Não foram apresentadas as medições de Resposta de Áudiofrequência para a potência de redução noturna prevista no PBOM de 250 W.
- (3) Não foram apresentadas as medições de atenuação de espúrios nas faixas de frequências afastadas de 10,2 a 20,0 kHz, de 20,0 kHz a 30,0 kHz e de 30,0 kHz a 60,0 kHz e 75 kHz da portadora, na potência máxima autorizada do transmissor.
- (4) Esclarecer os valores informados de Potência Primária, uma vez que os valores devem se referir à consumo (VA) do transmissor nas diversas potências autorizadas diurna e noturna, com modulação de 100% e sem modulação (0%).
- (5) Não foi informada a existência de conector de RF para monitor de frequência.
- (6) Não foi informado o tipo e quantidade de semicondutores utilizados no estágio final de RF.
- (7) Não foram indicadas na lista de equipamentos utilizados nas medições, as informações de fabricante e modelo da carga artificial mencionada no item 8.5.6 do Laudo de Ensaio apresentado.


NOTAS:

- (8) O transmissor em ensaio possui componentes totalmente em estado sólido, não possuindo válvulas, não sendo exigidas, portanto, informações de itens que se refiram à proteção em circuitos com tensões acima de 350 V.
- (9) Segundo informações no Laudo de Ensaio, o transmissor não opera com sistema estereofônico, apenas, monofônico, não sendo exigidas, portanto, medições relativas à estereofonia.

Análise:

Analista: ALMIR FRANCO ARNALDO
Cargo: ENGENHEIRO
Data: 29/08/2016

1286-4

PUBLICADO NO DIÁRIO
OFICIAL DE 06 / 10 / 2008
PÁGINA 60 SEÇÃO 1
ANOTADO POR: 

PORTARIA n.º 636 , de 08 de AGOSTO de 2007.

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 53000.003381/2005, resolve:

Art. 1º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, no município de Paranaíta, Estado do Mato Grosso, utilizando a frequência 1560 kHz, classe C, de conformidade com o anexo à presente Portaria.

Art. 2º Estabelecer que esta Portaria será tornada sem efeito, caso a entidade não comprove o pagamento da taxa de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Determinar que, no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado a partir da data de publicação desta Portaria, a entidade providencie a efetivação do que foi aprovado e requeira vistoria para fins de licenciamento.

Art. 4º O início efetivo da execução do Serviço está condicionado à expedição do Ato de Autorização de Uso da Radiofrequência pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e da respectiva Licença de Funcionamento da Estação pelo Ministério das Comunicações.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU



ANEXO À PORTARIA n.º 636

/2007 - FOLHA 1 DE 2

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Denominação

SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA

Localidade/UF:

PARANAÍTA/MT

Frequência:

1560 kHz

Potência:

Diurna: 1,0 kW

Noturna: 0,25 kW

Classe:

C

LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA

Logradouro

ESTRADA PORTO DE AREIA, KM 03 – ÁREA RURAL

Localidade/UF:

PARANAÍTA/MT

Coordenadas Geográficas:

09°39'02"S ; 56°27'14"W

LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO PRINCIPAL

Logradouro

RUA GERSON SIDNEI EGER, 65 – PCA DO ARIOSTO RIVA

Localidade/UF:

PARANAÍTA/MT

TRANSMISSOR PRINCIPAL

Fabricante:

PRESTEC INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Modelo:

HTMS-1.6

Pot. Operação:

1,0 kW

Certificação:

0929-02-0517

SISTEMA IRRADIANTE PRINCIPAL

Tipo:

OMNIDIRECIONAL

Altura da Torre:

55 m

Plano de Terra:

120 RADIAIS DE 48,1 M DE COMPRIMENTO, ESPAÇADAS DE 3 EM 3 GRAUS

Condutividade do Solo:

1,0 mS/m

Ganho:

1,0 vezes

Cota da Base da Torre:

250 m

LINHA DE TRANSMISSÃO

Fabricante:

KMP CABOS ESPECIAIS E SISTEMAS LTDA.

Modelo:

CF-7/8"

Comprimento:

70 m

Impedância Característica:

50 Ohms

Atenuação:

0,15 dB/100m



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES.

Certificado de Homologação
(Intransferível)

Nº **3707-12-0518**

Validade: **Indeterminada**

Emissão: **26/12/2012**

Fabricante:

MTA ELETRÔNICA INDUSTRIAL LTDA.
RUA SANTA CRESCÊNCIA, 268 268 FERREIRA
05524020 SAO PAULO SP

Este documento homologa, nos termos do Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações, aprovado pela Resolução Anatel nº 242, de 30 de novembro de 2000, o Certificado de Conformidade nº 07156/12, emitido pelo **OCD - IBRACE - Instituto Brasileiro de Certificação**. Esta homologação é expedida em nome do fabricante aqui identificado e é válida somente para o produto a seguir discriminado, cuja utilização deve observar as condições estabelecidas na regulamentação do(s) serviço(s) ou aplicação(ões) a que se destina.

Tipo:

Transmissor de Radiodifusão Sonora em AM - Categoria 1

Modelo(s):

AM5000
AM3000
AM1500

Serviço/Aplicação:

Serviços de Radiodifusão Sonora em AM (OM, OT e OC)

Características técnicas básicas:

Faixa de Frequências Tx (MHz)	Potência Máxima de Saída (W)	Designação de Emissões
0,53 a 1,705	5000,0	10K0A3E
0,53 a 1,705	3000,0	10K0A3E
0,53 a 1,705	1500,0	10K0A3E
0,53 a 1,705	5000,0	10K0A3E

Potência redutível (W): até 250.

Observações:

Na sua utilização o produto deve estar ajustado na(s) potência(s) e frequência(s) autorizadas pelo órgão técnico competente.

Constitui obrigação do fabricante do produto no Brasil providenciar a identificação do produto homologado, nos termos do art. 39 do Regulamento anexo à Resolução Anatel nº 242, em todas as unidades comercializadas, antes de sua efetiva distribuição ao mercado, assim como observar e manter as características técnicas que fundamentaram a certificação original.

As informações constantes deste certificado de homologação podem ser confirmadas no SGCH - Sistema de Gestão de Certificação e Homologação, disponível no portal da Anatel. (www.anatel.gov.br).

Marcos de Souza Oliveira
Gerente de Certificação e Numeração

Transmissor Digicast AM1500

Características

Especificações Técnicas



A **MTA Digicast** adotou em sua nova linha de Transmissores de AM, a total padronização dos seus circuitos em unidades modulares. Esta filosofia permite a otimização dos custos de operação, tornando a sua manutenção fácil e rápida. Os estágios de excitação, modulação, controle, proteção e potência são iguais para todos os transmissores e são construídos em unidades blindadas, interligadas por conectores, para permitir a sua imediata substituição em campo. Os módulos de potência foram desenvolvidos incorporando-se em um único bloco os estágios de RF, o modulador Dual Phase, e os sistemas de proteção e resfriamento. Esta filosofia construtiva, além de eliminar problemas de interconexão, aumenta significativamente a confiabilidade do sistema. Cada modelo de transmissor utiliza um número diferente de módulos em função da sua potência. No caso de falha de um ou mais módulos, o transmissor permanece no ar com os restantes observando-se apenas uma redução da sua potência.

Todos os parâmetros de funcionamento destes transmissores, tais como: temperaturas, correntes, tensões, SWR, etc., são supervisionados por uma unidade digital de controle que além de proteger o equipamento, permite a operação automática em 3 níveis de redução de potência (foldback) em caso de detecção de alguma anormalidade.

Estes novos Transmissores de AM em estado sólido da **MTA Digicast**, além de serem compatíveis com as novas tecnologias de transmissão digitais, proporcionam uma grande melhora na qualidade de cobertura da sua emissora, e ainda pagam-se com a economia obtida pelo menor consumo de energia elétrica, a eliminação da compra periódica de válvulas e a redução dos custos de operação e manutenção.



100% BRASIL

NEWS

DIGITAL RADIO MONDIALE – BRASIL

- › Novo receptor DRM baseado em Android é apresentado na HFCC
- › Transmissão especial da BBC desde a Ilha Ascensão para o Brasil
- › Ministro Kassab determina que todos os receptores de TV Digital a serem distribuídos terão Ginga

CONTATO

Telefones:

11 3751.5111

11 4701.9825

Endereço:

R. Santa Crescência, 268 - Vila Sônia
São Paulo, 05524-020

NOTA TÉCNICA Nº 22251/2016/SEI-MCTIC

Processo nº: 53900.020256/2014-60.

Processos relacionados: 539000.034146/2016-47 e 53900.037596/2016-91.

Assunto: **Renovação de Outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias, na cidade de Paranaíta / MT.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse do **SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA - ME** relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias, utilizando a frequência 1560 kHz (hum mil quinhentos e sessenta hertz), classe "C", âmbito de atuação regional, na localidade de PARANAÍTA - MT, referente ao período 29/03/2015 a 29/03/2025. Os autos do processo foram encaminhados a Delegacia Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações no Rio de Janeiro - DRMCTIC-RJ, para análise dos laudos técnicos apresentados, às páginas 5 a 29 do processo digitalizado nº 53900.037596/2016-91 (doc. SEI nº 1189356).

ANÁLISE

2. A análise do pleito será embasada pela Resolução Anatel nº 116, de 25 de março de 1999, e demais legislações pertinentes, em especial pelas seguintes:

2.1. Lei nº 4.117, de 24 de agosto de 1962:

Art. 29. Compete ao Conselho Nacional de Telecomunicações (**Ministério das Comunicações**):

- j) fiscalizar as concessões, autorizações e permissões em vigor; opinar sobre a respectiva renovação e propor a declaração de caducidade e perempção;
- x) outorgar ou renovar quaisquer permissões e autorizações de serviço de radiodifusão de caráter local (art. 33, § 5º) e opinar sobre a outorga ou renovação de concessões e autorizações (art. 34, §§ 1º e 3º);
- aa) expedir certificados de licença para o funcionamento das estações de radiocomunicação e radiodifusão uma vez verificado, em vistoria, o atendimento às condições técnicas exigidas;

Art. 33. Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições da presente lei.

§ 3º Os prazos de concessão e autorização serão de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e de 15 (quinze) anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais se os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, **mantido a mesma idoneidade técnica**, financeira e moral, e atendido o interesse público (art. 29, X).

Art. 63. A pena de suspensão poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- e) utilização de equipamentos diversos dos aprovados ou instalações fora das especificações técnicas constantes da portaria que as tenha aprovado;

Art. 67. A perempção da concessão ou autorização será declarada pelo Presidente da República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações, se a concessionária ou permissionária decair do direito à renovação.

Parágrafo único: **O direito a renovação decorre** do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e **de persistirem a possibilidade técnica** e o interesse público em sua existência.

2.2. Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963:

Art. 40. A entidade outorgada deverá requerer ao Ministério das Comunicações a licença de funcionamento, no prazo de doze meses contado da data de publicação da autorização de uso de radiofrequência.

§ 1º O requerimento de que trata o caput deve ser instruído com laudo de vistoria das estações, elaborado por engenheiro habilitado.

Art 48. As empresas concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão são obrigadas a observar as normas técnicas em vigor e as que venham a ser baixadas pelo CONTEL, com a finalidade de evitar interferências prejudiciais nos serviços de telecomunicações.

Art 122. Para os efeitos deste Regulamento são consideradas infrações na execução dos serviços de radiodifusão os seguintes atos praticados pelas concessionárias ou permissionárias:

28. não atender às determinações de natureza legal, técnica ou econômica, demonstrando, assim, a superveniência de incapacidade para a execução dos serviços objeto da concessão ou permissão;

33. modificar, substituir os equipamentos ou as instalações aprovadas pelo CONTEL, sem prévia autorização do mesmo;

34. executar os serviços de radiodifusão em desacordo com os termos da licença ou não atender às normas e condições estabelecidas para essa execução;

2.3. Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972:

Art. 3º. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, **condicionar a renovação das concessões ou permissões à adaptação da concessionária ou permissionária às condições técnicas estabelecidas no Plano Nacional de Radiodifusão ou normas técnicas dele decorrentes.**

2.4. Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983:

Art. 1º A renovação das concessões e permissões para exploração dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, subordinada ao interesse nacional, depende do cumprimento pelas concessionárias ou permissionárias das disposições legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, bem como da observância de suas finalidades educativas e culturais.

Art. 7º A preempção da concessão ou permissão será declarada quando, terminado o prazo:

II - verificar-se que a interessada não cumpriu as exigências legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, ou não observou suas finalidades educativas e culturais.

2.5. Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012:

Art. 2º Será deferido o pedido de renovação de outorga que atender às seguintes condições:

III - cumprimento das exigências legais, regulamentares e contratuais aplicáveis ao serviço.

2.6. Parecer nº 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, de 29 de maio de 2015:

40. Finalmente, o laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado (documento 17), tem por objetivo a comprovação da idoneidade técnica da entidade. Conforme expresso na Nota nº 52/2014:

Com efeito, o atendimento às exigências necessárias para prestação dos serviços é requisito indispensável estabelecido por lei para renovação das outorgas de radiodifusão concedidas pelo Poder Público. Nesse sentido, há disposição expressa no art. 33, § 3º, do Código Brasileiro de Telecomunicações, o qual estabelece que a renovação da outorga poderá ser deferida se 'os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, mantido a mesma idoneidade técnica, financeira e moral, e atendido o interesse público'. [...] Portanto, dentre outras questões, **a análise técnica é obrigatória** [...].

41. Assim, em que pese as ressalvas de aprovação do Despacho nº 499/2014, o entendimento acima transcrito é o mais adequado para fins de objetivação do rol de documentos a serem exigidos no processo de renovação. Daí, então, a **necessidade de apresentação de laudo técnico ou documento equivalente**, elaborado por engenheiro habilitado.

43. A SCE, ainda, **deverá analisar se o laudo técnico atende aos requisitos aprovados** por ocasião da aprovação de locais e licenciamento, bem como, no processo de alteração de características técnicas. **Trata-se, pois, de análise técnica.**

4. Da análise do processo administrativo apresentado pela interessada, foi verificado o descumprimento das seguintes obrigações, necessárias para a completa instrução dos autos:

Observação	Exigência
<p>No Laudo de Ensaio do transmissor principal apresentado foram constatadas as seguintes pendências que deverão ser sanadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Não foram apresentadas as medições de Distorção Harmônica para a potência de redução noturna de 250 W prevista no Plano Básico de Ondas Médias - PBOM, para a frequência de 1560 kHz na cidade de Paranaíta-MT, conforme exigido no item 8.5.4.c da Res. Anatel nº 116/1999. – Não foram apresentadas as medições de Resposta de Audiofrequência para a potência de redução noturna de 250 W prevista no PBOM, conforme exigido no item 8.5.4.d da Res. Anatel nº 116/1999. – Não foram apresentadas as medições de atenuação de espúrios nas específicas faixas de frequências afastadas de 10,2 a 20 kHz, de 20 kHz a 30 kHz e de 30 kHz a 60 kHz e de 75 kHz da portadora, nas potências de operação diurna (1,00 kW) e noturna (0,25 kW) autorizadas, conforme exigido no item 3.2.5 da Res. Anatel nº 116/1999. - Os valores de atenuação do 2º e 3º harmônicos apresentados não atendem ao mínimo exigido para a potência de operação de diurna (1,00 kW) que deverá ser maior ou igual a 73 dB. Informado: Maior que 70 dB. – Esclarecer os valores de Potência Primária informados, uma vez que esses valores devem se referir à consumo (VA) do transmissor nas diversas potências autorizadas diurna e noturna, com modulação de 100% e sem modulação (0%), conforme exigido no item 8.5.4.i da Res. Anatel nº 116/1999. – Não foi informada a existência de conector de RF para monitor de frequência no transmissor ensaiado, conforme exigido no item 6.3.1.d da Res. Anatel nº 116/1999. – Não foram indicadas na lista de equipamentos utilizados nas medições, as informações de fabricante e modelo da carga artificial mencionada no item 8.5.6 do Laudo de Ensaio apresentado. – Não foi informado o tipo e quantidade de semicondutores utilizados no estágio final de RF, conforme exigido no item 8.5.5.4 da Res. Anatel nº 116/1999. 	<ul style="list-style-type: none"> – Apresentar Laudo de Ensaio parcial do transmissor autorizado indicando as medições e informações ao lado citadas objetivando a complementação do Laudo de Ensaio apresentado.
<p>No Laudo de Vistoria da estação de ondas médias apresentado foram constatadas as seguintes pendências que deverão ser sanadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Não foram apresentadas as medições de frequência, desvios e potência do transmissor na potência noturna autorizada de 0,25 kW. Foram apresentadas, apenas, para a potência diurna de 1,00 kW. – Não foi apresentada a declaração do engenheiro vistoriador atestando serem verdadeiras as informações do Laudo de Vistoria, conforme exigido no item 8.4.17 da Res. Anatel nº 116/1999. – Não foi apresentada a declaração do representante legal da entidade atestando a presença do engenheiro no local da vistoria, conforme exigido no item 8.4.19 da Res. Anatel nº 116/1999. 	<ul style="list-style-type: none"> – Apresentar as declarações ao lado citadas visando a complementação do Laudo de Vistoria apresentado.

5. Desse modo, a entidade **não atende no momento** aos requisitos da legislação para ser considerada apta tecnicamente para a renovação de outorga.

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opinamos pela expedição de ofício de exigência à interessada, conforme itens 3 a 6, com a solicitação de juntada da documentação faltante.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Almir Franco Arnaldo, Engenheiro**, em 19/09/2016, às 10:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Luiz da Conceicao, Coordenador de Grupo de Trabalho, Substituto**, em 19/09/2016, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1326082** e o código CRC **F1F3F4A2**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho da Delegacia Regional do Rio de Janeiro
Rua Primeiro de Março, nº 64 - 1º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ CEP: 20010-900
Fone: (21) 2123-0120

Ofício nº 33245/2016/SEI-MCTIC

Ao Senhor
Representante Legal da **Sistema Plug de Comunicações Ltda - Me**
Rua Marechal Deodoro, n. 3.624, Centro
85.810-200 Cascavel/PR

Assunto: **Exigências para Renovação de Outorga – Processo nº 53900.020256/2014-60 .**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me à solicitação em epígrafe, efetuada por essa entidade, concessionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias, na localidade de PARANAÍTA-MT, com utilização da frequência 1560 kHz (hum mil quinhentos e sessenta hertz), para encaminhar a cópia da Nota Técnica nº 22251/2016/SEI-MCTIC, com a indicação das pendências existentes em destaque.

2. Fica estabelecido o prazo de 30 dias, contados da data do recebimento deste Ofício, para o cumprimento TOTAL das exigências aqui formuladas. Cabe lembrar que na resposta **deverá constar o número do respectivo processo, bem como deste Ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Jose Luiz da Conceicao, Coordenador de Grupo de Trabalho, Substituto**, em 19/09/2016, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1326676** e o código CRC **9B40A72C**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 33245/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.020256/2014-60
- Nº SEI: 1326676

Data de Envio:

19/09/2016 17:00:26

De:

MCTIC/DRMC-RJ (SEI-MC) <drmc-rj.sei@comunicacoes.gov.br>

Para:

roque@sistemaplug.com.br

sei@sistemaplug.com.br

cezar@sistemaplug.com.br

Assunto:

Renovação de outorga - exigências técnicas

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.020256/2014-60

Segue em anexo, documentação referente à exigência resultante da análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,

Grupo de Trabalho da Delegacia Regional do Rio de Janeiro
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Anexos:

Nota_Tecnica_1326082.html

Oficio_1326676.html

Processo nº 53900.020256/2014-60 (Processos relacionados 53900.034146/2016-47, 53900057917/2016-74, 53900.037596/2016-91 e 53900.037596/2016-91)

SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÃO LTDA

Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias (OM)

Paranaíba / MT - 1560 kHz - Pot. Diurna: 1,00 kW / Pot. Noturna: 0,25 kW

Períodos de renovação: 29/03/2015 a 29/03/2025.

ANÁLISE QUANTO À DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA EM RESPOSTA ÀS EXIGÊNCIAS DA NOTA TÉCNICA Nº 2251/2016/SEI-MCTIC - OF. Nº 33245/2016/SEI-MCTIC

INTRODUÇÃO:

- 1) Situação do Fistel: Sem débitos (Vide SRD em anexo).
- 2) Ato autorizativo mais recente: Portaria SCE nº 636 de 08/08/2008, DOU de 06/10/2008
- 3) Signatário do requerimento de resposta (Roque Lander Menegais) é representante legal da entidade. (Vide SIACCO em anexo).
- 4) Entidade apresentou em 24/10/2016 (Doc. SEI nº 1448877, protocolo nº 53900.058746/2016-09), novo Laudo de Ensaio do transmissor principal e novo Laudo de Vistoria da estação, às páginas 2 a 18, em cumprimento à exigência no Ofício nº 33245/2016/SEI-MCTIC de 19/09/2016.
- 5) O transmissor ensaiado possui circuitos totalmente em estado sólido, sem utilização de válvulas, conforme prospecto técnico, em anexo, razão pela qual itens a este tipo de componente e proteções onde existam no transmissor tem tensões acima de 350 V, não são cabíveis ao caso.
- 6) Segundo o Laudo de ensaio do transmissor, o equipamento não opera com estereofonia, sendo monoaural, não sendo cabíveis, portanto, exigências quanto às medições relativas à estereofonia e SAP.

ANÁLISE QUANTO AO NOVO LAUDO DE ENSAIO DO TRANSMISSOR AUTORIZADO e Único:

Transmissor autorizado: MTA Eletrônica Industrial Ltda, modelo AM1500, certificação nº 3707120518.

- No novo **Laudo de Ensaio do transmissor principal apresentado** às págs. 2 a 11 foram repetidos os itens anteriormente avaliados como corretos e foi observado o cumprimento de todas as exigências constatadas na análise anterior e exigidas na NT 2251/2016//SEI-MCTIC, quais sejam:

. Foram apresentadas no Laudo, conforme exigido, as medições de Distorção Harmônica para a potência de redução noturna prevista no PBOM de 250 W, estando estas em conformidade com os limites exigidos.

. Foram apresentadas no Laudo, conforme exigido, as medições de Resposta de Audiofrequência para a potência de redução noturna prevista no PBOM de 250 W, estando estas em conformidade com os limites exigidos.

. Foram apresentadas no Laudo, conforme exigido, as medições de atenuação de espúrios nas faixas de frequências afastadas de 10,2 a 20,0 kHz, de 20,0 kHz a 30,0 kHz e de 30,0 kHz a 60,0 kHz e 75 kHz da portadora, na potência máxima autorizada do transmissor, estando estas em conformidade com os limites exigidos.

. Os valores de atenuação do 2º e 3º harmônicos apresentados, ora apresentados, atendem ao mínimo exigido para a potência de operação de diurna (1,00 kW) e foram maiores que o mínimo de 73 dB.

. Foram apresentados, agora, valores compatíveis e na unidade devida para a Potência Primária.

. Foi informada no Laudo, agora, a existência de conector de RF para monitor de frequência no transmissor ensaiado.

. Foram listados os equipamentos utilizados nas medições ora apresentadas.

. Foi informado o tipo e quantidade de semicondutores utilizados no estágio final de RF.

ANÁLISE QUANTO AO novo LAUDO DE VISTORIA

- No novo **Laudo de Vistoria da estação de ondas médias apresentado** às págs. 12 a 18 foram repetidos os itens anteriormente avaliados como corretos e observado o cumprimento satisfatório das exigências constatadas na análise anterior e exigidas na NT 22251/2016//SEI-MCTIC, quais sejam:

. Foram apresentadas as medições de frequência, desvios e potência do transmissor na potência noturna autorizada de 0,25 kW que não constavam anteriormente. As medições estão em conformidade com os limites estabelecidos na legislação.

. Foi apresentada, desta vez, a declaração do representante legal da entidade atestando a presença do engenheiro no local da vistoria.



CONCLUSÃO:

Da análise acima, se conclui, agora então, pela aprovação dos Laudo de Ensaio do Transmissor Principal (e único) e do Laudo de Vistoria da estação, estando assim, a entidade APTA tecnicamente para a Renovação de Outorga.

No Laudo de Vistoria apresentado está sendo considerada atendida a apresentação do Parecer Conclusivo, exigido no item 8.4.18 da Res. Anatel 116/1999, com os termos da declaração à pág. 16 do Doc. SEI nº 1448877, assinado em conjunto pelo engenheiro vistoriador e o representante legal da entidade por ser esta similar aos termos do exigido na legislação.

ANALISTA:

Almir Franco Arnaldo
DRMC-RJ
24/10/2016

Ação:  Incluir Pessoa Física  Incluir Pessoa Jurídica  Alterar  Excluir  Consultar

Entidade (Alteração)

Tipo Entidade: Pessoa Jurídica

CNPJ: 03.709.705/0001-70

Razão Social: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA

Nome Fantasia:

Tipo Sociedade: Limitada ▾

Natureza Sociedade: Empresa Privada ▾

Atividade Econômica: Comercial ▾

Grupo Econômico: >> Informe o grupo econômico << ▾

Endereço Sede

Endereço: RUA MARECHAL DEODORO

Número/Complemento: 3624

Bairro: CENTRO

Cidade: Cascavel

Telefone: (45)3326-2509

E-Mail: comercial@sistemaplug.com.br

CEP: 85.810-200

UF: PR

Fax: (45)3326-2509

Endereço/Telefone Sede - SRD

Endereço Correspondência

Endereço:

Bairro:

Cidade:

CEP:

UF:

Capital Social

Valor: 40.000,00

Moeda: R\$ - REAL ▾

Sociedade Limitada

Qtd. Cotas: 40.000

Valor de uma Cota: 0,00

Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vir. Cotas	EDITAR	DESVINCULAR
782.211.889-72	ROQUE LANDER MENEGAIS	25.000	25.000,00		
969.173.269-68	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAIS	15.000	15.000,00		

 Vincular Sócio

Conselho

 Vincular Conselheiro

Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	EDITAR	DESVINCULAR
782.211.889-72	ROQUE LANDER MENEGAIS	GERENTE		

 Vincular Diretor

Procurador

 Vincular Procurador

Representante

 Vincular Representante

☒ Recadastrado pela portaria Nº. 447

 Voltar  Confirmar



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
Almir Franco Arnaldo

Sistemas
Interativos



Menu Principal ▾

SRD »» Consultas »» Geral | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)



Tela Inicial



Resultado da Consulta

Consulta Geral OM

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Âmbito de Atuação
1560 kHz	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	MT	Paranaíta	OM	3	M	Regional

Usuário: **Anatel\almir.mc - Almir Franco Arnaldo**

Data: **29/08/2016**

Hora: **09:54:26**

Registro **1** até **1** de **1** registros

Página: **[1]** | [\[Ir\]](#) | [\[Reg\]](#)



Gerência de Administração de Planos e Autorização de Uso de Radiofrequência
Gerência de Autorização de Uso de Radiodifusão e Licenciamento de Estações

Impresso por: **Almir Franco Arnaldo**

Data/Hora: **25/10/2016 14:23:02**

Consulta Geral - OM

Identificação do Canal PB

UF: MT
Município: Paranaíta
Frequência: 1560 kHz
Classe: C

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:
Fase: 3 - Licenciada

Dados da Entidade

Entidade: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA
Nome Fantasia:
Nº Estação: 690817290
Primeiro Licenciamento: 18/08/2014 10:27:22

Fistel: 50401454894
CNPJ: 03.709.705/0001-70
Situação: Entidade não possui débitos
Último Licenciamento: 18/08/2014 10:27:22

☐ Dados do Plano Básico

Ocupante do Canal

Entidade: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA
Fase: 3 - Licenciada

Nº Fistel: 50401454894

Coordenadas Geográficas do Município

Município: Paranaíta/MT

Latitude: 9S393006

Longitude: 56W284296

Raio: 95

Coordenadas Geográficas

Latitude: 09 ° 41 ' 02 " 00 Sul

Longitude: 56 ° 28 ' 06 " 00

Local Específico: (opcional)

Dados Técnicos do Canal

Frequência: 1560 KHz

Classe:

Potência Diurna: 1 KW

Potência Noturna: 0,25 KW

Campo Caract.(EC): 316 mV/m

Sistema Irradiante

Possui diretivos?: Não

Alt. da Torre: 55

Histórico / Observações

Histórico:

SG27/88,SNC72/90;RESOLUCAO ANATEL 117/99

Máximo: 250 Digitados: 40

Observação:

Máximo: 250 Digitados: 0

☐ Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 03709705000170

Pesquisar

Razão Social: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA
Nome Fantasia: **Tipo de Usuário:** Integral

Endereço Sede

País: Brasil

Número do CEP: 85810200
Número: 3624
Município: Cascavel
Telefone: 45 33262509

Logradouro: RUA MARECHAL DEODORO
Complemento:
Distrito: Cascavel

Bairro: CENTRO
SubDistrito:

Estado: PR
Fax:

Endereço de Correspondência

País:
Número do CEP:
Número:
Município:
Telefone:
Logradouro:
Complemento:
Distrito:
Fax:
Bairro:
SubDistrito:
E-mail:
Estado:

Nome Fantasia

Nome Fantasia

Dados da Outorga

SCRAD Jurídico:

Data Publicação
Contrato/Convênio:

SCRAD Técnico:

Data Limite
Instalação:

Número do Processo:

Fistel:

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text" value="111111"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="Decreto"/>	<input type="text" value="MC"/>	<input type="text" value="28/08/2002"/>	<input type="text" value="29/08/2002"/>	Outorga	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="480"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="Decreto Legislativo"/>	<input type="text" value="CN"/>	<input type="text" value="16/08/2004"/>	<input type="text" value="17/08/2004"/>	Deliber. do C. Nacional	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="148"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="Portaria"/>	<input type="text" value="MC"/>	<input type="text" value="25/07/2008"/>	<input type="text" value="23/10/2008"/>	Multa	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="636"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="Portaria"/>	<input type="text" value="MC"/>	<input type="text" value="08/08/2008"/>	<input type="text" value="06/10/2008"/>	Aprovação de Local	<input type="text" value="Téc."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="6282"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="ATO"/>	<input type="text" value="CMPRL"/>	<input type="text" value="16/10/2008"/>	<input type="text" value="17/10/2008"/>	Autoriza o Uso de Radiofrequência	<input type="text" value="Téc."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="5300"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="ATO"/>	<input type="text" value="ER07"/>	<input type="text" value="02/09/2013"/>	<input type="text" value="30/09/2013"/>	Emissão de Ato de Alteração Técnica	<input type="text" value="Téc."/>

Característica da Estação Instalada

» Endereços

Estação Transmissora

Endereço

País: Brasil
Cep: 78590000
Número: S/N
Município: Paranaíta
Logradouro: SETOR NOVO
Complemento:
Distrito: Paranaíta
Bairro: JARDIM ESPERANÇA
SubDistrito:
UF: MT

Coordenadas Geográficas do Município

Município: Latitude: Longitude: Raio:

Coordenadas Geográficas Estação

Latitude: Longitude:
Distância ao Centro do Município: Km
Azimute: (Azimute da estação transmissora em relação ao centro da localidade.)
WGS-84: ☒ Coordenada de acordo com o sistema WGS-84.

Informações da Estação

Cota Base Torre: m

Dados da Estação

Entidade: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA - CNPJ/CPF(03.709.705/0001-70)
Município/UF: PARANAÍTA/MT
Indicativo: ZY1445

Situação: Entidade não possui débitos
Freq. PB: 1560
Classe PB: C

Características de Operação

Frequência:	<div>1560 ▾</div>	MHz						
Dia Início	<div>Domingo ▾</div>	Dia Fim	<div>Sábado ▾</div>	Hora Início	<div>00:00 ▾</div>	Hora Fim	<div>24:00 ▾</div>	X

Consulta Geral OM

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Âmbito de Atuação
1560 kHz	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	MT	Paranaíta	OM	3	M	Regional

Usuário: **Anatel\almir.mc - Almir Franco Arnaldo**

Data: **25/10/2016**

Hora: **14:20:42**

Registro **1** até **1** de **1** registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho da DRMC - RJ

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE LAUDO DE ENSAIO**TRANSMISSOR PRINCIPAL (e Único)****ONDAS MÉDIAS**

Processo nº: 53900.020256/2014-60	
Entidade: SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÃO LTDA	
Localidade: PARANAÍBA	UF: MT
Fabricante: MTA ELETRÔNICA INDUSTRIAL LTDA	
Modelo: AM1500	Potência (D/N): 1,0 / 0,25 kW

S – SIM N – NÃO R – REGULAR I – IRREGULAR N/A – NÃO SE APLICA

Numeração das páginas abaixo indicadas se referem ao Doc. SEI nº 1448877 – protocolo nº 53900.058746/2016-09

RELATIVOS À ENTIDADE			
O período de 10 anos do mais recente pedido de renovação abrange o ano ora vigente da análise	Atende	****	S
Situação quanto ao Fistel	Consultar SRD	****	R
Assinado por Representante Legal	Consultar SIACCO e/ou Pasta Jurídica da Entidade	****	R
Itens do Laudo de Ensaio	LIMITES	Item da Res. 116/1999	SITUAÇÃO
Fabricante e Modelo do Transmissor ensaiado	Autorizado na ocasião da elaboração do Laudo de Ensaio	****	S
<u>Interessada (Item 8.5.1):</u> Nome da entidade e endereço completo.	Informado	****	S (Pág.3)
<u>Ensaio (Item 8.5.2):</u> Motivo , Endereço completo do local do ensaio, data(s) em que foi realizado o ensaio.	Informado	****	S (Pág.3)
<u>Fabricante:</u> Nome e endereço do fabricante. Caso importado, endereço completo do representante no Brasil.	Informado	****	S (Pág.3)
1- Potência de saída do transmissor (Item 8.5.4.a);	Máx:10% Superior Min.: 15% Inferior	5.4.1	S (Pág.3)
2- Frequência (Item 8.5.4.b);	± 10 Hz	3.2.3	S (Pág.3)
3- Variação da máxima da frequência em 60 minutos de funcionamento. (Item 8.5.4.b);	± 10 Hz	3.2.3	S (Pág.3)
4. a - Distorção harmônica de áudio - Monofonia. (Item 8.5.4.c). Potência Diurna.	< = 3% (p/ mod. <= 85%) < = 4% (p/ mod. > 85%), ambas nas frequências de modulação 50, 100, 400, 1000 e 7500 Hz	6.3.1.1.b	S (Pág.3)

4. a - Distorção harmônica de áudio - Monofonia. (Item 8.5.4.c). Potência Noturna.	$\leq 3\%$ (p/ mod. $\leq 85\%$) $\leq 4\%$ (p/ mod. $> 85\%$), ambas nas frequências de modulação 50, 100, 400, 1000 e 7500 Hz	6.3.1.1.b	R (Pág.4) (1)
4. b - Distorção harmônica de áudio – Estereofonia. (Item 8.5.4.c). Potência Diurna.	$\leq 1\%$ nas frequências de modulação de 50 a 10000 Hz.	6.3.1.1.b	NA (3)
4. b - Distorção harmônica de áudio – Estereofonia. (Item 8.5.4.c). Potência Noturna.	$\leq 1\%$ nas frequências de modulação de 50 a 10000 Hz.	6.3.1.1.b	NA (3)
5- Resposta de audiofrequência, em relação a 1 kHz. (Item 8.5.4.d);	± 1 dB na faixa entre 100 Hz a 5000 Hz, inclusive. ± 3 dB na faixa de 50 a 100 Hz e de 5000 a 7500 Hz	6.3.1.1.a	R (Págs. 4 e 5) (1)
6- Características de regulação de amplitude da portadora. (Item 8.5.4.e);	$\leq 5\%$ para qualquer percentagem de modulação.	6.3.1.1.c	R (Pág.5)
7- Nível de ruído da portadora. (Item 8.5.4.f);	Pelo menos 50 dB abaixo do nível de 100% de modulação a 400 Hz.	6.3.1.1.d	R (Pág.5)
8- Atenuação de harmônicos e espúrios em relação da frequência de operação. (Item 8.5.4.g);	Frequências afastadas de: · p/ 10,2 a 20 kHz, -25 dB; · p/ > 20 até 30 kHz, -35 dB; · p/ > 30 até 60 kHz, (-5 + 1dB/kHz); · p/ >60 até 75 kHz, -65 dB; · p/ > 75 kHz, - [73 + P (dBk)] para potências até 5 kW inclusive; · p/ > 75 kHz, - 80 dB para potências maiores que 5 kW.	3.2.5	R (Pág. 5 e 6) (1)
9- Nível de entrada de áudio na frequência de 1 kHz para 100% de modulação (Item 8.5.4.h);	Sem limite. Indicados valores para potência diurna e para a noturna.	R	
10- Potência primária de entrada a 0% e a 100% de modulação. (Item 8.5.4.i)	Sem limite. Indicados valores para potência diurna e para a noturna.	R (Pág.6) (1)	
<u>OBSERVAÇÕES VISUAIS NO TRANSMISSOR</u> (Item 8.5.5.1)			
- Placa de Identificação: Nome do fabricante, modelo , nº de série , potência nominal , potência(s) de saída , frequência, data de fabricação , consumo.	Possui / Informações compatíveis com a autorização.	6.3.1.n	S (Pág.6)
<u>. MEDIDORES ESTÁGIO FINAL DE RF (INDICAR FABRICANTE E ESCALA)</u> (Item 8.5.5.2)			
- Medidor de corrente contínua de placa ou de coletor (fabricante e escala)	Possui. Indicado fabricante e escala. Funcionando.	6.3.1.c	S (Pág.6)
- Medidor de tensão contínua de placa ou de coletor (fabricante e escala)	Possui. / Funciona.	6.3.1.c	S (Pág.6)
- Medidor de nível de modulação.	Possui. / Funciona.	S (Págs.7 e 8)	
- Conector para ligação de monitor de modulação;	Possui. / Funciona.	6.3.1.d	S (Pág.7)

- Conector para medição de frequência.	Possui. / Funciona.	6.3.1.d	S (Pág.7) (1)
- Tipo de válvula(s) ou semiconductor(es) utilizados no estágio final de RF (Item 8.5.5.4).	Informada(o)(s).	R (Pág.7)	
- Quantidade de estágios separadores entre unidade osciladora e o estágio final de RF (Item 8.5.5.5)	Pelo menos um estágio.	6.3.1.e	S (Pág.7) (1)
. DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA PESSOAL (Item 8.5.5.6):			
- De descarga dos capacitores depois de desligada a alta tensão. (Item 8.5.6.a);	Possui.	S (Pág.7)	
- Existência de gabinetes metálicos encerrando o transmissor, com todas as partes expostas ao contato dos operadores, interligadas e conectadas à massa. (Item 8.5.6.b);	Possui.	6.3.1.j	S (Pág.7)
- Existência de interruptores de segurança. (Item 8.5.6.c);	Possui.	6.3.1.h	S (Pág.7)
- Possibilidade de serem feitos, externamente, ajustes dos circuitos com tensões superiores a 350 Volts, com todas as tampas fechadas. (Item 8.5.6.d).	Possui.	6.3.1.i	NA (Pág.7) (2)
. EXISTÊNCIA DE DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO DO TRANSMISSOR (Item 8.5.5.7):			
- Contra sobrecarga de corrente na fonte de alta tensão. (Item 8.5.7.a).;	Possui.	S (Pág.8)	
- Contra sobretensão na fonte de alimentação. (Item 8.5.7.b).;	Possui.	S (Pág.8)	
- Contra falta de ventilação adequada, no caso de válvulas (s) com resfriamento forçado. (Item 8.5.7.c);	Possui.	S (Pág.8)	
- Aplicação sequencial correta das diferentes tensões de alimentação dos estágios (descrição sumária). (Item 8.5.7.d);	Possui.	S (Pág.8)	
- Contra falta de excitação conveniente no amplificador final de RF. (Item 8.5.7.e).	Possui.	S (Pág.8)	
INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO			
- Instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador. (Item 8.5.7)	Apresentados. Coerente com as medições realizadas.	S (Pág.8)	
DECLARAÇÕES			
- Declaração do engenheiro atestando serem verdadeiras as informações do Laudo de Ensaio. (Item 8.5.8);	Apresentada corretamente.	S (Pág.9)	
- Parecer Conclusivo do engenheiro certificando o atendimento pelo transmissor a todas as regulamentações técnicas vigentes a ele aplicáveis. (Item 8.5.9);	Apresentado corretamente.	S (Pág.10)	


- Declaração do Interessado, atestando a presença do engenheiro na realização do Laudo de Ensaio, devidamente assinado, indicando local, data, nome e cargo na entidade. (Item 8.5.10);	Apresentada corretamente. Interessado signatário é Representante Legal da entidade.	S (Pág.11)
- Anotação de Responsabilidade Técnica – ART relativa ao Ensaio, devidamente quitada. (Item 8.5.11).	Apresentada.	S (Pág.15). Doc. SEI nº 1189356
	Quitada.	S (Pág.18). Doc SEI nº 1189356

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **não atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:
<p>SITUAÇÃO DO LAUDO DE ENSAIO: APROVADO.</p> <p>NOTAS:</p> <p>(1) Cumprida satisfatoriamente a exigência neste item com informação em acordo com a legislação.</p> <p>(2) O transmissor em ensaio possui componentes totalmente em estado sólido, não possuindo válvulas, não sendo exigidas, portanto, informações de itens que se refiram à proteção em circuitos com tensões acima de 350 V.</p> <p>(3) Segundo informações no Laudo de Ensaio, o transmissor não opera com sistema estereofônico, apenas, monofônico, não sendo exigidas, portanto, medições relativas à estereofonia.</p>
Análise:
<p>Analista: ALMIR FRANCO ARNALDO</p> <p>Cargo: ENGENHEIRO</p> <p>Data: 24/10/2016</p>

1286-4

PUBLICADO NO DIÁRIO
OFICIAL DE 06/10/2008
PÁGINA 60 SEÇÃO 1
ANOTADO POR: 

PORTARIA n.º 636 , de 08 de AGOSTO de 2007.

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 53000.003381/2005, resolve:

Art. 1º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, no município de Paranaíta, Estado do Mato Grosso, utilizando a frequência 1560 kHz, classe C, de conformidade com o anexo à presente Portaria.

Art. 2º Estabelecer que esta Portaria será tornada sem efeito, caso a entidade não comprove o pagamento da taxa de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Determinar que, no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado a partir da data de publicação desta Portaria, a entidade providencie a efetivação do que foi aprovado e requeira vistoria para fins de licenciamento.

Art. 4º O início efetivo da execução do Serviço está condicionado à expedição do Ato de Autorização de Uso da Radiofrequência pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e da respectiva Licença de Funcionamento da Estação pelo Ministério das Comunicações.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU



ANEXO À PORTARIA n.º 636

/2007 - FOLHA 1 DE 2

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Denominação

SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA

Localidade/UF:

PARANAÍTA/MT

Frequência:

1560 kHz

Potência:

Diurna: 1,0 kW

Noturna: 0,25 kW

Classe:

C

LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA

Logradouro

ESTRADA PORTO DE AREIA, KM 03 – ÁREA RURAL

Localidade/UF:

PARANAÍTA/MT

Coordenadas Geográficas:

09°39'02"S ; 56°27'14"W

LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO PRINCIPAL

Logradouro

RUA GERSON SIDNEI EGER, 65 – PCA DO ARIOSTO RIVA

Localidade/UF:

PARANAÍTA/MT

TRANSMISSOR PRINCIPAL

Fabricante:

PRESTEC INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Modelo:

HTMS-1.6

Pot. Operação:

1,0 kW

Certificação:

0929-02-0517

SISTEMA IRRADIANTE PRINCIPAL

Tipo:

OMNIDIRECIONAL

Altura da Torre:

55 m

Plano de Terra:

120 RADIAIS DE 48,1 M DE COMPRIMENTO, ESPAÇADAS DE 3 EM 3 GRAUS

Condutividade do Solo:

1,0 mS/m

Ganho:

1,0 vezes

Cota da Base da Torre:

250 m

LINHA DE TRANSMISSÃO

Fabricante:

KMP CABOS ESPECIAIS E SISTEMAS LTDA.

Modelo:

CF-7/8"

Comprimento:

70 m

Impedância Característica:

50 Ohms

Atenuação:

0,15 dB/100m



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES.

Certificado de Homologação
(Intransferível)

Nº **3707-12-0518**

Validade: **Indeterminada**

Emissão: **26/12/2012**

Fabricante:

MTA ELETRÔNICA INDUSTRIAL LTDA.
RUA SANTA CRESCÊNCIA, 268 268 FERREIRA
05524020 SAO PAULO SP

Este documento homologa, nos termos do Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações, aprovado pela Resolução Anatel nº 242, de 30 de novembro de 2000, o Certificado de Conformidade nº 07156/12, emitido pelo **OCD - IBRACE - Instituto Brasileiro de Certificação**. Esta homologação é expedida em nome do fabricante aqui identificado e é válida somente para o produto a seguir discriminado, cuja utilização deve observar as condições estabelecidas na regulamentação do(s) serviço(s) ou aplicação(ões) a que se destina.

Tipo:

Transmissor de Radiodifusão Sonora em AM - Categoria 1

Modelo(s):

AM5000
AM3000
AM1500

Serviço/Aplicação:

Serviços de Radiodifusão Sonora em AM (OM, OT e OC)

Características técnicas básicas:

Faixa de Frequências Tx (MHz)	Potência Máxima de Saída (W)	Designação de Emissões
0,53 a 1,705	5000,0	10K0A3E
0,53 a 1,705	3000,0	10K0A3E
0,53 a 1,705	1500,0	10K0A3E
0,53 a 1,705	5000,0	10K0A3E

Potência redutível (W):até 250.

Observações:

Na sua utilização o produto deve estar ajustado na(s) potência(s) e frequência(s) autorizadas pelo órgão técnico competente.

Constitui obrigação do fabricante do produto no Brasil providenciar a identificação do produto homologado, nos termos do art. 39 do Regulamento anexo à Resolução Anatel nº 242, em todas as unidades comercializadas, antes de sua efetiva distribuição ao mercado, assim como observar e manter as características técnicas que fundamentaram a certificação original.

As informações constantes deste certificado de homologação podem ser confirmadas no SGCH - Sistema de Gestão de Certificação e Homologação, disponível no portal da Anatel. (www.anatel.gov.br).

Marcos de Souza Oliveira
Gerente de Certificação e Numeração

Transmissor Digicast AM1500

Características

Especificações Técnicas



A **MTA Digicast** adotou em sua nova linha de Transmissores de AM, a total padronização dos seus circuitos em unidades modulares. Esta filosofia permite a otimização dos custos de operação, tornando a sua manutenção fácil e rápida. Os estágios de excitação, modulação, controle, proteção e potência são iguais para todos os transmissores e são construídos em unidades blindadas, interligadas por conectores, para permitir a sua imediata substituição em campo. Os módulos de potência foram desenvolvidos incorporando-se em um único bloco os estágios de RF, o modulador Dual Phase, e os sistemas de proteção e resfriamento. Esta filosofia construtiva, além de eliminar problemas de interconexão, aumenta significativamente a confiabilidade do sistema. Cada modelo de transmissor utiliza um número diferente de módulos em função da sua potência. No caso de falha de um ou mais módulos, o transmissor permanece no ar com os restantes observando-se apenas uma redução da sua potência.

Todos os parâmetros de funcionamento destes transmissores, tais como: temperaturas, correntes, tensões, SWR, etc., são supervisionados por uma unidade digital de controle que além de proteger o equipamento, permite a operação automática em 3 níveis de redução de potência (foldback) em caso de detecção de alguma anormalidade.

Estes novos Transmissores de AM em estado sólido da **MTA Digicast**, além de serem compatíveis com as novas tecnologias de transmissão digitais, proporcionam uma grande melhora na qualidade de cobertura da sua emissora, e ainda pagam-se com a economia obtida pelo menor consumo de energia elétrica, a eliminação da compra periódica de válvulas e a redução dos custos de operação e manutenção.



100% BRASIL

NEWS

DIGITAL RADIO MONDIALE – BRASIL

- › Novo receptor DRM baseado em Android é apresentado na HFCC
- › Transmissão especial da BBC desde a Ilha Ascensão para o Brasil
- › Ministro Kassab determina que todos os receptores de TV Digital a serem distribuídos terão Ginga

CONTATO

Telefones:

11 3751.5111

11 4701.9825

Endereço:

R. Santa Crescência, 268 - Vila Sônia
São Paulo, 05524-020

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga

Grupo de Trabalho da Delegacia Regional do Rio de Janeiro

NOTA INFORMATIVA Nº 2412/2016/SEI-MCTIC

Processo nº: 53900.020256/2014-60.

Processos relacionados:

Assunto: **Renovação de Outorga de Serviço de Radiodifusão em Ondas Médias.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse do **SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA - ME** relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias, utilizando a frequência 1560 kHz (hum mil quinhentos e sessenta hertz), classe "C", âmbito de atuação regional, na localidade de PARANAÍTA - MT, referente ao período 29/03/2015 a 29/03/2025. Os autos do processo foram encaminhados a Delegacia Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações no Rio de Janeiro - DRMCTIC-RJ, para análise dos laudos técnicos apresentados, às páginas 5 a 29 do documento nº 53900.037596/2016-91 (evento SEI nº 1189356) e às páginas 2 a 18 do documento nº 53900.058746/2016-09 (evento SEI nº 1448877).

ANÁLISE

2. A análise do pleito será embasada pela Resolução Anatel nº 116, de 25 de março de 1999, e demais legislações pertinentes, em especial pelas seguintes:

2.1. Lei nº 4.117, de 24 de agosto de 1962:

Art. 29. Compete ao Conselho Nacional de Telecomunicações (**Ministério das Comunicações**):

- j) fiscalizar as concessões, autorizações e permissões em vigor; opinar sobre a respectiva renovação e propor a declaração de caducidade e perempção;
- x) outorgar ou renovar quaisquer permissões e autorizações de serviço de radiodifusão de caráter local (art. 33, § 5º) e opinar sobre a outorga ou renovação de concessões e autorizações (art. 34, §§ 1º e 3º);
- aa) expedir certificados de licença para o funcionamento das estações de radiocomunicação e radiodifusão uma vez verificado, em vistoria, o atendimento às condições técnicas exigidas;

Art. 33. Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições da presente lei.

§ 3º Os prazos de concessão e autorização serão de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e de 15 (quinze) anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais se os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, **mantido a mesma idoneidade técnica**, financeira e moral, e atendido o interesse público (art. 29, X).

Art. 63. A pena de suspensão poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- e) utilização de equipamentos diversos dos aprovados ou instalações fora das especificações técnicas constantes da portaria que as tenha aprovado;

Art. 67. A perempção da concessão ou autorização será declarada pelo Presidente da República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações, se a concessionária ou permissionária decair do direito à renovação.

Parágrafo único: **O direito a renovação decorre** do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e **de persistirem a possibilidade técnica** e o interesse público em sua existência.

2.2. Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963:

Art. 40. A entidade outorgada deverá requerer ao Ministério das Comunicações a licença de funcionamento, no prazo de doze meses contado da data de publicação da autorização de uso de radiofrequência.

§ 1º O requerimento de que trata o caput deve ser instruído com laudo de vistoria das estações, elaborado por engenheiro habilitado.

Art. 48. As empresas concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão são obrigadas a observar as normas técnicas em vigor e as que venham a ser baixadas pelo CONTEL, com a finalidade de evitar interferências prejudiciais nos serviços de telecomunicações.

Art 122. Para os efeitos deste Regulamento são consideradas infrações na execução dos serviços de radiodifusão os seguintes atos praticados pelas concessionárias ou permissionárias:

- 28. não atender às determinações de natureza legal, técnica ou econômica, demonstrando, assim, a superveniência de incapacidade para a execução dos serviços objeto da concessão ou permissão;
- 33. modificar, substituir os equipamentos ou as instalações aprovadas pelo CONTEL, sem prévia autorização do mesmo;
- 34. executar os serviços de radiodifusão em desacordo com os termos da licença ou não atender às normas e condições estabelecidas para essa execução;

2.3. Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972:

Art. 3º. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, **condicionar a renovação das concessões ou permissões à adaptação da concessionária ou permissionária às condições técnicas estabelecidas no Plano Nacional de Radiodifusão ou normas técnicas dele decorrentes.**

2.4. Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983:

Art. 1º A renovação das concessões e permissões para exploração dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, subordinada ao interesse nacional, depende do cumprimento pelas concessionárias ou permissionárias das disposições legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, bem como da observância de suas finalidades educativas e culturais.

Art. 7º A perempção da concessão ou permissão será declarada quando, terminado o prazo:

II - verificar-se que a interessada não cumpriu as exigências legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, ou não observou suas finalidades educativas e culturais.

2.5. Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012:

Art. 2º Será deferido o pedido de renovação de outorga que atender às seguintes condições:

III - cumprimento das exigências legais, regulamentares e contratuais aplicáveis ao serviço.

2.6. Parecer nº 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, de 29 de maio de 2015:

40. Finalmente, o laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado (documento 17), tem por objetivo a comprovação da idoneidade técnica da entidade. Conforme expresso na Nota nº 52/2014:

Com efeito, o atendimento às exigências necessárias para prestação dos serviços é requisito indispensável estabelecido por lei para renovação das outorgas de radiodifusão concedidas pelo Poder Público. Nesse sentido, há disposição expressa no art. 33, § 3º, do Código Brasileiro de Telecomunicações, o qual estabelece que a renovação da outorga poderá ser deferida se 'os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, mantido a mesma idoneidade técnica, financeira e moral, e atendido o interesse público'. [...] Portanto, dentre outras questões, **a análise técnica é obrigatória** [...].

41. Assim, em que pese as ressalvas de aprovação do Despacho nº 499/2014, o entendimento acima transcrito é o mais adequado para fins de objetivação do rol de documentos a serem exigidos no processo de renovação. Daí, então, a **necessidade de apresentação de laudo técnico ou documento equivalente**, elaborado por engenheiro habilitado.

43. A SCE, ainda, **deverá analisar se o laudo técnico atende aos requisitos aprovados** por ocasião da aprovação de locais e licenciamento, bem como, no processo de alteração de características técnicas. **Trata-se, pois, de análise técnica.**

3. Considerando a documentação apresentada, às págs. 5 a 29 do documento nº 53900.037596/2016-91 (evento SEI nº 1189356) e às páginas 2 a 18 do documento nº 53900.058746/2016-09 (evento SEI nº 1448877), compostas de Laudo de Vistoria da Estação e Laudo de Ensaio do transmissor principal, verifica-se através das medições apresentadas que a estação estava funcionando na data da execução dos referidos laudos de acordo com as características técnicas definidas em regulamento técnico para o serviço específico. A interessada apresentou as declarações do representante legal e do profissional habilitado, conforme definido no regulamento técnico, tendo apresentado ainda a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) devidamente quitada. Dessa forma, constatamos que a concessionária na época dos Laudos de Vistoria da estação e do Laudo de Ensaio do transmissor estava executando o serviço em conformidade com a última autorização do poder concedente e norma técnica regulamentar vigente.

4. Diante do exposto, entendemos que o Laudo de Vistoria Técnica da Estação, o Laudo de Ensaio do transmissor principal e as declarações apresentadas estão em conformidade com a última autorização do poder concedente e norma técnica regulamentar vigente, estando apta tecnicamente para dar prosseguimento ao processo de Renovação de Outorga. Por fim, opinamos pelo encaminhamento da presente Nota Informativa ao Subgrupo Legal de Pós-Outorga - SLPOS, para continuidade do processo de Renovação de Outorga.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Almir Franco Arnaldo, Engenheiro**, em 26/10/2016, às 16:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Delegado Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comu no Estado no Rio de Janeiro**, em 27/10/2016, às 09:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1454453** e o código CRC **02E6301F**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 03.709.705/0001-70

SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI	969.173.269-68	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Boqueirão do Leão
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Bom Jesus
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Sarandi
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Apiacás
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Bom Retiro do Sul
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	OM	Regional	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	OM	Regional	MT	Paranaíta
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Paranaíta
ROQUE LANDER MENEGAI	782.211.889-72	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Paranaíta
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Boqueirão do Leão
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Bom Jesus
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Sarandi

SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Apiacás
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	RS	Bom Retiro do Sul
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	MT	Paranaíta
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	MT	Paranaíta
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Bom Retiro do Sul
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Apiacás
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Sarandi
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Bom Jesus
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Boqueirão do Leão
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Paranaíta

Usuário: [claudiaf.mc](#) - Claudia Franco Vieira Almeida

Data: 09/03/2017

Hora: 14:42:28



Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 969.173.269-68

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAIS	969.173.269-68	CMM COMUNICACOES LTDA	11.045.251/0001-09	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	GO	Fazenda Nova
		CMM COMUNICACOES LTDA	11.045.251/0001-09	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	RS	Mata
		CMM COMUNICACOES LTDA	11.045.251/0001-09	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM	--	GO	Fazenda Nova
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Sarandi
		CMM COMUNICACOES LTDA	11.045.251/0001-09	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Mata
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Boqueirão do Leão
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Bom Jesus
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	OM	Regional	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	OM	Regional	MT	Paranaíta
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Paranaíta
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Apiacás
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Bom Retiro do Sul

Usuário: **claudiaf.mc - Claudia Franco Vieira Almeida**

Data: **09/03/2017**

Hora: **14:42:37**



Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 782.211.889-72

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ROQUE LANDER MENEGAI	782.211.889-72	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Paranaíta
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Boqueirão do Leão
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Bom Jesus
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Sarandi
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Apiacás
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	RS	Bom Retiro do Sul
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	MT	Paranaíta
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Sarandi
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Boqueirão do Leão
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Bom Jesus
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	MT	Paranaíta

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Paranaíta
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Apiacás
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Bom Retiro do Sul

Usuário: [claudiaf.mc](#) - Claudia Franco Vieira Almeida

Data: 09/03/2017

Hora: 14:42:46

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

CERTIDÃO

Processo. 53900.020256/2014-60

Face a extrapolação de limites de outorga de FM da sócia da Entidade, Sra. Andrea Samuel do Nascimento Menegais, verificada na pesquisa ao SIACCO da Anatel (evento SEI nº 1723214), determino o **SOBRESTAMENTO** do feito até a regularização.



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Franco Vieira Almeida, Técnico de Nível Superior**, em 09/03/2017, às 15:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1723338** e o código CRC **B994337D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.020256/2014-60

SEI nº 1723338

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

NOTA TÉCNICA Nº 9121/2018/SEI-MCTIC**Processo nº 01250.001065/2018-21****Assunto: ARQUIVAMENTO.** Adequação aos limites estabelecidos no Decreto-Lei nº 236/67. Não configuração da situação de extrapolação dos limites.**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo instaurado de ofício por esta Pasta, em desfavor da Sistema Plug de Comunicações Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em diversas localidades, nos estados de Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul, em razão de ter sido verificada extrapolação dos limites estabelecidos no Decreto-Lei nº 236, de 28.02.1967, por sócio que a integra, quando da análise dos autos do processo nº 53000.017902/2014-55, que trata do pedido de adaptação da outorga de OM/FM.

ANÁLISE

2. A última análise realizada por esta Pasta, nos termos da Nota Técnica nº 399/2018 /SEI-MCTIC (evento SEI nº 2559816) concluiu pela remessa de Ofício à Entidade, com vistas à regularização da situação de extrapolação dos limites impostos pela legislação de radiodifusão pela Sr^a Andréa Samuel do Nascimento Menegais, ao passo que integra 8 (oito) outorgas de radiodifusão sonora em frequência modulada, sendo elas: Sistema Plug de Comunicações Ltda. e CMM Comunicações Ltda.

3. Em atendimento a exigência formulada, mediante o protocolo nº 01250.012715/2018-63, a CMM Comunicações Ltda. apresentou justificativa da impossibilidade de renúncia desta sociedade, alegando o seguinte, em suma síntese:

[...]

Insta frisar que por questão de compromissos assumidos a Sra. Andrea Samuel do Nascimento Menegais, não poderá renunciar à sociedade de nenhuma das empresas, seja a Sistema Plug de Comunicações Ltda ou a CMM Comunicações Lda.

a. DO NÚMERO DE OUTORGAS

Destaca-se inicialmente que a sócia Andrea Samuel do Nascimento Menegais, não extrapolou o limite de outorgas, visto que foram assinados apenas os contratos referentes a empresa Sistema Plug de Comunicações Ltda e que somam 06 (seis) emissoras de FM, veja:

LOCALIDADE	ASSINATURA	DOU (Seção 3)
Sarandi/PR	06/11/2006	10/11/2006
Boqueirão do Leão/RS	27/01/2014	03/02/2014
Bom Jesus/RS	29/10/2010	04/11/2010
Vila Rica/MT	07/11/2016*	14/11/2016

Paranaíta/MT	07/11/2016*	14/11/2016
Apiacás/MT	20/03/2006	20/03/2006

*Termo de adaptação da outorga de OM para FM

No que diz respeito a empresa CMM Comunicações Ltda, e as outorgas de Fazenda Nova/GO e Mata/RS, nenhum dos contratos foram firmados com a União até o presente momento, ou seja, não se aperfeiçoaram.

[...]

Sendo assim, as outorgas concedidas a Empresa CMM COMUNICAÇÕES LTDA, não podem ser levadas em consideração, visto que não se aperfeiçoaram. Ademais, este Ministério pode ainda se recusar a assinar os referidos contratos de outorga se por algum motivo esta Empresa não cumprir as exigências formuladas.

Nada obstante, esta situação é fruto de mera causalidade, visto que com o advento empolgante da Migração, a Sócia, Andrea Samuel do Nascimento Menegais, não se ateve aos processos que tramitavam perante o Congresso Nacional em nome da CMM COMUNICAÇÕES LTDA.

Não fosse a Migração do serviço de ondas médias (OM), esta sócia estaria com o número de outorgas em frequência modulada (FM), de acordo com o decreto 236/67, ou seja, enquanto os processos da CMM COMUNICAÇÕES LTDA, tramitavam, a empresa SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA, vislumbrando todas as vantagens do serviço no FM, migrou as outorgas de VILA RICA/MT e PARANAÍTA/MT.

[...]

Quando veio aperceber-se deste fato, buscou nos processos de autorização de FAZENDA NOVA/GO (53000.002879/2010-71) e MATA/RS (53000.010337/2010-71), orientação a respeito dos procedimentos a serem tomados, bem como requereu o cancelamento das outorgas, visto que não poderia assumi-las, em razão da limitação imposta pelo Decreto-Lei 236/67.

Consigna-se que até o presente momento ainda não recebeu nenhuma resposta do Ministério quanto ao procedimento a ser tomado.

[...]

4. Ante a justificativa apresentada pela Empresa, esta merece prosperar, pois, da reanálise dos autos, foi constatado que a situação de extrapolação de limites demonstrada não está configurada, uma vez que a CMM Comunicações Ltda., até o presente momento, não celebrou contrato de adesão à permissão com a União.

5. Observa-se da Pasta Jurídica da Entidade, CMM Comunicações Ltda., e do Sistema Mosaico, consoante pesquisa realizada em 24.04.2018 e anexada ao autos sob o evento SEI nº 2914542, que a Sociedade em questão foi vencedora do procedimento licitatório para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada nas localidades de Mata, estado do Rio Grande do Sul e Fazenda Nova, estado de Goiás. Entretanto, houveram apenas as publicações dos atos expedidos pelo Poder Legislativo, sem contudo a formalização necessária para a celebração de contrato.

6. Assim, considerando a ausência de contrato de adesão à permissão firmado com o Poder Concedente, pode-se afirmar que a Sra. Andrea Samuel do Nascimento Menegais, participa, atualmente, de 6 (seis) outorgas de FM, sendo duas delas decorrente da adaptação da outorga (Migração), todas deferidas à Sistema Plug de Comunicações Ltda, senão vejamos:

SERVIÇO	MUNICÍPIO/UF	DATA ASSINATURA CONTRATO
---------	--------------	--------------------------

FM	Sarandi/RS	10.11.2006
FM	Boqueirão do Leão/RS	03.02.2014
FM	Bom Jesus/RS	04.11.2010
FM	Vila Rica/MT	14.11.2016*
FM	Paranaíta/MT	14.11.2016*
FM	Apiacás/MT	22.03.2006

*decorrente da Adaptação de Outorga (Migração)

7. Importante frisar que a Sistema Plug de Comunicações Ltda já opera no limite legal estabelecido para este tipo de serviço e que, caso o serviço de onda média na localidade de Bom Retiro/RS seja adaptado para frequência modulada, a Entidade passará a exorbitar o limite permitido pelo Decreto-Lei nº 236/67, qual seja, o de 6 (seis) FM. Ressalta-se ainda que a **Entidade e as pessoas físicas e/ou jurídicas que integram o seu quadro societário e diretivo ficam submetidas ao limite de 2 (duas) outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação**, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no Regulamento de Radiodifusão.

8. Portanto, considerando que a situação de extrapolação de limites da sócia, Sra. Andrea, fora afastada, não resta nenhuma outra medida administrativa a ser adotada por esta Pasta senão o seu arquivamento. Além disso, propõe-se o envio dos autos à Coordenação de Renovação de Outorga - COROR para ciência das providências adotadas por este setor.

CONCLUSÃO

9. Diante do exposto, opina-se pela remessa de ofício às Entidades, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, para ciência das providências administrativas adotadas por esta Pasta, e posterior envio ao Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga - SEPOS, para arquivamento definitivo, haja vista ter se exaurido a sua finalidade.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenadora da Coordenação de Alteração de Características Técnicas e Societárias**, em 27/04/2018, às 17:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 27/04/2018, às 18:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2913683** e o código CRC **2F95EC6B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



BOM DIA
Claudia Franco Vieira Almeida

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SRD »» Relatórios »» **Outorga** | internet | teia | menu | ajuda

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: MT

Município: Paranaíta

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	Paranaíta	29/03/2005	
SOCIEDADE RADIO VANGUARDA LIMITADA	Paranaíta		

Usuário: **claudiaf.mc - Claudia Franco Vieira Almeida**

Data: **24/08/2018**

Hora: **08:50:36**

Registro **1** até **2** de **2** registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA

CNPJ: 03.709.705/0001-70

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:47:53 do dia 23/08/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 22/09/2018.

Certidão expedida gratuitamente.



Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 03.709.705/0001-70

SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAIS	969.173.269-68	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Bom Retiro do Sul
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Apiacás
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Sarandi
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Bom Jesus
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Boqueirão do Leão
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Paranaíta
ROQUE LANDER MENEGAIS	782.211.889-72	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Paranaíta
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Paranaíta
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Boqueirão do Leão
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Bom Jesus
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Sarandi
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Apiacás

SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	RS	Bom Retiro do Sul
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Boqueirão do Leão
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Bom Jesus
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Sarandi
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Apiacás
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Bom Retiro do Sul

Usuário: [claudiaf.mc](#) - Claudia Franco Vieira Almeida

Data: 23/08/2018

Hora: 14:48:06



Menu Principal ▼

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 969.173.269-68

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAIS	969.173.269-68	CMM COMUNICACOES LTDA	11.045.251/0001-09	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	GO	Fazenda Nova
		CMM COMUNICACOES LTDA	11.045.251/0001-09	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	RS	Mata
		CMM COMUNICACOES LTDA	11.045.251/0001-09	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM	--	GO	Fazenda Nova
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Sarandi
		CMM COMUNICACOES LTDA	11.045.251/0001-09	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Mata
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Boqueirão do Leão
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Bom Jesus
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Paranaíta
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Apiacás
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Bom Retiro do Sul

Usuário: [claudiaf.mc](#) - Claudia Franco Vieira Almeida

Data: 23/08/2018

Hora: 14:48:17



Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 782.211.889-72

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ROQUE LANDER MENEGAIS	782.211.889-72	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Paranaíta
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Boqueirão do Leão
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Bom Jesus
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Sarandi
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Apiacás
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	RS	Bom Retiro do Sul
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Sarandi
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Boqueirão do Leão
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Bom Jesus
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Paranaíta
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Apiacás
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Bom Retiro do Sul

Usuário: [claudiaf.mc](#) - **Claudia Franco Vieira Almeida**

Data: **23/08/2018**

Hora: **14:48:38**

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
208	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	MT	Apiacás	FM	3	M	
208	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	MT	Apiacás	FM	3	I	
255	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	MT	Paranaíta	FM	1		
203	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	MT	Vila Rica	FM	1		
289	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	PR	Sarandi	FM	3	M	
297	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	RS	Bom Jesus	FM	2	H	
254	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	RS	Boqueirão do Leão	FM	2	H	
1460 kHz	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	RS	Bom Retiro do Sul	OM	2	H	

Usuário: **claudiaf.mc - Claudia Franco Vieira Almeida** Data: **23/08/2018** Hora: **13:38:29**Registro **1** até **8** de **8** registrosPágina: [1] [Ir] [Reg]



BOM DIA
Claudia Franco Vieira Almeida

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SRD »» Relatórios »» **Outorga** | internet | teia | menu | ajuda

Consulta Geral - FM

Identificação do Canal PB

UF: MT
Município: Paranaíba
Frequência: 98,9 MHz
Classe: C
Canal: 255

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:
Fase: 1 - Outorgada

Dados da Entidade

Entidade: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA
Nome Fantasia: SELVA FM, NATIVA FM
Nº Estação:
Primeiro
Licenciamento:

Fistel: 50414468813
CNPJ: 03.709.705/0001-70
Situação: Entidade não possui débitos
Último
Licenciamento:

☒ Dados do Plano Básico

☒ Dados da Outorga

☐ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione - ▼	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Outorga ▼

Tela Inicial

Imprimir

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.709.705/0001-70 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 22/03/2000
NOME EMPRESARIAL SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 61.41-8-00 - Operadoras de televisão por assinatura por cabo			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R MARECHAL DEODORO	NÚMERO 3624	COMPLEMENTO	
CEP 85.810-200	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CASCADEL	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO FINANCEIRO@SISTEMAPLUG.COM.BR		TELEFONE (45) 3326-2509	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/08/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **23/08/2018** às **14:43:00** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página
para Impressão

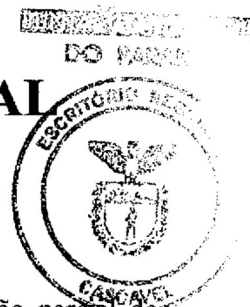
A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Atualize sua página](#)



SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.
CNPJ/MF: 03.709.705/0001-70

03ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL



ROQUE LANDER MENEGAIS, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, natural do Estado de Santa Catarina, nascido em 22/05/1975, empresário, portador da cédula de identidade civil RG sob n.º 2.942.125, expedida pelo Instituto de Identificação do Estado de Santa Catarina e inscrito no CPF/MF sob n.º 782.211.889-72, residente e domiciliado na Rua Marechal Floriano, nr. 4003, Bairro Claudete, CEP: 85.811-150, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná e **ANDRÉA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAIS**, brasileira, natural do Estado de Santa Catarina, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 22/06/1975, empresária, portadora da cédula de identidade civil RG sob n.º 6.421.554-0 expedida pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná e inscrita no CPF/MF sob n.º 969.173.269-68, residente e domiciliada na Rua Marechal Floriano, nr. 4003, Bairro Claudete, CEP: 85.811-150, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, sócios componentes da sociedade mercantil por quotas de responsabilidade limitada que gira sob o nome empresarial **SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.**, com sede à Rua Marechal Floriano, nr. 4003, Sala 01, Bairro Centro, CEP: 85.811-150, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF 03.709.705/0001-70, com o contrato social constituído e arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 41204301924 em 22/03/2000 e última alteração contratual sob número 20020531842 em 14/03/2002, resolvem de comum acordo **ALTERAR** pela *terceira vez* seu contrato social constitutivo, através das cláusulas seguintes:

ALTERAÇÃO DA SEDE EMPRESARIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA: Face a presente alteração contratual, o endereço da empresa passa ser à Rua Marechal Deodoro, 3624, Bairro Centro, CEP: 85.810-200, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

DO ENQUADRAMENTO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA SEGUNDA: Declaram os sócios para fins de enquadramento da presente sociedade como microempresa, que o volume de receita bruta anual não excederá ao limite previsto na Lei 9.841, art. 2º, inciso I de 05/10/1999.

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem em vigor as demais cláusulas do contrato social constitutivo e posteriores alterações, que não foram modificadas através do presente instrumento contratual.



SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

02ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

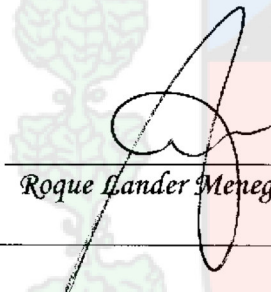
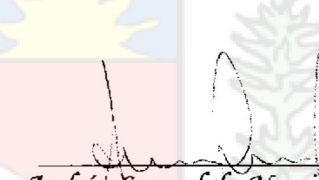


Em casos omissos no presente contrato, serão resolvidos de acordo com as normas legais destinadas as empresas constituídas sob sociedade por quotas de responsabilidade limitada, atinentes à espécie, e no que couber, aplicar-se-á as normas das sociedades anônimas, condições estas todas conhecidas dos sócios, os quais a elas expressamente se obrigam.

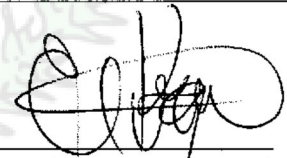
E, por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente contrato social em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas infra nominadas e qualificadas.

Cascavel/PR, 28 de maio de 2007

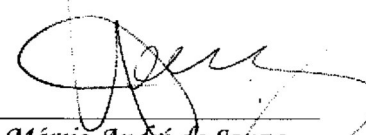
SÓCIOS

 Roque Lander Menegais	 Andréa Samuel do Nascimento Menegais
---	--

TESTEMUNHAS INSTRUMENTÁRIAS

 Márcio André de Souza RG: 6.812.550-2 SSP/PR	 Celia R. Valentin Casagrande RG: 5.756/180-7 SSP/PR
--	---

REVISÃO CONTRATUAL – ELABORADO POR:

 Márcio André de Souza CRC/PR 046220/O-1
--

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
ESCRITÓRIO REGIONAL DE CASCAVEL
CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 14/06/2007
SOB NÚMERO: 20072426799
Protocolo: 07/242679-9
Presença: 41 2 0430192 4
TEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA
MÁRCIO ANDRÉ DE SOUZA
SECRETARIA GERAL
1459778

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
ESCRITÓRIO REGIONAL DE CASCAVEL
CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 14/06/2007
SOB NÚMERO: 20072426713
Protocolo: 07/242671-3
Presença: 41 2 0430192 4
TEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA
MÁRCIO ANDRÉ DE SOUZA
SECRETARIA GERAL
1459782



SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.
CNPJ: 03.709.705/0001-70
SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

ROQUE LANDER MENEGAIS, brasileiro, casado no regime de comunhão total de bens, empresário, residente e domiciliado à Rua Marechal Floriano n.º 4003 - Centro, na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, portador da Carteira de Identidade RG n.º 13/R 2.942.125 expedida pela SSP/SC e CPF n.º 782.211.889-72; **ANDRÉA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAIS**, brasileira, casada no regime de comunhão total de bens, empresária, residente e domiciliada à Rua Marechal Floriano n.º 4003 - Centro, na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, portadora da Carteira de Identidade RG n.º 6.421.554-0, expedida pela SSP/PR e CPF n.º 969.173.269-68 - Sócios componentes da sociedade mercantil por quotas de responsabilidade limitada, com o nome empresarial de **SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.**, tendo sua sede e foro na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, Rua Marechal Floriano n.º 4003, Sala: 01 - Centro, nesta Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, CEP 85811-150, com o seu Contrato Social primitivo arquivado na MM Junta Comercial do Estado do Paraná, sob n.º 41204301924, por despacho em sessão de 22/03/00 e posterior alteração, sob n.º 20020531842, por despacho em sessão de 14/03/2002, resolvem de comum acordo, por este instrumento particular de alteração contratual, modificar o seu Contrato Social primitivo, o que fazem pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Desimpedimento do Administrador: O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrar-se sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA SEGUNDA - Participação nos Lucros ou Perdas: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados, podendo os lucros, a critério dos sócios, ficarem em reservas para aumento de capital e/ou compensar os prejuízos em exercícios futuros.



SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.
CNPJ: 03.709.705/0001-70
SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Reunião Anual: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios se reunirão para deliberar sobre as contas e designar administrador(es) quando for o caso.

CLÁUSULA QUARTA – Da Forma de Convocação das Reuniões: Os sócios serão convocados para a realização das reuniões mediante correspondência, a qual deverá indicar o local, data, hora e ordem do dia, a ser enviada por e-mail, fax, correio com Aviso de Recebimento (AR) ou em mãos mediante assinatura de protocolo.

CLÁUSULA QUINTA – Da Administração: A administração da sociedade caberá ao sócio **ROQUE LANDER MENEGAI**s com poderes e atribuições de administrador, dispensado da prestação de caução, ao qual compete privativa e individualmente, sendo-lhe outorgado desde já, os poderes e atribuições para representar ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente a sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou terceiros, bem como onerar ou alienar imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLAUSULA SEXTA – Abertura de filial: Fica criada uma filial localizada na cidade de Sarandi Estado do Paraná, sito a rua Vereador José Fernandes nº 639 Jardim Independência II, CEP 87711-230, a qual terá exclusivamente a atividade dos serviços de radiodifusão em Frequência Modulada (FM), ficando destinado para efeitos fiscais a parcela do capital R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais).

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Nome Empresarial: A sociedade gira sob o seguinte nome empresarial: **SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Endereço: A sociedade tem sua sede e foro, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Marechal Floriano, n.º 4003, Sala 01 - Centro, CEP: 85811-150.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Objeto Social: O objeto social é a exploração de Estações de Radiodifusão em Frequência Modulada (FM), Amplitude Modulada (AM), Ondas Médias (OM), Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT), Exploração dos Serviços de Televisão com Som e Imagem em UHF e VHF, TV a Cabo e MMDS (Multiponto-Multicanal), com finalidades educacionais, informativas, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de Concessões e Licenças, promover a cultura



SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.
CNPJ: 03.709.705/0001-70
SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

universal e nacional, a diversidade de fontes de informação, o lazer e o entretenimento, a pluralidade política e o desenvolvimento social e econômico do País, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria.

CLÁUSULA QUARTA – Do Capital Social: O capital social, subscrito e realizado na forma prevista, é de R\$ 40.000,00 (Quarenta Mil Reais) dividido em 40.000 (Quarenta Mil) quotas sociais no valor de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, fica assim distribuído entre os sócios:

Roque Lander Menegais	cotas 25.000	R\$ 25.000,00
Andréa Samuel do Nascimento Menegais	cotas 15.000	R\$ 15.000,00
TOTALIZANDO	cotas 40.000	R\$ 40.000,00

Parágrafo Único: O Capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a pessoas físicas brasileiras.

CLÁUSULA QUINTA – Do Início das Atividades e do Prazo: A sociedade iniciou suas atividades em 22 de Março de 2000 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA - Abertura de filial: Fica criada uma filial localizada na cidade de Sarandi Estado do Paraná, sito a rua Vereador José Fernandes nº 639 Jardim Independência II, CEP 87711-230, a qual terá exclusivamente a atividade dos serviços de radio difusão em Frequência Modulada (FM), ficando destinado para efeitos fiscais a parcela do capital R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais).

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Cessão de Quotas: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se posta à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Parágrafo Único: As quotas ou ações representativas do capital social serão inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto a participação de partido político e de sociedade cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros, através de capital sem direito a voto e não podendo exceder a trinta por cento do capital social dependendo de prévia autorização do **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**, apenas Alterações Contratuais que resultem na substituição ou alteração do quadro societário.



SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.
CNPJ: 03.709.705/0001-70
SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA OITAVA – Da Responsabilidade Limitada: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA NONA – Da Administração: A administração da sociedade caberá ao sócio **ROQUE LANDER MENEGAI**s com poderes e atribuições de administrador, dispensado da prestação de caução, ao qual compete privativa e individualmente, sendo-lhe outorgado desde já, os poderes e atribuições para representar ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente a sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou terceiros, bem como onerar ou alienar imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

Parágrafo Primeiro: Fica estabelecido que a responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da entidade caberá somente à brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Parágrafo Segundo: Os administradores da entidade serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e para os portugueses reconhecidos de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no País e a sua investidura no cargo somente poderá ocorrer após terem sido aprovados pelo **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**.

CLÁUSULA DÉCIMA – Do Desimpedimento do Administrador: O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrar-se sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Participação nos Lucros ou Perdas : Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados, podendo os lucros, a critério dos sócios, ficarem em reservas para aumento de capital e/ou compensar os prejuízos em exercícios futuros.



SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.
CNPJ: 03.709.705/0001-70
SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da reunião anual : Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios se reunirão para deliberar sobre as contas e designar administrador(es) quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Da forma de Convocação das Reuniões : Os sócios serão convocados para a realização das reuniões mediante correspondência, a qual deverá indicar o local, data, hora e ordem do dia, a ser enviada por e-mail, fax, correio com Aviso de Recebimento (AR) ou em mãos mediante assinatura de protocolo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da Abertura-Fechamento de Filiais: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais ou outras dependências, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Do "Pró-Labore": Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Do Falecimento: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

PARÁGRAFO ÚNICO: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação ao seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Do Quadro de Pessoal: O quadro de pessoal será sempre constituído, ao menos, de dois terços de trabalhadores brasileiros.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Do Foro: Fica eleito o foro da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual forma e teor.

Cascavel - PR, 02 de Janeiro de 2004.



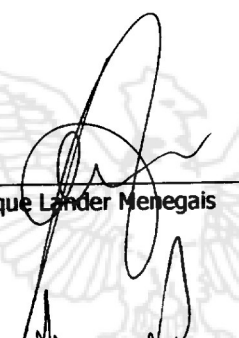
GOVERNO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E ASSUNTOS DO MERCOSUL

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

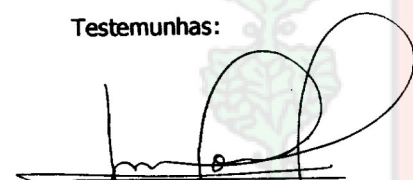
SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO

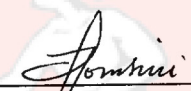
**SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.
CNPJ: 03.709.705/0001-70
SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**


Roque Lander Menegais



Andréa Samuel do Nascimento Menegais

Testemunhas:


Jean Pierre Moretto
RG: 5.936.097-3 SSP/PR

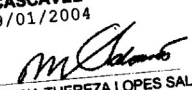

Senira Tombini
RG: 4.725.534-1 SSP/PR

Documento elaborado por:


Sidnei Mazutti
Técnico Contábil – PR-032753/O-8

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
ESCRITÓRIO REGIONAL DE CASCAVEL
CERTIFICADO O REGISTRO EM: 09/01/2004
SOB NÚMERO: 20040042316
Protocolo: 04/004231-6
Empresa: 41 2 0430192 4
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA

MARIA THEREZA LOPES SALOMAO
SECRETARIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
ESCRITÓRIO REGIONAL DE CASCAVEL
CERTIFICADO O REGISTRO EM: 09/01/2004
SOB NÚMERO: 41900830941
Protocolo: 04/004231-6
Empresa: 41 2 0430192 4
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA

MARIA THEREZA LOPES SALOMAO
SECRETARIA GERAL



SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

CNPJ: 03.709.705/0001 - 70

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Roque Lander Menegais, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Marechal Floriano, nº 4003, centro, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, portador da Carteira de Identidade, RG N.º 13/R 2.942.125 expedida pela SSP/SC e CPF: 782.211.889-72; **Andréa Samuel do Nascimento Menegais**, brasileira, casada, comerciar, residente e domiciliada à Rua Marechal Floriano, nº 4003, centro, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, portadora da Carteira de Identidade RG N.º 6.421.554-0, expedida pela SSP/PR e CPF: 969.173.269-68, sócios componentes da sociedade mercantil por cotas de responsabilidade limitada, com o nome empresarial de **Sistema Plug de Comunicações Ltda.**, tendo sua sede e foro na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, Rua das Dálias, nº 95, Jardim Guarujá, CEP – 85.803-310, com o seu contrato social primitivo arquivado na MM Junta Comercial do Estado do Paraná, sob n.º 41204301924, por despacho em sessão de 22/03/00, resolvem de comum acordo, por este instrumento particular de alteração contratual, modificar o seu contrato social primitivo, o que fazem pelas cláusulas e condições seguintes:




CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade permanece com o nome empresarial de **"SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA."**, passando sua sede para a Rua Marechal Floriano, nº 4003, Sala 01, centro, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, CEP: 85.811-150.

CLÁUSULA SEGUNDA: A presente alteração não altera o capital social, no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) dividido em 40.000 (quarenta mil) quotas sociais no valor de R\$ 1.00 (um real) cada uma, fica assim distribuído entre os Sócios:

Roque Lander Menegais	quotas 25.000	R\$ 25.000,00
Andréa Samuel do Nascimento Menegais	quotas 15.000	R\$ 15.000,00
TOTALIZANDO	quotas 40.000	R\$ 40.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA: Fica investido na função de Sócio Gerente da sociedade o sócio Sr. **Roque Lander Menegais**, para o qual fica dispensado da prestação de caução, conforme preceitua o artigo 12 da Lei n.º 3.708 de 10 de janeiro de 1919.

CLÁUSULA QUARTA: Os sócios declaram que não estão condenados em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercerem atividades mercantis.

1   



SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

CNPJ: 03.709.705/0001-70

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL


CLÁUSULA QUINTA: A presente Alteração Contratual foi Elaborada pela contadora Marli Elena Jungkenn, portadora do CRC/ PR nº 15.850/O-8.

CLÁUSULA SEXTA: Permanecem inalteradas as demais Cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

E, por assim estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam, juntamente com duas testemunhas, o presente instrumento, em quatro vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Cascavel/ PR, 05 de Março de 2002.

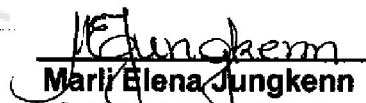

Roque Lander Menegais
Sócio Gerente



Andréa Samuel do Nascimento Menegais
Sócia

Testemunhas:


Cezar Borges do Santos
RG: 6.434.555-9 SSP/PR

Elaborado Por:


Marli Elena Jungkenn
CRC/PR 15.850/O-8


Marli Elena Jungkenn
RG: 755.767 SSP/RS

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
ESCRITÓRIO REGIONAL DE CASCAVEL
CERTIFICO O REGISTRO EM: 14/03/2002
SOB O NÚMERO:
20020531842

Protocolo: 02/053184-2
Empresa: 41 2 0430192 4
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA



DENIS BALL'ASTA
CRC-PR 022456/O-0
TUFI RAME
SECRETARIO GERAL



SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

CONTRATO SOCIAL

Roque Lander Menegais, brasileiro, casado, assessor, residente e domiciliado à Rua das Dálías, n.º 95, Jardim Guarujá, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, portador da Carteira de identidade RG n.º 13/R.2.942.125 SSP/SC e CPF n.º 782.211.889-72; **Andrea Samuel do Nascimento Menegais**, brasileira, casada, comerciar, residente e domiciliada à Rua das Dálías, n.º 95, Jardim Guarujá, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, portadora da Carteira de Identidade RG n.º 6.421.554-0 - SSP/PR e CPF n.º 969.173.269-68, resolvem por este instrumento particular de contrato, constituir uma sociedade mercantil por quotas de responsabilidade limitada que se regerá pela seguinte legislação: artigos 211 e 223 e seus parágrafos da Constituição Federal, Lei n.º 3708 de 10 de janeiro de 1919, Lei 4117 de 27 de agosto de 1962, Decreto n.º 52795 de 31 de outubro de 1963, Lei n.º 8934 de 18 de novembro de 1994, Decreto n.º 1800 de 30 de janeiro de 1996 e Decreto - Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967, pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie e pelas cláusulas a seguir:

 **CLÁUSULA PRIMEIRA:** A sociedade girará sob o nome empresarial de “ **SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.**”, tendo sua sede e foro na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, à Rua das Dálías, n.º 95, Jardim Guarujá, CEP 85.803-310.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade terá como principal objetivo a exploração de estações de radiodifusão em Frequência Modulada (FM), Amplitude Modulada (AM), Ondas Médias (OM), Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT), Exploração dos Serviços de Televisão a Cabo com Som e Imagem em VHF e UHF, com finalidades educacionais informativas, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de concessões e licenças, promover a cultura universal e nacional, a diversidade de fontes de informação, o lazer e o entretenimento, a pluralidade política e o desenvolvimento social e econômico do País, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria.

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade será constituída por prazo indeterminado observando-se quando de sua dissolução, os preceitos da lei em vigência, iniciando suas atividades a partir da homologação da autorização para funcionamento dada pelo MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

CLÁUSULA QUARTA: O capital social, inteiramente subscrito e realizado na forma prevista, neste ato, na importância de R\$ 40.000,00 (Quarenta Mil Reais), divididos em 40.000 (Quarenta Mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Hum real) cada uma, fica assim distribuído entre os sócios:



SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

CONTRATO SOCIAL

Roque Lander Menegais	cotas 25.000	R\$ 25.000,00
Andrea Samuel do Nascimento Menegais	cotas 15.000	R\$ 15.000,00
TOTALIZANDO	cotas 40.000	R\$ 40.000,00

Roque Lander Menegais: subscrive neste ato com 25.000 (vinte e cinco mil) quotas no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) sendo 5.000 (cinco mil) quotas sociais, no valor de R\$ 1,00 (Um real) cada uma, somando portanto R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), integralizado na presente data, em moeda corrente do país, e o saldo de 20.000 (vinte mil) quotas sociais, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, cuja integralização efetuará em moeda corrente do país até a data da outorga para execução do serviço de radiodifusão dada pelo MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

Andrea Samuel do Nascimento Menegais: subscrive neste ato com 15.000 (quinze mil) quotas no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) sendo 3.000 (três mil) quotas sociais, no valor de R\$ 1,00 (Um real) cada uma, somando portanto R\$ 3.000,00 (três mil reais), integralizado na presente data, em moeda corrente do país, e o saldo de 12.000 (doze mil) quotas sociais, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, cuja integralização efetuará em moeda corrente do país até a data da outorga para execução do serviço de radiodifusão dada pelo MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA: O capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a pessoas físicas brasileiras.

CLÁUSULA SEXTA: As quotas ou ações representativas do capital social serão inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto a participação de partido político e de sociedade cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros, através de capital sem direito a voto e não podendo exceder a trinta por cento do capital social dependendo de qualquer alteração contratual ou estatutária de prévia autorização do MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

CLÁUSULA SÉTIMA: A sociedade será administrada por um sócio gerente, a quem compete privativa e individualmente o uso da firma e a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da sociedade, sendo-lhes, entretanto, vedado o seu emprego sob qualquer pretexto ou modalidade em operações ou negócios estranhos ao objetivo social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

CLÁUSULA OITAVA: Fica estabelecido que a responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da entidade caberá somente à brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.



SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA NONA: Os administradores da entidade serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e para os portugueses reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no País e a sua investidura no cargo somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**.

CLÁUSULA DÉCIMA: Os sócios que desejarem transferir ou alienar suas quotas deverão notificar, por escrito, à sociedade discriminando-lhes o preço, a forma e o prazo de pagamento, para que esta, através dos demais sócios exerça ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazer dentro de sessenta dias contados do recebimento da notificação ou em maior prazo à critério do sócio alienante. Decorrido esse prazo sem que haja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas, desde que sejam observadas as normas da Cláusula Sexta.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O quadro de pessoal será sempre constituído, ao menos, de dois terços de trabalhadores brasileiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A responsabilidade dos sócios será limitada à importância total do capital social, nos termos do artigo segundo a Lei n.º 3708 de 10 de janeiro de 1919.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: As deliberações sociais, ainda que impliquem em alteração contratual, poderão ser tomadas por sócios que representem a maioria absoluta do capital da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A sociedade por todos os seus sócios se obriga a cumprir rigorosamente todas as leis, regulamentos e as instruções vigentes ou que vierem a vigorar referentes à radiodifusão e à segurança nacional

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser transferidas ou alienadas a qualquer título a terceiros sem o consentimento unânime dos demais sócios, cabendo a estes o direito de preferência na sua aquisição, na proporção das quotas que possuírem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Pelos serviços que prestarem à sociedade, receberão os sócios, à título de PRÓ-LABORE, a quantia mensal fixada em comum até o limite da dedução fiscal, prevista na legislação fiscal do imposto de renda, a qual será levada à conta de Despesas Gerais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Fica investido na função de Sócio Gerente da sociedade, o sócio **Sr. Roque Lander Menegals** para o qual fica dispensado da prestação de caução, conforme preceitua o artigo 12 da Lei n.º 3708 de 10 de janeiro de 1919.



SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: O sócio Gerente poderá fazer-se representar por procurador que o representará em todos os atos de interesse da sociedade, gerindo e administrando, devendo nesse caso ser solicitado para tal designação prévia autorização da autoridade fiscalizadora, apresentando-se na oportunidade, a prova de nacionalidade do procurador que deverá ser sempre brasileiro nato e de idoneidade moral comprovada pelo competente atestado.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: O ano social coincidirá com o ano civil, devendo a 31 de dezembro de cada ano, ser procedido o Balanço Patrimonial da sociedade obedecidas as prescrições legais e técnicas pertinentes à matéria. Os resultados serão atribuídos aos sócios proporcionalmente às cotas de capital que possuírem, podendo os lucros, à critério dos sócios, serem distribuídos ou ficarem em reserva na sociedade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: A distribuição dos lucros será sempre sustada quando se verificar a necessidade de atender a despesas inadiáveis que impliquem no funcionamento normal da estação de radiodifusão. Suprida a deficiência financeira, os lucros líquidos restantes terão a destinação prevista na Cláusula Décima Nona deste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: O falecimento de qualquer dos sócios não dissolve necessariamente a sociedade, ficando os herdeiros e sucessores sub-rogados nos direitos e obrigações do "de cujus", podendo nela fazerem-se representar enquanto indiviso o quinhão respectivo por um dentre eles, devidamente credenciado pelos demais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: Os sócios declaram que não estão condenados em nenhum dos crimes previstos em Leis que os impeçam de exercerem atividades mercantis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: Os casos omissos neste instrumento serão regidos pelos dispositivos da Lei Nº 3708 de 10 de janeiro de 1919, cuja fiel observância bem como das demais cláusulas deste compromisso se obrigam os sócios.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: Os sócios elegem o Foro da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, para dirimir possíveis dúvidas oriundas a este inclusive de cláusulas omissas.



SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

CONTRATO SOCIAL

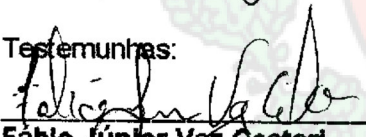
E, por assim estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam, juntamente com duas testemunhas o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

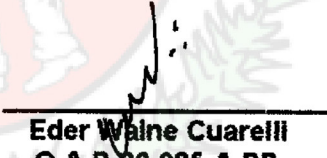
Cascavel/PR, 20 de Março de 2000.

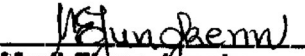

Roque Lander Menegais
Sócio Gerente

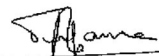

Andrea Samuel do Nascimento Menegais
Sócia

Testemunhas:


Fabio Júnior Vaz Cestari
RG N.º 6.696.431-0 SSP/PR


Eder Walne Cuarelli
O.A.B 26.085-A PR


Marli Elena Jungkenn
RG N.º 755.767 SSP/RS

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ	
CERTIFICO O REGISTRO EM: 22/03/2000	
SOB O NÚMERO:	
41 2 0430192 4	
TUFÍ RAME	
SECRETÁRIO GERAL	
Protocolo: 00/060412-7	

DENIS DALL'ASTA
CRC-PR 022456/O-0



GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO

CERTIDÃO ESPECÍFICA

Página: 001 / 001

Certificamos que o ato constitutivo da empresa indicada a seguir encontra-se arquivado nesta Junta Comercial:

nome empresarial: SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA - ME

NIRE: 41 2 0430192 4

CNPJ: 03.709.705/0001-70

endereço: RUA MARECHAL DEODORO

complemento:

número: 3624

bairro: CENTRO

CEP: 85810-200

município: CASCAVEL

UF: PR

situação: REGISTRO ATIVO

Arquivamentos Posteriores:

ato	número	data	descrição
001	41204301924	22/03/2000	CONSTITUICAO/CONTRATO
021	20020531842	14/03/2002	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
021	20040042316	09/01/2004	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
023	41900830941	09/01/2004	ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE
051	20040042316	09/01/2004	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO
021	20072426799	14/06/2007	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
315	20072426713	14/06/2007	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA
310	20137368160	03/01/2014	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO

CURITIBA - PR, 23 de julho de 2018

LIBERTAD BOGUS
SECRETARIA GERAL

***184184401**
18/418440-1



GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Página: 001 / 001

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA - ME			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede) 41 2 0430192-4	CNPJ 03.709.705/0001-70	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo 22/03/2000	Data de Início de Atividade 22/03/2000
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP) RUA MARECHAL DEODORO, 3624, CENTRO, CASCAVEL, PR, 85.810-200			
Objeto Social ESTAÇÕES DE RADIODIFUSÃO EM FREQUÊNCIA MODULADA (FM), AMPLITUDE MODULADA (AM), ONDAS MEDAS (OM), ONDAS CURTAS (OC), ONDAS TROPICAIS (OT), EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELEVISÃO COM SOM E IMAGEM EM UHF E VHF, TV A CABO E MMDS (MULTIPONTO-MULTICANAL), COM FINALIDADES EDUCACIONAIS, INFORMATIVAS, CÍVICAS E PATRIÓTICAS, BEM COMO A EXPLORAÇÃO DE CONCESSÕES E LICENÇAS, PROMOVER A CULTURA UNIVERSAL E NACIONAL, A DIVERSIDADE DE FONTES DE INFORMAÇÃO, O LAZER E O ENTRETENIMENTO, A PLURALIDADE POLÍTICA E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DO PAÍS, TUDO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA REGEDORA DA MATÉRIA.			
Capital: R\$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)		Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006)	Prazo de Duração
Capital Integralizado: R\$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)		Microempresa	Indeterminado
Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato			
<u>Nome/CPF ou CNPJ</u>	<u>Participação no capital (R\$)</u>	<u>Espécie de Sócio</u>	<u>Administrador</u>
ROQUE LANDER MENEGAI 782.211.889-72	25.000,00	SÓCIO	Administrador
ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI 969.173.269-68	15.000,00	SÓCIO	
Último Arquivamento Data: 03/01/2014 Número: 20137368160 Ato: OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESÁRIO Evento (s):			Situação REGISTRO ATIVO Status XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela 1 - NIRE: 41 9 0083094-1 CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXX Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, País) RUA VEREADOR JOSE FERNANDES, 639, JARDIM INDEPENDÊNCIA, SARANDI, PR, 87.711-230, BRASIL			

CURITIBA - PR, 11 de janeiro de 2018

LIBERTAD BOGUS
SECRETARIA GERAL

CNPJ: 03.709.705/0001-70
NIRE nº 41204301924 de 22/03/2000

Consolidação: Empresa

Grau: 5

Encerrado em: 31/12/2017

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
CAIXA
CAIXA

77.416,73
30.096,93
30.096,93
25.130,09
25.130,69

APLICACAO DE LIQUIDEZ IMEDIATA
OUROCAP

3.498,55
3.498,55

BANCO CONTA MOVIMENTO
BANCO DO BRASIL AG 3508-4 C/C 11934-2
BANCO DO BRASIL AG 3508-4 C/C 44929-6

1.467,69
948,15
519,54

ATIVO NÃO-CIRCULANTE

ATIVO IMOBILIZADO

IMOBILIZADOS
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS
MOVEIS E UTENSILIOS
VEICULOS
COMPUTADORES E PERIFERICOS

47.319,80
117.631,64
117.631,64
65.226,52
3.051,00
44.022,40
5.331,72

DEPRECIACAO, AMORT. E EXAUSTAO
DEPRECIACAO ACUMULADA

(-) DEP. MAQUINAS E EQUIP.
(-) DEP. MOVEIS E UTENSILIOS
(-) DEP. VEICULOS
(-) DEP. COMPUTADORES E PERIFERICOS

-70.311,84
-70.311,84
-20.263,85
-1.449,22
-44.022,40
-4.576,37

TOTAL DO ATIVO

77.416,73




CNPJ: 03.709.705/0001-70
NIRE nº 41204301924 de 22/03/2000
Consolidação: Empresa

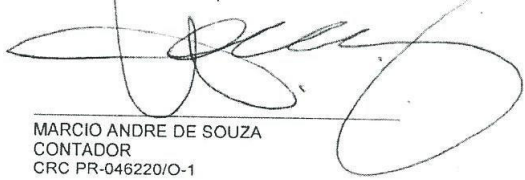
Grau: 5

Encerrado em: 31/12/2017

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
PASSIVO CIRCULANTE	-77.416,73
OBRIGAÇÕES FISCAIS	-125.290,56
IMPOSTOS E TAXAS	-45.996,14
SIMPLES A RECOLHER	-45.996,14
IRRF A RECOLHER	-45.983,45
COFINS A RECOLHER	-2,69
	-10,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES	-78.190,37
OUTRAS OBRIGAÇÕES	-78.190,37
SALÁRIOS A PAGAR	-8.279,33
FGTS A RECOLHER	-9.495,43
INSS A RECOLHER	-59.581,68
PROLABORE A PAGAR	-833,93
OUTRAS PROVISÕES	-1.104,05
OUTRAS PROVISÕES	-1.104,05
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL A PAGAR	-1.104,05
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	47.873,83
CAPITAL SOCIAL	-40.000,00
CAPITAL SOCIAL	-40.000,00
CAPITAL SOCIAL	-40.000,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	87.873,83
LUCROS/PREJUÍZOS	87.873,83
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	87.873,83
TOTAL DO PASSIVO	-77.416,73

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial com base nas informações e na documentação apresentada, encerrado em 31/12/2017, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R\$ 77.416,73 (setenta e sete mil, quatrocentos e dezesseis reais e setenta e três centavos).


ROQUE LANDER MENEGAIS
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF 782.211.889-72


MARCIO ANDRE DE SOUZA
CONTADOR
CRC PR-046220/O-1

CNPJ: 03.709.705/0001-70

Consolidação: Empresa

Grau: 5

Período: 01/2017 a 12/2017

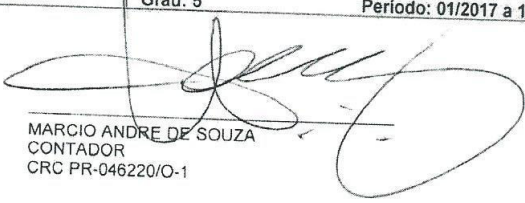
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	184.251,25
RECEITA BRUTA	184.251,25
RECEITAS DE VENDAS/SERVICOS	184.251,25
PRESTACAO DE SERVICO	184.251,25
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	12.406,06
DEDUCOES DA RECEITA BRUTA	12.406,06
IMPOSTOS INCIDENTES S/ VENDAS	12.406,06
SIMPLES	12.406,06
RECEITA LÍQUIDA	171.845,19
CUSTOS	0,00
LUCRO BRUTO	171.845,19
RESULTADO OPERACIONAL E NAO OPERACIONAL	190.870,18
DESPESAS OPERACIONAIS	259.918,01
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	259.041,67
SALARIOS	149.287,55
PRO-LABORE	11.244,00
FERIAS	20.271,82
13 SALARIO	13.333,37
INSS	187,40
FGTS	16.978,88
DEPRECIACAO	24.826,40
ENERGIA ELETRICA	4.516,84
AGUA	1.394,32
DESPESAS COM TELEFONE	6.829,05
DESPESAS COM ENCADENADORA	441,50
HONORARIO DO CONTADOR	5.900,00
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	325,00
INTERNET	606,43
MATERIAL DE ESCRITORIO	691,92
SERVIÇOS DE TERCEIROS	472,93
DESPESAS COM SEGURANÇA	1.976,98
DESPESA COM HOSPEDAGEM	160,00
DESPESAS COM INFORMATICA	120,00
CERTIFICADO DIGITAL	175,00
(-) RESSARCIMENTO DE DESPESAS	-697,72
IMPOSTOS E TAXAS	876,34
IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS	876,34
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	69.048,13
RECEITAS NAO OPERACIONAIS	69.048,13
VENDA DE IMOBILIZADO	69.048,13
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	0,30
DESPESAS TRIBUTARIAS	0,30
IOF	0,30
RESULTADO ANTES DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	-19.024,99
RECEITAS FINANCEIRAS	0,11
RECEITAS FINANCEIRAS	0,11
RENDIMENTO S/ APLICAÇÃO	0,11
DESPESAS FINANCEIRAS	13.570,00
DESPESAS FINANCEIRAS	13.570,00
JUROS PASSIVOS	8.342,85
DESPESAS BANCARIAS	5.227,15
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-32.594,88
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA	-32.594,88
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	32.594,88

CNPJ: 03.709.705/0001-70
Consolidação: Empresa

Grau: 5

Período: 01/2017 a 12/2017


ROQUE LANDER MENEGAIS
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF 782.211.889-72


MARCIO ANDRE DE SOUZA
CONTADOR
CRC PR-046220/O-1

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº 53900.020256/2014-60		
Entidade: Sistema Plug de Comunicações Ltda.	CNPJ: 03.709.705/0001-70	
Executante do serviço de radiodifusão FM	Localidade: Paranaíta	UF: MT
Validade da Outorga: VENCIDA	Período: 2015-2025	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
1.1.1. Requerimento de renovação de outorga firmado pelo representante legal da Entidade;	OK	1 (0172638)
1.1.2. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;	PENDENTE	
1.1.3. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	PENDENTE	
1.1.4. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	PENDENTE	
1.1.5. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	PENDENTE	
1.1.6. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;	PENDENTE	
1.1.7. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou preferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar n.º 64/1990 (Lei da Ficha Limpa)	OK	1900935
1.2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	3296039 e 3295969

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	1-15 (3296133)
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	16 (3296133)
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	18-21 (3296133)
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	4 (1189356)
REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	3296044
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	10
			11
			2 (0389786)
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	3296039
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	13 12
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	14
	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	20-23, 26/27 (1189356)
Observações:			

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Cláudia Franco CARGO: Técnico de Nível Superior III	24/08/2018

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão

NOTA TÉCNICA Nº 19115/2018/SEI-MCTIC

Processo nº 53900.020256/2014-60

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Sistema Plug de Comunicações Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Paranaíta, estado de Mato Grosso, referente ao período de 29/03/2015 a 29/03/2025.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o pedido a que se refere o parágrafo 1 chegou a ser analisado pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por conduto do Parecer nº 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que tratava dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comercial. Referida manifestação buscava uniformizar entendimento, no âmbito da Conjur, sobre os documentos necessários para a regular instrução dos processos de renovação.

3. Ocorre que, com a publicação da Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017, que altera as Leis nºs 5.785, de 23 de junho de 1972, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6.615, de 16 de dezembro de 1978 e do Decreto 9.138, de 22 de agosto de 2017, que altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e revoga o decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta.

4. Assim, considerando-se os termos das susos mencionadas alterações legislativas, faz-se necessário que a Interessada apresente os seguintes documentos pendentes, conforme atesta a "Lista de Verificação de Documentos", inserida digitalmente nestes autos (evento SEI nº 3296180):

- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, conforme modelo anexo (evento SEI nº 3296208) constando declarações de que:

i) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

ii) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

iii) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

iv) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

v) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

Obs. 1: A falsidade das informações prestadas nos termos da alínea *j* deste artigo sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis.

Obs. 2: é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no parágrafo 4º, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Franco Vieira Almeida, Técnico de Nível Superior**, em 24/08/2018, às 10:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão, Substituto**, em 24/08/2018, às 10:38, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3296183** e o código CRC **45441483**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorga
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 33835/2018/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÃO LTDA. (CNPJ Nº 03.709.705/0001-70)

Rua Marechal Deodoro, 3624 - Centro

85.810 -200 Cascavel/PR

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53900.020256/2014-60.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 19115/2018/SEI-MCTIC, e Requerimento (Evento SEI nº296208) com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão, Substituto**, em 24/08/2018, às 10:29, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3296190** e o código CRC **3FF2CF67**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 33835/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.020256/2014-60
- Nº SEI: 3296190

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
<i>Nome da Pessoa Jurídica:</i>			
<i>CNPJ:</i>		<i>CEP da sede:</i>	
<i>Endereço da sede:</i>			
<i>E-mail de contato:</i>			
<i>Serviço a ser renovado:</i>	() Radiodifusão sonora	() em frequência modulada () em ondas curtas () em ondas médias () em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de sons e imagens		
<i>Período da renovação:</i>			
<i>Localidade da renovação:</i>		<i>UF:</i>	

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações abaixo e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios

diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

(b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

(c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.

(d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;

(e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

(f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Assinatura do representante legal

ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA

*RELATIVOS À
PESSOA
JURÍDICA*

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (e) prova de inscrição no CNPJ;
- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- (i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e
- (j) laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

Data de Envio:

24/08/2018 14:19:47

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

roque@sistemaplug.com.br

sei@sistemaplug.com.br

cezar@sistemaplug.com.br

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 53900.020256/2014-60

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,

Secretaria de Radiodifusão

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Petição Eletrônica.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_3296190.html

Requerimento_3296208_REQUERIMENTO_DE_RENOVACAO_DE_OUTORGA__2018.pdf

Nota_Tecnica_3296183.html

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº 53900.020256/2014-60		
Entidade: Sistema Plug de Comunicações Ltda.	CNPJ: 03.709.705/0001-70	
Executante do serviço de radiodifusão FM	Localidade: Paranaíta	UF: MT
Validade da Outorga: VENCIDA	Período: 2015-2025	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: <ul style="list-style-type: none"> - os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67; - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo; - a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública; - a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; - a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga; - nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa; 	OK	3305012
b) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	3296039 e 3295969

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	1-15 (3296133)
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	16 (3296133)
OU APLICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	18-21 (3296133)

	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	4 (1189356)
REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	3296044
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	10
			11
			2 (0389786)
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	3296039
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	13
			12
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	14
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	20-23, 26/27 (1189356)
Observações:			

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Cláudia Franco CARGO: Técnico de Nível Superior III	03/09/2018

Despacho N° 522/2018/SEI-MCTIC

O **DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.074922/2017-21, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 1215/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 04 de dezembro de 2017, da frequência 1560 KHz, outorgada à Sistema Plug de Comunicações Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Paranaíta, estado de Mato Grosso.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

Diretor de Radiodifusão Comercial



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**, **Diretor de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 29/03/2018, às 15:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2817708** e o código CRC **5F48A69C**.

Despacho N° 1208/2017/SEI-MCTIC

O **COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.º 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.010793/2017-42, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da **SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA - ME**, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Paranaíta/MT, utilizando o canal n.º 255 (duzentos e cinquenta e cinco), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 16726/2017/SEI-MCTIC.

ANEXO AO DESPACHO N.º 1208/2017/SEI-MCTIC

LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA PRINCIPAL

Logradouro: Loteamento Comercial Norte, s/n, Lote 6, Quadra F	Bairro: Comercial Norte	CEP: 78590-000
Localidade: Paranaíta	UF: MT	Coordenadas Geográficas: 09°S39'46" e 56°W28'31"

LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO PRINCIPAL

Logradouro: Loteamento Comercial Norte, s/n, Lote 6, Quadra F	Bairro: Comercial Norte	CEP: 78590-000
Localidade: Paranaíta	UF: MT	

TRANSMISSOR PRINCIPAL

Fabricante: AUAD CORREA EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA		
Modelo: SP 500 ÁGILE	Potência de Operação: 0,343 kW	Certificação/Homologação: 00248-03-00528

SISTEMA IRRADIANTE PRINCIPAL

Fabricante: MECTRÔNICA MECÂNICA E ELETRÔNICA LTDA		Modelo: MTFMA-2		Número de elementos: 2	
Cota Base da Torre (C_{BT}): 272 m	Altura Centro de Irradiação (H_{CI}): 32,5 m	Azimute de Orientação: 210° NV	Beam-tilt: 0°	Ganho máximo: -0,06 dBd	
Tipo: Omnidirecional		Polarização: Circular		ERP máxima: 0,300 kW	

LINHA DE TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
Fabricante: RFS		Modelo: LCF 7/8-50JA-A0	Comprimento: 38 m
Eficiência: 88,6%	Impedância Característica: 50 Ohms	Atenuação: 1,12 dB/100m	Perdas acessórias: 0,1 dB

POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA POR AZIMUTES			
Azimute (radial) (°)	H _{SNMT} (m)*	Atenuação da antena (dB)	ERP _{AZ} (kW)
0	44,5	0,54	0,265
30	41,5	0,92	0,243
60	39,5	0,82	0,248
90	47,5	0,09	0,294
120	46,5	0	0,300
150	25,5	0,09	0,294
180	17,5	0,92	0,243
210	34,5	1,41	0,217
240	49,5	1,94	0,192
270	43,5	1,73	0,202
300	30,5	1,11	0,232
330	32,5	0,54	0,265
VALORES MÉDIOS:	37,75	—	0,249

* Altura do centro geométrico do sistema irradiante em relação ao nível médio do terreno no azimute considerado.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 01/08/2017, às 11:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **2067530** e o código CRC **10E245EC**.



OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Guaxupé, estado de Minas Gerais.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Rafael Zaiat - procurador da Rádio Clube de Guaxupé Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio Cultura de Lorena Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Cultura de Lorena Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Lorena, estado de São Paulo.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Flávio Ferreira de Lara Resende - procurador da Rádio Cultura de Lorena Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio da Grande Serra Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio da Grande Serra Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Araripina, estado de Pernambuco.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sra. Rita de Cássia Ferreira Diniz - administradora da Rádio da Grande Serra Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio Educadora de Conceição Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Educadora de Conceição Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Conceição, estado da Paraíba.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 08 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Ronildo Leite Maniçoba - Procurador da Rádio Educadora de Conceição Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio Najua de Irati Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Najua de Irati Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Irati, estado do Paraná.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sra. Jussara Harmuch Bendhack - administrador da Rádio Najua de Irati Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio Sete Colinas de Uberaba Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Sete Colinas de Uberaba Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Uberaba, estado de Minas Gerais.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Fuad Miguel Hueb - administrador da Rádio Sete Colinas de Uberaba Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio São Carlos Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio São Carlos Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de São Carlos, estado de Santa Catarina.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 9 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sr. Cláudio Lorini - Procurador da Rádio São Carlos Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio Tapejara Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Tapejara Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Tapejara, estado do Rio Grande do Sul.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Maria Adelaide Basso - procuradora da Rádio Tapejara Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Sistema Plug de Comunicações Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorgas de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Sistema Plug de Comunicações Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Vila Rica, estado do Mato Grosso.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab - Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Roque Lander Menegais - administrador da Sistema Plug de Comunicações Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Sistema Plug de Comunicações Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Sistema Plug de Comunicações Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Paranaita, estado do Mato Grosso.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Roque Lander Menegais - administrador da Sistema Plug de Comunicações Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Sociedade de Radiodifusão Padre Eduardo Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Sociedade de Radiodifusão Padre Eduardo Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Terra Rica, estado do Paraná.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sr. Umberto Ferraz - Sócio Gerente da Sociedade de Radiodifusão Padre Eduardo Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Fundação Frei Rogério.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Fundação Frei Rogério.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Curitiba, estado de Santa Catarina.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sr. Neuri Francisco Reinisch - administrador da Fundação Frei Rogério.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio Amorim Juventude Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Amorim Juventude Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Rondonópolis, estado do Mato Grosso.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Edson Amorim Pires e/ou Branca Stela Domingo Pires - administradores da Rádio Amorim Juventude Ltda.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL Nº 2/2015-SOR/SPR/CD-ANATEL

A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 939, de 12 de novembro de 2015, para conduzir os procedimentos relativos à Licitação nº 002/2015-SOR/SPR/CD-ANATEL, considerando as decisões tomadas pelo Conselho Diretor da Anatel por meio dos Acórdãos nº 289/2016 e nº 329/2016, tendo em vista a dispensa de entrega da Documentação de habilitação pela proponente, na forma do item 2.7 do Edital, torna pública sua decisão de adjudicar o Lote E-8 à CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, conforme anexo da Ata da Sessão Pública de Abertura, Análise e Julgamento das Propostas de Preço lavrada em 16 de fevereiro de 2016, de acordo com o que foi estabelecido no item 10.6.1 do Edital.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Presidente da Comissão

CENTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA ELETRÔNICA AVANÇADA S/A

EXTRATO DE CONTRATO Nº 28/2016 - UASG 245209

Nº Processo: 01213004256201629.
INEXIGIBILIDADE Nº 32/2016. Contratante: CENTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA -ELETROINICA AVANÇADA S.A. CPF Contratado: ESTRANGEIRO. Contratado: CADENCE DESIGN SYSTEMS INC.. Objeto: Renovação de licença de software EDA. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 18/09/2016 a 17/09/2018. Valor Total: R\$2.880.000,00. Fonte: 100000000 - 2016NE800522 Fonte: 100000000 - 2016 800689. Data de Assinatura: 18/09/2016.

(SICON - 11/11/2016) 245209-24209-2016NE800020

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 46/2016 - UASG 245209

Nº Processo: 01213006124201631. Objeto: Capacitação de NR12 Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Declaração de Inexigibilidade em 11/11/2016. GLAUCY RENATA PEREIRA. Gerente. Ratificação em 11/11/2016. ROBERTO VANDERLEI DE ANDRADE. Valor Global: R\$ 21.580,00. CNPJ CONTRATADA : 03.775.069/0001-85 SERVICIO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL-SENAI.

(SIDECE - 11/11/2016) 245209-24209-2016NE800020

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2016 - UASG 245209

Número do Contrato: 60/2013.
Nº Processo: 01213003698201313.
PREGÃO SISPP Nº 148/2013. Contratante: CENTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA -ELETROINICA AVANÇADA S.A. CNPJ Contratado: 89846356000154. Contratado: RADIO TAXI GAUCHA LTDA - ME -Objeto: Prorrogação de contrato por 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 08/11/2016 a 07/11/2017. Valor Total: R\$69.400,00. Fonte: 100000000 - 2016NE800649. Data de Assinatura: 28/10/2016.

(SICON - 11/11/2016) 245209-24209-2016NE800020

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 140/2016 - UASG 113202

Nº Processo: 01342000561201676. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de material elétrico. Total de Itens Licitados: 00068. Edital: 14/11/2016 de 08h00 às 12h00 e de 12h01 às 16h00. Endereço: Av Prof. Lineu Prestes 2242 Cidade Universitária Butantã - SAO PAULO - SP ou www.comprasnet.gov.br/licitacao/113202-05-140-2016. Entrega das Propostas: a partir de 14/11/2016 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 28/11/2016 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

(SIDECE - 11/11/2016) 113202-11501-2016NE800557

PREGÃO Nº 261/2016 - UASG 113202

Nº Processo: 01342001039201610. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de elemento filtrante. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 14/11/2016 de 08h00 às 12h00 e de 12h01 às 16h00. Endereço: Av Prof. Lineu Prestes 2242 Cidade Universitária Butantã - SAO PAULO - SP ou www.comprasnet.gov.br/licitacao/113202-05-261-2016. Entrega das Propostas: a partir de 14/11/2016 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 25/11/2016 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

MARIA DE FATIMA DA SILVA SOUZA
Pregoeira

(SIDECE - 11/11/2016) 113202-11501-2016NE800557



CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E O SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA. PARA EXPLORAR O SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA, NA LOCALIDADE DE PARANAÍTA, ESTADO DE MATO GROSSO.

Aos quatorze dias do mês de outubro do ano dois mil e quatro, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, Eunício Oliveira, e o SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ nº 03.709.705/0001-70, representada por seu Sócio-Gerente, Roque Lander Menegais, RG nº 13/R.2.942.125 SSP/SC, CPF nº 782.211.889-72, assinam o presente Contrato de Concessão, decorrente da concessão outorgada à supramencionada entidade pelo Decreto de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 480, de 16 de agosto de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2004, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Paranaíta, Estado de Mato Grosso, regendo-se referida concessão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica assegurado ao Sistema Plug de Comunicações Ltda. o direito de explorar, sem exclusividade, na localidade de Paranaíta, Estado de Mato Grosso, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

Parágrafo único. A execução do serviço é vinculada aos termos do edital da Concorrência nº 120/2000-SSR/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga apresentadas na licitação pela concessionária.

Cláusula 2ª. A presente concessão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

Cláusula 3ª. A concessionária é obrigada a:

- publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a montagem da emissora no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da data da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União;
- iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação da Portaria de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União;

- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;
- h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;
- i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a concessão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;
- l) manter, durante a vigência da concessão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para execução do serviço;
- n) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- o) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;
- p) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraidas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;

q) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;

r) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente;

Cláusula 4ª. Na organização da programação, num total diário de 1.440 (mil, quatrocentos e quarenta) minutos, a concessionária deverá:

a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;

b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) destinar, diariamente, o percentual de 8% (oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, executando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "f" desta cláusula;

e) destinar, diariamente, o percentual de 8% (oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "g" desta cláusula;

f) destinar, diariamente, o percentual de 4% (quatro por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "d" desta cláusula;

g) destinar, diariamente, o percentual de 4% (quatro por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, executando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviços noticiosos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "e" desta cláusula;

h) limitar ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;

i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra "d" desta cláusula;

A

1

- j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso, além dos previstos nas letras “e” e “g” desta cláusula;
- l) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República;
- m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- o) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- s) manter em dia os registros da programação.
- t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

Cláusula 5ª. A proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 54 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá os percentuais propostos calculados com base nesse novo horário de funcionamento.

Cláusula 6ª. A concessionária recolheu o valor de R\$ 17.725,00 (dezessete mil, setecentos e vinte e cinco reais) pelo pagamento da primeira parcela do valor da outorga.

Cláusula 7ª. A concessionária deverá recolher o valor referente à segunda parcela do valor da outorga, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste contrato, conforme previsto no Edital.

Cláusula 8ª. A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

Cláusula 9ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a concessionária atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula 10ª. O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula 11ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo único. A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

Cláusula 12ª. A concessionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

Cláusula 13ª. O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula 14ª. Pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Ministério das Comunicações poderá, garantida ampla defesa, aplicar à concessionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga, corrigido pelo IGP-DI;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa da entidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Cláusula 15ª. O não pagamento da segunda parcela, na data fixada pelo Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a concessionária às sanções e penalidades previstas no Edital e na legislação que rege a licitação.

Cláusula 16ª. Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da concessão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da concessionária, ou por decisão judicial,

considerar-se-á o Contrato de Concessão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.

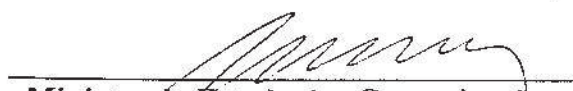
Cláusula 17ª. As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14ª.

Cláusula 18ª. Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a concessão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

Cláusula 19ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

Cláusula 20ª. Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratante.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Concessão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que contém 6 (seis) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.


Ministro de Estado das Comunicações


Concessionária


Testemunha


Testemunha

VIRE



Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 475, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a A VOZ DE LAGOA SANTA - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAGOA-SANTENSE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E RADIODIFUSÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 989, de 12 de junho de 2002, que autoriza a A Voz de Lagoa Santa - Associação Comunitária Lagoa-Santense de Assistência Social e Radiodifusão a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 476, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à NOVA RÁDIO ZENITH LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conchas, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.074, de 26 de junho de 2002, que outorga permissão à Nova Rádio Zenith Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conchas, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 477, DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DIFUSORA JUNDIAIENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de junho de 2001, que renova, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Difusora Jundiaíense Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 478, DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ACAIACA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 14 de outubro de 1997, que renova, a partir de 3 de maio de 1988, a concessão outorgada à Rádio Acaiaca Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 479, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO VALE DO ARAÇÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sandomos, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.563, de 8 de agosto de 2002, que outorga permissão à Rádio Vale do Araçá Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sandomos, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 480, DE 2004

Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranapi, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 28 de agosto de 2002, que outorga concessão ao Sistema Plug de Comunicações Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranapi, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 16 de agosto de 2004

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 481, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO MATER ECCLESIAE para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.646, de 28 de novembro de 2002, que outorga permissão à Fundação Mater Ecclesiae para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educacionais, na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 16 de agosto de 2004

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 482, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JOAIMESENSE CULTURAL DE RÁDIO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joazeiro, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.886, de 18 de setembro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Joaimense Cultural de Rádio a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joazeiro, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 483, DE 2004

Aprova o ato que outorga concessão à PANTANAL SOM E IMAGEM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 4 de junho de 2001, que outorga concessão à Pantanal Som e Imagem Ltda. para explorar, por 10 anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 484, DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO ARAPUAN LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 17 de julho de 2000, que renova, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão da Rádio Arapuan Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 485, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO ZULI MORAIS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caririagu, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 404, de 19 de março de 2002, que autoriza a Fundação Zuli Morais a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caririagu, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

02, 1995 - 1996 - 1997 - 1998 - 1999 - 2000 - 2001 - 2002 - 2003 - 2004 - 2005 - 2006 - 2007 - 2008 - 2009 - 2010 - 2011 - 2012 - 2013 - 2014 - 2015 - 2016 - 2017 - 2018 - 2019 - 2020 - 2021 - 2022 - 2023 - 2024 - 2025 - 2026 - 2027 - 2028 - 2029 - 2030 - 2031 - 2032 - 2033 - 2034 - 2035 - 2036 - 2037 - 2038 - 2039 - 2040 - 2041 - 2042 - 2043 - 2044 - 2045 - 2046 - 2047 - 2048 - 2049 - 2050 - 2051 - 2052 - 2053 - 2054 - 2055 - 2056 - 2057 - 2058 - 2059 - 2060 - 2061 - 2062 - 2063 - 2064 - 2065 - 2066 - 2067 - 2068 - 2069 - 2070 - 2071 - 2072 - 2073 - 2074 - 2075 - 2076 - 2077 - 2078 - 2079 - 2080 - 2081 - 2082 - 2083 - 2084 - 2085 - 2086 - 2087 - 2088 - 2089 - 2090 - 2091 - 2092 - 2093 - 2094 - 2095 - 2096 - 2097 - 2098 - 2099 - 2100 - 2101 - 2102 - 2103 - 2104 - 2105 - 2106 - 2107 - 2108 - 2109 - 2110 - 2111 - 2112 - 2113 - 2114 - 2115 - 2116 - 2117 - 2118 - 2119 - 2120 - 2121 - 2122 - 2123 - 2124 - 2125 - 2126 - 2127 - 2128 - 2129 - 2130 - 2131 - 2132 - 2133 - 2134 - 2135 - 2136 - 2137 - 2138 - 2139 - 2140 - 2141 - 2142 - 2143 - 2144 - 2145 - 2146 - 2147 - 2148 - 2149 - 2150 - 2151 - 2152 - 2153 - 2154 - 2155 - 2156 - 2157 - 2158 - 2159 - 2160 - 2161 - 2162 - 2163 - 2164 - 2165 - 2166 - 2167 - 2168 - 2169 - 2170 - 2171 - 2172 - 2173 - 2174 - 2175 - 2176 - 2177 - 2178 - 2179 - 2180 - 2181 - 2182 - 2183 - 2184 - 2185 - 2186 - 2187 - 2188 - 2189 - 2190 - 2191 - 2192 - 2193 - 2194 - 2195 - 2196 - 2197 - 2198 - 2199 - 2200 - 2201 - 2202 - 2203 - 2204 - 2205 - 2206 - 2207 - 2208 - 2209 - 2210 - 2211 - 2212 - 2213 - 2214 - 2215 - 2216 - 2217 - 2218 - 2219 - 2220 - 2221 - 2222 - 2223 - 2224 - 2225 - 2226 - 2227 - 2228 - 2229 - 2230 - 2231 - 2232 - 2233 - 2234 - 2235 - 2236 - 2237 - 2238 - 2239 - 2240 - 2241 - 2242 - 2243 - 2244 - 2245 - 2246 - 2247 - 2248 - 2249 - 2250 - 2251 - 2252 - 2253 - 2254 - 2255 - 2256 - 2257 - 2258 - 2259 - 2260 - 2261 - 2262 - 2263 - 2264 - 2265 - 2266 - 2267 - 2268 - 2269 - 2270 - 2271 - 2272 - 2273 - 2274 - 2275 - 2276 - 2277 - 2278 - 2279 - 2280 - 2281 - 2282 - 2283 - 2284 - 2285 - 2286 - 2287 - 2288 - 2289 - 2290 - 2291 - 2292 - 2293 - 2294 - 2295 - 2296 - 2297 - 2298 - 2299 - 2300 - 2301 - 2302 - 2303 - 2304 - 2305 - 2306 - 2307 - 2308 - 2309 - 2310 - 2311 - 2312 - 2313 - 2314 - 2315 - 2316 - 2317 - 2318 - 2319 - 2320 - 2321 - 2322 - 2323 - 2324 - 2325 - 2326 - 2327 - 2328 - 2329 - 2330 - 2331 - 2332 - 2333 - 2334 - 2335 - 2336 - 2337 - 2338 - 2339 - 2340 - 2341 - 2342 - 2343 - 2344 - 2345 - 2346 - 2347 - 2348 - 2349 - 2350 - 2351 - 2352 - 2353 - 2354 - 2355 - 2356 - 2357 - 2358 - 2359 - 2360 - 2361 - 2362 - 2363 - 2364 - 2365 - 2366 - 2367 - 2368 - 2369 - 2370 - 2371 - 2372 - 2373 - 2374 - 2375 - 2376 - 2377 - 2378 - 2379 - 2380 - 2381 - 2382 - 2383 - 2384 - 2385 - 2386 - 2387 - 2388 - 2389 - 2390 - 2391 - 2392 - 2393 - 2394 - 2395 - 2396 - 2397 - 2398 - 2399 - 2400 - 2401 - 2402 - 2403 - 2404 - 2405 - 2406 - 2407 - 2408 - 2409 - 2410 - 2411 - 2412 - 2413 - 2414 - 2415 - 2416 - 2417 - 2418 - 2419 - 2420 - 2421 - 2422 - 2423 - 2424 - 2425 - 2426 - 2427 - 2428 - 2429 - 2430 - 2431 - 2432 - 2433 - 2434 - 2435 - 2436 - 2437 - 2438 - 2439 - 2440 - 2441 - 2442 - 2443 - 2444 - 2445 - 2446 - 2447 - 2448 - 2449 - 2450 - 2451 - 2452 - 2453 - 2454 - 2455 - 2456 - 2457 - 2458 - 2459 - 2460 - 2461 - 2462 - 2463 - 2464 - 2465 - 2466 - 2467 - 2468 - 2469 - 2470 - 2471 - 2472 - 2473 - 2474 - 2475 - 2476 - 2477 - 2478 - 2479 - 2480 - 2481 - 2482 - 2483 - 2484 - 2485 - 2486 - 2487 - 2488 - 2489 - 2490 - 2491 - 2492 - 2493 - 2494 - 2495 - 2496 - 2497 - 2498 - 2499 - 2500 - 2501 - 2502 - 2503 - 2504 - 2505 - 2506 - 2507 - 2508 - 2509 - 2510 - 2511 - 2512 - 2513 - 2514 - 2515 - 2516 - 2517 - 2518 - 2519 - 2520 - 2521 - 2522 - 2523 - 2524 - 2525 - 2526 - 2527 - 2528 - 2529 - 2530 - 2531 - 2532 - 2533 - 2534 - 2535 - 2536 - 2537 - 2538 - 2539 - 2540 - 2541 - 2542 - 2543 - 2544 - 2545 - 2546 - 2547 - 2548 - 2549 - 2550 - 2551 - 2552 - 2553 - 2554 - 2555 - 2556 - 2557 - 2558 - 2559 - 2560 - 2561 - 2562 - 2563 - 2564 - 2565 - 2566 - 2567 - 2568 - 2569 - 2570 - 2571 - 2572 - 2573 - 2574 - 2575 - 2576 - 2577 - 2578 - 2579 - 2580 - 2581 - 2582 - 2583 - 2584 - 2585 - 2586 - 2587 - 2588 - 2589 - 2590 - 2591 - 2592 - 2593 - 2594 - 2595 - 2596 - 2597 - 2598 - 2599 - 2600 - 2601 - 2602 - 2603 - 2604 - 2605 - 2606 - 2607 - 2608 - 2609 - 2610 - 2611 - 2612 - 2613 - 2614 - 2615 - 2616 - 2617 - 2618 - 2619 - 2620 - 2621 - 2622 - 2623 - 2624 - 2625 - 2626 - 2627 - 2628 - 2629 - 2630 - 2631 - 2632 - 2633 - 2634 - 2635 - 2636 - 2637 - 2638 - 2639 - 2640 - 2641 - 2642 - 2643 - 2644 - 2645 - 2646 - 2647 - 2648 - 2649 - 2650 - 2651 - 2652 - 2653 - 2654 - 2655 - 2656 - 2657 - 2658 - 2659 - 2660 - 2661 - 2662 - 2663 - 2664 - 2665 - 2666 - 2667 - 2668 - 2669 - 2670 - 2671 - 2672 - 2673 - 2674 - 2675 - 2676 - 2677 - 2678 - 2679 - 2680 - 2681 - 2682 - 2683 - 2684 - 2685 - 2686 - 2687 - 2688 - 2689 - 2690 - 2691 - 2692 - 2693 - 2694 - 2695 - 2696 - 2697 - 2698 - 2699 - 2700 - 2701 - 2702 - 2703 - 2704 - 2705 - 2706 - 2707 - 2708 - 2709 - 2710 - 2711 - 2712 - 2713 - 2714 - 2715 - 2716 - 2717 - 2718 - 2719 - 2720 - 2721 - 2722 - 2723 - 2724 - 2725 - 2726 - 2727 - 2728 - 2729 - 2730 - 2731 - 2732 - 2733 - 2734 - 2735 - 2736 - 2737 - 2738 - 2739 - 2740 - 2741 - 2742 - 2743 - 2744 - 2745 - 2746 - 2747 - 2748 - 2749 - 2750 - 2751 - 2752 - 2753 - 2754 - 2755 - 2756 - 2757 - 2758 - 2759 - 2760 - 2761 - 2762 - 2763 - 2764 - 2765 - 2766 - 2767 - 2768 - 2769 - 2770 - 2771 - 2772 - 2773 - 2774 - 2775 - 2776 - 2777 - 2778 - 2779 - 2780 - 2781 - 2782 - 2783 - 2784 - 2785 - 2786 - 2787 - 2788 - 2789 - 2790 - 2791 - 2792 - 2793 - 2794 - 2795 - 2796 - 2797 - 2798 - 2799 - 2800 - 2801 - 2802 - 2803 - 2804 - 2805 - 2806 - 2807 - 2808 - 2809 - 2810 - 2811 - 2812 - 2813 - 2814 - 2815 - 2816 - 2817 - 2818 - 2819 - 2820 - 2821 - 2822 - 2823 - 2824 - 2825 - 2826 - 2827 - 2828 - 2829 - 2830 - 2831 - 2832 - 2833 - 2834 - 2835 - 2836 - 2837 - 2838 - 2839 - 2840 - 2841 - 2842 - 2843 - 2844 - 2845 - 2846 - 2847 - 2848 - 2849 - 2850 - 2851 - 2852 - 2853 - 2854 - 2855 - 2856 - 2857 - 2858 - 2859 - 2860 - 2861 - 2862 - 2863 - 2864 - 2865 - 2866 - 2867 - 2868 - 2869 - 2870 - 2871 - 2872 - 2873 - 2874 - 2875 - 2876 - 2877 - 2878 - 2879 - 2880 - 2881 - 2882 - 2883 - 2884 - 2885 - 2886 - 2887 - 2888 - 2889 - 2890 - 2891 - 2892 - 2893 - 2894 - 2895 - 2896 - 2897 - 2898 - 2899 - 2900 - 2901 - 2902 - 2903 - 2904 - 2905 - 2906 - 2907 - 2908 - 2909 - 2910 - 2911 - 2912 - 2913 - 2914 - 2915 - 2916 - 2917 - 2918 - 2919 - 2920 - 2921 - 2922 - 2923 - 2924 - 2925 - 2926 - 2927 - 2928 - 2929 - 2930 - 2931 - 2932 - 2933 - 2934 - 2935 - 2936 - 2937 - 2938 - 2939 - 2940 - 2941 - 2942 - 2943 - 2944 - 2945 - 2946 - 2947 - 2948 - 2949 - 2950 - 2951 - 2952 - 2953 - 2954 - 2955 - 2956 - 2957 - 2958 - 2959 - 2960 - 2961 - 2962 - 2963 - 2964 - 2965 - 2966 - 2967 - 2968 - 2969 - 2970 - 2971 - 2972 - 2973 - 2974 - 2975 - 2976 - 2977 - 2978 - 2979 - 2980 - 2981 - 2982 - 2983 - 2984 - 2985 - 2986 - 2987 - 2988 - 2989 - 2990 - 2991 - 2992 - 2993 - 2994 - 2995 - 2996 - 2997 - 2998 - 2999 - 3000 - 3001 - 3002 - 3003 - 3004 - 3005 - 3006 - 3007 - 3008 - 3009 - 3010 - 3011 - 3012 - 3013 - 3014 - 3015 - 3016 - 3017 - 3018 - 3019 - 3020 - 3021 - 3022 - 3023 - 3024 - 3025 - 3026 - 3027 - 3028 - 3029 - 3030 - 3031 - 3032 - 3033 - 3034 - 3035 - 3036 - 3037 - 3038 -



Art. 21. Esta Medida Provisória entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 22. Ficam revogados a Medida Provisória nº 2.151-3, de 24 de agosto de 2001, o art. 2º, o § 5º do art. 3º, e os arts. 4º e 5º da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, e o art. 150 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Brasília, 28 de agosto de 2002; 181ª da Independência e 114ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Geraldo Magela da Cruz Quintão
Paulo de Tarso Ramos Ribeiro
Guilherme Gomes Dias

DECRETO DE 28 DE AGOSTO DE 2002

Outorga concessão às entidades que mencionam para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão às entidades abaixo mencionadas para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I - Rádio Tradição Ltda., na cidade de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000640/2000 e Concorrência nº 117/2000-SSR/MC);

II - Sistema Gois de Radiodifusão Ltda., na cidade de Água Boa, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001122/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

III - Jea Comunicações Ltda., na cidade de Aripuanã, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001122/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

IV - Sociedade Barrabugrense de Comunicação Ltda., na cidade de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001122/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

V - Sistema Plug de Comunicações Ltda., na cidade de Nova Brasília, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001122/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

VI - Sistema Plug de Comunicações Ltda., na cidade de Paranaitá, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001122/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

VII - Sistema Gois de Radiodifusão Ltda., na cidade de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001122/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

VIII - Sistema Plug de Comunicações Ltda., na cidade de Vila Rica, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001122/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

IX - Agência Guanhanense de Comunicação Ltda., na cidade de Guanhanes, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000608/2001 e Concorrência nº 074/2001-SSR/MC);

X - Sistema Cariris de Radiodifusão Ltda., na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000607/2001 e Concorrência nº 074/2001-SSR/MC).

Art. 2º Fica outorgada concessão à Vídeo Express Ltda., para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Colatina, Estado do Espírito Santo (Processo nº 53660.000478/97 e Concorrência nº 106/97-SFO/MC).

Art. 3º As concessões ora outorgadas reger-se-ão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pelas outorgadas.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após a liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 5º Os contratos decorrentes destas concessões deverão ser assinados dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 4º, sob pena de tornar-se nula, de pleno direito, a outorga concedida.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de agosto de 2002; 181ª da Independência e 114ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Juarez Quadros do Nascimento

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 759 e 760, de 28 de agosto de 2002. Comunica ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, respectivamente, que se ausentará do País no período de 31 de agosto a 4 de setembro de 2002, para participar da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, República da África do Sul.

Nº 761, de 28 de agosto de 2002. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 65, de 28 de agosto de 2002.

Nº 762, de 28 de agosto de 2002. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Desvincula, parcialmente, no exercício de 2003 e subsequentes, a aplicação dos recursos de que tratam os arts. 48, 49 e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, pertencentes à União".

Nº 763, de 28 de agosto de 2002. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à aquisição de veículos automotores movidos a álcool etílico hidratado carburante e dá outras providências".

CASA CIVIL AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 21 DE AGOSTO DE 2002

Aprova Norma Regulamentar para a concessão do ressarcimento de estada e de custeio da remoção aos nomeados para cargos comissionados de que trata, nas situações e com os requisitos e procedimentos que estabelece.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto nos arts. 8º e 9º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001 e art. 22, da Lei nº 9.986, de 18 de junho de 2000, e nos Decretos nº 1.840, de 20 de março de 1996, com a redação dada pelo Decreto nº 4.040, de 3 de dezembro de 2001 e nº 4.004, de 8 de novembro de 2001 e na Portaria nº 186, de 17 de agosto de 2000, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, resolve:

Art. 1º Aprovar Norma Regulamentar para a Concessão do Ressarcimento de Estada e Custeio da Remoção constante do Anexo desta Resolução, estabelecendo as situações abrangidas, os requisitos e os procedimentos para tal, aos profissionais nomeados para Cargos Comissionados de Direção (CD I e II), de Gerência Executiva (CGE I, II, III e IV), de Assessoria (CA I e II) e Técnico (CCT V e IV) da Agência e que, por isso, tenham de se deslocar da cidade de seu domicílio para exercício no Escritório Central da ANCINE, localizada na cidade do Rio de Janeiro - RJ, ou para qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio.

Art. 2º Deverá ser dada ampla divulgação interna a esta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução de Diretoria Colegiada entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUSTAVO DAHL
Diretor-Presidente

ANEXO

Art. 1º Esta Norma dispõe sobre as situações, os requisitos e os procedimentos para concessão do ressarcimento de despesas com estada e custeio de despesas com remoção que especifica, aos nomeados para Cargos Comissionados de Direção (CD I e II), de Gerência Executiva (CGE I, II, III e IV), de Assessoria (CA I e II) ou Técnico (CCT V e IV) na Agência Nacional do Cinema - ANCINE e que, por isso, tenham de se deslocar da cidade de seu domicílio para exercício no Escritório Central da ANCINE, localizada na cidade do Rio de Janeiro - RJ, ou para qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio.

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os fins e efeitos desta Norma são adotados os seguintes conceitos e definições:

I - Auxílio Moradia: valor pecuniário destinado ao custeio de despesa com estada do beneficiário de que trata o inciso III deste artigo, mediante ressarcimento, correspondente a até R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) mensais, observados, enquanto não fixados os limites de valores por nível do cargo, Município, Estado ou região, estabelecidos para a Administração Pública Federal direta, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme previsto na Lei nº 9.986, de 2000, combinada com o Decreto nº 1.840, de 1996, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 4.040, de 2001, os seguintes limites, em percentual, do valor máximo especificado para ressarcimento, considerando a equivalência entre os cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANCINE e os cargos em comissão do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores - DAS, estabelecida pelo Anexo à Portaria nº 186, de 17 de agosto de 2000, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

- a) CD I e CD II - 100%;
- b) CGE I - 95%;
- c) CGE II, CGE III, CA I, CA II e CCT V - 90%;
- d) CGE IV e CCT IV - 85%.

II - Moradia Funcional: imóvel de propriedade de particular, situado na cidade do Rio de Janeiro ou cidade em qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio, onde exercerá suas funções, passível de ocupação para fim residencial pelo beneficiário mediante contrato, acordo ou ajuste (essa, apartamento, apart-hotel, hotel);

III - Beneficiário: profissional nomeado para Cargo Comissionado de Direção (CD I e II), de Gerência Executiva (CGE I, II, III e IV), de Assessoria (CA I e II) ou Técnico (CCT V e IV) na ANCINE, que, em virtude de tal nomeação, tenha de se deslocar da cidade de seu domicílio para exercício no Escritório Central da ANCINE, localizada na cidade do Rio de Janeiro - RJ, ou para qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio;

IV - Imóvel Funcional: imóvel residencial de propriedade da União, situado no Distrito Federal, passível de permissão de uso a servidores.

Parágrafo único O Auxílio Moradia destina-se, apenas, ao ressarcimento do custeio do valor das despesas do beneficiário com alojamento, não estando incluídas outras despesas tais como: condomínio, impostos, luz, água, telefone, seguro, taxas diversas, tarifas e contribuições de qualquer espécie;

I - no caso de imóvel residencial ou apart-hotel, do aluguel, não abrangendo quaisquer outras despesas relativas a tal locação, especialmente condomínio, impostos, luz, água, telefone, seguro, taxas diversas, tarifas, serviços e contribuições de qualquer espécie;

II - no caso de hotel ou apart-hotel, da diária standard ou de menor valor, excluídas quaisquer outras despesas ou serviços relativos a tal moradia.

DA CONCESSÃO DO AUXÍLIO MORADIA

Art. 3º O auxílio moradia será concedido provisoriamente no período de até 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, contado a partir da data de posse do beneficiário, para custeio de sua estada no Distrito Federal, enquanto não adotadas as providências necessárias à definição quanto à disponibilidade, ou não, de imóvel funcional.

Art. 4º O nomeado para cargo comissionado a que alude o art. 1º desta Norma fará jus, como beneficiário de que trata o inciso III, do art. 2º, mediante ressarcimento, condicionado à existência de disponibilidade orçamentária e financeira no auxílio moradia.

Parágrafo único Não será concedido auxílio moradia a quem:

I - seja domiciliado em cidade localizada a até 100 (cem) quilômetros, inclusive, da cidade do Rio de Janeiro ou de cidade em qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio, onde exercerá suas funções;

II - tenha mudado seu domicílio para a cidade do Rio de Janeiro ou para cidade em qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio, onde exerce suas funções, em razão de nomeação para cargo anterior não incluído na relação constante nos incisos I e III, do art. 2º;

III - seja proprietário, promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário de imóvel residencial na cidade do Rio de Janeiro ou em cidade em qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio, onde exercerá suas funções ou em cidade localizada a até 100 (cem) quilômetros, inclusive, das mesmas, incluída a hipótese de lote edificado sem averbação da construção;

IV - seja cônjuge, companheiro ou companheira arupados por lei, de quem se encontre na situação descrita no inciso III.

DA SOLICITAÇÃO

Art. 5º Para instruir o processo de concessão do auxílio moradia, o beneficiário deverá encaminhar à Secretaria de Gestão Interna - SGL solicitação por escrito e acompanhada dos seguintes documentos:

I - declaração, assinada em conjunto pelo cônjuge, companheiro ou companheira arupados por lei, de que não são proprietários, promitentes compradores, cessionários ou promitentes cessionários de imóvel residencial na cidade do Rio de Janeiro ou em cidade em qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio, onde exercerá suas funções ou em cidade localizada a até 100 (cem) quilômetros, inclusive, das mesmas, incluída a hipótese de lote edificado sem averbação da construção;

II - certidão negativa dos cartórios de registro de imóveis da cidade do Rio de Janeiro ou da cidade em qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da do domicílio do beneficiário, onde este exercerá suas funções;

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão

NOTA TÉCNICA Nº 19841/2018/SEI-MCTIC

Processo nº 53900.020256/2014-60

Assuntos: DEFERIMENTO. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Sistema Plug de Comunicações Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média adaptada para frequência modulada, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, referente ao período de 29/03/2015 a 29/03/2025.

ANÁLISE

2. Preliminarmente, é necessário esclarecer que a Constituição Federal estabelece, em seu art. 223, a possibilidade de renovação das outorgas concedidas pelo Poder Público àqueles que exploram serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. A interessada deve comprovar o cumprimento das exigências legais e regulamentares, assim como a observância das finalidades educativas e culturais do serviço, consoante regras dispostas na Lei nº 4.117/1962 (alterada pela Lei nº 13.424/2017) e no Decreto nº 52.795/1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138/2017).

3. A renovação da outorga consiste em direito conferido àqueles que exploram o serviço dentro dos padrões exigidos pela legislação regente, desde que haja interesse nacional. As permissões e concessões para exploração de serviço de radiodifusão de sonora poderão ser renovadas por períodos sucessivos de 10 (dez) anos e as concessões referentes aos serviço de radiodifusão de sons e imagens por períodos sucessivos de 15 (quinze) anos. Não há limitação quanto ao número de períodos renovados.

4. De acordo com a nova redação dada pelos (i) § 1º do inciso X do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017, no caso de serviços de radiodifusão sonora, competirá ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações emitir portaria de renovação de outorga e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional, via mensagem da Presidência da República; e, (ii) § 2º do inciso X do mesmo artigo, competirá à Presidência da República a expedição de Decreto e encaminhamento de mensagem ao Congresso, para deliberação do pedido de renovação, procedimento este precedido de regular instrução do processo pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

5. Feitos os esclarecimentos, passa-se ao exame do pedido.

6. A outorga da permissão para a execução do referido serviço se materializou por meio do Decreto de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União – D.O.U. de 29 de agosto de 2002 (evento SEI n.º3324126, fl. 9), cancelado pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 480, de 2004, publicado no Diário Oficial da União – D.O.U. de 17 de agosto de 2004 (evento SEI n.º3324126, fl. 8). O correspondente contrato de permissão celebrado com a União foi publicado no D.O.U. de 29 de março de 2005 (evento SEI n.º 3324126, fls. 5-7).

6.1. Importa aduzir que a outorga em questão foi adaptada para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no mesmo município e estado, conforme se depreende do termo aditivo ao contrato de concessão celebrado entre a União e a Interessada no dia 7.11.2016, publicado no D.O.U. de 14.11.2016 (evento SEI n.º3324126, fl.4). O projeto técnico de instalação da estação de FM já se encontra aprovado por esta Pasta, conforme se verifica dos termos do Despacho n.º 1.208, datado em 1.8.2017, publicado no D.O.U. de 11.8.2017, com retificação no dia 14.8.2017 (evento SEI n.º3324126, fls.2/3). O canal de operação, de OM, foi inclusive devolvido à União, conforme os termos do Despacho n.º 522/2018, publicado no D.O.U. de 17.4.2018 (evento SEI n.º3324126, fl.1). Se constata, portanto, que o procedimento de migração foi regularmente processado e concluído, inexistindo, portanto, obstáculos impeditivos à renovação.

6.2. A despeito da efetivação da adaptação da outorga, as condições previstos no instrumento de outorga original, como por exemplo, o prazo de vigência, são mantidos (é a inteligência do art. 2º, § 5º do Decreto n.º 8.139, de 7.11.2013, publicado no D.O.U. de 2013).

7. Com efeito, depreende-se que a permissão em questão se encontra vencida desde 29.3.2015 (evento SEI nº 0190517, fl. 1).

8. Por meio do requerimento citado no parágrafo 1, protocolizado em 30.9.2014, a Interessada manifestou interesse em continuar a executar o serviço em questão, por novo período de 10 (dez) anos. Assim, considerando que o prazo legal para manifestação de interesse na renovação da delegação era o compreendido entre os dias entre 29/09/2014 e 29/12/2014, verifica-se que a manifestação da Interessada foi TEMPESTIVA.

9. Em decorrência da recente alteração legislativa, a instrução dos pedidos de renovação de outorga deverão seguir as diretrizes previstas no art. 113 do Decreto nº 52.795/63, in verbis:

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

10. Em relação à documentação exigida pela legislação em vigor, cumpre informar que a pessoa jurídica Interessada, assim como os sócios/diretores, apresentaram todas elas, conforme se pode inferir da “Lista de Verificação de Documentos” juntada aos autos sob o evento SEI nº 3324063.

11. Para a concessão de ato de renovação de outorga, além da comprovação dos requisitos necessários, relativos à (i) habilitação jurídica, (ii) qualificação econômico-financeira, (iii) regularidade fiscal, e (iv) regularidade técnica, imprescindível também apurar se os limites de outorga estão sendo respeitados pela Concessionária e por seus sócios e dirigentes; se a outorga não está sendo objeto de processo de apuração de infração, cuja penalidade resulte em cassação; e, por fim, se seus sócios e administradores observam os ditames da Lei Complementar nº 64/1990.

12. Pertinente à *habilitação jurídica*, infere-se do ato constitutivo e sua última alteração que a execução de serviços de radiodifusão, dentre o rol de atividades a serem desempenhadas pela empresa, está sendo mantida. Quanto à *qualificação econômico-financeira*, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR (evento SEI nº 3296133, fls. 18-21). Ademais, da certidão de falência expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI 1189356, fl. 4). Já no tocante à *regularidade fiscal*, as certidões expedidas pelas fazendas federal, estadual e municipal, atestam a regularidade da Pessoa Jurídica em questão perante o fisco em cada uma daquelas esferas.

13. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos (evento SEI nº 3296133, pgs. 16), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos aprovados por esta Pasta, quais sejam:

NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Roque Lander Menegais	25.000	25.000,00
Andréa Samuel do Nascimento Menegais	15.000	15.000,00
TOTAL	40.000	40.000,00

NOME	CARGO
Roque Lander Menegais	Gerente

14. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236 de 28 de fevereiro de 1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigentes da entidade, conforme atesta consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, no dia 24/08/2018 (evento SEI nº 3296039, fls. 3-6).

14.1. A pessoa jurídica da Interessada detém, além da permissão objeto de análise nestes autos, permissões para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Apicás/MT, em Sarandi/PR, em Bom Jesus/RS, em Boqueirão do Leão/RS, em Vila Rica/MT. Detém, também, concessão do serviço de radiodifusão sonora em onda média regional, em Bom Retiro do Sul/RS.

14.2. O Sr. Roque Lander Menegais participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissões para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Apicás/MT (na qualidade de sócio-administrador), em Sarandi/PR (na qualidade de sócio-administrador), em Bom Jesus/RS (na qualidade de sócio-administrador), em Boqueirão do Leão/RS (na qualidade de sócio-administrador), em Vila Rica/MT (na qualidade de sócio-administrador). Participa, também, de concessão do serviço de radiodifusão sonora em onda média regional, em Bom Retiro do Sul/RS (na qualidade de sócio-administrador).

14.3. A Sra. Andrea Samuel do Nascimento participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissões

para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Apicás/MT (na qualidade de sócia), em Sarandi/PR (na qualidade de sócia), em Bom Jesus/RS (na qualidade de sócia), em Boqueirão do Leão/RS (na qualidade de sócia), em Vila Rica/MT (na qualidade de sócia). Participa, também, de concessão do serviço de radiodifusão sonora em onda média regional, em Bom Retiro do Sul/RS (na qualidade de sócia).

14.3.1. É imperioso mencionar que a suposta extrapolação de limites de outorga pela sócia Andrea, conforme consignado no Despacho Interno COROR s./n.º (evento SEI nº 723338), foi rechaçada, conforme se verifica dos termos da Nota Técnica n.º 9.121/2018, cuja cópia se encontra colacionada neste feito sob o evento SEI nº 3295969.

15. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cabe aduzir que, de acordo com consulta realizada junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, a Interessada não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º 3296039, fl. 9). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação (evento SEI n.º 1285362).

16. Em relação à regularidade técnica registra-se que, de acordo com os termos da Nota Informativa n.º 2412/2016/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 1454453), da lavra de engenheiro desta Pasta, a Interessada atende aos requisitos técnicos mínimos previstos na legislação em vigor, estando, portanto, apta tecnicamente a ser renovada.

17. Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito.

CONCLUSÃO

18. Diante do exposto, opina-se pelo deferimento do pedido de renovação da outorga, devendo o processo ser remetido à Conjur.

19. Oportunamente, em caso de acolhimento das presente proposta, seguem dispostas no campo próprio abaixo minutas de Portaria e Exposição de Motivos, as quais devem ser submetidas ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

À consideração superior.

(assinado eletronicamente)

CLÁUDIA FRANCO VIEIRA ALMEIDA

Técnico de Nível Superior

De acordo. Submeta-se o feito à consideração da Coordenador-Geral de Pós-Outorga

(assinado eletronicamente)

RAFAEL FERREIRA LARCHER

Coordenador de Renovação de Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 19.841/2018/SEI-MCTIC. Submeta-se o feito à consideração do Senhor Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial.

(assinado eletronicamente)

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Coordenador-Geral de Pós-Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 19.841/2018/SEI-MCTIC. Encaminhem-se os autos à Conjur.

(assinado eletronicamente)

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial⁽¹⁾

(1) Por delegação da Secretária de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.783, de 20 de novembro de 2017, publicada no D.O.U. de 21 de novembro de 2017



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 03/09/2018, às 17:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 03/09/2018, às 17:58, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Diretor de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 03/09/2018, às 18:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Franco Vieira Almeida, Técnico de Nível Superior**, em 04/09/2018, às 08:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3324164** e o código CRC **ADC3B339**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº _____, DE _____ DE 2018.

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES** da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53900.020256/2014-60, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 19.841/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 29 de março de 2015, a concessão outorgada à Sistema Plug de Comunicações Ltda., nos termos do Decreto s./n.º de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2002, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 480, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, serviço esse posteriormente adaptado para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(assinado eletronicamente)

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCTIC

Brasília, de de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.020256/2014-60, acompanhado de Portaria que renova, por dez anos, a partir de 29 de março de 2015, a concessão outorgada à Sistema Plug de Comunicações Ltda., nos termos do Decreto s./n.º de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2002, cancelado pelo Decreto Legislativo nº 480, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, serviço esse posteriormente adaptado para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53900.020256/2014-60

SEI nº 3324164



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO COMERCIAL E DE SERVIÇOS ANCILARES - CORSA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

PARECER n. 01050/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.020256/2014-60

INTERESSADOS: SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA

ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO

- I. Pedido de renovação da outorga formulado pelo Sistema Plug de Comunicações Ltda. com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para frequência modulada, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, referente ao período de 29/03/2015 a 29/03/2025.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.424/2017, previsão pormenorizada pelo disposto no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelo Decreto nº 9.138/2017.
- III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 19841/2018/SEI-MCTIC, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.
- V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para decidir. Encaminhamento do ato à Casa Civil da Presidência da República para conhecimento e envio ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017.
- VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo.
- VII. Pelo restituição do feito para prosseguimento.

Senhor Coordenador Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo iniciado a requerimento do Sistema Plug de Comunicações Ltda. e encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCTIC, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptada para frequência modulada, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, referente ao período de 29/03/2015 a 29/03/2025.

2. Conforme narra a NOTA TÉCNICA Nº 19841/2018/SEI-MCTIC, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes remeteu o feito, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos (Doc. SEI nº 3324164):

6. A outorga da permissão para a execução do referido serviço se materializou por meio do Decreto de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de agosto de 2002 (evento SEI nº [3324126](#), fl. 9), cancelado pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 480, de 2004, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 17 de agosto de 2004 (evento SEI nº [3324126](#), fl. 8). O correspondente contrato de permissão celebrado com a União foi publicado no D.O.U. de 29 de março de 2005 (evento SEI nº [3324126](#), fls. 5-7).

3. De acordo com a Secretaria, a outorga foi adaptada para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na mesma localidade, com base no Decreto nº 8.139, de 7.11.2013, publicado no D.O.U. de 2013.

4. No requerimento protocolado em 30.9.2014 (Doc. SEI nº 0172638), ratificado em 24.8.2018 (Doc. SEI nº 3305012, Protocolo nº 01250.051381/2018-43), a entidade solicitou renovação da outorga deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de

Rádiodifusão na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela análise jurídica desta CONJUR/MCTIC: *"Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito"*.

5. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

6. Inicialmente, registre-se que as Consultorias Jurídicas dos Ministérios são órgãos de execução Advocacia-Geral da União que têm por finalidade precípua prestar assessoramento jurídico aos titulares das pastas ministeriais, nos termos dos artigos 2º, II, *b*, e 11 da Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União, instituída pela Lei Complementar nº 73/1993. Em decorrência das normas em tela, apenas a análise das questões atinentes à juridicidade de atos administrativos, exame de contratos e editais, interpretação de normas e demais aspectos jurídicos correlatos são atribuições das Consultorias Jurídicas, sendo certo que os assuntos relacionados ao mérito dos atos administrativos e os aspectos fáticos relacionados ao exame de casos, tais como a autenticidade dos documentos acostados aos autos, são de atribuição dos órgãos técnicos dos Ministérios, nos termos dos respectivos Regimentos.

7. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico consultivo analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Rádiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

8. Para tanto, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelo Decreto nº 9.138/2017, que alterou o Regulamento dos Serviços de Rádiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, além de revogar o Decreto nº 88.066/1983, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

9. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.

10. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Rádiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

11. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de rádiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de rádiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

12. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

13. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de rádiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Rádiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

14. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

15. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

16. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972, reverberado pelo §1º do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser *'instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta'*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao então criado Ministério das Comunicações, com a sucessiva incidência do art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017, que elucida tratar-se do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o órgão do Poder Executivo atualmente competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

17. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

18. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

19. Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação, que fora apresentado tempestivamente. O requerimento que deflagrou o presente processo foi subscrito por Roque Lander Menegais, sócio-administrador da entidade, nos termos da Cláusula Décima Sétima do Contrato Social, registrado na Junta Comercial do Paraná, mantida nas alterações subsequentes, a qual lhe confere os devidos poderes de representação da sociedade (Doc. SEI nº 3296133). Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, conforme a *"Lista de Verificação de Documentos"* (SEI nº 3324063).

20. Nos termos do art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, deve o processo renovatório ser instruído com os seguintes documentos, *in verbis*:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fístel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se

encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

21. Ademais, por obediência ao disposto no art. 15, §2º do já multicitado Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, mostra-se igualmente necessária a apresentação das seguintes declarações, quando pertinentes, por ocasião da renovação:

§ 2º Sem prejuízo de outras declarações que possam ser solicitadas, o requerimento de outorga a que se refere o inciso I do § 1º conterá as declarações de que: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

22. Verificamos que **a interessada apresentou todas as declarações exigidas**, devidamente firmadas pelo representante legal da entidade, conforme se verifica do documento SEI nº 3305012, fls. 2/3, Protocolo nº 01250.051381/2018-43. Conferimos especial destaque à declaração no sentido de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que substituiu, na forma da lei, a análise acerca da idoneidade moral dos sócios e dirigentes outrora exigida.

23. **No que diz respeito à habilitação jurídica**, a entidade carrou aos autos cópia de seu ato constitutivo e das alterações realizadas no contrato social (Doc. SEI nº 3296133), que demonstram conformidade do quadro societário com aquele aprovado por esta Pasta Ministerial, além de indicar objeto social compatível com a execução do serviço. A esse respeito, assim se manifestou a Secretaria de Radiodifusão:

13. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos (evento SEI nº [3296133](#), pgs. 16), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos aprovados por esta Pasta, quais sejam:

NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Roque Lander Menegais	25.000	25.000,00
Andréa Samuel do Nascimento Menegais	15.000	15.000,00
TOTAL	40.000	40.000,00

NOME	CARGO
Roque Lander Menegais	Gerente

24. Para demonstrar a manutenção da **qualificação econômico-financeira** para prestação dos serviços, a entidade apresentou cópia do balanço patrimonial e demonstrativo de resultados, exigidos pela legislação de regência (Doc. SEI nº 3296133, fls. 18/21) e certidão negativa de falência ou

recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (Doc. SEI nº 1189356, fl. 4, Protocolo nº 53900.037596/2016-91). De acordo com a Secretaria de Radiodifusão, *"Quanto à qualificação econômico-financeira, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR (evento SEI n.º [3296133](#), fls. 18-21). Ademais, da certidão de falência expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI [1189356](#), fl. 4)"*.

25. A **regularidade fiscal**, por sua vez, restou demonstrada por meio da juntada das certidões negativas de débito junto ao FISTEL, INSS, FGTS e Fazendas federal, estadual e municipal, demonstrada também, nos termos exigidos pela legislação de licitações, a regularidade trabalhista com a juntada da certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho (Docs. SEI nº 0172638, fls. 10/14, nº 3296039 e nº 0389786, fl. 2 - Protocolo nº 53900.009291/2015-17). Vale assinalar que algumas das certidões remontam à data de protocolização do feito, o que não constitui irregularidade, uma vez que o ato foi praticado, ao seu tempo, em conformidade com o exigido. A questão não gera riscos ao poder público, pois, como será consignado mais adiante, deverá ser reapresentada a documentação probatória atualizada da entidade por ocasião da assinatura do aditivo contratual, para que sejam absorvidos os efeitos naturais que decorrem do lapso temporal que envolve a edição de um ato administrativo complexo, como o presente.

26. **Em relação à verificação da regularidade técnica da entidade para prosseguir em operação**, consta do processo administrativo em epígrafe a **NOTA INFORMATIVA Nº 2412/2016/SEI-MCTIC (SEI nº 1454453)**, segundo a qual concluiu-se *"que o Laudo de Vistoria Técnica da Estação, o Laudo de Ensaio do transmissor principal e as declarações apresentadas estão em conformidade com a última autorização do poder concedente e norma técnica regulamentar vigente, estando apta tecnicamente para dar prosseguimento ao processo de Renovação de Outorga."*

27. Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:

15. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cabe aduzir que, de acordo com consulta realizada junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, a Interessada não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º [3296039](#), fl. 9). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação (evento SEI n.º [1285362](#)).

28. Consigne-se, em sequência, que a área técnica responsável verificou não ter sido identificada infração à regra disposta no art. 12 do Decreto-lei nº 236/1967, que estabelece limites para exercício de concessão ou permissão do serviço de radiodifusão para cada entidade, bem como à regra instituída pela alínea "g" do art. 38 da Lei nº 4.117/1962, que restringe a participação, pela mesma pessoa, em administração ou gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade. Sobre o assunto, a Secretaria de Radiodifusão se manifestou nos seguintes termos:

14. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigentes da entidade, conforme atesta consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO, no dia 24/08/2018 (evento SEI nº [3296039](#), fls. 3-6).

14.1. A pessoa jurídica da Interessada detém, além da permissão objeto de análise nestes autos, permissões para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Apicás/MT, em Sarandi/PR, em Bom Jesus/RS, em Boqueirão do Leão/RS, em Vila Rica/MT. Detém, também, concessão do serviço de radiodifusão sonora em onda média regional, em Bom Retiro do Sul/RS.

14.2. O Sr. Roque Lander Menegais participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissões para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Apicás/MT (na qualidade de sócio-administrador), em Sarandi/PR (na qualidade de sócio-administrador), em Bom Jesus/RS (na qualidade de sócio-administrador), em Boqueirão do Leão/RS (na qualidade de sócio-administrador), em Vila Rica/MT (na qualidade de sócio-administrador). Participa, também, de concessão do serviço de radiodifusão sonora em onda média regional, em Bom Retiro do Sul/RS (na qualidade de sócio-administrador).

14.3. A Sra. Andrea Samuel do Nascimento participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissões para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Apicás/MT (na qualidade de sócia), em Sarandi/PR (na qualidade de sócia), em Bom Jesus/RS (na qualidade de sócia), em Boqueirão do Leão/RS (na qualidade de sócia), em Vila Rica/MT (na qualidade de sócia). Participa, também, de concessão do serviço de radiodifusão sonora em onda média regional, em Bom Retiro do Sul/RS (na qualidade de sócia).

14.3.1. É imperioso mencionar que a suposta extrapolação de limites de outorga pela sócia Andrea, conforme consignado no Despacho Interno COROR s./n.º (evento SEI nº [1723338](#)), foi rechaçada, conforme se verifica dos termos da Nota Técnica n.º 9.121/2018, cuja cópia

29. Registre-se, em sequência, que constam do processo em testilha diversos outros documentos que comprovariam requisitos exigíveis ao tempo em que protocolizado o pedido de renovação, mas cuja análise deixou de ser indicada pelas normas atualmente vigentes, conforme já narrado.

30. Por fim, quanto à questão da adaptação da outorga objeto deste feito, impende registrar que a adaptação de outorga de radiodifusão cujo período de vigência se encontrava expirado não se revela dotada da melhor técnica jurídica, uma vez que deveria ter sido ultimado o feito renovatório precedentemente. Não obstante, na situação em apreço, a autorização para a adaptação já é ato consolidado pela Administração, derivado de manifestação válida do poder público, devendo ser encontrada solução jurídica que garanta regularidade material e formal à situação constituída, em especial para que seja prestado o devido respeito ao interesse público, no caso, consubstanciado na expectativa de continuidade e aprimoramento técnico do serviço. Por essa razão, poderá ter prosseguimento o processo de renovação, consoante os esclarecimentos prestados pela área técnica, no sentido da inexistência de pendências no regular processo de migração:

6.1. Importa aduzir que a outorga em questão foi adaptada para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no mesmo município e estado, conforme se depreende do termo aditivo ao contrato de concessão celebrado entre a União e a Interessada no dia 7.11.2016, publicado no D.O.U. de 14.11.2016 (evento SEI nº [3324126](#), fl.4). O projeto técnico de instalação da estação de FM já se encontra aprovado por esta Pasta, conforme se verifica dos termos do Despacho nº 1.208, datado em 1.8.2017, publicado no D.O.U. de 11.8.2017, com retificação no dia 14.8.2017 (evento SEI nº [3324126](#), fls.2/3). O canal de operação, de OM, foi inclusive devolvido à União, conforme os termos do Despacho nº 522/2018, publicado no D.O.U. de 17.4.2018 (evento SEI nº [3324126](#), fl.1). Se constata, portanto, que o procedimento de migração foi regularmente processado e concluído, inexistindo, portanto, obstáculos impeditivos à renovação.

6.2. A despeito da efetivação da adaptação da outorga, as condições previstas no instrumento de outorga original, como por exemplo, o prazo de vigência, são mantidos (é a inteligência do art. 2º, § 5º do Decreto nº 8.139, de 7.11.2013, publicado no D.O.U. de 2013).

31. Como se vê, os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica, nessa ocasião, qualquer outro óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.

32. Em adendo consigne-se apenas a **necessidade da materialização de termo aditivo junto à parte interessada por este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Na oportunidade **deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade**, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

III - CONCLUSÃO

33. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pelo prosseguimento da tramitação do feito, com a remessa dos autos ao Gabinete do Sr. Ministro de Estado da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações para prosseguimento.

34. É o Parecer, produzido e assinado eletronicamente por meio do Sistema Sapiens e submetido à consideração superior.

À consideração superior.

Brasília, 27 de setembro de 2018.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 175560882 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 27-09-2018 16:42. Número de Série: 1787513. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 01504/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.020256/2014-60

INTERESSADO: SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA

ASSUNTO: Radiodifusão. Pedido de renovação de outorga para exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, adaptada para Frequência Modulada, no Município de Paranaíta, Estado do Mato Grosso.

1. Aprovo o **PARECER Nº 01050/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, da lavra da Dra. Danielle Lustz Portela Brasil, Advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e de Serviços Ancilares.
2. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Radiodifusão para conhecimento e providências decorrentes, como proposto.

Brasília, 01 de outubro de 2018.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA
Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação
Portaria MCTIC nº 6.058, de 22/12/2016
Delegação de Competência atribuída pela Portaria CONJUR-MCTIC nº 5.279, de 17/11/2016

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900020256201460 e da chave de acesso 5570cc37

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 177008390 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 01-10-2018 10:31. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



PORTARIA Nº 5153/2018/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53900.020256/2014-60, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 19.841/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 01050/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 29 de março de 2015, a concessão outorgada à Sistema Plug de Comunicações Ltda., nos termos do Decreto s/nº de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2002, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 480, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, serviço esse posteriormente adaptado para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB**, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em 03/10/2018, às 16:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3417169** e o código CRC **02078181**.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.020256/2014-60, acompanhado de Portaria que renova, por dez anos, a partir de 29 de março de 2015, a concessão outorgada à Sistema Plug de Comunicações Ltda., nos termos do Decreto s./n.º de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2002, cancelado pelo Decreto Legislativo nº 480, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, serviço esse posteriormente adaptado para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB**, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em 03/10/2018, às 16:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3417209** e o código CRC **586D9F2D**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorga
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 39550/2018/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÃO LTDA. (CNPJ Nº 03.709.705/0001-70)
Rua Marechal Deodoro, 3624 - Centro
85.810 -200 Cascavel/PR

Assunto: **Renovação. Deferimento. Pagamento de taxa de publicação – Processo nº 53900.020256/2014-60**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Informa-se o DEFERIMENTO da solicitação contida no processo em referência, efetuada por essa entidade.
2. Diante do exposto, encaminho em anexo, o Documento de Arrecadação Fiscal (DARF) para recolhimento do valor relativo à taxa de publicação no Diário Oficial da União.
3. Para o esclarecimento de dúvidas e questionamentos adicionais quanto à publicação de matérias no Diário Oficial da União o interessado deverá entrar em contato com a Central de Atendimento da Imprensa Nacional, através dos canais disponíveis no endereço eletrônico <http://imprensa.in.gov.br/central/>.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 03/10/2018, às 17:16, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3430187** e o código CRC **FE38A237**.



001-9

00190.00009 02941.021004 00072.828171 4 76870000033040

Cedente PR - Imprensa Nacional			Código do Cedente 1607-1 / 55573000-X		Espécie R\$	Quantidade 0001	Nosso número 00029410210000072828
Número do documento 4		CPF/CNPJ 04.196.645/0001-00		Vencimento 24/10/2018		Valor documento 330,40	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa		(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado	

Sacado

SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÃO LTDA.

Rua Marechal Deodoro, 3624, Centro

Cascavel, PR - CEP: 85810-200

Instruções

Autenticação mecânica

A publicação da(s) matéria(s) está condicionada à compensação bancária deste documento, com previsão de publicação de, no mínimo, dois dias úteis após o pagamento.

Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 4995654 enviado em 04/10/2018

Corte na linha pontilhada



001-9

00190.00009 02941.021004 00072.828171 4 76870000033040

Local de pagamento Pagável em qualquer Banco até o vencimento						Vencimento 24/10/2018
Cedente PR - Imprensa Nacional						Agência/Código cedente 1607-1 / 55573000-X
Data do documento 04/10/2018	Nº documento 4	Espécie doc. ND	Aceite N	Data process. 04/10/2018	Nosso número 00029410210000072828	
Uso do banco / Convênio 33804/2941021	Carteira 17 / 124	Espécie R\$	Quantidade 0001	Valor Documento 330,40	(=) Valor documento 330,40	

Instruções

Após vencimento, este boleto perde a validade.

.

Referente a publicação do ofício 4995654 enviado em 04/10/2018

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros acréscimos

(=) Valor cobrado

Sacado

SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÃO LTDA.

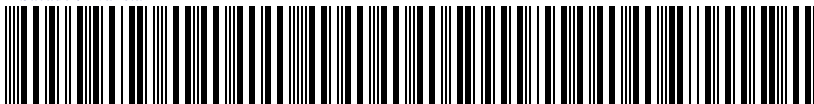
Rua Marechal Deodoro, 3624, Centro

Cascavel, PR - CEP: 85810-200

Cód. baixa

Sacador/Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 12/11/2018 10:30:38**Origem:** Secretaria de Radiodifusão**Operador:** DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA**Ofício:** 5049597**Data prevista de publicação:** 13/11/2018**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1**Forma de pagamento:** Boleto Avulso

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
11225822	ATO PORTARIA Nº 5153_53900.020256.2014.60.rtf	3975531a08a48822 9199dbe5e5932d2b	10,00	
	Total da matéria		10,00	R\$ 330,40
TOTAL DO OFICIO			10,00	R\$ 330,40
CRÉDITOS UTILIZADOS				R\$ 330,40
TOTAL A PAGAR				R\$ 0,00

--

Data de Envio:

04/10/2018 13:58:37

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

roque@sistemaplug.com.br

sei@sistemaplug.com.br

cezar@sistemaplug.com.br

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 53900.020256/2014-60

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,

Secretaria de Radiodifusão

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_3430187.html

Boleto_3431976_BOLETO_PORT_5153_53900.020256.2014.60.pdf

Comprovante_3431989_RECIBO_PORT_5153_53900.020256.2014.60.pdf

Ministério da Ciência, Tecnologia,
Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 5.153-SEI, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53900.020256/2014-60, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 19.841/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 01050/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 29 de março de 2015, a concessão outorgada à Sistema Plug de Comunicações Ltda., nos termos do Decreto s./nº de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2002, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 480, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, serviço esse posteriormente adaptado para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 5752, de 8 de novembro de 2018, referente ao Processo nº 01250.062981/2018-37, publicada no Diário Oficial da União do dia 9 de novembro de 2018, Seção 1, Página 57, onde se lê: "... Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à TV RIO SUL LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Resende, estado do Rio de Janeiro, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Barra do Pirai, estado do Rio de Janeiro, por meio do canal 31 (trinta e um), visando à retransmissão de seus próprios sinais....", leia-se: "...Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à TV RIO SUL LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Resende, estado do Rio de Janeiro, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Barra do Pirai (Vargem Alegre), estado do Rio de Janeiro, por meio do canal 31 (trinta e um), visando à retransmissão de seus próprios sinais....".

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATOS DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

Outorga aos abaixo identificados autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado:

Nº 8.455 - Processo 53516.014082/2018-63: EDSON HITOSHI KAYANO, CPF nº 077.241.888-82.

Nº 8.456 - Processo 53516.000491/2018-82: MIGUEL MANDOTTI, CPF nº 608.022.789-49.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 8.468, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 53516.006932/2014-26.

Expede à RÁDIO VERA CRUZ FM LTDA., CNPJ nº 03.761.886/0001-84, autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão - Ligação para Transmissão de Programas e outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 8.426, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) RADIO EMISSORAS DO CENTRO OESTE PAULISTA LTDA, CNPJ nº 48.209.928/0001-07 associada à autorização para exploração do Serviço Aux. Radiodifusão - Ligação para Transm. de Programas.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS,
MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATO Nº 8.054, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) GIRASSOL AGRICOLA LTDA, CNPJ nº 09.409.968/0001-40, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 8.102, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) ROLAND TRENTINI, CPF nº 253.444.200-72, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 8.117, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) UGGERI AGROPECUARIA LTDA, CNPJ nº 03.648.961/0001-03, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 8.167, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) JORGE DALBEN, CPF nº 195.665.819-04, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 8.181, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) DHONIVALL FRANCISCO DE OLIVEIRA, CPF nº 517.842.891-91, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 8.182, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Processo nº 53542.002330/2018-14.

Expede autorização a TANGARA ENERGIA S/A, CNPJ nº 03.573.381/0002-77, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 8.206, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) CRUZEIRO DO SUL GRAOS LTDA., CNPJ nº 12.222.735/0002-20, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 8.235, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

Processo nº 53542.002249/2018-26.

Expede autorização a SECURITY SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 00.332.087/0005-28, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 8.274, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) ERIVALDO MAGNAGO JUNIOR, CPF nº 054.678.976-59, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 8.291, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 53542.004999/2018-32.

Expede autorização a ANDRE EUGENE LAPERCHE, CPF nº 036.905.711-20, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 8.380, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) SEGLOG SEGURANCA ELETRONICA LTDA ME, CNPJ nº 07.804.306/0001-40, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 8412, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 53542.002262/2018-85.

Expede autorização a GILBERTO DOS SANTOS, CPF nº 654.899.001-30, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 8439, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 53542.008120/2018-21.

Expede autorização a INVIOVEL SORRISO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA, CNPJ nº 07.189.956/0001-22, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

DESPACHO

Processo nº: 53900.020256/2014-60

1. Tendo em vista a publicação, no Diário Oficial da União - D.O.U. de 13.11.2018, da Portaria n.º 5.153, de 3.10.2018 (evento SEI n.º 3555891), por intermédio do qual o Titular desta Pasta renova, por dez anos, a partir de 29 de março de 2015, a concessão outorgada à Sistema Plug de Comunicações Ltda, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, remeto os autos ao Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga - SEPOS, para anotação cadastral e atualização dos sistemas pertinentes.

2. Após a adoção dessas providências os autos devem ser encaminhados ao Gabinete do Ministro, para posterior envio à Casa Civil da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 13/11/2018, às 09:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3555903** e o código CRC **6E41A7B3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	
Nome Fantasia: SELVA FM, NATIVA FM	
Telefone: (45) 33262509	E-mail: comercial@sistemaplug.com.br
CNPJ: 03.709.705/0001-70	Número do Fistel: 50414468813
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 29/03/2005	Serviço: 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações: Ato nº 7.623, de 12/9/2014, publicado no D.O.U. de 15/9/2014.	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA MARECHAL FLORIANO	Complemento: SALA 01	
Bairro: CLAUDETE	Numero: 4003	
Município: Cascavel	UF: PR	CEP: 85811150

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Loteamento Comercial Norte	Complemento: Lote 6, Quadra F	
Bairro: Comercial Norte	Numero: s/n	
Município: Paranaíta	UF: MT	CEP: 78590000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Loteamento Comercial Norte	Complemento: Lote 6, Quadra F	
Bairro: Comercial Norte	Numero: s/n	
Município: Paranaíta	UF: MT	CEP: 78590000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Paranaíta	UF: MT
Latitude: -9.65835	Longitude: -56.4786

Parâmetros Técnicos			
Canal: 255	Frequência: 98.9 MHz	Classe: C	ERP: 0.3kW
Altura: 60 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 1004692541						Número Indicativo:					
Data Último Licenciamento:						Número da Licença:					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: -9.663				Longitude: -56.475				Cota da base: 272.7 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 002480300528						Modelo: SP 500 ágil					
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda						Potência de Operação: 0.343 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: LCF7/8-50JA-A0						Fabricante:					
Comprimento da Linha: 38 m		Atenuação: 1.12 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.1 dB		Impedância: 50 ohms					
Antena Principal											
Modelo: MTFMA-2						Fabricante:					
Ganho: -0.06 dBd		Beam-Tilt: 0 °		Orientação NV: 210 °		Polarização: Circular		HCl: 32.5 m		ERP Máximo: 0.3 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 0.54	10°: 0.66	20°: 0.82	30°: 0.92	40°: 0.95	50°: 0.92	60°: 0.82	70°: 0.6	80°: 0.31	90°: 0.09	100°: 0.01	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0.09	160°: 0.32	170°: 0.64	180°: 0.92	190°: 1.11	200°: 1.26	210°: 1.41	220°: 1.61	230°: 1.82
240°: 1.94	250°: 1.94	260°: 1.86	270°: 1.73	280°: 1.55	290°: 1.33	300°: 1.11	310°: 0.9	320°: 0.69	330°: 0.54	340°: 0.48	350°: 0.49
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms					
Antena Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCl: m		ERP Máximo: 0.3 kW	
RDS											
Código PI:											
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
536700011292000	6	Decreto	PR	28/08/2002	29/08/2002	Outorga			Jurídico		
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
012500107932017	1208	Despacho	MCTIC	01/08/2017	11/08/2017	Aprovação de Local			Técnico		

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
536700011292000	480	Decreto Legislativo	CN	16/08/2004	17/08/2004	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
535000484462017-05	7164	Ato	ORLE	08/03/2017	28/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
539000202562014	5153	Portaria	MCTIC	03/10/2018	13/11/2018	Renovação	Jurídico
Horário de funcionamento							

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Divisão de Gestão da Informação

Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53900.020256/2014-60

Certifico que, nesta data, anexe na pasta técnica e jurídica referente à SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTD/ executante, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, serviço esse posteriormente adaptado para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, cópia da Portaria nº 5.153, de 03 de outubro de 2018. Publicada no D.O.U. em 13/ 11/ 2018, referente a renovação de outorga.

É oportuno lembrar que este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

De ordem, encaminho o presente processo Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga – SEPOS.



Documento assinado eletronicamente por **Noel Sérgio de Almeida, Chefe de Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão**, em 13/11/2018, às 09:37, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3556173** e o código CRC **AA4DBB2E**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):

CGGM_RÁDIO

DEMANDA:

Encaminhar a Presidência da República

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 14/11/2018, às 11:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3557508** e o código CRC **E592DBD4**.

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53000.020256/2014-60

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: CGPO

Encaminhe-se à Coordenação Geral de Pós-Outorgas, para Ratificação das informações prestadas na Nota Técnica 19841/2018 (3324164), tendo em vista a alteração da Pasta Ministerial.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 07/02/2019, às 12:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3829140** e o código CRC **4D143F35**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

DESPACHO

PROCESSO: 53900.020256/2014-60

INTERESSADA: SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA.

1. Por meio da Nota Técnica nº 19841/2018/SEI-MCTIC e do Parecer nº 01050/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, a então Secretaria de Radiodifusão e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações se manifestaram favoravelmente ao deferimento do pedido formulado pela Sistema Plug de Comunicações Ltda (CNPJ nº 03.709.705/0001-70), objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Paranaíta/MG, referente ao período de 29 de março de 2015 a 29 de março de 2025 (SUPER 3324164 e 3416782).
2. Na sequência, foi publicada a Portaria nº 5.153-SEI, de 3 de outubro de 2018, no Diário Oficial da União do dia 13 de novembro de 2018, renovando a concessão por novo período de 10 (dez) anos (SUPER3557508). O processo foi, então, encaminhado à Casa Civil da Presidência da República para ciência e posterior envio do assunto à deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal. No entanto, em razão da mudança de titularidade desta Pasta Ministerial, os autos foram restituídos a esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, para ratificação da minuta proposta na referida Nota Técnica nº 19841/2018/SEI-MCTIC (SUPER 3324164).
3. Nesse sentido, foi editada nova minuta de Exposição de Motivos, colacionadas aos autos sob o SUPER10906097, a serem remetidas à deliberação das autoridades competentes pela renovação da supramencionada outorga.
4. Assim, em nada mais havendo e, em atenção ao art. 1º, inciso IV, e ao art. 32, incisos XXII, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, para que, em caso de aprovação desta manifestação, submeta o assunto à deliberação do **Ministro de Estado das Comunicações**, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 19/05/2023, às 12:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 19/05/2023, às 13:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 19/05/2023, às 15:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 19/05/2023, às 16:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10906096** e o código CRC **DF70DE61**.

Minutas e Anexos

- Minuta Exposição de Motivos (10906097)

MINUTA DE
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.020256/2014-60, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19841/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 01050/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 5.153-SEI, de 3 de outubro de 2018, publicada em 13 de novembro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de março de 2015, a concessão outorgada à Sistema Plug de Comunicações Ltda (CNPJ nº 03.709.705/0001-70), nos termos do Decreto s./n.º de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2002, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 480, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, serviço esse posteriormente adaptado para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 19/05/2023, às 12:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 19/05/2023, às 13:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 19/05/2023, às 15:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 19/05/2023, às 16:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10906097** e o código CRC **64C0A6D6**.

Brasília, 23 de maio de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.020256/2014-60, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19841/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 01050/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 5.153-SEI, de 3 de outubro de 2018 publicada em 13 de novembro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de março de 2015, a concessão outorgada à Sistema Plug de Comunicações Ltda (CNPJ nº 03.709.705/0001-70) nos termos do Decreto s./n.º de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2002, chancelado pelo Decreto Legislativo n.º 480, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, serviço esse posteriormente adaptado para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 02/06/2023, às 18:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10920031** e o código CRC **4337E5B2**.

Ofício Interno nº 36314/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor
Braunner Fassheber
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Exposição de Motivos (10920031)

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho COREP_MCOM 10906096), encaminha a Exposição de Motivos (10920031), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 30/05/2023, às 16:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10920064** e o código CRC **C787A2D2**.

Ofício Interno nº 37182/2023/MCOM

Brasília, 10 de junho de 2023

Ao Senhor
Énio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (10920031)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta do Despacho COREP_MCOM (10906096), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (10920031), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 10/06/2023, às 15:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10946995** e o código CRC **3A4489DD**.

Brasília, 13 de junho de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.020256/2014-60, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19841/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 01050/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 5.153-SEI, de 3 de outubro de 2018, publicada em 13 de novembro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de março de 2015, a concessão outorgada à Sistema Plug de Comunicações Ltda (CNPJ nº 03.709.705/0001-70), nos termos do Decreto s./n.º de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2002, chancelado pelo Decreto Legislativo n.º 480, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, serviço esse posteriormente adaptado para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 16177/2023/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53900.020256/2014-60.

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 15/06/2023, às 00:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10953966** e o código CRC **D5C033B5**.

INFORME PROCESSUAL

DADOS DO INFORME	
Nº Processo:	53900.020256/2014-60
Interessado:	Sistema Plug de Comunicações Ltda. - Me
Setor:	Secretaria de Radiodifusão
CNPJ:	03.709.705/0001-70
Serviço:	Rádio Frequência Modulada
FISTEL:	50414468813
UF:	MT
Localidade:	Paranaíta
Tipo:	Renovação Rádio Frequência Modulada
Número do Tipo:	428
Documentos Restritos:	Balanço Patrimonial - evento SEI n.º3296133, fls.18/21
TABELA DE TIPOS DE TVR	
Número do Tipo	Tipo
417	Autorização - Rádio Comunitária
418	Concessão - Rádio Ondas Curtas
419	Concessão - Rádio Ondas Médias
420	Concessão Rádio Ondas Médias Educativa
421	Concessão Rádio Ondas Tropicais
422	Concessão Radiodifusão Sons e Imagens
423	Concessão TV Educativa
627	Perempção de Rádio/TV
424	Permissão Frequência Modulada Educativa
425	Permissão Rádio Frequência Modulada
426	Permissão Rádio Ondas Médias Local
427	Renovação Rádio Comunitária
428	Renovação Rádio Frequência Modulada
429	Renovação Rádio Frequência Modulada Educativa
430	Renovação Rádio Ondas Curtas
431	Renovação Rádio Ondas Médias
433	Renovação Rádio Ondas Médias Educativa
432	Renovação Rádio Ondas Médias Local
434	Renovação Rádio Ondas Tropicais
436	Renovação TV Educativa

435	Renovação TV Sons e Imagens
628	Revogação ou Anulação de Portaria de Rádio/TV
629	Transferência de Controle Societário



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira**, **Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 13/11/2018, às 09:43, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3556200** e o código CRC **9D151669**.

Referência: Processo nº 53900.020256/2014-60

SEI nº 3556200

RENOVAÇÃO DE CONCESSÃO

Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações

A **SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.03.709.705/0001-70, concessionária de serviço de radiodifusão na cidade de PARANAÍTA Estado do MATO GROSSO, conforme Decreto Presidencial, de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia 29/08/2002, tendo cumprido as exigências legais e regulamentares referentes à radiodifusão, bem como atendido às suas finalidades educacionais, culturais e morais a que esteve obrigada durante a vigência da concessão, vem solicitar de Vossa Excelência que seja prorrogada nos termos da legislação em vigor, o prazo da concessão em face de o mesmo vir a esgotar-se no dia 29, de março de 2015.

Nestes termos

P. deferimento

Cascavel (PR), 30 de setembro de 2014.



.....
ROQUE LANDER MENEGAIS

CPF 785.211.889-72

Representante Legal



Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nºs 759 e 760, de 28 de agosto de 2002. Comunica ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, respectivamente, que se ausentará do País no período de 31 de agosto a 4 de setembro de 2002, para participar da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, República da África do Sul.

Nº 761, de 28 de agosto de 2002. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 65, de 28 de agosto de 2002.

Nº 762, de 28 de agosto de 2002. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Desvincula, parcialmente, no exercício de 2003 e subsequentes, a aplicação dos recursos de que tratam os arts. 48, 49 e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, pertencentes à União".

Nº 763, de 28 de agosto de 2002. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à aquisição de veículos automotores movidos a álcool etílico hidratado carburante e dá outras providências".

CASA CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 21 DE AGOSTO DE 2002

Aprova Norma Regulamentar para a concessão do ressarcimento de estada e de custeio da remoção aos nomeados para cargos comissionados de que trata, nas situações e com os requisitos e procedimentos que estabelece.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto nos arts. 8º e 9º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001 e art. 22, da Lei nº 9.986, de 18 de junho de 2000, e nos Decretos Nº 1.840, de 20 de março de 1996, com a redação dada pelo Decreto nº 4.040, de 3 de dezembro de 2001 e Nº 4.004, de 8 de novembro de 2001 e na Portaria Nº 186, de 17 de agosto de 2000, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, resolve:

Art. 1º Aprovar Norma Regulamentar para a Concessão do Ressarcimento de Estada e Custeio da Remoção constante do Anexo desta Resolução, estabelecendo as situações abrangidas, os requisitos e os procedimentos para tal, aos profissionais nomeados para Cargos Comissionados de Direção (CD I e II), de Gerência Executiva (CGE I, II, III e IV), de Assessoria (CA I e II) e Técnico (CCT V e IV) da Agência e que, por isso, tenham de se deslocar da cidade de seu domicílio para exercício no Escritório Central da ANCINE, localizado na cidade do Rio de Janeiro - RJ, ou para qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio.

Art. 2º Deverá ser dada ampla divulgação interna à esta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução de Diretoria Colegiada entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUSTAVO DAHL
Diretor-Presidente

ANEXO

Art. 1º Esta Norma dispõe sobre as situações, os requisitos e os procedimentos para concessão do ressarcimento de despesas com estada e custeio de despesas com remoção que especifica, aos nomeados para Cargo Comissionado de Direção (CD I e II), de Gerência Executiva (CGE I, II, III e IV), de Assessoria (CA I e II) ou Técnico (CCT V e IV) na Agência Nacional do Cinema - ANCINE e que, por isso, tenham de se deslocar da cidade de seu domicílio para exercício no Escritório Central da ANCINE, localizado na cidade do Rio de Janeiro- RJ, ou para qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio.

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os fins e efeitos desta Norma são adotados os seguintes conceitos e definições:

I - Auxílio Moradia: valor pecuniário destinado ao custeio de despesa com estada do beneficiário de que trata o inciso III deste artigo, mediante ressarcimento, correspondente a até R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) mensais, observados, enquanto não fixados os limites de valores por nível do cargo, Município, Estado ou região, estabelecidos para a Administração Pública Federal direta, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme previsto na Lei nº 9.986, de 2000, combinada com o Decreto nº 1.840, de 1996, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº: 4.040, de 2001, os seguintes limites, em percentual, do valor máximo especificado para ressarcimento, considerando a equivalência entre os cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANCINE e os cargos em comissão do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores -DAS, estabelecida pelo Anexo à Portaria nº 186, de 17 de agosto de 2000, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

- a) CD I e CD II - 100%;
- b) CGE I - 95%;
- c) CGE II, CGE III, CA I, CA II e CCT V - 90%
- d) CGE IV e CCT IV - 85%

II - Moradia Funcional: imóvel de propriedade de particular, situado na cidade do Rio de Janeiro ou cidade em qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio, onde exercerá suas funções, passível de ocupação para fim residencial pelo beneficiário mediante contrato, acordo ou ajuste (casa, apartamento, apart-hotel, hotel);

III - Beneficiário: profissional nomeado para Cargo Comissionado de Direção (CD I e II), de Gerência Executiva (CGE I, II, III e IV), de Assessoria (CA I e II) ou Técnico (CCT V e IV) na ANCINE, que, em virtude de tal nomeação, tenha de se deslocar da cidade de seu domicílio para exercício no Escritório Central da ANCINE, localizado na cidade do Rio de Janeiro - RJ, ou para qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio;

IV - Imóvel Funcional: imóvel residencial de propriedade da União, situado no Distrito Federal, passível de permissão de uso a servidores.

Parágrafo único O Auxílio Moradia destina-se, apenas, ao ressarcimento do custeio do valor das despesas do beneficiário com alojamento, não estando incluídas outras despesas tais como: condomínio, impostos, luz, água, telefone, seguro, taxas diversas, tarifas e contribuições de qualquer espécie;

I - no caso de imóvel residencial ou apart-hotel, do aluguel, não abrangendo quaisquer outras despesas relativas a tal locação, especialmente condomínio, impostos, luz, água, telefone, seguro, taxas diversas, tarifas, serviços e contribuições de qualquer espécie;

II - no caso de hotel ou apart-hotel, da diária standard ou de menor valor, excluídas quaisquer outras despesas ou serviços relativos a tal moradia.

DA CONCESSÃO DO AUXÍLIO MORADIA

Art. 3º O auxílio moradia será concedido provisoriamente no período de até 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, contado a partir da data de posse do beneficiário, para custeio de sua estada no Distrito Federal, enquanto são adotadas as providências necessárias à definição quanto a disponibilidade, ou não, de imóvel funcional.

Art. 4º O nomeado para cargo comissionado a que alude o art. 1º desta Norma fará jus, como beneficiário de que trata o inciso III, do art. 2º, mediante ressarcimento, condicionado à existência de disponibilidade orçamentária e financeira ao auxílio moradia.

Parágrafo único Não será concedido auxílio moradia a quem:

I - seja domiciliado em cidade localizada a até 100 (cem) quilômetros, inclusive, da cidade do Rio de Janeiro ou de cidade em qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional, diferente da de seu domicílio, onde exercerá suas funções;

II - tenha mudado seu domicílio para a cidade do Rio de Janeiro ou para cidade em qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio, onde exerce suas funções, em razão de nomeação para cargo anterior não incluído na relação constante nos incisos I e III, do art. 2º;

III - seja proprietário, promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário de imóvel residencial na cidade do Rio de Janeiro ou em cidade em qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio, onde exercerá suas funções ou em cidade localizada a até 100 (cem) quilômetros, inclusive, das mesmas, incluída a hipótese de lote edificado sem averbação da construção;

IV - seja cônjuge, companheiro ou companheira amparados por lei, de quem se encontre na situação descrita no inciso III.

DA SOLICITAÇÃO

Art. 5º. Para instruir o processo de concessão do auxílio moradia, o beneficiário deverá encaminhar à Secretaria de Gestão Interna - SGI, solicitação por escrito e acompanhada dos seguintes documentos:

I - declaração, assinada em conjunto pelo cônjuge, companheiro ou companheira amparados por lei, de que não são proprietários, promitentes compradores, cessionários ou promitentes cessionários de imóvel residencial na cidade do Rio de Janeiro ou em cidade em qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio, onde exercerá suas funções ou em cidade localizada a até 100 (cem) quilômetros, inclusive, das mesmas, incluída a hipótese de lote edificado sem averbação da construção;

II - certidão negativa dos cartórios de registro de imóveis da cidade do Rio de Janeiro ou da cidade em qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da do domicílio do beneficiário, onde este exercerá suas funções;

Art. 21. Esta Medida Provisória entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 22. Ficam revogados a Medida Provisória nº 2.151-3, de 24 de agosto de 2001, o art. 2º, o § 5º do art. 3º, e os arts. 4º e 5º da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, e o art. 150 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Brasília, 28 de agosto de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Geraldo Magela da Cruz Quintão
Paulo de Tarso Ramos Ribeiro
Guilherme Gomes Dias

DECRETO DE 28 DE AGOSTO DE 2002

Outorga concessão às entidades que mencionam, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão às entidades abaixo mencionadas para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I - Rádio Tradição Ltda., na cidade de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000640/2000 e Concorrência nº 117/2000-SSR/MC);

II - Sistema Gois de Radiodifusão Ltda., na cidade de Água Boa, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001122/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

III - Jea Comunicações Ltda., na cidade de Aripuanã, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001128/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

IV - Sociedade Barrabugrense de Comunicação Ltda., na cidade de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001120/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

V - Sistema Plug de Comunicações Ltda., na cidade de Nova Brasilândia, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001129/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

VI - Sistema Plug de Comunicações Ltda., na cidade de Paranaíta, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001129/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

VII - Sistema Gois de Radiodifusão Ltda., na cidade de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001122/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

VIII - Sistema Plug de Comunicações Ltda., na cidade de Vila Rica, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001129/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

IX - Agência Guanhanense de Comunicação Ltda., na cidade de Guanhanes, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000608/2001 e Concorrência nº 074/2001-SSR/MC);

X - Sistema Cariris de Radiodifusão Ltda., na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000607/2001 e Concorrência nº 074/2001-SSR/MC).

Art. 2º Fica outorgada concessão à Vídeo Express Ltda., para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Colatina, Estado do Espírito Santo (Processo nº 53660.000478/97 e Concorrência nº 106/97-SFO/MC).

Art. 3º As concessões ora outorgadas reger-se-ão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pelas outorgadas.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 5º Os contratos decorrentes destas concessões deverão ser assinados dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 4º, sob pena de tornar-se nula, de pleno direito, a outorga concedida.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de agosto de 2002; 181º da Independência e 114º da República

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Juarez Quadros do Nascimento



Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 475, DE 2004**

Aprova o ato que autoriza a A VOZ DE LAGOA SANTA - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAGOA-SANTENSE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E RADIODIFUSÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 989, de 12 de junho de 2002, que autoriza a A Voz de Lagoa Santa - Associação Comunitária Lagoa-Santense de Assistência Social e Radiodifusão a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 476, DE 2004**

Aprova o ato que outorga permissão à NOVA RÁDIO ZENITH LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conchas, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.074, de 26 de junho de 2002, que outorga permissão à Nova Rádio Zenith Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conchas, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 477, DE 2004**

Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DIFUSORA JUNDIAIENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de junho de 2001, que renova, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Difusora Jundiaíense Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 478, DE 2004**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ACAIACA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 14 de outubro de 1997, que renova, a partir de 3 de maio de 1988, a concessão outorgada à Rádio Acaiaca Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 479, DE 2004**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO VALE DO ARAÇÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Saudades, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.568, de 8 de agosto de 2002, que outorga permissão à Rádio Vale do Araçá Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Saudades, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 480, DE 2004**

Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranaita, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 28 de agosto de 2002, que outorga concessão ao Sistema Plug de Comunicações Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranaita, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 16 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 481, DE 2004**

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO MATER ECCLESIAE para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.646, de 28 de novembro de 2002, que outorga permissão à Fundação Mater Ecclesiae para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 16 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 482, DE 2004**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JOAIMENSE CULTURAL DE RÁDIO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joaíma, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.886, de 18 de setembro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Joaimense Cultural de Rádio a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joaíma, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 483, DE 2004**

Aprova o ato que outorga concessão à PANTANAL SOM E IMAGEM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 4 de junho de 2001, que outorga concessão à Pantanal Som e Imagem Ltda. para explorar, por 10 anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 484, DE 2004**

Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO ARAPUAN LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 17 de julho de 2000, que renova, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão da Rádio Arapuan Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 485, DE 2004**

Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO ZULI MORAIS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carriáçu, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 404, de 19 de março de 2002, que autoriza a Fundação Zuli Moraes a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carriáçu, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal



DIO E TV LTDA. OBJETO: Serviços de monitoramento de matérias jornalísticas, no prazo de 12 meses, no valor global de R\$ 33.600,00, em conformidade com a Lei 8666/93 consolidada.
Processo Administrativo n.º 0094/2005
Assinatura: 18/03/2005

AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2005

Torna público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 12 de Abril de 2005, as 14:00 horas, através do site do Banco do Brasil, cujo objeto é Aquisição de Mancal de Suspensão.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2005

Torna público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 11 de Abril de 2005, as 14:00 horas, através do site do Banco do Brasil, cujo objeto é Aquisição de Material para Pintura.

Porto Alegre, 28 de Março de 2005.
VERA LÚCIA LEOTE CARDOSO
Chefe Setor de Compras

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

EXTRATOS DE CONTRATOS

PARTES: União e a Fundação Universidade de Caxias do Sul.
ESPÉCIE: Contrato de Concessão outorgada por meio do Decreto de 20 de dezembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2002.
OBJETO: Execução do serviço de radiodifusão sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.
VIGÊNCIA: O contrato tem vigência de 15 (quinze) anos e entra em vigor na data de publicação deste extrato no Diário Oficial da União.
DATA E ASSINATURA: 11 de outubro de 2004. Eunício Oliveira - Ministro de Estado das Comunicações, e Nelço Angelo Tesser - Presidente da Fundação Universidade de Caxias do Sul.

PARTES: União e Sistema Plug de Comunicações Ltda.
ESPÉCIE: Contrato de Concessão outorgada por meio do Decreto de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2002.
OBJETO: Execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Paranaíba, Estado de Mato Grosso.
VIGÊNCIA: O contrato tem vigência de 10 (dez) anos e entra em vigor na data de publicação deste extrato no Diário Oficial da União.
DATA E ASSINATURA: 14 de outubro de 2004. Eunício Oliveira - Ministro de Estado das Comunicações, e Roque Lander Menegais - Sócio-Gerente do Sistema Plug de Comunicações Ltda.

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2005

Nº Processo: 53000.048869/2004 . Objeto: Aquisição da assinatura anual do Sistema Datalegis Gestão Pública, Sistema de Banco de Dados de Legislação e Jurisprudência, atualizada diariamente, via internet, para 11 (onze) senhas de acesso. Total de Itens Licitados: 00001 . Fundamento Legal: Artigo 25 , inciso I , da Lei8.666/93 . Justificativa: Parecer/MC/CONJUR/JCB/N.º377-2.05/2005. Declaração de Inexigibilidade em 23/03/2005 . JOSÉ LUIZ MARTINS DURÇO . Coordenador-Geral de Recursos Logísticos . Ratificação em 23/03/2005 . CLAUDIANO MANOEL DE ALBUQUERQUE . Ordenador de Despesas . Valor: R\$ 30.800,00 . Contratada :DIRECTREDE LEGISLACAO BRASILEIRINFORMATIZADA S/A . Valor: R\$ 30.800,00

(SIDEC - 28/03/2005) 410003-00001-2005NE900025

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO

EXTRATO DO TERMO PVST/SPV N.º 002/2005 - ANATEL, DE 26 DE JANEIRO DE 2005PARTES: Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel e Linknet Tecnologia e Telecomunicações Ltda.
ESPÉCIE: Termo de Autorização. OBJETO: Autorização para prestação, em regime privado, do Serviço de Comunicação Multimídia, de interesse coletivo, em âmbito nacional e internacional, tendo como área de prestação do serviço o território nacional. A Autorização é expedida a título oneroso, nos termos do art. 48 da LGT, sem caráter de exclusividade, por prazo indeterminado. SIGNATÁRIOS: Pela ANATEL: Elifas Chaves Gurgel do Amaral - Presidente Substituto e Plínio de Aguiar Júnior - Conselheiro. Pela AUTORIZADA: Gilberto Batista de Lucena - Sócio Proprietário

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
GERÊNCIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO AMPLO Nº 6/2005

A Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, com sede no SAUS Quadra 06, Bloco “H”, Edifício Ministro Sérgio Motta, na cidade de Brasília -DF, Inscrita no CNPJ sob o nº 02.030.715/0001-12, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Amplo, no dia 14 de abril de 2005 às 9 horas, cujo objeto é a prestação de serviço de assistência técnica corretiva e preventiva em 11 (onze) equipamentos (servidores) da Rede Corporativa Anatel, da marca IBM, modelo Xseries 250, com aproximadamente 3 (três) anos de funcionamento, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser renovado por iguais períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme condições constantes do Regulamento de Contratações da Anatel e do Edital, que estará à disposição dos interessados a partir do dia 29/3/2005 no Edifício Sede da Anatel, SAUS Quadra 06, Bloco “H”, 3º andar, no horário de 9 às 11 e das 15 às 17 horas e disponível no site da Anatel, endereço: www.anatel.gov.br. Seção: Informações - Licitações - Administrativas.

SÉRGIO LISBÔA FREIRE
Pregoeiro

RESULTADO DO PREGÃO AMPLO Nº 79/2004

A Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, torna público o resultado da licitação de que trata o Edital de Pregão Amplo nº 79/2004, Processo nº 53500.029715/2004, declarando vencedora a empresa HBL Indústria e Comércio Ltda, no valor total estimado para o período de 9 (nove) meses de R\$ 5.130,00 (cinco mil cento e trinta reais). A presente contratação foi homologada pela Gerente de Materiais e Compras, em 28/03/2005.

ADELSON DE ALMEIDA RAMOS
Pregoeiro

GERÊNCIA-GERAL DE TALENTOS E
DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS
HUMANOS

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

CONTRATANTE: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, representado por Maria Pedrinha de Barros - Gerente Geral de Talentos e Desenvolvimento Organizacional. Objeto: Termo Aditivo nº 268/2005 ao Contrato Temporário de Prestadores de Serviços Nº 948/2002 firmado em 05/07/2002, autorizado pela Lei nº 9.472, de 16.07.97, arts. 19, alínea XXIII, Decreto nº 2.424 de 17.12.97, Portaria Interministerial nº 15 de 19.05.98 e Lei 10.871/2004 - VIGÊNCIA: Prorrogado pelo período de 28/02/2005 a 31/12/2005 - CONTRATADA: Lanna Soares de Oliveira Lima - Nível: NS 3 - III.
CONTRATANTE: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, representada por Maria Pedrinha de Barros - Gerente Geral de Talentos e Desenvolvimento Organizacional. Objeto: Termo Aditivo nº 483/2005 ao Contrato Temporário de Prestadores de Serviços Nº 966/2002, firmado em 05/07/2002, autorizado pela Lei nº 9.472, de 16.07.97, arts. 19, alínea XXIII, Decreto nº 2.424 de 17.12.97, Portaria Interministerial nº 15 de 19.05.98 e Lei 10.871/2004 - VIGÊNCIA: Prorrogado pelo período de 28/02/2005 a 31/12/2005 - CONTRATADO: Renata Barbosa Caldas - Nível: NS 4 - II.
CONTRATANTE: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, representada por Maria Pedrinha de Barros - Gerente Geral de Talentos e Desenvolvimento Organizacional. Objeto: Termo Aditivo nº 354/2005 ao Contrato Temporário de Prestadores de Serviços Nº 107/99, firmado em 24/03/1999, autorizado pela Lei nº 9.472, de 16.07.97, arts. 19, alínea XXIII, Decreto nº 2.424 de 17.12.97, Portaria Interministerial nº 15 de 19.05.98 e Lei 10.871/2004 - VIGÊNCIA: Prorrogado pelo período de 24/03/2005 a 31/12/2005 - CONTRATADO: Jaime Ono - Nível: NS 9 - III.
CONTRATANTE: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, representado por Maria Pedrinha de Barros - Gerente Geral de Talentos e Desenvolvimento Organizacional. Objeto: Termo Aditivo nº 403/2005 ao Contrato Temporário de Prestadores de Serviços Nº 832/2002 firmado em 14/01/2002, autorizado pela Lei nº 9.472, de 16.07.97, arts. 19, alínea XXIII, Decreto nº 2.424 de 17.12.97, Portaria Interministerial nº 15 de 19.05.98 e Lei 10.871/2004 - VIGÊNCIA: Prorrogado pelo período de 14/01/2005 a 15/06/2005 - CONTRATADA: Simone Cristina da Costa Tavares - Nível: NM 2 - II.
CONTRATANTE: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, representada por Maria Pedrinha de Barros - Gerente Geral de Talentos e Desenvolvimento Organizacional. Objeto: Termo Aditivo nº 484/2005 ao Contrato Temporário de Prestadores de Serviços Nº 1084/2003, firmado em 21/08/2003, autorizado pela Lei nº 9.472, de 16.07.97, arts. 19, alínea XXIII, Decreto nº 2.424 de 17.12.97, Portaria Interministerial nº 15 de 19.05.98 e Lei 10.871/2004 - VIGÊNCIA: Prorrogado pelo período de 28/02/2005 a 31/12/2005 - CONTRATADA: Alessandra Marques da Costa - Nível: NS 2 - IV.
CONTRATANTE: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, representada por Maria Pedrinha de Barros - Gerente Geral de Talentos e Desenvolvimento Organizacional. Objeto: Termo Aditivo nº 471/2005 ao Contrato Temporário de Prestadores de Serviços Nº 1020/2003, firmado em 24/03/2003, autorizado pela Lei nº 9.472, de 16.07.97, arts. 19, alínea XXIII, Decreto nº 2.424 de 17.12.97, Portaria Interministerial nº 15 de 19.05.98 e Lei 10.871/2004 - VIGÊNCIA: Prorrogado pelo período de 24/03/2005 a 31/12/2005 - CONTRATADO: Sandro Almeida Ramos - Nível: NS 5 - IV.

CONTRATANTE: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, representado por Maria Pedrinha de Barros - Gerente Geral de Talentos e Desenvolvimento Organizacional. Objeto: Termo Aditivo nº 484/2005 ao Contrato Temporário de Prestadores de Serviços Nº 096/99, firmado em 23/03/1999, autorizado pela Lei nº 9.472, de 16.07.97, arts. 19, alínea XXIII, Decreto nº 2.424 de 17.12.97, Portaria Interministerial nº 15 de 19.05.98 e Lei 10.871/2004 - VIGÊNCIA: Prorrogado pelo período de 23/03/2005 a 31/12/2005 - CONTRATADO: Urbano José Pibernat Villela - Nível: NS 12 - III.

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E
FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL EM BELÉM

EXTRATOS DE CONTRATOS

Contrato ER10 Nº 003/2005-ANATEL
Data de Assinatura: 16 de Março de 2005.
Contratada: EMPRESA AMÉRICA SERVIÇOS, TRANSPORTES E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA.
Vigência: 16/03/2005 À 15/03/2006.
Objeto: Celebração do Contrato ER10 Nº 003/2005 - ANATEL cujo objeto é a prestação de serviços de transporte rodoviário (locação de veículos com motorista) e motoristas sem veículos, para atender o Escritório Regional, em Belém/PA, pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de 16/03/2005.
Fundamento Legal: artigos 55 e 57 da Lei n.º 9.472/97, artigo 32 da Resolução nº 005/98-ANATEL
Programas de Trabalho: 24122075020000001 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE - NACIONAL
Elemento de Despesa: 339039.
Valor do Contrato: R\$ 370.450,00 (trezentos e setenta mil, quatrocentos e cinquenta reais).
Nota de Empenho nº 2005NE000157.
Desembolso no Exercício: R\$ 291.650,00 (duzentos e noventa e um mil e seiscentos e cinquenta reais).

Contrato ER10 (UO 10.1) Nº 004/2005-ANATEL
Data de Assinatura: 16 de Março de 2005.
Contratada: EMPRESA DE TRANSPORTES APOTEOSE LTDA..
Vigência: 16/03/2005 À 15/03/2006.
Objeto: Celebração do Contrato ER10 (UO 10.1) Nº 004/2005 - ANATEL cujo objeto é a prestação de serviços de transporte rodoviário (locação de veículos com motorista) e motoristas sem veículos, para atender a Unidade Operacional 10.1 em São Luis/MA , pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de 16/03/2005.
Fundamento Legal: artigos 55 e 57 da Lei n.º 9.472/97, artigo 32 da Resolução nº 005/98-ANATEL
Programas de Trabalho: 24122075020000001 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE - NACIONAL
Elemento de Despesa: 339039.
Valor do Contrato: R\$ 316.000,00 (trezentos e dezesseis mil reais).
Nota de Empenho nº 2005NE000158.
Desembolso no Exercício: R\$ 249.284,80 (duzentos e quarenta e nove mil duzentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos).

Contrato ER10 (UO 10.2) Nº 005/2005-ANATEL
Data de Assinatura: 16 de Março de 2005.
Contratada: EMPRESA DE TRANSPORTES APOTEOSE LTDA.
Vigência: 16/03/2005 À 15/03/2006.
Objeto: Celebração do Contrato ER10 (UO 10.2) Nº 005/2005 - ANATEL cujo objeto é a prestação de serviços de transporte rodoviário (locação de veículos com motorista) e motoristas sem veículos, para atender a Unidade Operacional 10.2 em Macapá/AP, pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de 16/03/2005.
Fundamento Legal: artigos 55 e 57 da Lei n.º 9.472/97, artigo 32 da Resolução nº 005/98-ANATEL
Programas de Trabalho: 24122075020000001 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE - NACIONAL
Elemento de Despesa: 339039.
Valor do Contrato: R\$ 171.800,00 (cento e setenta e um mil e oitocentos reais),
Nota de Empenho nº 2005NE000159.
Desembolso no Exercício: R\$ 135.530,20 (cento e trinta e cinco mil, quinhentos e trinta reais e vinte centavos).

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE 23 DE MARÇO DE 2005

Fica, ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE AURORA DO PARÁ, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, sem outorga, na cidade de Aurora do Pará, Estado do Pará, nos termos do art.65, parágrafo único, do R I da Agência Nacional de Telecomunicações ANATEL, instituída pela Resol. 270, de 19/07/2001, - tendo em vista a comprovação do não recebimento de notificação por correspondência, através dos Correios e Telégrafos, - notificada, que lhe foi aplicada à sanção de Multa, no valor de R\$ 1.858,69 (Um mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e sessenta e nove centavos), por estar incursa no preceito do artigo 163 da Lei 9.472/97, em decorrência do processo administrativo nº 53569001637/2004, contra si instaurado. Observado o disposto nos arts. 82, § 5º, do RI da Anatel, fica facultado a interposição de recurso no prazo de 10 (dez) dias, após o que, o despacho será publicado no DOU. O documento hábil para quitação da multa estará à disposição para pagamento nos escritórios da ANATEL no estado do Pará, a partir da data de publicação deste ato, correndo também a partir da mesma, as correções monetárias incidentes.

JOÃO ALBERTO REIS LUZ
Gerente do Escritório



PAULO SERGIO MONTEIRO DE SOUSA	09713000200	01033086363	31/03/2008, 31/03/2008
PEDRO AMANCIO DE SA	20288735749	08030388527	26/09/07
RAIMUNDO DA SILVA	00305510215	08012216337	31/03/08
RAIMUNDO SOARES DA SILVA	01260170268	08030359853	31/03/08
REGINALDO ANTONIO DO NASCIMENTO	40943810400	08020520538	31/03/08
REGINALDO LIMA SILVA	33097054715	18000185993	31/03/08
RENATO MORAES DA CUNHA	00000000000	08020480803	31/03/08
Ricardo Roberto Lazar Massoud	09673130230	08012154129	31/03/2008, 31/03/2008
ROBERTO CRISTOVAO BUSBY PINTO	04808304287	08012125455	31/03/08
ROBERTO DE AZEVEDO COSTA MARIZ	05245982749	08020429026	31/03/08
ROBERTO MAURO DE ANDRADE GOMES	24736651253	08030381271	31/03/08
ROBERTO SOUSA DA COSTA	21925208249	08020501231	31/03/08
SAMUEL MORAES DE CARVALHO	02899183349	08030364180	31/03/08
SANDRO PORTELA MARIA	42662850272	08020516697	31/03/08
SARLOS JOSE QUEIROZ	01431048291	08020497889	31/03/08
SEBASTIAO VANDERLEI PAIVA	46339361668	04030698077	31/03/08
SEVERINO LOPES DE CARVALHO	19113089020	08030394683	12/03/08
SIDINEI PANTALEAO	38808943887	08030401647	18/09/08
SILVESTRE ROSENDO DA SILVA	25364480453	22000020330	31/03/08
VALDECIR MONTEIRO CAMPOS	01764861272	12012053289	31/03/2008, 31/03/2008
VITORIO IGNACIO MACIEL DE ALMEIDA	41304659887	08030367368	31/03/08
WALDENIR IBIAPINO DA SILVA	03983498272	08020490795	31/03/08
WALTER NAVARRO DA SILVA JUNIOR	17667330263	08030380895	31/03/2008, 31/03/2008

DIRCEU BARAVIERA
Gerente-Geral

ATO Nº 5.876, DE 2 DE OUTUBRO DE 2008

Extinguir, por cassação, a autorização do Serviço Móvel Aeronáutico, de interesse restrito, expedida à(s) entidade(s) abaixo relacionada(s), constante(s) do processo nº 53569002831/2008, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada, com fulcro no parágrafo único do art. 139 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997. A extinção não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida.

NOME DA ENTIDADE	CNPJ/CPF	FISTEL	VALIDADE(S)
ATL AEROTAXI LEOPOLDO LTDA	02424826000103	08020108904	27/8/2008
CERTA-CONSORCIO DE EQUIPES REUNIDAS DE TAXI AEREO LTDA	62780550001-44	18000138760	19/5/2008
CIMTER - CONSTRUÇÕES IMOBILIÁRIA E TERRAPLE-NAGEM LTDA	05053112000107	50402088123	29/7/2008
JAGUAR TAXI AEREO LTDA	05363874000127	08020527244	17/7/2008
JOAO NOGUEIRA LIMA	22202773134	08020049460	12/8/2008
MADEIREIRA JUARY LTDA	34675033000153	08020095578	20/8/2008
ROSIMAR FRANCA GRATAO	15914925134	50403089069	12/6/2008
SEBASTIAO DA SILVA LOPES	17802466253	11020521406	8/9/2008

ATO Nº 5.877, DE 2 DE OUTUBRO DE 2008

Extinguir, por cassação, a autorização do Serviço de Radioamador, de interesse restrito, expedida à(s) entidade(s) abaixo relacionada(s), constante(s) do processo nº 53569002843/2008, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada, com fulcro no parágrafo único do art. 139 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997. A extinção não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida.

NOME DA ENTIDADE	CNPJ/CPF	FISTEL	VALIDADE(S)
ALEXANDER RODRIGUES MAGALHAES	00502677287	08000069504	1/10/2007
AMENADAB ANTONIO TITO	01722948272	08000027844	10/6/2008
ANTONIO CAVALCANTE ARCANJO	39807100759	08020368990	21/11/2007
ANTONIO REGINALDO DE ARAUJO	37449421315	08020359907	19/2/2008
ARTUR ANTONIO CASAL	31134254091	08020433805	15/4/2008
CHRISTIANO JOAO PINHEIRO TAVARES	42861900210	08020298762	5/3/2008
CLAUDIA PATRICIA DOS SANTOS SILVA	00000000000	08020288880	8/9/2008
DOMINGOS SAVIO DE OLIVEIRA ALMEIDA	13886193268	08020433996	22/05/2008, 22/05/2008

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE Em 17 de janeiro de 2008

Nº 208/2008 - PBOA/SPB - PADO Nº 53508.000709/2003 - Resolve: aplicar sanção de MULTA, no valor de R\$ 214.650,00 (duzentos e quatorze mil, seiscentos e cinquenta reais) à Telemar Norte Leste S/A, concessionária do STFC no setor 01 do PGO (Rio de Janeiro), em razão da falta de conservação e manutenção da rede externa, infringindo os itens 4.5 e 15.1, incisos III e X, do Contrato de Concessão PBOG/SPB Nº 21/98-Anatel.

FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA PÁDUA
Substituto

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 457, DE 27 DE JUNHO DE 2007

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53578.000092/2003, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da EMPRESA CRUZEIRENSE DE TELECOMUNICAÇÕES DE RÁDIO E TV LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, utilizando o canal 265, classe B2.

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU

(Nº 7.244-8 - R\$ 119,68 - 08.08.2007)

PORTARIA Nº 520, DE 12 DE JULHO DE 2007

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53578.000092/2003, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da EMPRESA CRUZEIRENSE DE TELECOMUNICAÇÕES DE RÁDIO E TV LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, relativo ao Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas (LINK), no referido município, autorizado por meio da Portaria MC Nº 232/2006.

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU

(Nº 7.189-1 - R\$ 149,60 - 08.08.2007)

PORTARIA Nº 636, DE 8 DE AGOSTO DE 2007

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.003381/2005, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, no município de Paranaíba, Estado do Mato Grosso, utilizando a frequência 1560 kHz, classe C.

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU

(Nº 03.709.705/0001-70 - R\$ 119,68 - 10.06.2008)

GILVANA MARIA BARBOSA BRABO	26648962291	08020300333	8/9/2008
GLENIO DE BARROS CANDEIRA	29665477234	08020339035	13/1/2008
HAROLDO GOES	00480258520	08020300414	8/9/2008
HELENO ALVES BARBOSA	13594591700	08000060620	1/10/2007
HERMOGENES FERRO E SILVA	00265632234	08000092158	1/10/2007
HERNAN A. C. GUILHERME M. FERNANDEZ	03008878253	08000072637	1/10/2007
ISRAEL ROSA RODRIGUES	08300666249	08020359656	30/12/2007
JOAO VICENTE FERREIRA	07658532215	08020300503	15/1/2008
JORGE FERNANDES GOMES	31907318291	08020300171	8/9/2008
JOSE ACITY DOS REIS	00185108334	08000036401	1/10/2007
JOSE AUGUSTO OLIVEIRA DA SILVA	03138755372	08000006766	9/3/2008
JOSE CLAUDINO DA SILVA	06314953391	08020359303	13/02/2008, 13/02/2008
JOSE DA SILVA VILAS BOAS	03788580330	18000151863	17/7/2008
JOSE EDIVALDO DE SOUSA MENEZES	07060300287	08020362282	18/3/2008
JOSE MARIA LIRA MIRANDA	12066419249	08020365206	30/7/2007
JOSE RAMOS DA SILVA	04914365804	08020298843	9/3/2008
JOSE ROGERIO PEREIRA LIMA	01418203300	18000150204	12/8/2008
KLEBER COSTA DA SILVA	71346053533	08020360239	13/2/2008
LEDA MARIA MELO LIMA	61888095334	18000164841	12/6/2008
LUIZ PAULO FIGUEIREDO PINA	63075415200	08020369961	15/12/2007
MANOEL LAGES CASTELLO BRANCO NETO	19832060520	08000010526	20/1/2008
MANOEL VITALINO MARTINS	01036785220	08020300090	8/9/2008
MARCO ANTONIO MARTINS	04458710249	08020296042	14/01/2008, 14/01/2008
MARIA DA GLORIA COSTA BATISTA	35198630306	18000158361	10/7/2008
MARIO JORGE GOMES BORGES	38756099215	08020370030	28/04/2008, 28/04/2008
MARIO MINORU MIYAGAWA	05611911234	08020301062	08/09/2008, 08/09/2008
MARLI DE OLIVEIRA MIRANDA	00000000000	01000469247	24/6/2008
MAURICIO FRANCO MILHOMEM	25192922372	18000159767	12/6/2008
MAURO SERGIO ALVES DO NASCIMENTO	28605713291	08020296395	12/3/2008
MIGUEL CHAAR HABER	10160221234	08000042568	8/1/2008
REYNOLD WIECK	61078824800	08020324518	08/09/2008, 08/09/2008
RICARDO ROBERTO LAZAR MASSOUD	09673130230	08000120542	16/7/2008
RICARDO ROBERTO LAZAR MASSOUD	09673130230	08000120542	8/1/2008
RONALDO FERREIRA DA CUNHA	24484865220	08020262571	16/7/2008
SAMIR DE SOUSA ABDOL SLEIMA	08561737204	08020360310	8/1/2008
SERGIO ANTONIO NAHYZ GODINHO	00421030372	08000038617	01/10/2007, 01/10/2007
SILLAS MARQUES SERRA	00814571387	080000037645	30/3/2008
TONY CARLOS BORGES DA SILVA	35152192349	08020369104	21/11/2007

DIRCEU BARAVIERA
Gerente-Geral

ATO Nº 5.880, DE 2 DE OUTUBRO DE 2008

Extinguir, por cassação, a autorização do Serviço Móvel Marítimo, de interesse restrito, expedida à(s) entidade(s) abaixo relacionada(s), constante(s) do processo nº 53569002830/2008, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada, com fulcro no parágrafo único do art. 139 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997. A extinção não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida.

NOME DA ENTIDADE	CNPJ/CPF	FISTEL	VALIDADE(S)
A. T. DOS SANTOS TRANSPORTES E TURISMO - ME	00854508000157	50040367771	31/8/2007
ABS CONSTRUÇÕES E MONTAGENS LTDA.	83322156000116	50013683756	2/6/2007
COMERCIAL R.A. DA ROCHA LTDA	34872481000147	08020683674	29/4/2008
DABEL. DISTRIBUIDORA AMAPEENSE DE BEBIDAS LTDA	05432463000146	08020687408	10/7/2008
LOURDES DA SILVA TRINDADE	00407364234	08020543236	10/8/2008
M. E. F. CABRAL-ME	84142363000151	08020686428	23/6/2008
MILTON DAS CHAGAS MACEDO	35551500225	50404179851	30/7/2008
NATAL PESCA LTDA	01337158000114	50004007557	30/1/2008
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCANTARA	06000244000150	18000155770	20/1/2008
RENATO RODRIGUES REBELO	52724140206	50403072336	22/02/2008, 23/04/2008
ROMUALDO BATISTA DO AMARAL FILHO	00336939272	08020674098	24/8/2008
VENINO PANTOJA NAVEGAÇÃO LTDA.	34907774000112	50405045190	23/8/2008

DIRCEU BARAVIERA
Gerente-Geral

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 1.583, DE 30 DE SETEMBRO DE 2008

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da SPE Ninho da Águia Energia S.A., as áreas de terra necessárias à implantação da PCH Ninho da Águia, localizadas no Município de Delfim Moreira, Estado de Minas Gerais.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o disposto no art. 29, inciso VIII, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no art. 10 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, com redação dada pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, no art. 151, alínea "b", do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, regulamentado pelo Decreto nº 35.851, de 16 de julho de 1954, no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, na Resolução nº 279, de 11 de setembro de 2007, com base no art. 3º-A da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no art. 1º do Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com redação dada pelo Decreto nº 4.970, de 30 de janeiro de 2004, e o que consta do Processo nº 48500.004416/2008-58, resolve:



Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
668	53000.062278/05	Associação Comunitária, Cultural e Artística de Campo Largo	Campo Largo/PR
672	53000.018765/05	Associação de Radiodifusão Comunitária Nova Onda Aratibense	Aratiba/RS
678	53000.001535/03	Associação Comunitária de Comunicação Social " Vale Verde FM "	Jaguari/RS

681	53000.047273/04	Associação Cultural de Rádio Difusão Comunitária Benjamin Constant do Sul	Benjamin Constant do Sul/RS
683	53000.046052/05	Associação Cultural e Comunitária de Radiodifusão de Davinópolis - Goiás - ACCORDA	Davinópolis/Goiás
684	53000.038119/04	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Marau	Marau/RS
685	53000.037162/03	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Vera Cruz	Vera Cruz/SP

HELIO COSTA

**AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR****ATO Nº 6.153, DE 13 DE OUTUBRO DE 2008**

Processo nº 53500.011531/2008 - Expede autorização à TWINTURBO SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ nº 09.349.751/0001-92, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.154, DE 13 DE OUTUBRO DE 2008

Processo nº 53500.005587/2006 - Adapta, para autorização, as permissões outorgadas à TELCOM TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA., CNPJ nº 94.475.555/0001-33, para explorar o Serviço Móvel Especializado - SME nos municípios de Limeira/SP, Piracicaba/SP, São Gonçalo/RJ, Niterói/RJ, extinguindo os instrumentos originais de permissão, mantendo-se os respectivos prazos de autorização de uso das radiofrequências. Prorroga, por quinze anos a contar das datas originais de vencimento, o prazo de vigência da autorização do direito de uso das radiofrequências associadas à autorização para exploração do Serviço Móvel Especializado - SME concedida à TELCOM TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA., sem exclusividade, em caráter primário, restrito aos municípios de Americana/SP, Bauru/SP, Belo Horizonte/MG, Blumenau/SC, Campinas/SP, Canoas/RS, Caxias do Sul/RS, Criciúma/SC, Curitiba/PR, Duque de Caxias/RJ, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Guaíba/RS, Guarujá/SP, Itajaí/SC, Joinville/SC, Jundiaí/SP, Limeira/SP, Niterói/RJ, Novo Hamburgo/RS, Osório/RS, Piracicaba/SP, Porto Alegre/RS, Ribeirão Preto/SP, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, Santa Maria/RS, Santos/SP, São Gonçalo/RJ, São José do Rio Preto/SP, São José dos Campos/SP, São Paulo/SP, São Vicente/SP, Sorocaba/SP, Tubarão/SC, Vila Velha/ES, Vitória/ES.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.155, DE 13 DE OUTUBRO DE 2008

Processo nº 53500.015480/2007 - Expede autorização à GULARTE & MOREIRA LTDA., CNPJ nº 08.624.492/0001-06, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.157, DE 13 DE OUTUBRO DE 2008

Processo nº 53500.020029/2008 - Expede autorização à SSP-NET COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE TELEINFORMÁTICA LTDA. - ME, CNPJ nº 08.778.322/0001-78, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.173, DE 13 DE OUTUBRO DE 2008

Processo nº 53500.009826/2004. Declara extinta, por renúncia, a partir de 1º de novembro de 2006, a autorização outorgada à IRACÍ ALVES MODESTO, CNPJ/MF nº 03.776.506/0001-85, para exploração do Serviço Limitado Especializado, submodalidade Serviço de Radiotaxi Especializado. A renúncia não desonera a empresa de suas obrigações com terceiros, inclusive as firmadas com a Anatel.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.176, DE 13 DE OUTUBRO DE 2008

Processo nº 53500.009848/2008 - Expede autorização à TV CABO SÃO PAULO LTDA., CNPJ nº 00.699.284/0002-37, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

**SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS
DE COMUNICAÇÃO DE MASSA****ATO Nº 5.172, DE 4 DE SETEMBRO DE 2008**

Processo Nº 53500.019997/2007. Aplica à TV CABO SÃO PAULO LTDA., CNPJ/MF Nº 00.699.284/0001-56, concessionária do Serviço de TV a Cabo na Área de Peruíbe, no Estado de São Paulo, a sanção de multa correspondente a 10% (dez por cento) da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) do ano de 2008, por não haver efetuado, no prazo, o pagamento da TFF referente ao ano de 2006.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 6.279, DE 16 DE OUTUBRO DE 2008

Processo Nº 53500.026591/08. EMPRESA DE COMUNICAÇÃO PRM LTDA - RTV - Peruíbe/SP - Canal 19-. Autoriza o Uso de Radiofrequência.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 6.280, DE 16 DE OUTUBRO DE 2008

Processo Nº 53500.026592/08. SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA - OM - Nova Brasília/MT - Frequência 1380 kHz. Autoriza o Uso de Radiofrequência.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 6.281, DE 16 DE OUTUBRO DE 2008

Processo Nº 53500.026594/08. FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE VIÇOSA - FRATEVI - TV - Viçosa/MG - Canal 13 E. Autoriza o Uso de Radiofrequência.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 6.282, DE 16 DE OUTUBRO DE 2008

Processo Nº 53500.026595/08. SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA - OM - Paranaíba/MT - Frequência 1560 kHz. Autoriza o Uso de Radiofrequência.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS**ATO Nº 6.171, DE 13 DE OUTUBRO DE 2008**

Processo n.º 53500.012266/2004 - Extingue, por cassação, a autorização outorgada à operadora UNICEL DO BRASIL TELECOMUNICAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 05.958.690/0001-00, para explorar o Serviço Limitado para Fins Científicos ou Experimentais em São Carlos/SP, Campinas/SP, Rio de Janeiro/RJ, Macaé/RJ e Brasília/DF, por meio do Ato n.º 44.333, de 14 de maio de 2004, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, página 59, em 18 de maio de 2004, tendo em vista a extinção da autorização de direito de uso da radiofrequência associada à exploração do serviço. A extinção não desonera a operadora de obrigações assumidas com terceiros, inclusive aquelas firmadas perante a Anatel.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 6.175, DE 13 DE OUTUBRO DE 2008

Processo n.º 53504.000349/2001 - Declara extinta, por renúncia, a partir de 13 de agosto de 2007, a autorização outorgada à IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS, inscrita no CNPJ sob o n.º 58.198.524/0001-19, para explorar o Serviço Limitado Privado de Radiocomunicação na localidade de Santos/SP, por meio do Ato da ANATEL n.º 15.540, de 6 de março de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 8 de março de 2001, e, como consequência, declarar extinto o direito de uso da radiofrequência associada. A renúncia não desonera a empresa de suas obrigações com terceiros, inclusive as firmadas com a Anatel.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 6.268, DE 16 DE OUTUBRO DE 2008

Prorroga autorização para uso de radiofrequência à CONS-TRUTORA VALLE LTDA, CNPJ Nº 23.328.735/0001-44 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 6.269, DE 16 DE OUTUBRO DE 2008

Prorroga autorização para uso de radiofrequência à CCB - CIMPOR CIMENTOS DO BRASIL LTDA., CNPJ Nº 10.919.934/0063-88 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 6.270, DE 16 DE OUTUBRO DE 2008

Outorga autorização para uso de radiofrequência à CEFOR - SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ Nº 07.608.821/0001-54 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 6.271, DE 16 DE OUTUBRO DE 2008

Prorroga autorização para uso de radiofrequência à CONDOMINIO QUINTA DO LAGO, CNPJ Nº 07.455.147/0001-15 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 6.272, DE 16 DE OUTUBRO DE 2008

Outorga autorização para uso de radiofrequência à INTE-RIORANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ Nº 01.490.787/0001-80 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 6.273, DE 16 DE OUTUBRO DE 2008

Outorga autorização para uso de radiofrequência à SAO LUIZ TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA, CNPJ Nº 97.358.667/0005-26 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 6.274, DE 16 DE OUTUBRO DE 2008

Outorga autorização para uso de radiofrequência à USINA ELDORADO S/A, CNPJ Nº 05.620.523/0002-35 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 6.275, DE 16 DE OUTUBRO DE 2008

Expede autorização à VIP CARGAS RIO SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AEREO LTDA, CNPJ Nº 04.494.286/0001-60 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 6.276, DE 16 DE OUTUBRO DE 2008

Outorga autorização para uso de radiofrequência à TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, CNPJ Nº 04.099.695/0001-61 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

DECLARAÇÃO

A **SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ/MG sob o n.º 03.709.705/0001-70, concessionária de serviço de radiodifusão na cidade de PARANAÍTA Estado do MATO GROSSO, conforme Decreto Presidencial, de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia 29/08/2002, tendo cumprido as exigências legais e regulamentares referentes à radiodifusão, bem como atendido às suas finalidades educacionais, culturais e morais a que esteve obrigada durante a vigência da concessão, através de seu representante legal, declara para os devidos fins que:

- (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada;
- (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha haja a renovação da outorga; e,
- (iii) somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada.

Cascavel (PR), 30 de setembro de 2014.


.....
ROQUE LANDER MENEGAIS

CPF 785.211.889-72

Representante Legal



BOA TARDE
LUCAS DE OLIVEIRA CATAPESTA
SABER
Interativos

Menu Principal ▾

BOLETO »» Nada Consta menu ajuda



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA
CNPJ: 03.709.705/0001-70

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:38:46 do dia 30/09/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 30/10/2014.

Certidão expedida gratuitamente.



SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO DE CASCAVEL E REGIÃO OESTE DO PARANÁ.

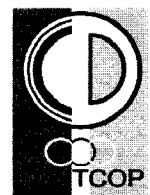
CNPJ: 09.036.684/0001-56 - Código Sindical: 009.019.97900-7

CERTIDÃO

Filiada à:




ITUC - CSI - IGB



Certifico a pedido da empresa **Sistema Plug de Comunicação LTDA**, com o CNPJ **03.709.705/0001-70**, sito à Rua Marechal Deodoro, 3624 - Centro – na Cidade Cascavel, Estado do Paraná, emissora executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em **AM-Amplitude Modulada** em Frequência 1.560 na cidades de Paranaita MT, após verificação em nosso banco de dados encontra-se em Dia com suas contribuições junto ao **SINTROP – SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO DE CASCAVEL E REGIÃO OESTE DO PARANÁ**, ano de **2009 a 2014**.

Nada mais tendo eu **João Luiz Riedlinger Dos Santos**, presidente deste sindicato a certificar para os devidos fins, firmamos a presente aos Dez dias do mês de Janeiro de Dois Mil e Quatoze sem mais a declarar dou por fechado este certificado, sem mais.

Cascavel, 10 de Janeiro de 2014.


João L. Riedlinger Santos
Presidente
SINTROP
Sind. Trab. Radiodifusão Oeste - PR

ede SINTROP:

iv. Brasil 6.102 Centro
3º andar sala 32 –
d. Sulbrasileiro
EP: 85.812.001
ascavel –Pr.

one:
45) 3039-3977

-mail:
oaoriedlinger@hotmail.com

ite:
www.sintrop.com.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA - ME
CNPJ: 03.709.705/0001-70

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 14:11:46 do dia 13/08/2014 <hora e data de Brasília>.

Válida até 09/02/2015.

Código de controle da certidão: **E2B0.9987.6119.D694**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Coordenação da Receita do Estado

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 12390912-22

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **03.709.705/0001-70**

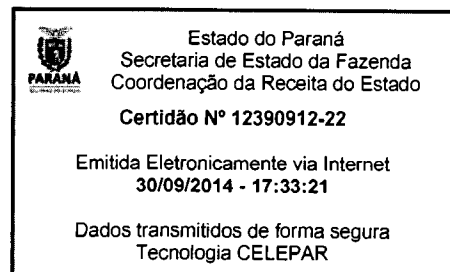
Este CNPJ/MF não consta nos cadastros da Secretaria da Fazenda do Paraná.

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do requerente, nesta data.

Finalidade: Simples verificação

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Esta Certidão tem validade até 28/01/2015 - Fornecimento Gratuito



IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF****Inscrição:** 03709705/0001-70**Razão Social:** SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÃO LTDA**Endereço:** R MARECHAL DEODORO 3624 / CENTRO / CASCAVEL / PR / 85810-200

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 15/09/2014 a 14/10/2014**Certificação Número:** 2014091505343063123187

Informação obtida em 30/09/2014, às 16:59:50.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
E ÀS DE TERCEIROS

Nº 245802014-88888705

Nome: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA - ME

CNPJ: 03.709.705/0001-70

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que constam em seu nome, nesta data, débitos com exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº. 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em Dívida Ativa da União (DAU), não abrangendo os demais tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212, de 24 de Julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada, cisão total ou parcial, fusão, incorporação, ou transformação de entidade ou de sociedade empresária ou simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº. 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de Janeiro de 2010.

Emitida em 24/09/2014

Válida até 23/03/2015.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA - ME (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.709.705/0001-70

Certidão nº: 63652262/2014

Expedição: 30/09/2014, às 16:46:28

Validade: 28/03/2015 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA - ME (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 03.709.705/0001-70, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.709.705/0001-70 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 22/03/2000
NOME EMPRESARIAL SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA - ME			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 61.41-8-00 - Operadoras de televisão por assinatura por cabo			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA			
LOGRADOURO R MARECHAL DEODORO	NÚMERO 3624	COMPLEMENTO	
CEP 85.810-200	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CASCADEL	UF PR
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/08/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **01/10/2014** às **08:05:45** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar

© Copyright Receita Federal do Brasil - 01/10/2014



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

CONTRATO SOCIAL

Roque Lander Menegals, brasileiro, casado, assessor, residente e domiciliado à Rua das Dálias, n.º 95, Jardim Guarujá, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, portador da Carteira de Identidade RG n.º 13/R.2.942.125 SSP/SC e CPF n.º 782.211.889-72; Andrea Samuel do Nascimento Menegals, brasileira, casada, comerciante, residente e domiciliada à Rua das Dálias, n.º 95, Jardim Guarujá, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, portadora da Carteira de Identidade RG n.º 6.421.654-0 - SSP/PR e CPF n.º 969.173.269-68, resolvem por este instrumento particular de contrato, constituir uma sociedade mercantil por quotas de responsabilidade limitada que se regerá pela seguinte legislação: artigos 211 e 223 e seus parágrafos da Constituição Federal, Lei n.º 3708 de 10 de janeiro de 1919, Lei 4117 de 27 de agosto de 1962, Decreto n.º 52795 de 31 de outubro de 1963, Lei n.º 8934 de 18 de novembro de 1994, Decreto n.º 1800 de 30 de janeiro de 1996 e Decreto - Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967, pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie e pelas cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade girará sob o nome empresarial de "**SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.**", tendo sua sede e foro na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, à Rua das Dálias, n.º 95, Jardim Guarujá, CEP 85.803-310.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade terá como principal objetivo a exploração de estações de radiodifusão em Frequência Modulada (FM), Amplitude Modulada (AM), Ondas Médias (OM), Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT), Exploração dos Serviços de Televisão a Cabo com Som e Imagem em VHF e UHF, com finalidades educacionais, informativas, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de concessões e licenças, promover a cultura universal e nacional, a diversidade de fontes de informação, o lazer e o entretenimento, a pluralidade política e o desenvolvimento social e econômico do País, tudo de acordo com a legislação específica regeadora da matéria.

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade será constituída por prazo indeterminado observando-se quando de sua dissolução, os preceitos da lei em vigência, iniciando suas atividades a partir da homologação da autorização para funcionamento dada pelo **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.**

CLÁUSULA QUARTA: O capital social, inteiramente subscrito e realizado na forma prevista, neste ato, na importância de R\$ 40.000,00 (Quarenta Mil Reais), divididos em 40.000 (Quarenta Mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Um real) cada uma, fica assim distribuído entre os sócios:



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

CONTRATO SOCIAL

Roque Lander Menegals	cotas 25.000	R\$ 25.000,00
Andrea Samuel do Nascimento Menegals	cotas 15.000	R\$ 15.000,00
TOTALIZANDO	cotas 40.000	R\$ 40.000,00

Roque Lander Menegals: subscreve neste ato com 25.000 (vinte e cinco mil) quotas no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) sendo 5.000 (cinco mil) quotas sociais, no valor de R\$ 1,00 (Um real) cada uma, somando portanto R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), integralizado na presente data, em moeda corrente do país, e o saldo de 20.000 (vinte mil) quotas sociais, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, cuja integralização efetuará em moeda corrente do país até a data da outorga para execução do serviço de radiodifusão dada pelo MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

Andrea Samuel do Nascimento Menegals: subscreve neste ato com 15.000 (quinze mil) quotas no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) sendo 3.000 (três mil) quotas sociais, no valor de R\$ 1,00 (Um real) cada uma, somando portanto R\$ 3.000,00 (três mil reais), integralizado na presente data, em moeda corrente do país, e o saldo de 12.000 (doze mil) quotas sociais, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, cuja integralização efetuará em moeda corrente do país até a data da outorga para execução do serviço de radiodifusão dada pelo MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA: O capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a pessoas físicas brasileiras.

CLÁUSULA SEXTA: As quotas ou ações representativas do capital social serão inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto a participação de partido político e de sociedade cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros, através de capital sem direito a voto e não podendo exceder a trinta por cento do capital social dependendo de qualquer alteração contratual ou estatutária de prévia autorização do MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

CLÁUSULA SÉTIMA: A sociedade será administrada por um sócio gerente, a quem compete privativa e individualmente o uso da firma e a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da sociedade, sendo-lhes, entretanto, vedado o seu emprego sob qualquer pretexto ou modalidade em operações ou negócios estranhos ao objetivo social, especialmente a prestação de avals, fianças ou cauções de favor.

CLÁUSULA OITAVA: Fica estabelecido que a responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da entidade caberá somente à brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA NONA: Os administradores da entidade serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e para os portugueses reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no País e a sua investidura no cargo somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA: Os sócios que desejarem transferir ou alienar suas quotas deverão notificar, por escrito, à sociedade discriminando-lhes o preço, a forma e o prazo de pagamento, para que esta, através dos demais sócios exerça ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazer dentro de sessenta dias contados do recebimento da notificação ou em maior prazo à critério do sócio alienante. Decorrido esse prazo sem que haja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas, desde que sejam observadas as normas da Cláusula Sexta.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O quadro de pessoal será sempre constituído, ao menos, de dois terços de trabalhadores brasileiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A responsabilidade dos sócios será limitada à importância total do capital social, nos termos do artigo segundo a Lei n.º 3708 de 10 de Janeiro de 1919.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: As deliberações sociais, ainda que impliquem em alteração contratual, poderão ser tomadas por sócios que representem a maioria absoluta do capital da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A sociedade por todos os seus sócios se obriga a cumprir rigorosamente todas as leis, regulamentos e as instruções vigentes ou que vierem a vigorar referentes à radiodifusão e à segurança nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser transferidas ou alienadas a qualquer título a terceiros sem o consentimento unânime dos demais sócios, cabendo a estes o direito de preferência na sua aquisição, na proporção das quotas que possuírem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Pelos serviços que prestarem à sociedade, receberão os sócios, à título de PRÓ-LABORE, a quantia mensal fixada em comum até o limite da dedução fiscal, prevista na legislação fiscal do imposto de renda, a qual será levada à conta de Despesas Gerais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Fica investido na função de Sócio Gerente da sociedade, o sócio Sr. Roque Lander Menegais para o qual fica dispensado da prestação de caução, conforme preceitua o artigo 12 da Lei n.º 3708 de 10 de Janeiro de 1919.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: O sócio Gerente poderá fazer-se representar por procurador que o representará em todos os atos de interesse da sociedade, gerindo e administrando, devendo nesse caso ser solicitado para tal designação prévia autorização da autoridade fiscalizadora, apresentando-se na oportunidade, a prova de nacionalidade do procurador que deverá ser sempre brasileiro nato e de idoneidade moral comprovada pelo competente atestado.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: O ano social coincidirá com o ano civil, devendo a 31 de dezembro de cada ano, ser procedido o Balanço Patrimonial da sociedade obedecidas as prescrições legais e técnicas pertinentes à matéria. Os resultados serão atribuídos aos sócios proporcionalmente às cotas de capital que possuírem, podendo os lucros, à critério dos sócios, serem distribuídos ou ficarem em reserva na sociedade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: A distribuição dos lucros será sempre sustada quando se verificar a necessidade de atender a despesas inadiáveis que impliquem no funcionamento normal da estação de radiodifusão. Suprida a deficiência financeira, os lucros líquidos restantes terão a destinação prevista na Cláusula Décima Nona deste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: O falecimento de qualquer dos sócios não dissolve necessariamente a sociedade, ficando os herdeiros e sucessores sub-rogados nos direitos e obrigações do "de cujus", podendo nela fazerem-se representar enquanto indiviso o quinhão respectivo por um dentre eles, devidamente credenciado pelos demais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: Os sócios declaram que não estão condenados em nenhum dos crimes previstos em Leis que os impeçam de exercerem atividades mercantis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: Os casos omissos neste instrumento serão regidos pelos dispositivos da Lei Nº 3708 de 10 de janeiro de 1919, cuja fiel observância bem como das demais cláusulas deste compromisso se obrigam os sócios.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: Os sócios elegem o Foro da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, para dirimir possíveis dúvidas oriundas a este inclusive de cláusulas omissas.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

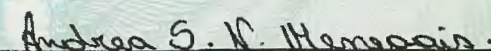
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

CONTRATO SOCIAL

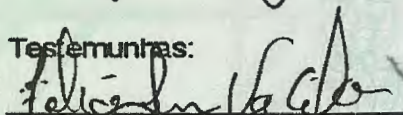
E, por assim estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam, juntamente com duas testemunhas o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.


Cascavel/PR, 20 de Março de 2000.

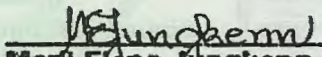

Roque Lander Menegals
Sócio Gerente


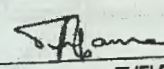

Andrea Samuel do Nascimento Menegals
Sócia

Testemunhas:


Fábio Junior Vaz Cestari
RG N.º 6.696.431-0 SSP/PR


Eder Waine Cuarelli
O.A.B 26.085-A PR


Mari Elena Jungkenn
RG N.º 755.767 SSP/RS

	JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ CERTIFICO O REGISTRO EM: 22/03/2000 SOB O NÚMERO: 41 2 0430192 4 Protocolo: 00/060412-7	 TUFÍ RAME SECRETÁRIO GERAL
---	--	---

DENSO DA LATA
CRC-PR 02245610-0

Certificamos que esta reprografia é cópia autêntica
 do documento original arquivado nesta Junta
 Comercial sob nº 4/204301929
 em 22/03/2000, e que exige(m) ato(s)
 posterior(es) registrado(s), conforme respectivo histórico
 Curitiba, 22 de 12 de 2013

SEI 53900.020256/2014-60 / pg. 23



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

CNPJ: 03.709.705/0001 - 70

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Roque Lander Menegais, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Marechal Floriano, nº 4003, centro, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, portador da Carteira de Identidade, RG N.º 13/R 2.942.125 expedida pela SSP/SC e CPF: 782.211.889-72; **Andréa Samuel do Nascimento Menegais**, brasileira, casada, comerciar, residente e domiciliada à Rua Marechal Floriano, nº 4003, centro, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, portadora da Carteira de Identidade RG N.º 6.421.554-0, expedida pela SSP/PR e CPF: 969.173.269-68, sócios componentes da sociedade mercantil por cotas de responsabilidade limitada, com o nome empresarial de Sistema Plug de Comunicações Ltda., tendo sua sede e foro na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, Rua das Dálias, nº 95, Jardim Guarujá, CEP – 85.803-310, com o seu contrato social primitivo arquivado na MM Junta Comercial do Estado do Paraná, sob n.º 41204301924, por despacho em sessão de 22/03/00, resolvem de comum acordo, por este instrumento particular de alteração contratual, modificar o seu contrato social primitivo, o que fazem pelas cláusulas e condições seguintes:

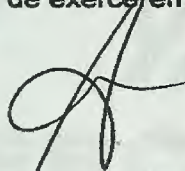
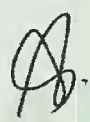
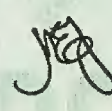
CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade permanece com o nome empresarial de "SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.", passando sua sede para a Rua Marechal Floriano, nº 4003, Sala 01, centro, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, CEP: 85.811-150.

CLÁUSULA SEGUNDA: A presente alteração não altera o capital social, no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) dividido em 40.000 (quarenta mil) quotas sociais no valor de R\$ 1.00 (um real) cada uma, fica assim distribuído entre os Sócios:

Roque Lander Menegais	quotas 25.000	R\$ 25.000,00
Andréa Samuel do Nascimento Menegais	quotas 15.000	R\$ 15.000,00
TOTALIZANDO	quotas 40.000	R\$ 40.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA: Fica investido na função de Sócio Gerente da sociedade o sócio Sr. Roque Lander Menegais, para o qual fica dispensado da prestação de caução, conforme preceitua o artigo 12 da Lei n.º 3.708 de 10 de janeiro de 1919.

CLÁUSULA QUARTA: Os sócios declaram que não estão condenados em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercerem atividades mercantis.

1   



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

CNPJ: 03.709.705/0001-70

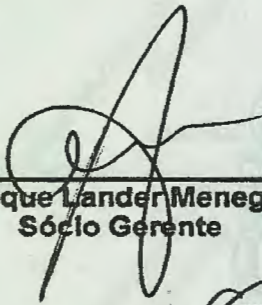
PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

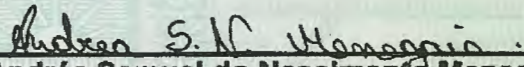
CLÁUSULA QUINTA: A presente Alteração Contratual foi Elaborada pela contadora Marli Elena Jungkenn, portadora do CRC/ PR nº 15.850/O-8.

CLÁUSULA SEXTA: Permanecem inalteradas as demais Cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

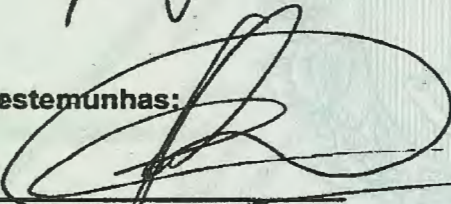
E, por assim estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam, juntamente com duas testemunhas, o presente instrumento, em quatro vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Cascavel/ PR, 05 de Março de 2002.

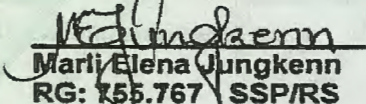

Roque Lander Menegals
Sócio Gerente

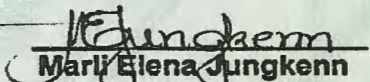

Andréa Samuel do Nascimento Menegals
Sócia

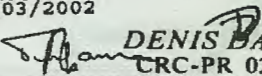
Testemunhas:


Cezar Borges do Santos
RG: 6.434.555-9 SSP/PR

Elaborado Por:


Marli Elena Jungkenn
RG: 155.767 SSP/RS


Marli Elena Jungkenn
CRC/PR 15.850/O-8

<p>JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ ESCRITÓRIO REGIONAL DE CASCAVEL CERTIFICADO O REGISTRO EM: 14/03/2002 SOB O NÚMERO: 20020531842 Protocolo: 02/053184-2 Empresa: 41 2 0430192 4 SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA</p>	<p> DENIS BALL'ASTA CRC-PR 022456/O-0 TUFI RAME SECRETARIO GERAL</p>
---	--

Comercial sob nº 200 20532 842
em 14/03/2002 e que existia
posterior(ia) registrada(s), conforme respectivo
Curitiba, 12/03/2002. 12

13

SERVIÇO DE FOTOCÓPIA



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

CNPJ: 03.709.705/0001-70

SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

ROQUE LANDER MENEGAIS, brasileiro, casado no regime de comunhão total de bens, empresário, residente e domiciliado à Rua Marechal Floriano n.º 4003 - Centro, na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, portador da Carteira de Identidade RG n.º 13/R 2.942.125 expedida pela SSP/SC e CPF n.º 782.211.889-72; **ANDRÉA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAIS**, brasileira, casada no regime de comunhão total de bens, empresária, residente e domiciliada à Rua Marechal Floriano n.º 4003 - Centro, na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, portadora da Carteira de Identidade RG n.º 6.421.554-0, expedida pela SSP/PR e CPF n.º 969.173.269-68 - Sócios componentes da sociedade mercantil por quotas de responsabilidade limitada, com o nome empresarial de **SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.**, tendo sua sede e foro na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, Rua Marechal Floriano n.º 4003, Sala: 01 - Centro, nesta Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, CEP 85811-150, com o seu Contrato Social primitivo arquivado na MM Junta Comercial do Estado do Paraná, sob n.º 41204301924, por despacho em sessão de 22/03/00 e posterior alteração, sob n.º 20020531842, por despacho em sessão de 14/03/2002, resolvem de comum acordo, por este instrumento particular de alteração contratual, modificar o seu Contrato Social primitivo, o que fazem pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Desimpedimento do Administrador: O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrar-se sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA SEGUNDA - Participação nos Lucros ou Perdas: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados, podendo os lucros, a critério dos sócios, ficarem em reservas para aumento de capital e/ou compensar os prejuízos em exercícios futuros.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

CNPJ: 03.709.705/0001-70

SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Reunião Anual: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios se reunirão para deliberar sobre as contas e designar administrador(es) quando for o caso.

CLÁUSULA QUARTA – Da Forma de Convocação das Reuniões: Os sócios serão convocados para a realização das reuniões mediante correspondência, a qual deverá indicar o local, data, hora e ordem do dia, a ser enviada por e-mail, fax, correio com Aviso de Recebimento (AR) ou em mãos mediante assinatura de protocolo.

CLÁUSULA QUINTA – Da Administração: A administração da sociedade caberá ao sócio **ROQUE LANDER MENEGAIS** com poderes e atribuições de administrador, dispensado da prestação de caução, ao qual compete privativa e individualmente, sendo-lhe outorgado desde já, os poderes e atribuições para representar ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente a sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou tercelros, bem como onerar ou alienar imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLAUSULA SEXTA – Abertura de filial: Fica criada uma filial localizada na cidade de Sarandi Estado do Paraná, sito a rua Vereador José Fernandes nº 639 Jardim Independência II, CEP 87711-230, a qual terá exclusivamente a atividade dos serviços de radiodifusão em Frequência Modulada (FM), ficando destinado para efeitos fiscais a parcela do capital R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais).

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Nome Empresarial: A sociedade gira sob o seguinte nome empresarial: **SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Endereço: A sociedade tem sua sede e foro, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Marechal Floriano, n.º 4003, Sala 01 - Centro, CEP: 85811-150.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Objeto Social: O objeto social é a exploração de Estações de Radiodifusão em Frequência Modulada (FM), Amplitude Modulada (AM), Ondas Médias (OM), Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT), Exploração dos Serviços de Televisão com Som e Imagem em UHF e VHF, TV a Cabo e MMDS (Multiponto-Multicanal), com finalidades educacionais, informativas, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de Concessões e Licenças, promover a cultura



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

CNPJ: 03.709.705/0001-70

SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

universal e nacional, a diversidade de fontes de informação, o lazer e o entretenimento, a pluralidade política e o desenvolvimento social e econômico do País, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria.

CLÁUSULA QUARTA – Do Capital Social: O capital social, subscrito e realizado na forma prevista, é de R\$ 40.000,00 (Quarenta Mil Reais) dividido em 40.000 (Quarenta Mil) quotas sociais no valor de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, fica assim distribuído entre os sócios:

Roque Lander Menegais	cotas 25.000	R\$ 25.000,00
Andréa Samuel do Nascimento Menegais	cotas 15.000	R\$ 15.000,00
TOTALIZANDO	cotas 40.000	R\$ 40.000,00

Parágrafo Único: O Capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a pessoas físicas brasileiras.

CLÁUSULA QUINTA – Do Início das Atividades e do Prazo: A sociedade iniciou suas atividades em 22 de Março de 2000 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA - Abertura de filial: Fica criada uma filial localizada na cidade de Sarandi Estado do Paraná, sito a rua Vereador José Fernandes nº 639 Jardim Independência II, CEP 87711-230, a qual terá exclusivamente a atividade dos serviços de radio difusão em Frequência Modulada (FM), ficando destinado para efeitos fiscais a parcela do capital R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais).

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Cessão de Quotas: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se posta à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Parágrafo Único: As quotas ou ações representativas do capital social serão inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto a participação de partido político e de sociedade cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros, através de capital sem direito a voto e não podendo exceder a trinta por cento do capital social dependendo de prévia autorização do **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**, apenas Alterações Contratuais que resultem na substituição ou alteração do quadro societário.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO

UNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA PLUS DE COMUNICAÇÕES LTDA.
CNPJ: 03.709.705/0001-70

SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA OITAVA – Da Responsabilidade Limitada: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA NONA – Da Administração: A administração da sociedade caberá ao sócio **ROQUE LANDER MENEGAIS** com poderes e atribuições de administrador, dispensado da prestação de caução, ao qual compete privativa e individualmente, sendo-lhe outorgado desde já, os poderes e atribuições para representar ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente a sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou terceiros, bem como onerar ou alienar imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

Parágrafo Primeiro: Fica estabelecido que a responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da entidade caberá somente à brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Parágrafo Segundo: Os administradores da entidade serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e para os portugueses reconhecidos de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no País e a sua investidura no cargo somente poderá ocorrer após terem sido aprovados pelo **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**.

CLÁUSULA DÉCIMA – Do Desimpedimento do Administrador: O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrar-se sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Participação nos Lucros ou Perdas : Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados, podendo os lucros, a critério dos sócios, ficarem em reservas para aumento de capital e/ou compensar os prejuízos em exercícios futuros.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

CNPJ: 03.709.705/0001-70

SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da reunião anual : Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios se reunirão para deliberar sobre as contas e designar administrador(es) quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Da forma de Convocação das Reuniões : Os sócios serão convocados para a realização das reuniões mediante correspondência, a qual deverá indicar o local, data, hora e ordem do dia, a ser enviada por e-mail, fax, correio com Aviso de Recebimento (AR) ou em mãos mediante assinatura de protocolo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da Abertura-Fechamento de Filiais: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais ou outras dependências, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Do "Pró-Labore": Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Do Falecimento: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

PARÁGRAFO ÚNICO: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação ao seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Do Quadro de Pessoal: O quadro de pessoal será sempre constituído, ao menos, de dois terços de trabalhadores brasileiros.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Do Foro: Fica eleito o foro da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

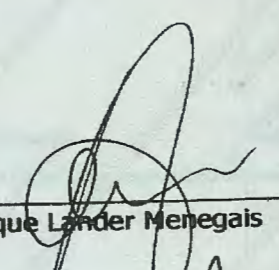
E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual forma e teor.

Cascavel - PR, 02 de Janeiro de 2004.

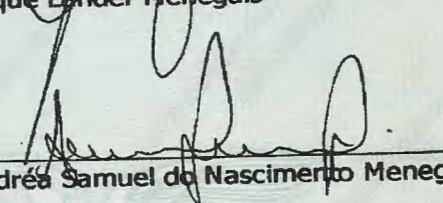


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO

SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.
CNPJ: 03.709.705/0001-70
SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

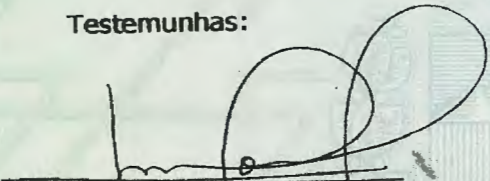


Roque Lander Menegais

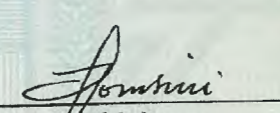


Andréa Samuel do Nascimento Menegais

Testemunhas:

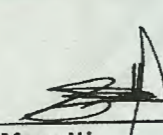


Jean Pierre Moretto
RG: 5.936.097-3 SSP/PR

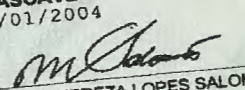


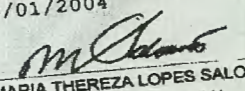
Senira Tombini
RG: 4.725.534-1 SSP/PR

Documento elaborado por:



Sidnei Mazutti
Técnico Contábil – PR-032753/O-8

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
ESCRITÓRIO REGIONAL DE CASCAVEL
CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 09/01/2004
SOB NÚMERO: 20040042316
Protocolo: 04/004231-6
Empresa: 41 2 0430192 4
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA

MARIA THEREZA LOPES SALOMAO
SECRETARIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
ESCRITÓRIO REGIONAL DE CASCAVEL
CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 09/01/2004
SOB NÚMERO: 41900830941
Protocolo: 04/004231-6
Empresa: 41 2 0430192 4
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA

MARIA THEREZA LOPES SALOMAO
SECRETARIA GERAL



03ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL



ROQUE LANDER MENEGAIS, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, natural do Estado de Santa Catarina, nascido em 22/05/1975, empresário, portador da cédula de identidade civil RG sob n.º 2.942.125, expedida pelo Instituto de Identificação do Estado de Santa Catarina e inscrito no CPF/MF sob n.º 782.211.889-72, residente e domiciliado na Rua Marechal Floriano, nr. 4003, Bairro Claudete, CEP: 85.811-150, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná e **ANDRÉA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAIS**, brasileira, natural do Estado de Santa Catarina, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 22/06/1975, empresária, portadora da cédula de identidade civil RG sob n.º 6.421.554-0 expedida pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná e inscrita no CPF/MF sob n.º 969.173.269-68, residente e domiciliada na Rua Marechal Floriano, nr. 4003, Bairro Claudete, CEP: 85.811-150, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, sócios componentes da sociedade mercantil por quotas de responsabilidade limitada que gira sob o nome empresarial **SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.**, com sede à Rua Marechal Floriano, nr. 4003, Sala 01, Bairro Centro, CEP: 85.811-150, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF 03.709.705/0001-70, com o contrato social constituído e arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob n.º 41204301924 em 22/03/2000 e última alteração contratual sob número 20020531842 em 14/03/2002, resolvem de comum acordo **ALTERAR** pela *terceira vez* seu contrato social constitutivo, através das cláusulas seguintes:

ALTERAÇÃO DA SEDE EMPRESARIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA: Face a presente alteração contratual, o endereço da empresa passa ser à Rua Marechal Deodoro, 3624, Bairro Centro, CEP: 85.810-200, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

DO ENQUADRAMENTO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA SEGUNDA: Declaram os sócios para fins de enquadramento da presente sociedade como microempresa, que o volume de receita bruta anual não excederá ao limite previsto na Lei 9.841, art. 2º, inciso I de 05/10/1999.

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem em vigor as demais cláusulas do contrato social constitutivo e posteriores alterações, que não foram modificadas através do presente instrumento contratual.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE COMUNICAÇÕES S/A
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES S/A
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
02ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL



Em casos omissos no presente contrato, serão resolvidos de acordo com as normas legais destinadas as empresas constituídas sob sociedade por quotas de responsabilidade limitada, atinentes à espécie, e no que couber, aplicar-se-á as normas das sociedades anônimas, condições estas todas conhecidas dos sócios, os quais a elas expressamente se obrigam.

E, por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente contrato social em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas infra nominadas e qualificadas.

Cascavel/PR, 28 de maio de 2007

SÓCIOS

 _____ Roque Lander Menegais	 _____ André Samuel do Nascimento Menegais
------------------------------------	--

TESTEMUNHAS INSTRUMENTÁRIAS

 _____ Márcio André de Souza RG: 6.812.550-2 SSP/PR	 _____ Celia R. Valentin Casagrande RG: 5.756.180-7 SSP/PR
--	---

REVISÃO CONTRATUAL – ELABORADO POR:

 _____ Márcio André de Souza CRC/PR 046220/O-1

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
ESCRITÓRIO REGIONAL DE CASCAVEL
CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 14/06/2007
SOB NÚMERO: 20072426799
Protocolo: 07/242679-9
Empresa: 41 2 0430192 4
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA
MARIA THEREZA LOPES SALOMAO
SECRETARIA GERAL
1459778

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
ESCRITÓRIO REGIONAL DE CASCAVEL
CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 14/06/2007
SOB NÚMERO: 20072426713
Protocolo: 07/242671-3
Empresa: 41 2 0430192 4
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA
MARIA THEREZA LOPES SALOMAO
SECRETARIA GERAL
1459782

[illegible]

SEI 53900.020256/2014-60 / pg. 36

[Menu Principal](#) ▼Sistemas
InterativosSRD »» Consultas »» Geral | [menu](#) [ajuda](#)

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - OM

UF: MT

Município: Paranaíta

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	Paranaíta	29/03/2005	29/03/2015

Usuário: - Data: 15/10/2014 Hora: 18:22:56

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg] [Tela Inicial](#) [Imprimir](#) [Exportar Excel](#)



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD »» Consultas »» Geral | [menu](#) [ajuda](#)

Tela Inicial Resultado da Consulta

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
208	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	MT	Apiacás	FM	3	M	
1560 kHz	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	MT	Paranaíta	OM	3	M	
1490 kHz	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	MT	Vila Rica	OM	3	M	
289	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	PR	Sarandi	FM	2	H	
297	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	RS	Bom Jesus	FM	2	G	
1460 kHz	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	RS	Bom Retiro do Sul	OM	2	H	
254	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	RS	Boqueirão do Leão	FM	2	G	

Usuário: - Data: **15/10/2014** Hora: **18:23:59**

Registro **1** até **7** de **7** registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

[Menu Principal](#) ▼Sistemas
InterativosSRD »» Consultas »» Geral | [menu](#) [ajuda](#)

Consulta Geral - OM

Identificação do Canal PB

UF: MT
Município: Paranaíta
Frequência: 1560 kHz
Classe: C

Distrito:
Sub Distrito:
Local Especifico:
Fase: 3 - Licenciada

Dados da Entidade

Entidade: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA
Nome Fantasia:
Nº Estação: 690817290
Primeiro
Licenciamento: 18/08/2014 10:27:22

Fistel: 50401454894
CNPJ: 03.709.705/0001-70
Situação: Entidade não possui débitos
Último
Licenciamento: 18/08/2014 10:27:22

+ Dados do Plano Básico

+ Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ:

Razão Social: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA
Nome Fantasia: **Tipo de Usuário:** Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Cep: 85810200
Número: 3624
Município: Cascavel
Telefone: 45 33262509

Logradouro: RUA MARECHAL DEODORO
Complemento:
Distrito: Cascavel

Bairro: CENTRO
SubDistrito:

UF: PR**Fax:**

Endereço de Correspondência

Não Cadastrado

Telefone: **Fax:** **E-mail:**

Nome Fantasia

Nome Fantasia

Dados da Outorga

SCRAD Jurídico: **Data Publicação**
Contrato/Convênio: **SCRAD Técnico:** **Data Limite**
Instalação: **Número do Processo:** **Fistel:** 50401454894

+ Documentos Emitidos

+ Característica da Estação Instalada

+ Dados do Licenciamento

[Tela Inicial](#)[Imprimir](#)



BOA NOITE
THAISA FREIRE DIOGO DE OLIVEIRA

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta | Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 03.709.705/0001-70

SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAIS	969.173.269-68	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	OM	Regional	MT	Paranaíta
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	OM	Regional	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Bom Retiro do Sul
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Apiacás
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Sarandi
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Bom Jesus
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Boqueirão do Leão
ROQUE LANDER MENEGAIS	782.211.889-72	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Boqueirão do Leão
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Boqueirão do Leão
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Bom Jesus
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Sarandi
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Apiacás
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	RS	Bom Retiro do Sul

SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	MT	Paranaíta
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Bom Jesus
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Sarandi
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Apiacás
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Bom Retiro do Sul
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	MT	Paranaíta

Usuário: [thaisaf.mc](#) - THAÍSA FREIRE DIOGO DE OLIVEIRA

Data: 15/10/2014

Hora: 18:24:08

Consulta Composição da Entidade...**Tipo de Consulta:** CPF**CPF:** 969.173.269-68

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAIS	969.173.269-68	CMM COMUNICACOES LTDA	11.045.251/0001-09	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	GO	Fazenda Nova
		CMM COMUNICACOES LTDA	11.045.251/0001-09	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	RS	Mata
		CMM COMUNICACOES LTDA	11.045.251/0001-09	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM	--	GO	Fazenda Nova
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	OM	Regional	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	OM	Regional	MT	Paranaíta
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Apiacás
		CMM COMUNICACOES LTDA	11.045.251/0001-09	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Mata
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Boqueirão do Leão
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Bom Retiro do Sul
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Bom Jesus
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Sarandi

Usuário: thaisaf.mc - THAÍSA FREIRE DIOGO DE OLIVEIRA**Data:** 15/10/2014**Hora:** 18:24:40



Consulta Composição da Entidade...













Tipo de Consulta: CPF

CPF: 782.211.889-72

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ROQUE LANDER MENEGAIS	782.211.889-72	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Boqueirão do Leão
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Bom Jesus
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Sarandi
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Apiacás
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	RS	Bom Retiro do Sul
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	MT	Paranaíta
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	MT	Paranaíta
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Apiacás
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Boqueirão do Leão
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Bom Retiro do Sul
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Bom Jesus

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Sarandi

Usuário: **thaisaf.mc - THAÍSA FREIRE DIOGO DE OLIVEIRA**
 Data: **15/10/2014**
 Hora: **18:24:45**

Processo Entidade Serviços Consulta Pública Assunto					THAISA.OLIVEIRA - USUARIO AVANÇADO					
Manter	Processo	UF	Localidade	Canal	Entidade	Assunto	Situação	Caixa	Serviço	Documento
	53000.047735/10				SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA			DOC2010		Sim
	53000.003467/13	MT			SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	117	206	MT 02		Não
	53000.035827/12	MT	APIACÁS		SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	111	206	ANATEL	FM	Não
	53000.071887/06	MT	APIACÁS	208	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	102	211	ARQSCE	FM	Não
	53670.001455/00	MT	APIACÁS	FM	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	101	206		FM	Não
	53000.065468/07	MT	CUIABÁ		SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	101	206	A7		Não
	53000.058341/05	MT	NOVA BRASILÂNDIA	1380	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	102	221	ANATEL	OM	Não
	53000.003384/05	MT	PARANAÍTA		SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	101	206	ANATEL	SARC-LTP	Não
	53000.039145/04	MT	PARANAÍTA	226	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	102	231	AVATEL	OM	Não
	53000.003383/05	MT	PARANAÍTA	OM	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	101	206	ANATEL	SARC-LTP	Não
	53000.027870/05	MT	VILA RICA	OM	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	102	228		OM	Não
	53000.027992/05	MT	VILA RICA	OM	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	101	218	ANATEL	SARC-LTP	Não
	53670.001129/00	MT	VILA RICA	OM	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	101	228	SLCOM	OM	Não
	53000.026921/13	PR	CASCADEL		SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	117	206	MT-02	OM	Não
	53790.000186/00	PR	CASCADEL		SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	101	228		FM	Não
	53000.036947/07	PR	CASCADEL		SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	101	206			Não
	53000.013216/11	PR	SARANDI		SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	116	206	PR2	FM	Não
	53000.029659/08	PR	SARANDI	205	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	102	228		SARC-LTP	Não
	53000.032923/03	PR	SARANDI	205	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	111	228		FM	Não
	53740.000485/00	PR	SARANDI	205	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	101	228		FM	Não
	53000.010500/06	PR	SARANDI	89,9	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	139	231	19	FM	Não
	53000.010499/06	PR	SARANDI	FM	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	103	206	ARQSCE -	FM	Não
	53000.024783/11	RS	BOM JESUS		SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	102	206	ANATEL	FM	Não
	53000.054851/11	RS	BOM JESUS		SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	130	206	ANATEL	FM	Não
	53790.000310/00	RS	BOM RETIRO DO SUL		SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	101	228		OM	Não
	53000.025379/10	RS	BOM RETIRO DO SUL		SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	123	206	ANATEL	OM	Não
	53000.012633/13	RS	BOM RETIRO DO SUL		SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	101	206	ANATEL	SARC-LTP	Não
	53000.047734/10	RS	BOM RETIRO DO SUL		SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	102	208	ARQSCE	OM	Não

Voltar

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº: 53900.020256/2014-60		
Entidade: SISTMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA		
Localidade: PARANAÍTA	UF: MT	Serviço: OM
Período: 29/03/2015 A 29/03/2025		

1. RELATIVOS À ENTIDADE				
Em cumprimento ao disposto no art. 5º do Capítulo III da Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012 (DOU de 11 de julho de 2012 – Seção I – Anexo II), e §3º do art. 33 do CBT, a interessada apresentou:				
Documentos	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl(s).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada?	X			01 (SEI-0172638)
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga?	X			07 (SEI-0172638)
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada?	X			07 (SEI-0172638)
4- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)?		X		
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)?	X			09 (SEI-0172638)
6- Comprovante de regularidade com o FISTEL?	X			08 (SEI-0172638)
7- Prova de regularidade relativa ao INSS?	X			13 (SEI-0172638)
8- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS?	X			12 (SEI-0172638)
9- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal?	X			10 (SEI-0172638)
10- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada?	X			11 (SEI-0172638)

11- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço?		X		
12- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) ATUALIZADA, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade? (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)		X		

2. RELATIVOS AOS SÓCIOS E/OU ADMINISTRADORES

Documentos	Nome (s)	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl(s).
13. Certidão de distribuição cível da Justiça Estadual. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI		X		
	ROQUE LANDER MENEGAI		X		
14. Certidão de distribuição cível da Justiça Federal. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI		X		
	ROQUE LANDER MENEGAI		X		
15. Certidão de distribuição criminal da Justiça Estadual. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI		X		
	ROQUE LANDER MENEGAI		X		
16. Certidão de distribuição criminal da Justiça Federal. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI		X		
	ROQUE LANDER MENEGAI		X		
OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.					

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **não atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:	
1. Ressalte-se que de acordo com as novas orientações da Conjur, deverão ser exigidos os documentos descritos nos itens 12 a 16 desta Lista.	
2. Representante (s) Legal (is): SIM	
3. Limites do Decreto – Lei nº 236/67: Os limites estão sendo respeitados (SIACCO - anexo)	
4. Existência de processo de transferência Direta: NÃO (RADTEC)	
Análise:	DATA

Observações:	
THAÍSA FREIRE DIOGO DE OLIVEIRA Técnico de Nível Superior	

NOTA TÉCNICA Nº 13794/2014/SEI-MC

Processo n.º: 53900.020256/2014-60

Assunto: EXIGÊNCIA I. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Sistema Plug de Comunicações Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Paranaíta, estado do Mato Grosso, referente ao seguinte período: 29/03/2015 a 29/03/2025.

ANÁLISE

2. Preliminarmente, cumpre informar que a Portaria n. 329, de 4 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2012, definiu novos procedimentos e critérios para a renovação de outorgas de concessões, permissões e autorizações dos serviços de radiodifusão.

3. De acordo com o § 4º do art. 4º do Capítulo I e o art. 5º do Capítulo III daquela Portaria, o Ministério das Comunicações deve instruir os pedidos e analisar a regularidade da documentação apresentada pela requerente, em consonância com o que dispõem os Anexos I, II e III. Além disso, o parágrafo único do art. 5º também prevê que, caso sejam constatadas omissões ou irregularidades passíveis de correção, a interessada deve ser notificada para regularizar o pedido.

4. Com efeito, em observância aos comandos normativos relatados nos parágrafos 2 e 3 e às normas vigentes sobre o assunto, procedemos à análise da documentação apresentada pela Entidade, conforme consta da Lista de Verificação de Documentos (0190519), concluindo que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos, em originais ou cópias autenticadas:**

- certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);
- provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;
- certidão de distribuição cível e criminal, das esferas Estadual e Federal, de todos os sócios e administradores;
- certidão de inteiro teor dos processos relacionados, em caso de Certidões cível ou criminal positivas;
- certidão da junta comercial atualizada, a fim de confirmar os quadros societários e diretivo da entidade.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opinamos pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos, sob pena de INDEFERIMENTO do pleito, com a consequente declaração de PEREMPÇÃO.



Documento assinado eletronicamente por **Regina Monica de Faria Santos, Chefe de Serviço**, em 23/12/2014, às 15:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador de Análise de Atos Societários**, em 23/12/2014, às 15:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Rodrigues Macedo, Coordenadora-Geral do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial**, em 23/12/2014, às 17:21, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1220035



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0190520** e o código CRC **C55AC7DD**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 15562/2014/SEI-MC

Brasília, 22 de dezembro de 2014

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA - ME
Rua Marechal Deodoro, n. 3.624, Centro
85.810-200 Cascavel/PR

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53900.020256/2014-60.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Em referência ao pedido de Renovação de Outorga apresentado por essa Entidade, encaminho cópia da Nota Técnica Nº 13794/2014/SEI-MC, com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo, ou o atendimento parcial à exigência implicará em indeferimento do pedido com consequente abertura de Processo Administrativo com vistas à declaração de **PEREMPÇÃO**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Rodrigues Macedo, Coordenadora-Geral do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial**, em 23/12/2014, às 17:21, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1220035



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0190521** e o código CRC **E08FBF6D**.

OF: 15562/2014/SEI-MC/GTCO/DEOC
AO REPRESENTANTE LEGAL DA
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA-ME
RUA MARECHAL DEODORO, Nº 3624 - CENTRO
CEP: 85810-200 CASCABEL-PR
PROC: 53900.020256/2014-60
RENOVAÇÃO DE OUTORGA





**AVISO DE
RECEBIMENTO**
AVIS CN07

AR

JG 08952762 6 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

: h

: h

: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal

Ministério das Comunicações

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B, Sala 300-O

70044-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO

RETOUR

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B, Sala 300-O
70044-900 - Brasília - DF

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

OF: 15562/2014/SEI-MC/GTCO/DEOC
 AO REPRESENTANTE LEGAL DA
 SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA-ME
 RUA MARECHAL DEODORO, Nº 3624 - CENTRO
 CEP: 85810-200 CASCABEL-PR
 PROC: 53900.020256/2014-60
 RENOVAÇÃO DE OUTORGA

UF

PAIS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI



PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE



EMS



SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Kátia Thiesen

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

21/01/15

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATIONNº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'AGENT

Agente de Correios/ADC
 Mat. 3.559.163-7

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

21 JAN 2015

PR



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

JG 08952762 6 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B, Sala 300-0
70044-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho da DRMC - RJ

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº: 53900.020256/2014-60		
Entidade: SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA		
Localidade: Paranaíta	UF: MT	Serviço: OM
Período(s): 29/03/2015 A 29/03/2025		

RELATIVOS À ENTIDADE				
DOCUMENTOS	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl(S).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;	X			01 (SEI-0172638)
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;	X			07 (SEI-0172638)
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;	X			07 (SEI-0172638)
4- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;		X		
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	X			2 Processo nº 53900.021119/2015-23
6- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	X			09 (SEI-0172638)
7- Comprovante de regularidade com o FISTEL;	X			08 (SEI-0172638)
8- Prova de regularidade relativa ao INSS;	X			13 (SEI-0172638)
9- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	X			12 (SEI-0172638)

10- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	X			10 (SEI-0172638)
11- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	X			11 (SEI-0172638)
12- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	X			2-3 Processo nº 53900.009291/2015-17
13- Certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;		X		
14- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);		X		
15- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade;	X			8 Processo nº 53900.009291/2015-17
16- Laudo de ensaio e laudo de vistoria, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;		X		

RELATIVOS AOS SÓCIOS / ADMINISTRADORES							
DOCUMENTOS	NOME (S)	1ª Instância		2ª Instância		NÃO SE APLICA	FI(S).
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
17. Certidão de distribuição cível da Justiça Estadual , de 1ª e 2ª instância;	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI	X					7 Processo nº 53900.009291/2015-17
	ROQUE LANDER MENEGAI	X					5 Processo nº 53900.009291/2015-17
18. Certidão de distribuição criminal da Justiça Estadual , de 1ª e 2ª instância;	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI	X					7 Processo nº 53900.009291/2015-17
	ROQUE LANDER MENEGAI	X					5 Processo nº 53900.009291/2015-17
19. Certidão de distribuição cível da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI	X					6 Processo nº 53900.009291/2015-17
	ROQUE LANDER MENEGAI	X					4 Processo nº 53900.009291/2015-17

20. Certidão de distribuição criminal da Justiça Federal, de 1ª e 2ª instância;	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI	X				6 Processo nº 53900.009 291/2015- 17
	ROQUE LANDER MENEGAI	X				4 Processo nº 53900.009 291/2015- 17
DOCUMENTOS	NOME (S)	SIM	NAO	NÃO SE APLICA	FI(S).	
21- prova de cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI		X			
	ROQUE LANDER MENEGAI		X			
22- certidão criminal da Justiça Eleitoral;	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI		X			
	ROQUE LANDER MENEGAI		X			
23- certidões de protestos de títulos;	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI		X			
	ROQUE LANDER MENEGAI		X			
OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.						

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **não atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:
Análise:
Analista: Fátima Soares Bikic Cargo: Analista Técnico Administrativo

NOTA TÉCNICA Nº 9535/2016/SEI-MC

Processo nº 53900.020256/2014-60

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Sistema Plug de Comunicações Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Paranaíta, estado do Mato Grosso, referente ao seguinte período: 29/03/2015 a 29/03/2025.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o presente feito deve ser instruído em conformidade com a manifestação jurídica referencial exarada pela Consultoria Jurídica - Conjur, nos termos do Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (cujo inteiro teor se encontra disponível no sítio desta Pasta).

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, conforme consta da "Lista de Verificação de Documentos" (evento SEI n.º 1088533), restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

RELATIVOS À ENTIDADE:

- 3.1. declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;
- 3.2. certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;
- 3.3. certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);
- 3.4. laudo de ensaio dos transmissores, assinado por engenheiro habilitado, declarações e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, conforme legislação vigente;
- 3.5 laudo de vistoria da estação, assinado por engenheiro habilitado, declarações e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, conforme legislação vigente, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;

RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES:

- 3.6. certidões de distribuição cível e criminal, das esferas Estadual e Federal (de 2ª instância) e criminal eleitoral, de todos os sócios e administradores (**Obs: em caso de certidões cível ou criminal positivas deverá ser apresentada a correspondente certidão de inteiro teor dos processos relacionados**);
- 3.7. prova de cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;
- 3.8. certidões de protesto de títulos de todos os sócios e administradores.

4. Não obstante, submeta-se o feito à consideração da Coordenadora do Grupo de Trabalho da DRMC-RJ.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.



Documento assinado eletronicamente por **Fatima de Araujo Soares Bikic, Analista Técnico Administrativo**, em 28/04/2016, às 15:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado do Rio de Janeiro**, em 29/04/2016, às 11:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1088548** e o código CRC **8BE8DB9C**.



Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho da Delegacia Regional do Rio de Janeiro
Rua Primeiro de Março, nº 64 - 1º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ CEP: 20010-900
Fone: (21) 2123-0120(21) 2123-0120

Ofício nº 13618/2016/SEI-MC

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA
Rua Marechal Deodoro, n. 3.624, Centro
85.810-200 Cascavel/PR

Assunto: **Exigência. Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53900.020256/2014-60**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 9535/2016/SEI-MC , com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa**, **Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado do Rio de Janeiro**, em 29/04/2016, às 11:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1088550** e o código CRC **F7EA5268**.

Data de Envio:

02/05/2016 08:50:26

De:

MC/DRMC-RJ (SEI-MC) <drmc-rj.sei@comunicacoes.gov.br>

Para:

roque@sistemaplug.com.br

sei@sistemaplug.com.br

cezar@sistemaplug.com.br

Assunto:

Exigência para Renovação de Outorga - Localidade Paranaíta/MT

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.020256/2014-60

Segue em anexo, documentação referente à exigência resultante da análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Grupo de Trabalho da Delegacia Regional do Rio de Janeiro
Ministério das Comunicações

Anexos:

Nota_Tecnica_1088548.html

Oficio_1088550.html

**Secretaria de Estado
de Fazenda**

Data: 24/02/2017 - 17:10:46

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS E OUTRAS IRREGULARIDADES
FISCAIS - CNDI Nº 0018848967****CERTIDÃO REFERENTE A PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS
CONTROLADAS PELA SEFAZ/MT, PARA FINS DE RECEBIMENTO DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**Data de emissão: **24/02/2017**Hora de emissão: **17:10:49**Certidão fornecida para o CNPJ/MF : **03.709.705/0001-70**Nome: **SISTEMA PLUG DE COMUNICACAO LTDA**

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria nº 24/2005-SEFAZ, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CNDI, da Secretaria de Estado de Fazenda, pendência fiscal, em nome do Contribuinte acima indicado, bem como dos seus sócios e demais empresas de cujo capital social aquele participe e da(s) sua(s) matriz e filiais.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir valores relativos a tributos estaduais e seus acréscimos legais, mesmo lançados, bem como em razão de posterior lançamento ou apuração, ou decorrentes de inexatidão da informação prestada pelo contribuinte ou, ainda, do restabelecimento da exigibilidade do crédito tributário, inclusive quando objeto de NAI.

OBS. A presente Certidão não alcança débitos fiscais já encaminhados para inscrição em Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, nem o cumprimento de obrigações principais ou acessórias, cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CNDI/SEFAZ.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet no endereço:

www.sefaz.mt.gov.br

Certidão valida até: **25/03/2017**

Código de Autenticação: **TKKTLT72MMB7B2K2**

Página **1** de **1**

[Retornar](#)

© Copyright 2001-2017 Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso - Todos os direitos reservados



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PARECER Nº 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO Nº 53900.025989/2015-71

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comercial.

Radiodifusão comercial. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer. Devolução de todos os processos similares para a SCE.

I – Relatório

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comercial, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A referida solicitação decorre da ausência de uniformidade no entendimento desta Consultoria Jurídica sobre os documentos necessários a regular instrução dos processos de renovação, conforme retratado, por exemplo, na Nota Técnica nº 3582/2015/SEI-MC.
3. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
4. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

5. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

6. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
7. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 30% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica se referem à renovação de outorgas. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há cerca de 5.000 processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
8. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
9. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

Em alguns casos, no entanto, o processo necessita de exame jurídico mais acurado.

10. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
11. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Breves considerações sobre o processo de renovação de outorgas dos serviços de radiodifusão comercial.

12. O procedimento de renovação se inicia a partir da apresentação de requerimento da entidade, observado o prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do prazo de vigência da outorga. Esta regra está prevista nos seguintes diplomas normativos:

Lei 5.785/1972. Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Ministério das Comunicações, no período compreendido entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do respectivo prazo.

Decreto nº 88.066/1983. Art. 3º As entidades que pretenderem a renovação deverão dirigir requerimento ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Telecomunicações-DENTEL, no período compreendido entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término das respectivas concessões e permissões.

Portaria nº 329/2012. Art. 4º O pedido de renovação será dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações e apresentado na sede, nas Delegacias Regionais do Ministério das Comunicações ou encaminhado por via postal, mediante carta registrada. § 1º O pedido referido no caput deve ser apresentado no prazo legal compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.

13. Junto com o requerimento, a entidade deve apresentar uma série de documentos, a maior parte deles previsto no Anexo II da Portaria nº 329/2012. Outros são exigidos em razão de entendimentos firmados por esta CONJUR e pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica - SCE. Em caso de omissão ou irregularidades passíveis de correção, a entidade será notificada visando à regularização do pedido (art. 5º, parágrafo único, Portaria nº 329/2012).
14. Verificada a tempestividade do requerimento, a regularidade da documentação apresentada, bem como o cumprimento das exigências legais, regulamentares e contratuais aplicáveis ao serviço, o pedido de renovação será deferido pelo Ministério das Comunicações (art. 2º, Portaria nº 329/2012). Neste caso, a entidade é convocada para assinatura de termo aditivo ao instrumento original, sendo que a sua eficácia fica suspensa até a deliberação do Congresso Nacional, mediante a publicação do respectivo decreto legislativo (art. 9º, Portaria nº 329/2012).
15. Em sentido contrário, será declarada a perempção da concessão ou da permissão nos casos de: (i) intempestividade do pedido, ressalvada a hipótese de extinção da outorga por decurso de prazo; (ii) não cumprimento das exigências legais, regulamentares e contratuais aplicáveis ao serviço; (iii) não apresentação da documentação solicitada pelo Ministério das Comunicações; (iv) aplicação de pena de cassação; e (v) excesso aos limites de outorgas de

serviços de radiodifusão (art. 10, Portaria nº 329/2012).

16. Antes de ser declarada a perempção, é assegurado o contraditório e a ampla defesa da interessada, que poderá apresentar defesa no prazo de trinta dias, a contar da notificação (art. 12, Portaria nº 329/2014). Por fim, declarada a perempção, o processo deve ser remetido para deliberação do Congresso Nacional, a quem compete a palavra final sobre a não renovação da outorga, observado o quorum qualificado de que trata o § 2º do art. 223 da Constituição Federal.

II.III. Da documentação a ser conferida nos processos de renovação de outorga.

17. Como já ressaltado, a análise dos pedidos de renovação é, em boa parte, limitada à conferência de documentos. A lista consolidada é a seguinte:

	DOCUMENTO	FUNDAMENTO
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.	Art. 112, Dec. nº 52.795/1963; Art. 3º, parágrafo 1º, Dec. nº 88.066/1993
2	Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, caso haja a renovação da outorga; (iii) atende as finalidades educativas e culturais.	§3º do art. 14 do Dec. nº 52.795/1963; art. 12 do Dec. Lei nº 236/1967; Anexo II, Port. 329/2012 e art. 1º do Decreto nº 88.066/1983
3	Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada.	Art. 38, alínea “a” da Lei nº 4.117/1962; Anexo II, Port. 329/2012.
4	Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).	Art. 3º, parágrafo 1º, alínea b, Dec. nº 88.066/1993; Anexo II, Port. 329/2012.
5	Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de	Art. 3º, parágrafo 1º, alínea b, Dec. nº 88.066/1993;

	recolhimento dos últimos cinco anos).	Anexo II, Port. 329/2012.
6	Comprovante de regularidade com o FISTEL.	Art. 15, § 3º, alínea e, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
7	Prova de regularidade relativa ao INSS.	Art. 15, § 3º, alínea c, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
8	Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 15, § 3º, alínea c, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
9	Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.	Art. 15, § 3º, alínea d, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
10	Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.	Art. 15, § 3º, alínea d, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
11	Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.	Art. 15, § 3º, alínea d, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
12	Certidão negativa de débitos – Justiça do Trabalho	Art. 29, V, Lei nº 8.666/1993.
13	Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata).	Art. 15, §2º, alínea b, Dec. 52795/1963.
14	Certidões negativas de distribuição cível e criminal das Justiças Estadual, Federal e Eleitoral, da primeira e segunda instâncias, e certidões de protestos de títulos de todos os sócios e administradores.	Art. 15, § 4º, alínea b, Dec. nº 52.795/1963.
15	Relatório das sanções administrativas aplicadas à entidade durante o período de vigência da outorga.	Art. 33, §3º da Lei nº 4.117/1962.
16	Certidão atualizada da Junta Comercial	Art. 15, §1º, alínea a, Decreto nº 52.795/1963.
17	Laudo técnico ou documento equivalente, elaborado por engenheiro habilitado.	Art. 33, § 3º, art. 67, par. único, da Lei nº 4.117/1962; art. 40, § 1º, art. 48, art. 122, 28, Dec.

52.795/1962

18. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.
19. Quanto ao requerimento, a tempestividade é o requisito fundamental a ser considerado, tendo em vista o disposto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972. Com efeito, além de estabelecer o prazo legal a ser observado pelas emissoras, este dispositivo menciona, ainda, em seu § 2º, que o pedido será deferido “havendo a concessionária ou permissionária *requerido a renovação no prazo*”.
20. Por isso mesmo, o § 3º do art. 4º da Portaria nº 329/2012 é expresso ao mencionar que os pedidos de renovação apresentados fora do prazo “serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações”. Dispositivo com conteúdo similar encontra-se no art. 2º da Portaria nº 153/2012.
21. Em suma, a tempestividade do requerimento é condição para o deferimento do pedido de renovação (art. 2º, I, Port. 329/2014), sendo a sua intempestividade causa de declaração de perempção (art. 10, I, Port. 329/2014). Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar se o pedido do requerente é ou não tempestivo.
22. Os documentos números 02 a 13 estão expressamente previstos nas normas indicadas no quadro, dispensando comentários adicionais.
23. Registre-se, apenas, quanto à certidão negativa de débitos perante a Justiça do Trabalho (documento 12), que se trata de nova exigência legal, instituída pela Lei nº 12.440/2011, aplicável a todas as contratações públicas efetuadas com base na Lei nº 8.666/1993.
24. A não apresentação ou a existência de certidões positivas para os casos previstos nos documentos de números 2 a 13 levarão ao descumprimento de critério objetivo, o que ocasionará, caso não haja regularização, a declaração de perempção e proposta de não renovação da outorga. Esses documentos, portanto, são passíveis de simples conferência pela área técnica, ficando dispensada a avaliação jurídica individualizada pela CONJUR.
25. Em suma, nesses casos, caberá a SCE instruir o processo com vistas à renovação, se apresentadas as certidões negativas e de regularidade, ou à perempção, se o contrário ocorrer.
26. Por sua vez, as certidões negativas de distribuição cíveis e criminais são instrumentos para a avaliação da idoneidade moral dos sócios e administradores da entidade, conforme exige o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962. Nesses termos, apresentadas as certidões negativas, não será necessária a avaliação individualizada da Consultoria Jurídica, pois preenchido o requisito firmado neste Parecer.
27. No caso de certidões positivas, a certidão de objeto e pé somente deve ser exigida quando a consulta ao *site* do respectivo tribunal não for suficiente para se obter a informação pretendida. De modo que este documento possui caráter subsidiário, tendo por finalidade complementar as informações nos casos em que não seja possível obtê-las por outras formas mais céleres, como a consulta na internet.
28. Em recente manifestação sobre o tema, o Despacho nº 3782/2014/ALM/CGCE

/CONJUR-MC/CGU/AGU, que aprovou com ressalvas o Parecer nº 1293/2014/RVP/CGCE /CONJUR-MC/CGU/AGU, firmou orientação no sentido de serem considerados, para fins de idoneidade moral, as hipóteses previstas na Lei da Ficha Limpa, isto é, a Lei Complementar nº 135/2010, que alterou a Lei Complementar nº 64/1990. Confira-se o seguinte trecho do Despacho:

A lista dá embasamento legal para afirmar quais são as hipóteses nas quais a empresa deve ser excluída do certame ou impedida de assinar o contrato por inidoneidade moral dos sócios. Com efeito, a Lei da Ficha Limpa constitui interessante balizador para a fixação de um conceito de idoneidade. Por óbvio, exclui-se, de plano, a hipótese prevista na alínea “a” do inciso I do art. 1º da LC nº 64/1990. Ora, analfabetos não são incapazes.

O entendimento aqui posto é o de que, se o interessado pode ser eleito para um cargo público, até mesmo para Presidente da República acaso não incida em uma das hipóteses previstas na referida Lei, o que, deveras, constitui o maior múnus para uma pessoa no País, poderia ser sócio de uma empresa com outorga de serviço de radiodifusão. Resta claro, pois, o atendimento de dois princípios do ato administrativo, razoabilidade e proporcionalidade.

Nesses casos, serão utilizados como parâmetro para a vigência da pecha da inidoneidade moral os mesmos prazos utilizados pela Lei mencionada para a inelegibilidade.

29. Assim, deverão ser considerados inidôneos, para fins do disposto no art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962, os sócios e administradores que apresentem condenação, transitada em julgada ou proferida por órgão colegiado, nas seguintes hipóteses previstas no art. 1º da LC nº 64/1990, com redação dada pela LC nº 135/2010:

Art. 1º São inelegíveis:

I - para qualquer cargo:

[...]

e) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes: ([Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

1. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

2. contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

3. contra o meio ambiente e a saúde pública; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

4. eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

5. de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

6. de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; ([Incluído pela Lei](#)

[Complementar nº 135, de 2010\)](#)

7. de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

8. de redução à condição análoga à de escravo; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

9. contra a vida e a dignidade sexual; e [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

10. praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

[...]

g) os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no [inciso II do art. 71 da Constituição Federal](#), a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição; [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

h) os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes; [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

[..]

j) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da eleição; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

[...]

l) os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

[...]

n) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de terem desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão que reconhecer a fraude; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

o) os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o

ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

p) a pessoa física e os dirigentes de pessoas jurídicas responsáveis por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão, observando-se o procedimento previsto no art. 22; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

30. Assim, a outorga não poderá ser renovada nos casos em que se constatar que algum ou alguns dos sócios ou administradores tenham sido condenados por crimes graves, infrações eleitorais ou por improbidade administrativa, conforme as hipóteses e os prazos acima transcritos.

31. Aliado a essas situações, cabe considerar o disposto no seguinte acórdão, julgado pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ, a respeito da legitimidade e do alcance do conceito de idoneidade moral. A ementa é a seguinte:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. REVOGAÇÃO DE PERMISSÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA. INOCORRÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. INTERRUÇÃO DO SERVIÇO POR INTERESSE PÚBLICO. NÃO-DEMONSTRAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS LEGAIS PARA OUTORGA DA RENOVAÇÃO DA PERMISSÃO.

1. Extraí-se dos autos que o Ministério das Comunicações editou a Portaria MC nº 111, de 11/03/1985, outorgando à Rádio Club de Cuiabá Ltda. permissão de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada pelo prazo de 10 anos e sem direito de exclusividade, tendo sido renovada a referida permissão pela Portaria MC nº 361, de 24/07/2000, com data retroativa a 13/03/1995. Todavia, em 22/08/2003 o Ministro de Estado das Comunicações editou a Portaria MC nº 420, de 25/08/2003, revogando, em razão da inidoneidade moral da permissionária e do não atendimento do interesse público, a Portaria nº 361/2000.

2. Inocorrência de cerceamento de defesa na condução do processo administrativo que culminou com a edição da Portaria nº 420/2003, visto que a interrupção dos serviços de radiodifusão deu-se em caráter preventivo, atendendo ao interesse público, tendo em vista **a fundada imputação de inidoneidade do sócio majoritário da emissora, que exerce as funções de gerente da Rádio, que consoante certidão fornecida pela Justiça Federal da Seção Judiciária do Mato Grosso, tem contra si diversos processos criminais tramitando naquele órgão do judiciário federal. Instauração do devido processo no âmbito do Ministério das Comunicações, a fim de revisar a outorga da renovação da permissão em comento, onde foi oportunizada a apresentação de defesa.**

3. Absoluta legalidade do ato que revogou a renovação da permissão anteriormente outorgada, plenamente amparado pelos dispositivos legais regentes da espécie. Cuidando de hipótese de permissão de serviços de radiodifusão, aplica-se ao caso as disposições pertinentes do Código Brasileiro de Telecomunicações - Lei nº 4.117/62 - que define os requisitos necessários para renovação de permissões.

4. A Constituição Federal (art. 223, § 3º) exige a deliberação do Congresso Nacional acerca dos atos de outorga e renovação das permissões dos serviços de radiodifusão, a fim de que adquiram eficácia legal. Na hipótese, verifica-se que tal apreciação pelo

Congresso Nacional não ocorreu até à época da revogação da Portaria de renovação ora impugnada.

5. A renovação dos serviços de radiodifusão da impetrante não chegou a produzir efeitos jurídicos capazes de amparar a pretensão mandamental deduzida, à consideração de que ao tempo da indigitada revogação ainda estava pendente a aprovação pelo Congresso Nacional exigida pela Carta Magna.

6. Segurança denegada. Agravo regimental prejudicado. (STJ, Primeira Seção, MS nº 9.306-DF, Rel. Min. José Delgado, julgado em 24/03/2004).

32. Do parecer exarado pelo Ministério Público Federal no processo, merece transcrição a seguinte passagem, acolhida como fundamento para a decisão do STJ:

Na presente hipótese, os documentos inclusos [...] comprovam, sem sombra de dúvida, que os sócios [...] são **pessoas com envolvimento com o crime organizado do país**. O primeiro, inclusive com **quatro mandados de prisão preventiva** na Seção Judiciária do Mato Grosso, em decorrência de quatro ações penais. A segunda sócia também tem contra si decretada prisão preventiva em decorrência de ação penal.

Vê-se, pois, que **não se trata apenas de um sócio envolvido em atividades 'supostamente' criminosas, como quer fazer crer a impetrante, mas de três sócios comprovadamente envolvidos em tais atividades** (ver fls. 23/24 e 227 do Processo Administrativo). **E por ser a idoneidade moral do dirigente, requisito essencial para a outorga do serviço de radiodifusão, bem como para sua renovação, a comprovada inidoneidade moral do sócio majoritário e gerente contamina, pois, a pessoa jurídica, justificando a não-renovação da outorga.** (...)

33. Como se pode observar, o precedente do STJ firma mais um importante parâmetro a ser considerado na avaliação da idoneidade moral. Trata-se do comprovado envolvimento dos sócios e dirigentes com atividades criminosas, mesmo que a hipótese não se enquadre, integralmente, na Lei da Ficha Limpa. No caso acima mencionado, o STJ entendeu que impediria a renovação da outorga o fato de estarem em curso diversas ações penais, além da decretação de prisão preventiva em face dos sócios.
34. Diante disso, se as certidões juntadas aos autos apontarem para existência de outras situações que revelem o comprovado envolvimento dos sócios ou dirigentes com atividades criminosas, ainda que não enquadradas na Lei da Ficha Limpa, não será viável, juridicamente, a renovação da outorga. Trata-se de um requisito aberto, cuja avaliação deve ser efetuada por esta CONJUR, após manifestação da área técnica. Por isso, nesses casos, os autos devem ser remetidos para avaliação jurídica individualizada.
35. Do exposto acima, decorre que outras ações ou decisões judiciais, em particular as que dizem respeito apenas à vida privada do sócio ou dirigente, não maculam a idoneidade moral, não constituindo, por si só, impedimento à renovação das outorgas. É o caso, por exemplo, de execuções fiscais (a regularidade fiscal é comprovada pelas certidões fazendárias) e as ações cíveis em geral, tais como as de família e as possessórias.
36. Por fim, outra questão a ser considerada para fins de avaliação da idoneidade moral é a de condenação, por decisão administrativa definitiva, no caso de atividade clandestina de telecomunicações. Segundo justificativa que consta do Despacho:

Vislumbra-se, ainda, outra possibilidade que pode ferir a idoneidade moral dos sócios. É o caso no qual o licitante está a desenvolver atividade clandestina de

telecomunicações. Na hipótese, a pecha decorre da ausência de boa-fé entre o infrator e a própria Administração com a qual se pretende contratar.

[...]

Neste caso a declaração de inidoneidade moral será de cinco anos do trânsito em julgado administrativo do PADO, mesmo prazo considerado pela Anatel na caracterização dos antecedentes.

37. Assim, a Secretaria deverá verificar se existe alguma informação ou suspeita nos autos de que o interessado ou a empresa está a desenvolver operação clandestina do serviço.
38. Como a avaliação da idoneidade moral possui cunho eminentemente jurídico, havendo certidões positivas ou indícios de que a empresa ou o interessado está desenvolvendo atividade clandestina, os autos deverão ser encaminhados para a Consultoria Jurídica acompanhados dos documentos instrutórios mencionados, bem como com a posição da SCE a respeito (se seria ou não caso de declaração de perempção), conforme indicado no Anexo a este Parecer.
39. Por sua vez, a certidão atualizada da junta comercial (documento 16) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade. Assim, caberá à área técnica analisar a referida certidão e conferir os quadros societário e diretivos, tomando as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR os casos de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
40. Finalmente, o laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado (documento 17), tem por objetivo a comprovação da idoneidade técnica da entidade. Conforme expresso na Nota nº 52/2014:

Com efeito, o atendimento às exigências técnicas necessárias para prestação dos serviços é requisito indispensável estabelecido por lei para renovação das outorgas de radiodifusão concedidas pelo Poder Público. Nesse sentido, há disposição expressa no art. 33, § 3º, do Código Brasileiro de Telecomunicações, o qual estabelece que a renovação da outorga poderá ser deferida se ‘os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, mantido a mesma idoneidade técnica, financeira e moral, e atendido o interesse público’. [...] Portanto, dentre outras questões, a análise técnica é obrigatória [...].

41. Assim, em que pese as ressalvas de aprovação do Despacho nº 499/2014, o entendimento acima transcrito é o mais adequado para fins de objetivação do rol de documentos a serem exigidos no processo de renovação. Daí, então, a necessidade de apresentação de laudo técnico ou documento equivalente, elaborado por engenheiro habilitado.
42. Cabe à SCE definir os parâmetros técnicos a serem descritos e comprovados no documento em questão. Do ponto de vista legal, a exigência cinge-se à necessidade de elaboração e assinatura de documento por engenheiro habilitado, o qual deverá atestar e se responsabilizar pelo atendimento às exigências técnicas firmadas no licenciamento.
43. A SCE, ainda, deverá analisar se o laudo técnico atende aos requisitos aprovados por ocasião da aprovação de locais e licenciamento, bem como, no processo de alteração de características técnicas. Trata-se, pois, de análise técnica.
44. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborado *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de

renovação. Essa relação com a devida conferência dos documentos apresentados deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada, ressalvadas as hipóteses a seguir mencionadas.

45. Com efeito, como afirmado antes, nos casos de análise de idoneidade moral e de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, conforme indicado no Anexo a este Parecer.

III - Conclusão

46. Ante o exposto, opinamos pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comercial.
47. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchido e juntado aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos especificados no Anexo a este Parecer ou de dúvida jurídica fundada.
48. À consideração superior.

ANEXO - PARECER REFENCIAL Nº XX/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMERCIAL

	DOCUMENTOS				
			SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.				
1.1.		O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: (i) não possui autorização para				



Documento assinado eletronicamente por **Alexsandro Lemos Maia**, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, em 29/05/2015, às 14:47, conforme art. 3º, III, "b", da

	executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, caso haja a renovação da outorga; e (iii) atende as finalidades educativas e culturais				Portaria MC 89/2014.
3	Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada.				
4	Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).				
5	Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).				
6	Comprovante de regularidade com o FISTEL.				
7	Prova de regularidade relativa ao INSS.				
8	Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.				
9	Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.				
10	Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa				

	jurídica interessada, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.			
11	Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.			
12	Certidão negativa de débitos – Justiça do Trabalho			
13	Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata).			
14	Certidões negativas de distribuição cível e criminal das Justiças Estadual, Federal e Eleitoral, da primeira e segunda instâncias, e certidões de protestos de títulos de todos os sócios e administradores.			
14.1	Em caso de certidão positiva, há condenação, por decisão transitada em julgado ou em órgão colegiado, nas hipóteses do art. 1º, inciso I, alíneas “e”, “g”, “h”, “j”, “l”, “n”, “o” e “p” da Lei Compl. 64/1990? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			
14.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à idoneidade moral, tais como ações criminais em curso ou a decretação de prisão, operação clandestina do serviço, que apontem para o comprovado envolvimento do sócio ou dirigente com atividades criminosas? Em caso			

	afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			
15	Foi aplicada pena de cassação durante o período de vigência da outorga?			
16	Certidão da junta comercial atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade.			
17	Laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado.			



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 29/05/2015, às 15:04, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.
Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0527468** e o código CRC **8964DCF6**.



Art. 21. Esta Medida Provisória entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 22. Ficam revogados a Medida Provisória nº 2.151-3, de 24 de agosto de 2001, o art. 2º, o § 5º do art. 3º, e os arts. 4º e 5º da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, e o art. 150 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Brasília, 28 de agosto de 2002; 181ª da Independência e 114ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Geraldo Magela da Cruz Quintão
Paulo de Tarso Ramos Ribeiro
Guilherme Gomes Dias

DECRETO DE 28 DE AGOSTO DE 2002

Outorga concessão às entidades que mencionam, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão às entidades abaixo mencionadas para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I - Rádio Tradição Ltda., na cidade de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000640/2000 e Concorrência nº 117/2000-SSR/MC);

II - Sistema Gois de Radiodifusão Ltda., na cidade de Água Boa, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001122/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

III - Jea Comunicações Ltda., na cidade de Aripuanã, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001128/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

IV - Sociedade Barrabugrense de Comunicação Ltda., na cidade de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001120/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

V - Sistema Plug de Comunicações Ltda., na cidade de Nova Brasilândia, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001129/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

VI - Sistema Plug de Comunicações Ltda., na cidade de Paranaíba, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001129/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

VII - Sistema Gois de Radiodifusão Ltda., na cidade de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001122/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

VIII - Sistema Plug de Comunicações Ltda., na cidade de Vila Rica, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001129/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

IX - Agência Guanhanense de Comunicação Ltda., na cidade de Guanhanense, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000608/2001 e Concorrência nº 074/2001-SSR/MC);

X - Sistema Cariris de Radiodifusão Ltda., na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000607/2001 e Concorrência nº 074/2001-SSR/MC).

Art. 2º Fica outorgada concessão à Vídeo Express Ltda., para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Colatina, Estado do Espírito Santo (Processo nº 53660.000478/97 e Concorrência nº 106/97-SFO/MC).

Art. 3º As concessões ora outorgadas reger-se-ão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pelas outorgadas.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 5º Os contratos decorrentes destas concessões deverão ser assinados dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 4º, sob pena de tornar-se nula, de pleno direito, a outorga concedida.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de agosto de 2002; 181ª da Independência e 114ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Juarez Quadros do Nascimento

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 759 e 760, de 28 de agosto de 2002. Comunica ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, respectivamente, que se ausentará do País no período de 31 de agosto a 4 de setembro de 2002, para participar da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, República da África do Sul.

Nº 761, de 28 de agosto de 2002. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 65, de 28 de agosto de 2002.

Nº 762, de 28 de agosto de 2002. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Desvincula, parcialmente, no exercício de 2003 e subsequentes, a aplicação dos recursos de que tratam os arts. 48, 49 e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, pertencentes à União".

Nº 763, de 28 de agosto de 2002. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à aquisição de veículos automotores movidos a álcool etílico hidratado carburante e dá outras providências".

CASA CIVIL AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 21 DE AGOSTO DE 2002

Aprova Norma Regulamentar para a concessão do ressarcimento de estado e de custeio da remoção aos nomeados para cargos comissionados de que trata, nas situações e com os requisitos e procedimentos que estabelece.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto nos arts. 8º e 9º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001 e art. 22, da Lei nº 9.986, de 18 de junho de 2000, e nos Decretos nºs 1.840, de 20 de março de 1996, com a redação dada pelo Decreto nº 4.040, de 3 de dezembro de 2001 e nº 4.004, de 8 de novembro de 2001 e na Portaria nº 186, de 17 de agosto de 2000, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, resolve:

Art. 1º Aprovar Norma Regulamentar para a Concessão do Ressarcimento de Estado e Custeio da Remoção constante do Anexo desta Resolução, estabelecendo as situações abrangidas, os requisitos e os procedimentos para tal, aos profissionais nomeados para Cargos Comissionados de Direção (CD I e II), de Gerência Executiva (CGE I, II, III e IV), de Assessoria (CA I e II) e Técnico (CCT V e IV) da Agência e que, por isso, tenham de se deslocar da cidade de seu domicílio para exercício no Escritório Central da ANCINE, localizada na cidade do Rio de Janeiro - RJ, ou para qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio.

Art. 2º Deverá ser dada ampla divulgação interna à esta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução de Diretoria Colegiada entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUSTAVO DAHL
Diretor-Presidente

ANEXO

Art. 1º Esta Norma dispõe sobre as situações, os requisitos e os procedimentos para concessão do ressarcimento de despesas com estado e custeio de despesas com remoção que especifica, aos nomeados para Cargos Comissionados de Direção (CD I e II), de Gerência Executiva (CGE I, II, III e IV), de Assessoria (CA I e II) ou Técnico (CCT V e IV) na Agência Nacional do Cinema - ANCINE e que, por isso, tenham de se deslocar da cidade de seu domicílio para exercício no Escritório Central da ANCINE, localizada na cidade do Rio de Janeiro - RJ, ou para qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio.

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os fins e efeitos desta Norma são adotados os seguintes conceitos e definições:

I - Auxílio Moradia: valor pecuniário destinado ao custeio de despesa com estado do beneficiário de que trata o inciso III deste artigo, mediante ressarcimento, correspondente a até R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) mensais, observados, enquanto não fixados os limites de valores por nível do cargo, Município, Estado ou região, estabelecidos para a Administração Pública Federal direta, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme previsto na Lei nº 9.986, de 2000, combinada com o Decreto nº 1.840, de 1996, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 4.040, de 2001, os seguintes limites, em percentual, do valor máximo especificado para ressarcimento, considerando a equivalência entre os cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANCINE e os cargos em comissão do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores -DAS, estabelecida pelo Anexo à Portaria nº 186, de 17 de agosto de 2000, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

- a) CD I e CD II - 100%;
- b) CGE I - 95%;
- c) CGE II, CGE III, CA I, CA II e CCT V - 90%;
- d) CGE IV e CCT IV - 85%.

II - Moradia Funcional: imóvel de propriedade de particular, situado na cidade do Rio de Janeiro ou cidade em qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio, onde exercerá suas funções, passível de ocupação para fim residencial pelo beneficiário mediante contrato, acordo ou ajuste (casa, apartamento, apart-hotel, hotel);

III - Beneficiário: profissional nomeado para Cargo Comissionado de Direção (CD I e II), de Gerência Executiva (CGE I, II, III e IV), de Assessoria (CA I e II) ou Técnico (CCT V e IV) na ANCINE, que, em virtude de tal nomeação, tenha de se deslocar da cidade de seu domicílio para exercício no Escritório Central da ANCINE, localizada na cidade do Rio de Janeiro - RJ, ou para qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio;

IV - Imóvel Funcional: imóvel residencial de propriedade da União, situado no Distrito Federal, passível de permissão de uso a servidores.

Parágrafo único O Auxílio Moradia destina-se, apenas, ao ressarcimento do custeio do valor das despesas do beneficiário com alojamento, não estando incluídas outras despesas tais como: condomínio, impostos, luz, água, telefone, seguro, taxas diversas, tarifas e contribuições de qualquer espécie;

I - no caso de imóvel residencial ou apart-hotel, do aluguel, não abrangendo quaisquer outras despesas relativas a tal locação, especialmente condomínio, impostos, luz, água, telefone, seguro, taxas diversas, tarifas, serviços e contribuições de qualquer espécie;

II - no caso de hotel ou apart-hotel, da diária standard ou de menor valor, excluídas quaisquer outras despesas ou serviços relativos a tal moradia.

DA CONCESSÃO DO AUXÍLIO MORADIA

Art. 3º O auxílio moradia será concedido provisoriamente no período de até 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, contado a partir da data de posse do beneficiário, para custeio de sua estada no Distrito Federal, enquanto são adotadas as providências necessárias à definição quanto a disponibilidade, ou não, de imóvel funcional.

Art. 4º O nomeado para cargo comissionado a que alude o art. 1º desta Norma fará jus, como beneficiário de que trata o inciso III, do art. 2º, mediante ressarcimento, condicionado à existência de disponibilidade orçamentária e financeira ao auxílio moradia.

Parágrafo único Não será concedido auxílio moradia a quem:

I - seja domiciliado em cidade localizada a até 100 (cem) quilômetros, inclusive, da cidade do Rio de Janeiro ou de cidade em qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio, onde exercerá suas funções;

II - tenha mudado seu domicílio para a cidade do Rio de Janeiro ou cidade em qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio, onde exerce suas funções, em razão de nomeação para cargo anterior não incluído na relação constante nos incisos I e III, do art. 2º;

III - seja proprietário, promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário de imóvel residencial na cidade do Rio de Janeiro ou em cidade em qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio, onde exercerá suas funções ou em cidade localizada a até 100 (cem) quilômetros, inclusive, das mesmas, incluída a hipótese de lote edificado sem averbação da construção;

IV - seja cônjuge, companheiro ou companheira amparados por lei, de quem se encontre na situação descrita no inciso III.

DA SOLICITAÇÃO

Art. 5º Para instruir o processo de concessão do auxílio moradia, o beneficiário deverá encaminhar à Secretaria de Gestão Interna - SGI, solicitação por escrito e acompanhada dos seguintes documentos:

I - declaração, assinada em conjunto pelo cônjuge, companheiro ou companheira amparados por lei, de que não são proprietários, promitentes compradores, cessionários ou promitentes cessionários de imóvel residencial na cidade do Rio de Janeiro ou em cidade em qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio, onde exercerá suas funções ou em cidade localizada a até 100 (cem) quilômetros, inclusive, das mesmas, incluída a hipótese de lote edificado sem averbação da construção;

II - certidão negativa dos cartórios de registro de imóveis da cidade do Rio de Janeiro ou da cidade em qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da do domicílio do beneficiário, onde este exercerá suas funções;

VIRE



Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 475, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a A VOZ DE LAGOA SANTA - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAGOA-SANTENSE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E RADIODIFUSÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 989, de 12 de junho de 2002, que autoriza a A Voz de Lagoa Santa - Associação Comunitária Lagoa-Santense de Assistência Social e Radiodifusão a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 476, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à NOVA RADIO ZENITH LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conchas, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.074, de 26 de junho de 2002, que outorga permissão à Nova Rádio Zenith Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conchas, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 477, DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão da RADIO DIFUSORA JUNDIAIENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jundiá, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Decreto s/nº, de 13 de junho de 2001, que renova, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Difusora Jundiáense Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jundiá, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 478, DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RADIO ACAIACA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Decreto s/nº, de 14 de outubro de 1997, que renova, a partir de 3 de maio de 1988, a concessão outorgada à Rádio Acaiaca Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 479, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO VALE DO ARAÇÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Saudades, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.568, de 8 de agosto de 2002, que outorga permissão à Rádio Vale do Araçá Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Saudades, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 480, DE 2004

Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranaíba, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Decreto s/nº, de 28 de agosto de 2002, que outorga concessão ao Sistema Plug de Comunicações Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranaíba, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 16 de agosto de 2004

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 481, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO MATER ECCLESIAE para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.646, de 28 de novembro de 2002, que outorga permissão à Fundação Mater Ecclesiae para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 16 de agosto de 2004

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 482, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JOAIMENSE CULTURAL DE RÁDIO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joazeiro, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.886, de 18 de setembro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Joaimense Cultural de Rádio a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joazeiro, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 483, DE 2004

Aprova o ato que outorga concessão à PANTANAL SOM E IMAGEM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Decreto s/nº, de 4 de junho de 2001, que outorga concessão à Pantanal Som e Imagem Ltda. para explorar, por 10 anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 484, DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO ARAPUAN LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Decreto s/nº, de 17 de julho de 2000, que renova, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão da Rádio Arapuan Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 485, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO ZULI MORAIS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caririçu, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 404, de 19 de março de 2002, que autoriza a Fundação Zuli Morais a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caririçu, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho da DRMC - RJ

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº: 53900.020256/2014-60		
Entidade: SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA		
Localidade: Paranaíta	UF: MT	Serviço: OM
Período(s): 29/03/2015 A 29/03/2025		

RELATIVOS À ENTIDADE				
DOCUMENTOS	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl(S).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;	X			01 (SEI-0172638)
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;	X			07 (SEI-0172638)
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;	X			07 (SEI-0172638)
4- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;	X			02 Processo nº 53900.037596/ 2016-91
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	X			02 Processo nº 53900.021119/2015-23
6- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	X			09 (SEI-0172638)
7- Comprovante de regularidade com o FISTEL;	X			08 (SEI-0172638)
8- Prova de regularidade relativa ao INSS;	X			13 (SEI-0172638)
9- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	X			12 (SEI-0172638)

10- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	X			10 (SEI-0172638)
11- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	X			11 (SEI-0172638)
12- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	X			2-3 Processo nº 53900.009291/2015-17
13- Certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;	X			03 Processo nº 53900.037596/ 2016-91
14- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);	X			04 Processo nº 53900.037596/ 2016-91
15- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade;	X			8 Processo nº 53900.009291/2015-17
16- Laudo de ensaio e laudo de vistoria, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;	X			05 a 29 Processo nº 53900.037596/ 2016-91

RELATIVOS AOS SÓCIOS / ADMINISTRADORES							
DOCUMENTOS	NOME (S)	1ª Instância		2ª Instância		NÃO SE APLICA	FI(S).
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
17. Certidão de distribuição cível da Justiça Estadual, de 1ª e 2ª instância;	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI	X		X			7 Processo nº 53900.009291/2015-17 E 44 e 45 Processo nº 53900.037596/ 2016-91
	ROQUE LANDER MENEGAI	X		X			5 Processo nº 53900.009291/2015-17 E 30 e 31 Processo nº 53900.037596/ 2016-91

18. Certidão de distribuição criminal da Justiça Estadual, de 1ª e 2ª instância;	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI	X		X			7 Processo nº 53900.009 291/2015- 17 E 42 e 43 Processo nº 53900.037 596/ 2016-91
	ROQUE LANDER MENEGAI	X		X			5 Processo nº 53900.009 291/2015- 17 E 32 e 33 Processo nº 53900.037 596/ 2016-91
19. Certidão de distribuição cível da Justiça Federal, de 1ª e 2ª instância;	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI	X		X			6 Processo nº 53900.009 291/2015- 17 E 40 e 41 Processo nº 53900.037 596/ 2016-91
	ROQUE LANDER MENEGAI	X		X			4 Processo nº 53900.009 291/2015- 17 E 34 e 35 Processo nº 53900.037 596/ 2016-91
20. Certidão de distribuição criminal da Justiça Federal, de 1ª e 2ª instância;	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI	X		X			6 Processo nº 53900.009 291/2015- 17 E 40 e 41 Processo nº 53900.037 596/ 2016-91

	ROQUE LANDER MENEGAI	X	X		4 Processo nº 53900.009 291/2015- 17 E 34 e 35 Processo nº 53900.037 596/ 2016-91
DOCUMENTOS	NOME (S)	SIM	NAO	NÃO SE APLICA	FI(S).
21- prova de cumprimento das obrigações eleitorais , mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI	X			47 Processo nº 53900.037 596/ 2016-91
	ROQUE LANDER MENEGAI	X			38 Processo nº 53900.037 596/ 2016-91
22- certidão criminal da Justiça Eleitoral ;	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI	X			46 Processo nº 53900.037 596/ 2016-91
	ROQUE LANDER MENEGAI	X			36 e 37 Processo nº 53900.037 596/ 2016-91
23- certidões de protestos de títulos ;	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI	X			48 Processo nº 53900.037 596/ 2016-91
	ROQUE LANDER MENEGAI	X			39 Processo nº 53900.037 596/ 2016-91

OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:

Observações:
Análise:
Analista: Fátima Soares Bikic Cargo: Analista Técnico Administrativo

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

DELEGACIA REGIONAL DO RIO DE JANEIRO

Processo nº 53900.020256/2014-60

Senhor Coordenador-Geral de Acompanhamento de Outorgas - CGAO,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à Sistema Plug de Comunicações Ltda., para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Paranaíta, estado do Mato Grosso, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Fatima de Araujo Soares Bikic**, **Analista Técnico Administrativo**, em 10/08/2016, às 10:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa**, **Delegado Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comu no Estado no Rio de Janeiro**, em 10/08/2016, às 10:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1282005** e o código CRC **89275A9B**.



Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> Consultas >>> Geral | menu ajuda

Consulta Geral - OM

Identificação do Canal PB

UF: MT
Município: Paranaíba
Frequência: 1560 kHz
Classe: C

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:
Fase: 3 - Licenciada

Dados da Entidade

Entidade: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA
Nome Fantasia:
Nº Estação: 690817290
Primeiro Licenciamento: 18/08/2014 10:27:22

Fistel: 50401454894
CNPJ: 03.709.705/0001-70
Situação: Entidade não possui débitos
Último Licenciamento: 18/08/2014 10:27:22

+ Dados do Plano Básico

- Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 03709705000170

Pesquisar

Razão Social: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA
Nome Fantasia: Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Número do CEP: 85810200 Logradouro: RUA MARECHAL DEODORO
Número: 3624 Complemento: Bairro: CENTRO Estado: PR
Município: Cascavel Distrito: Cascavel SubDistrito:
Telefone: 45 33262509 Fax:

Endereço de Correspondência

País:
Número do CEP: Logradouro:
Número: Complemento: Bairro: Estado:
Município: Distrito: SubDistrito:
Telefone: Fax: E-mail:

Nome Fantasia

Nome Fantasia

Dados da Outorga

SCRAD Jurídico: 12865 Data Publicação Contrato/Convênio: 29/03/2005
SCRAD Técnico: 12864
Data Limite Instalação: 29/08/2003 Número do Processo: 536700011292000
Fistel: 50401454894

- Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	111111		Decreto	MC	28/08/2002	29/08/2002	Outorga	Jur.
	480		Decreto Legislativo	CN	16/08/2004	17/08/2004	Deliber. do C. Nacional	Jur.
	148		Portaria	MC	25/07/2008	23/10/2008	Multa	Jur.
	636		Portaria	MC	08/08/2008	06/10/2008	Aprovação de Local	Téc.

<input type="text"/>	<input type="text" value="6282"/>	<input type="text" value="ATO"/>	<input type="text" value="CMPRL"/>	<input type="text" value="16/10/2008"/>	<input type="text" value="17/10/2008"/>	Autoriza o Uso de Radiofrequência	<input type="text" value="Téc."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="5300"/>	<input type="text" value="ATO"/>	<input type="text" value="ER07"/>	<input type="text" value="02/09/2013"/>	<input type="text" value="30/09/2013"/>	Emissão de Ato de Alteração Técnica	<input type="text" value="Téc."/>

☒ **Característica da Estação Instalada**

☐ **Dados do Licenciamento**

Dados da Estação

Entidade: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA - CNPJ/CPF(03.709.705/0001-70)
Município/UF: PARANAÍTA/MT
Indicativo: ZYI445

Situação: Entidade não possui débitos

Freq. PB: 1560

Classe PB: C

Características de Operação

Frequência: MHz

Dia Início

Dia Fim

Hora Início

Hora Fim

X

☒



Tela Inicial



Imprimir

DESPACHO

Processo nº: **53900.020256/2014-60**
Interessado(a): **SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA - ME**

1. Em atenção à solicitação de informações manifestada por meio do Despacho Interno DRMCTIC-RJ 1282005, comunicamos que não foram encontrados registros de Processos de Apuração de Infração - PAIs instaurados para apurar eventuais irregularidades praticadas pela SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA - ME, entidade outorgada a executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Pranaíta/MT, que tenham resultado ou venham a resultar na aplicação da penalidade de cassação.
2. Isso posto, restitua-se o processo acima mencionado À Delegacia Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações no Estado do Rio de Janeiro – DRMCTIC/RJ para que sejam tomadas as providências que julgar necessárias.



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Coordenador-Geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 11/08/2016, às 13:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1285362** e o código CRC **E71E3739**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Processo nº 53900.020256/2014-60 (Processos relacionados 53900.034146/2016-47 e 53900.037596/2016-91)

SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÃO LTDA

Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias (OM)

Paranaíba / MT - 1560 kHz - Pot. Diurna: 1,00 kW / Pot. Noturna: 0,25 kW

Períodos de renovação: 29/03/2015 a 29/03/2025.

INTRODUÇÃO:

- 1) Situação do Fistel: Sem débitos (Vide SRD em anexo).
- 2) Ato autorizativo mais recente: Portaria SCE nº 636 de 08/08/2008, DOU de 06/10/2008
- 3) Signatário do requerimento de resposta (Roque Lander Menegais) é representante legal da entidade. (Vide SIACCO em anexo).
- 4) Entidade apresentou em 15/06/2016 (Doc. SEI nº 1189356, protocolo nº 53900.037596/2016-91), Laudo de Ensaio do transmissor principal e Laudo de Vistoria da estação, às páginas 5 a 29, em cumprimento à exigência no Ofício nº 13618/2016/SEI-MC de 29/04/2016.
- 5) O transmissor ensaiado possui circuitos totalmente em estado sólido, sem utilização de válvulas, conforme prospecto técnico, em anexo, razão pela qual itens a este tipo de componente e proteções onde existam no transmissor tem tensões acima de 350 V, não são cabíveis ao caso.
- 6) Segundo o Laudo de ensaio do transmissor, o equipamento não opera com estereofonia, sendo monoaural, não sendo cabíveis, portanto, exigências quanto às medições relativas à estereofonia e SAP.

ANÁLISE QUANTO AO LAUDO DE ENSAIO DO TRANSMISSOR AUTORIZADO e Único:

Transmissor autorizado: MTA Eletrônica Industrial Ltda, modelo AM1500, certificação nº 3707120518.

- No **Laudo de Ensaio do transmissor principal apresentado** às págs. 5 a 18 foram constatadas as seguintes irregularidades que deverão ser sanadas:

- . Não foram apresentadas no Laudo as medições de Distorção Harmônica para a potência de redução noturna prevista no PBOM de 250 W, conforme exigido no item 8.5.4.c da Res. Anatel nº 116/1999.
- . Não foram apresentadas no Laudo as medições de Resposta de Audiofrequência para a potência de redução noturna prevista no PBOM de 250 W, conforme exigido no item 8.5.4.d da Res. Anatel nº 116/1999.
- . Não foram apresentadas no Laudo as medições de atenuação de espúrios nas faixas de frequências afastadas de 10,2 a 20,0 kHz, de 20,0 kHz a 30,0 kHz e de 30,0 kHz a 60,0 kHz e 75 kHz da

portadora, na potência máxima autorizada do transmissor, conforme exigido no item 3.2.5 da Res. Anatel nº 116/1999.

- . Os valores de atenuação do 2º e 3º harmônicos apresentados não atendem ao mínimo exigido para a potência de operação de diurna (1,00 kW) que deverá ser maior ou igual a 73 dB. Informado: Maior que 70 dB.

- . Esclarecer os valores de Potência Primária informados, uma vez que os valores devem se referir à consumo (VA) do transmissor nas diversas potências autorizadas diurna e noturna, com modulação de 100% e sem modulação (0%), conforme exigido no item 8.5.4.i da Res. Anatel nº 116/1999.

- . Não foi informada no Laudo a existência ou não de conector de RF para monitor de frequência no transmissor ensaiado, conforme exigido no item 6.3.1.d da Res. Anatel nº 116/1999.

- . Não foram indicadas na lista de equipamentos utilizados nas medições, as informações de fabricante e modelo da carga artificial mencionada no item 8.5.6 do Laudo de Ensaio apresentado.

- . Não foi informado o tipo e quantidade de semicondutores utilizados no estágio final de RF, conforme exigido no item 8.5.5.4 da Res. Anatel nº 116/1999.

ANÁLISE QUANTO AO LAUDO DE VISTORIA

- No **Laudo de Vistoria da estação de ondas médias apresentado** às págs. 19 a 29 foram constatadas as seguintes irregularidades que deverão ser sanadas:

- . Não foram apresentadas as medições de frequência, desvios e potência do transmissor na potência noturna autorizada de 0,25 kW. Foram apresentadas, apenas, para a potência diurna de 1,00 kW.

- . Não foi apresentada a declaração do engenheiro vistoriador atestando serem verdadeiras as informações do Laudo de Vistoria, conforme exigido no item 8.4.17 da Res. Anatel nº 116/1999.

- . Não foi apresentada a declaração do representante legal da entidade atestando a presença do engenheiro no local da vistoria, conforme exigido no item 8.4.19 da Res. Anatel nº 116/1999.

CONCLUSÃO:

Da análise acima, se conclui pela necessidade de envio de ofício à entidade objetivando a regularização dos itens constatados como irregulares acima informados nos Laudos de Ensaio do transmissor e de Vistoria da Estação apresentados.

No Laudo de Vistoria apresentado está sendo considerada atendida a apresentação do Parecer Conclusivo, exigido no item 8.4.18 da Res. Anatel 116/1999, com os termos da declaração à pág. 24, assinada em conjunto pelo engenheiro vistoriador e o representante legal da entidade por ser esta similar aos termos do exigido Parecer Conclusivo.

Demais itens relativos às medições e observações visuais no transmissor constantes do Laudo de Ensaio, atenderam de forma satisfatória ao exigido pela Legislação do Serviço.

ANALISTA:

Almir Franco Arnaldo

DRMC-RJ

29/08/2016

Ação:  Incluir Pessoa Física  Incluir Pessoa Jurídica  Alterar  Excluir  Consultar

Entidade (Alteração)

Tipo Entidade: Pessoa Jurídica

CNPJ: 03.709.705/0001-70

Razão Social: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA

Nome Fantasia:

Tipo Sociedade: Limitada ▾

Natureza Sociedade: Empresa Privada ▾

Atividade Econômica: Comercial ▾

Grupo Econômico: >> Informe o grupo econômico << ▾

Endereço Sede

Endereço: RUA MARECHAL DEODORO

Número/Complemento: 3624

Bairro: CENTRO

Cidade: Cascavel

Telefone: (45)3326-2509

E-Mail: comercial@sistemaplug.com.br

CEP: 85.810-200

UF: PR

Fax: (45)3326-2509

Endereço/Telefone Sede - SRD

Endereço Correspondência

Endereço:

Bairro:

Cidade:

CEP:

UF:

Capital Social

Valor: 40.000,00

Moeda: R\$ - REAL ▾

Sociedade Limitada

Qtd. Cotas: 40.000

Valor de uma Cota: 0,00

Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vir. Cotas	EDITAR	DESVINCULAR
782.211.889-72	ROQUE LANDER MENEGAIS	25.000	25.000,00		
969.173.269-68	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAIS	15.000	15.000,00		

 Vincular Sócio

Conselho

 Vincular Conselheiro

Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	EDITAR	DESVINCULAR
782.211.889-72	ROQUE LANDER MENEGAIS	GERENTE		

 Vincular Diretor

Procurador

 Vincular Procurador

Representante

 Vincular Representante

☒ Recadastrado pela portaria Nº. 447

 Voltar  Confirmar



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
Almir Franco Arnaldo

Sistemas
Interativos



Menu Principal ▾

SRD »» Consultas »» Geral | internet | teia | menu | ajuda



Tela Inicial



Resultado da Consulta

Consulta Geral OM

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Âmbito de Atuação
1560 kHz	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	MT	Paranaíta	OM	3	M	Regional

Usuário: **Anatel\almir.mc - Almir Franco Arnaldo**

Data: **29/08/2016**

Hora: **09:54:26**

Registro **1** até **1** de **1** registros

Página: [1] [Ir] [Reg]



Gerência de Administração de Planos e Autorização de Uso de Radiofrequência
Gerência de Autorização de Uso de Radiodifusão e Licenciamento de Estações

Impresso por: **Almir Franco Arnaldo**

Data/Hora: **29/08/2016 09:57:11**

Consulta Geral - OM

Identificação do Canal PB

UF: MT
Município: Paranaíta
Frequência: 1560 kHz
Classe: C

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:
Fase: 3 - Licenciada

Dados da Entidade

Entidade: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA
Nome Fantasia:
Nº Estação: 690817290
Primeiro Licenciamento: 18/08/2014 10:27:22

Fistel: 50401454894
CNPJ: 03.709.705/0001-70
Situação: Entidade não possui débitos
Último Licenciamento: 18/08/2014 10:27:22

☐ Dados do Plano Básico

Ocupante do Canal

Entidade: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA
Fase: 3 - Licenciada

Nº Fistel: 50401454894

Coordenadas Geográficas do Município

Município: Paranaíta/MT

Latitude: 9S393006

Longitude: 56W284296

Raio: 95

Coordenadas Geográficas

Latitude: 09 ° 41 ' 02 " 00 Sul

Longitude: 56 ° 28 ' 06 " 00

Local Específico: (opcional)

Dados Técnicos do Canal

Frequência: 1560 KHz

Classe:

Potência Diurna: 1 KW

Potência Noturna: 0,25 KW

Campo Caract.(EC): 316 mV/m

Sistema Irradiante

Possui diretivos?: Não

Alt. da Torre: 55

Histórico / Observações

Histórico:

SG27/88,SNC72/90;RESOLUCAO ANATEL 117/99

Máximo: 250 Digitados: 40

Observação:

Máximo: 250 Digitados: 0

☐ Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 03709705000170

Pesquisar

Razão Social: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA
Nome Fantasia: **Tipo de Usuário:** Integral

Endereço Sede

País:

Número do CEP: Logradouro: Bairro: Estado:
 Número: Complemento: SubDistrito:
 Município: Distrito:
 Telefone: 45 33262509 Fax:

Endereço de Correspondência

País:
 Número do CEP: Logradouro: Bairro: Estado:
 Número: Complemento: SubDistrito:
 Município: Distrito:
 Telefone: Fax: E-mail:

Nome Fantasia

Nome Fantasia

Dados da Outorga

SCRAD Jurídico: 12865 Data Publicação Contrato/Convênio: 29/03/2005
 SCRAD Técnico: 12864
 Data Limite Instalação: 29/08/2003 Número do Processo: 536700011292000
 Fistel: 50401454894

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
		111111	Decreto	MC	28/08/2002	29/08/2002	Outorga	Jur.
		480	Decreto Legislativo	CN	16/08/2004	17/08/2004	Deliber. do C. Nacional	Jur.
		148	Portaria	MC	25/07/2008	23/10/2008	Multa	Jur.
		636	Portaria	MC	08/08/2008	06/10/2008	Aprovação de Local	Téc.
		6282	ATO	CMPRL	16/10/2008	17/10/2008	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Téc.
		5300	ATO	ER07	02/09/2013	30/09/2013	Emissão de Ato de Alteração Técnica	Téc.

Característica da Estação Instalada

» Endereços

Estação Transmissora

Endereço

País: Brasil Logradouro: SETOR NOVO Bairro: JARDIM ESPERANÇA UF: MT
 Cep: 78590000 Complemento:
 Número: S/N Distrito: Paranaíta SubDistrito:

Coordenadas Geográficas do Município

Município: Latitude: 9S393006 Longitude: 56W284296 Raio: 95

Coordenadas Geográficas Estação

Latitude: 09S410200 Longitude: 56W280600
 Distância ao Centro do Município: Km
 Azimute: (Azimute da estação transmissora em relação ao centro da localidade.)
 WGS-84: ☒ Coordenada de acordo com o sistema WGS-84.

Informações da Estação

Cota Base Torre: 297 m

☐ **Dados do Licenciamento**

Dados da Estação

Entidade: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA - CNPJ/CPF(03.709.705/0001-70)
Município/UF: PARANAÍTA/MT
Indicativo: ZY1445

Situação: Entidade não possui débitos
Freq. PB: 1560
Classe PB: C

Características de Operação

Frequência:	<div>1560 ▼</div>	MHz						
Dia Início	<div>Domingo ▼</div>	Dia Fim	<div>Sábado ▼</div>	Hora Início	<div>00:00 ▼</div>	Hora Fim	<div>24:00 ▼</div>	X



UF: MT

SERVIÇO: OM

Entidade	Latitude	Longitude	Freq. (KHz)	Pot. Dia	Pot. Noite	EC (mv/m)	CL	H(m)	Obs.
----------	----------	-----------	----------------	----------	------------	--------------	----	------	------

Localidade: Paranaíta

SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	09S410200	56W280600	1560	1	0,25	316	C	55	
-----------------------------------	-----------	-----------	------	---	------	-----	---	----	--

Usuário: Anatel\almir.mc - Almir Franco Arnaldo

Data: 29/08/2016

Hora: 10:02:16

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho da DRMC - RJ

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE LAUDO DE ENSAIO**TRANSMISSOR PRINCIPAL (e Único)****ONDAS MÉDIAS**

Processo nº: 53900.020256/2014-60	
Entidade: SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÃO LTDA	
Localidade: PARANAÍBA	UF: MT
Fabricante: MTA ELETRÔNICA INDUSTRIAL LTDA	
Modelo: AM1500	Potência (D/N): 1,0 / 0,25 kW

S – SIM **N – NÃO** R – REGULAR **I – IRREGULAR** N/A – NÃO SE APLICA

RELATIVOS À ENTIDADE			
O período de 10 anos do mais recente pedido de renovação abrange o ano ora vigente da análise	Atende	****	S
Situação quanto ao Fistel	Consultar SRD	****	R
Assinado por Representante Legal	Consultar SIACCO e/ou Pasta Jurídica da Entidade	****	R
Itens do Laudo de Ensaio	LIMITES	Item da Res. 116/1999	SITUAÇÃO
Fabricante e Modelo do Transmissor ensaiado	Autorizado na ocasião da elaboração do Laudo de Ensaio	****	S
<u>Interessada (Item 8.5.1):</u> Nome da entidade e endereço completo.	Informado	****	S (Pág.6)
<u>Ensaio (Item 8.5.2):</u> Motivo , Endereço completo do local do ensaio, data(s) em que foi realizado o ensaio.	Informado	****	S (Pág.6)
<u>Fabricante:</u> Nome e endereço do fabricante. Caso importado, endereço completo do representante no Brasil.	Informado	****	S (Pág.6)
1- Potência de saída do transmissor (Item 8.5.4.a);	Máx:10% Superior Min.: 15% Inferior	5.4.1	S (Pág.6)
2- Frequência (Item 8.5.4.b);	± 10 Hz	3.2.3	S (Pág.6)
3- Variação da máxima da frequência em 60 minutos de funcionamento. (Item 8.5.4.b);	± 10 Hz	3.2.3	S (Pág.6)
4. a - Distorção harmônica de áudio - Monofonia. (Item 8.5.4.c). Potência Diurna.	< = 3% (p/ mod. <= 85%) < = 4% (p/ mod. > 85%), ambas nas frequências de modulação 50, 100, 400, 1000 e 7500 Hz	6.3.1.1.b	S (Pág.6)
4. a - Distorção harmônica de áudio - Monofonia. (Item 8.5.4.c). Potência Noturna.	< = 3% (p/ mod. <= 85%) < = 4% (p/ mod. > 85%), ambas nas frequências de modulação 50, 100, 400, 1000 e 7500 Hz	6.3.1.1.b	I (Pág.6) (1)

4. b - Distorção harmônica de áudio – Estereofonia. (Item 8.5.4.c). Potência Diurna.	< = 1 % nas frequências de modulação de 50 a 10000 Hz.	6.3.1.1.b	NA (9)
4. b - Distorção harmônica de áudio – Estereofonia. (Item 8.5.4.c). Potência Noturna.	< = 1 % nas frequências de modulação de 50 a 10000 Hz.	6.3.1.1.b	NA (9)
5- Resposta de audiofrequência, em relação a 1 kHz. (Item 8.5.4.d);	± 1 dB na faixa entre 100 Hz a 5000 Hz, inclusive. ± 3 dB na faixa de 50 a 100 Hz e de 5000 a 7500 Hz	6.3.1.1.a	I (Pág.7) (2)
6- Características de regulação de amplitude da portadora. (Item 8.5.4.e);	< = 5 % para qualquer percentagem de modulação.	6.3.1.1.c	R (Pág.7)
7- Nível de ruído da portadora. (Item 8.5.4.f);	Pelo menos 50 dB abaixo do nível de 100 % de modulação a 400 Hz.	6.3.1.1.d	R (Pág.7)
8- Atenuação de harmônicos e espúrios em relação da frequência de operação. (Item 8.5.4.g);	Frequências afastadas de: . p/ 10,2 a 20 kHz, -25 dB; . p/ > 20 até 30 kHz, -35 dB; . p/ > 30 até 60 kHz, (-5 + 1dB/kHz); . p/ >60 até 75 kHz, -65 dB; . p/ > 75 kHz, - [73 + P (dBk)] para potências até 5 kW inclusive; . p/ > 75 kHz, - 80 dB para potências maiores que 5 kW.	3.2.5	I (Pág.8) (3)
9- Nível de entrada de áudio na frequência de 1 kHz para 100% de modulação (Item 8.5.4.h);	Sem limite. Indicados valores para potência diurna e para a noturna.	R	
10- Potência primária de entrada a 0% e a 100% de modulação. (Item 8.5.4.i)	Sem limite. Indicados valores para potência diurna e para a noturna.	I (Pág.8) (4)	
OBSERVAÇÕES VISUAIS NO TRANSMISSOR (Item 8.5.5.1)			
- Placa de Identificação: Nome do fabricante, modelo , nº de série , potência nominal , potência(s) de saída , frequência, data de fabricação , consumo.	Possui / Informações compatíveis com a autorização.	6.3.1.n	S (Pág.8)
. MEDIDORES ESTÁGIO FINAL DE RF (INDICAR FABRICANTE E ESCALA) (Item 8.5.5.2)			
- Medidor de corrente contínua de placa ou de coletor (fabricante e escala)	Possui. Indicado fabricante e escala. Funcionando.	6.3.1.c	S (Pág.8)
- Medidor de tensão contínua de placa ou de coletor (fabricante e escala)	Possui. / Funciona.	6.3.1.c	S (Pág.8)
- Medidor de nível de modulação.	Possui. / Funciona.	S (Pág.8)	
. EXISTÊNCIA DE CONECTOR DE RF (Item 8.5.5.3)			
- Conector para ligação de monitor de modulação;	Possui. / Funciona.	6.3.1.d	S (Pág.9)
- Conector para medição de frequência.	Possui. / Funciona.	6.3.1.d	N (Pág.9) (5)
- Tipo de válvula(s) ou semicondutor(es) utilizados no estágio final de RF (Item 8.5.5.4).	Informada(o)(s).	I (Pág.9) (6)	

- Quantidade de estágios separadores entre unidade osciladora e o estágio final de RF (Item 8.5.5.5)	Pelo menos um estágio.	6.3.1.e	S (Pág.9)
. DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA PESSOAL (Item 8.5.5.6):			
- De descarga dos capacitores depois de desligada a alta tensão. (Item 8.5.6.a);	Possui.	S (Pág.9)	
- Existência de gabinetes metálicos encerrando o transmissor, com todas as partes expostas ao contato dos operadores, interligadas e conectadas à massa. (Item 8.5.6.b);	Possui.	6.3.1.j	S (Pág.9)
- Existência de interruptores de segurança. (Item 8.5.6.c);	Possui.	6.3.1.h	S (Pág.9)
- Possibilidade de serem feitos, externamente, ajustes dos circuitos com tensões superiores a 350 Volts, com todas as tampas fechadas. (Item 8.5.6.d).	Possui.	6.3.1.l	NA (Pág.9) (8)
. EXISTÊNCIA DE DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO DO TRANSMISSOR (Item 8.5.5.7):			
- Contra sobrecarga de corrente na fonte de alta tensão. (Item 8.5.7.a.);	Possui.	S (Pág.10)	
- Contra sobretensão na fonte de alimentação. (Item 8.5.7.b).;	Possui.	S (Pág.10)	
- Contra falta de ventilação adequada, no caso de válvulas (s) com resfriamento forçado. (Item 8.5.7.c);	Possui.	S (Pág.10)	
- Aplicação sequencial correta das diferentes tensões de alimentação dos estágios (descrição sumária). (Item 8.5.7.d);	Possui.	S (Pág.10)	
- Contra falta de excitação conveniente no amplificador final de RF. (Item 8.5.7.e).	Possui.	S (Pág.10)	
INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO			
- Instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador. (Item 8.5.7)	Apresentados. Coerente com as medições realizadas.	N (Pág.10) (7)	
DECLARAÇÕES			
- Declaração do engenheiro atestando serem verdadeiras as informações do Laudo de Ensaio. (Item 8.5.8);	Apresentada corretamente.	S (Pág.11)	
- Parecer Conclusivo do engenheiro certificando o atendimento pelo transmissor a todas as regulamentações técnicas vigentes a ele aplicáveis. (Item 8.5.9);	Apresentado corretamente.	S (Pág.12)	
- Declaração do Interessado, atestando a presença do engenheiro na realização do Laudo de Ensaio, devidamente assinado, indicando local, data, nome e cargo na entidade. (Item 8.5.10);	Apresentada corretamente. Interessado signatário é Representante Legal da entidade.	S (Pág.13)	
- Anotação de Responsabilidade Técnica – ART relativa ao Ensaio, devidamente quitada. (Item 8.5.11).	Apresentada.	S (Pág.15)	
	Quitada.	S (Pág.18)	

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **não atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:

SITUAÇÃO: **EM EXIGÊNCIA.**

- (1) Não foram apresentadas as medições de Distorção Harmônica para a potência de redução noturna prevista no PBOM de 250 W.
- (2) Não foram apresentadas as medições de Resposta de Áudiofrequência para a potência de redução noturna prevista no PBOM de 250 W.
- (3) Não foram apresentadas as medições de atenuação de espúrios nas faixas de frequências afastadas de 10,2 a 20,0 kHz, de 20,0 kHz a 30,0 kHz e de 30,0 kHz a 60,0 kHz e 75 kHz da portadora, na potência máxima autorizada do transmissor.
- (4) Esclarecer os valores informados de Potência Primária, uma vez que os valores devem se referir à consumo (VA) do transmissor nas diversas potências autorizadas diurna e noturna, com modulação de 100% e sem modulação (0%).
- (5) Não foi informada a existência de conector de RF para monitor de frequência.
- (6) Não foi informado o tipo e quantidade de semicondutores utilizados no estágio final de RF.
- (7) Não foram indicadas na lista de equipamentos utilizados nas medições, as informações de fabricante e modelo da carga artificial mencionada no item 8.5.6 do Laudo de Ensaio apresentado.


NOTAS:

- (8) O transmissor em ensaio possui componentes totalmente em estado sólido, não possuindo válvulas, não sendo exigidas, portanto, informações de itens que se refiram à proteção em circuitos com tensões acima de 350 V.
- (9) Segundo informações no Laudo de Ensaio, o transmissor não opera com sistema estereofônico, apenas, monofônico, não sendo exigidas, portanto, medições relativas à estereofonia.

Análise:

Analista: ALMIR FRANCO ARNALDO
Cargo: ENGENHEIRO
Data: 29/08/2016

1286-4

PUBLICADO NO DIÁRIO
OFICIAL DE 06/10/2008
PÁGINA 60 SEÇÃO 1
ANOTADO POR: 

PORTARIA n.º 636 , de 08 de AGOSTO de 2007.

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 53000.003381/2005, resolve:

Art. 1º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, no município de Paranaíta, Estado do Mato Grosso, utilizando a frequência 1560 kHz, classe C, de conformidade com o anexo à presente Portaria.

Art. 2º Estabelecer que esta Portaria será tornada sem efeito, caso a entidade não comprove o pagamento da taxa de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Determinar que, no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado a partir da data de publicação desta Portaria, a entidade providencie a efetivação do que foi aprovado e requeira vistoria para fins de licenciamento.

Art. 4º O início efetivo da execução do Serviço está condicionado à expedição do Ato de Autorização de Uso da Radiofrequência pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e da respectiva Licença de Funcionamento da Estação pelo Ministério das Comunicações.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU



ANEXO À PORTARIA n.º 636 /2007 - FOLHA 1 DE 2

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Denominação

SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA

Localidade/UF:

PARANAÍTA/MT

Frequência:

1560 kHz

Potência:

Diurna: 1,0 kW

Noturna: 0,25 kW

Classe:

C

LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA

Logradouro

ESTRADA PORTO DE AREIA, KM 03 – ÁREA RURAL

Localidade/UF:

PARANAÍTA/MT

Coordenadas Geográficas:

09°39'02"S ; 56°27'14"W

LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO PRINCIPAL

Logradouro

RUA GERSON SIDNEI EGER, 65 – PCA DO ARIOSTO RIVA

Localidade/UF:

PARANAÍTA/MT

TRANSMISSOR PRINCIPAL

Fabricante:

PRESTEC INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Modelo:

HTMS-1.6

Pot. Operação:

1,0 kW

Certificação:

0929-02-0517

SISTEMA IRRADIANTE PRINCIPAL

Tipo:

OMNIDIRECIONAL

Altura da Torre:

55 m

Plano de Terra:

120 RADIAIS DE 48,1 M DE COMPRIMENTO, ESPAÇADAS DE 3 EM 3 GRAUS

Condutividade do Solo:

1,0 mS/m

Ganho:

1,0 vezes

Cota da Base da Torre:

250 m

LINHA DE TRANSMISSÃO

Fabricante:

KMP CABOS ESPECIAIS E SISTEMAS LTDA.

Modelo:

CF-7/8"

Comprimento:

70 m

Impedância Característica:

50 Ohms

Atenuação:

0,15 dB/100m



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES.

Certificado de Homologação
(Intransferível)

Nº **3707-12-0518**

Validade: **Indeterminada**

Emissão: **26/12/2012**

Fabricante:

MTA ELETRÔNICA INDUSTRIAL LTDA.
RUA SANTA CRESCÊNCIA, 268 268 FERREIRA
05524020 SAO PAULO SP

Este documento homologa, nos termos do Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações, aprovado pela Resolução Anatel nº 242, de 30 de novembro de 2000, o Certificado de Conformidade nº 07156/12, emitido pelo **OCD - IBRACE - Instituto Brasileiro de Certificação**. Esta homologação é expedida em nome do fabricante aqui identificado e é válida somente para o produto a seguir discriminado, cuja utilização deve observar as condições estabelecidas na regulamentação do(s) serviço(s) ou aplicação(ões) a que se destina.

Tipo:

Transmissor de Radiodifusão Sonora em AM - Categoria 1

Modelo(s):

AM5000
AM3000
AM1500

Serviço/Aplicação:

Serviços de Radiodifusão Sonora em AM (OM, OT e OC)

Características técnicas básicas:

Faixa de Frequências Tx (MHz)	Potência Máxima de Saída (W)	Designação de Emissões
0,53 a 1,705	5000,0	10K0A3E
0,53 a 1,705	3000,0	10K0A3E
0,53 a 1,705	1500,0	10K0A3E
0,53 a 1,705	5000,0	10K0A3E

Potência redutível (W): até 250.

Observações:

Na sua utilização o produto deve estar ajustado na(s) potência(s) e frequência(s) autorizadas pelo órgão técnico competente.

Constitui obrigação do fabricante do produto no Brasil providenciar a identificação do produto homologado, nos termos do art. 39 do Regulamento anexo à Resolução Anatel nº 242, em todas as unidades comercializadas, antes de sua efetiva distribuição ao mercado, assim como observar e manter as características técnicas que fundamentaram a certificação original.

As informações constantes deste certificado de homologação podem ser confirmadas no SGCH - Sistema de Gestão de Certificação e Homologação, disponível no portal da Anatel. (www.anatel.gov.br).

Marcos de Souza Oliveira
Gerente de Certificação e Numeração

Transmissor Digicast AM1500



Características

Especificações Técnicas

A **MTA Digicast** adotou em sua nova linha de Transmissores de AM, a total padronização dos seus circuitos em unidades modulares. Esta filosofia permite a otimização dos custos de operação, tornando a sua manutenção fácil e rápida. Os estágios de excitação, modulação, controle, proteção e potência são iguais para todos os transmissores e são construídos em unidades blindadas, interligadas por conectores, para permitir a sua imediata substituição em campo. Os módulos de potência foram desenvolvidos incorporando-se em um único bloco os estágios de RF, o modulador Dual Phase, e os sistemas de proteção e resfriamento. Esta filosofia construtiva, além de eliminar problemas de interconexão, aumenta significativamente a confiabilidade do sistema. Cada modelo de transmissor utiliza um número diferente de módulos em função da sua potência. No caso de falha de um ou mais módulos, o transmissor permanece no ar com os restantes observando-se apenas uma redução da sua potência.

Todos os parâmetros de funcionamento destes transmissores, tais como: temperaturas, correntes, tensões, SWR, etc., são supervisionados por uma unidade digital de controle que além de proteger o equipamento, permite a operação automática em 3 níveis de redução de potência (foldback) em caso de detecção de alguma anormalidade.

Estes novos Transmissores de AM em estado sólido da **MTA Digicast**, além de serem compatíveis com as novas tecnologias de transmissão digitais, proporcionam uma grande melhora na qualidade de cobertura da sua emissora, e ainda pagam-se com a economia obtida pelo menor consumo de energia elétrica, a eliminação da compra periódica de válvulas e a redução dos custos de operação e manutenção.



100% BRASIL

NEWS

DIGITAL RADIO MONDIALE – BRASIL

- › Novo receptor DRM baseado em Android é apresentado na HFCC
- › Transmissão especial da BBC desde a Ilha Ascensão para o Brasil
- › Ministro Kassab determina que todos os receptores de TV Digital a serem distribuídos terão Ginga

CONTATO

Telefones:

11 3751.5111
11 4701.9825

Endereço:

R. Santa Crescência, 268 - Vila Sônia
São Paulo, 05524-020

NOTA TÉCNICA Nº 22251/2016/SEI-MCTIC

Processo nº: 53900.020256/2014-60.

Processos relacionados: 539000.034146/2016-47 e 53900.037596/2016-91.

Assunto: **Renovação de Outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias, na cidade de Paranaíta / MT.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse do **SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA - ME**, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias, utilizando a frequência 1560 kHz (hum mil quinhentos e sessenta hertz), classe "C", âmbito de atuação regional, na localidade de PARANAÍTA - MT, referente ao período 29/03/2015 a 29/03/2025. Os autos do processo foram encaminhados a Delegacia Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações no Rio de Janeiro - DRMCTIC-RJ, para análise dos laudos técnicos apresentados, às páginas 5 a 29 do processo digitalizado nº 53900.037596/2016-91 (doc. SEI nº 1189356).

ANÁLISE

2. A análise do pleito será embasada pela Resolução Anatel nº 116, de 25 de março de 1999, e demais legislações pertinentes, em especial pelas seguintes:

2.1. Lei nº 4.117, de 24 de agosto de 1962:

Art. 29. Compete ao Conselho Nacional de Telecomunicações (**Ministério das Comunicações**):

- j) fiscalizar as concessões, autorizações e permissões em vigor; opinar sobre a respectiva renovação e propor a declaração de caducidade e preempção;
- x) outorgar ou renovar quaisquer permissões e autorizações de serviço de radiodifusão de caráter local (art. 33, § 5º) e opinar sobre a outorga ou renovação de concessões e autorizações (art. 34, §§ 1º e 3º);
- aa) expedir certificados de licença para o funcionamento das estações de radiocomunicação e radiodifusão uma vez verificado, em vistoria, o atendimento às condições técnicas exigidas;

Art. 33. Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições da presente lei.

§ 3º Os prazos de concessão e autorização serão de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e de 15 (quinze) anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais se os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, **mantido a mesma idoneidade técnica**, financeira e moral, e atendido o interesse público (art. 29, X).

Art. 63. A pena de suspensão poderá ser aplicada nos seguintes casos:

e) utilização de equipamentos diversos dos aprovados ou instalações fora das especificações técnicas constantes da portaria que as tenha aprovado;

Art. 67. A perempção da concessão ou autorização será declarada pelo Presidente da República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações, se a concessionária ou permissionária decair do direito à renovação.

Parágrafo único: **O direito a renovação decorre** do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e **de persistirem a possibilidade técnica** e o interesse público em sua existência.

2.2. Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963:

Art. 40. A entidade outorgada deverá requerer ao Ministério das Comunicações a licença de funcionamento, no prazo de doze meses contado da data de publicação da autorização de uso de radiofrequência.

§ 1º O requerimento de que trata o caput deve ser instruído com laudo de vistoria das estações, elaborado por engenheiro habilitado.

Art 48. As empresas concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão são obrigadas a observar as normas técnicas em vigor e as que venham a ser baixadas pelo CONTEL, com a finalidade de evitar interferências prejudiciais nos serviços de telecomunicações.

Art 122. Para os efeitos deste Regulamento são consideradas infrações na execução dos serviços de radiodifusão os seguintes atos praticados pelas concessionárias ou permissionárias:

28. não atender às determinações de natureza legal, técnica ou econômica, demonstrando, assim, a superveniência de incapacidade para a execução dos serviços objeto da concessão ou permissão;

33. modificar, substituir os equipamentos ou as instalações aprovadas pelo CONTEL, sem prévia autorização do mesmo;

34. executar os serviços de radiodifusão em desacordo com os termos da licença ou não atender às normas e condições estabelecidas para essa execução;

2.3. Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972:

Art. 3º. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, **condicionar a renovação das concessões ou permissões à adaptação da concessionária ou permissionária às condições técnicas estabelecidas no Plano Nacional de Radiodifusão ou normas técnicas dele decorrentes.**

2.4. Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983:

Art. 1º A renovação das concessões e permissões para exploração dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, subordinada ao interesse nacional, depende do cumprimento pelas concessionárias ou permissionárias das disposições legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, bem como da observância de suas finalidades educativas e culturais.

Art. 7º A perempção da concessão ou permissão será declarada quando, terminado o prazo:

II - verificar-se que a interessada não cumpriu as exigências legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, ou não observou suas finalidades educativas e culturais.

2.5. Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012:

Art. 2º Será deferido o pedido de renovação de outorga que atender às seguintes condições:

III - cumprimento das exigências legais, regulamentares e contratuais aplicáveis ao serviço.

2.6. Parecer nº 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, de 29 de maio de 2015:

40. Finalmente, o laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado (documento 17), tem por objetivo a comprovação da idoneidade técnica da entidade. Conforme expresso na Nota nº 52/2014:

Com efeito, o atendimento às exigências necessárias para prestação dos serviços é requisito indispensável estabelecido por lei para renovação das outorgas de radiodifusão concedidas pelo Poder Público. Nesse sentido, há disposição expressa no art. 33, § 3º, do Código Brasileiro de Telecomunicações, o qual estabelece que a renovação da outorga poderá ser deferida se 'os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, mantido a mesma idoneidade técnica, financeira e moral, e atendido o interesse público'. [...] Portanto, dentre outras questões, **a análise técnica é obrigatória** [...].

41. Assim, em que pese as ressalvas de aprovação do Despacho nº 499/2014, o entendimento acima transcrito é o mais adequado para fins de objetivação do rol de documentos a serem exigidos no processo de renovação. Daí, então, a **necessidade de apresentação de laudo técnico ou documento equivalente**, elaborado por engenheiro habilitado.

43. A SCE, ainda, **deverá analisar se o laudo técnico atende aos requisitos aprovados** por ocasião da aprovação de locais e licenciamento, bem como, no processo de alteração de características técnicas. **Trata-se, pois, de análise técnica.**

4. Da análise do processo administrativo apresentado pela interessada, foi verificado o descumprimento das seguintes obrigações, necessárias para a completa instrução dos autos:

Observação	Exigência

Observação	Exigência
<p>No Laudo de Ensaio do transmissor principal apresentado foram constatadas as seguintes pendências que deverão ser sanadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Não foram apresentadas as medições de Distorção Harmônica para a potência de redução noturna de 250 W prevista no Plano Básico de Ondas Médias - PBOM, para a frequência de 1560 kHz na cidade de Paranaíta-MT, conforme exigido no item 8.5.4.c da Res. Anatel nº 116/1999. – Não foram apresentadas as medições de Resposta de Audiofrequência para a potência de redução noturna de 250 W prevista no PBOM, conforme exigido no item 8.5.4.d da Res. Anatel nº 116/1999. – Não foram apresentadas as medições de atenuação de espúrios nas específicas faixas de frequências afastadas de 10,2 a 20 kHz, de 20 kHz a 30 kHz e de 30 kHz a 60 kHz e de 75 kHz da portadora, nas potências de operação diurna (1,00 kW) e noturna (0,25 kW) autorizadas, conforme exigido no item 3.2.5 da Res. Anatel nº 116/1999. - Os valores de atenuação do 2º e 3º harmônicos apresentados não atendem ao mínimo exigido para a potência de operação de diurna (1,00 kW) que deverá ser maior ou igual a 73 dB. Informado: Maior que 70 dB. – Esclarecer os valores de Potência Primária informados, uma vez que esses valores devem se referir à consumo (VA) do transmissor nas diversas potências autorizadas diurna e noturna, com modulação de 100% e sem modulação (0%), conforme exigido no item 8.5.4.i da Res. Anatel nº 116/1999. – Não foi informada a existência de conector de RF para monitor de frequência no transmissor ensaiado, conforme exigido no item 6.3.1.d da Res. Anatel nº 116/1999. – Não foram indicadas na lista de equipamentos utilizados nas medições, as informações de fabricante e modelo da carga artificial mencionada no item 8.5.6 do Laudo de Ensaio apresentado. – Não foi informado o tipo e quantidade de semicondutores utilizados no estágio final de RF, conforme exigido no item 8.5.5.4 da Res. Anatel nº 116/1999. 	<ul style="list-style-type: none"> – Apresentar Laudo de Ensaio parcial do transmissor autorizado indicando as medições e informações ao lado citadas objetivando a complementação do Laudo de Ensaio apresentado.

Observação	Exigência
<p>No Laudo de Vistoria da estação de ondas médias apresentado foram constatadas as seguintes pendências que deverão ser sanadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Não foram apresentadas as medições de frequência, desvios e potência do transmissor na potência noturna autorizada de 0,25 kW. Foram apresentadas, apenas, para a potência diurna de 1,00 kW. – Não foi apresentada a declaração do engenheiro vistoriador atestando serem verdadeiras as informações do Laudo de Vistoria, conforme exigido no item 8.4.17 da Res. Anatel nº 116/1999. – Não foi apresentada a declaração do representante legal da entidade atestando a presença do engenheiro no local da vistoria, conforme exigido no item 8.4.19 da Res. Anatel nº 116/1999. 	<ul style="list-style-type: none"> – Apresentar as declarações ao lado citadas visando a complementação do Laudo de Vistoria apresentado.

5. Desse modo, a entidade **não atende no momento** aos requisitos da legislação para ser considerada apta tecnicamente para a renovação de outorga.

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opinamos pela expedição de ofício de exigência à interessada, conforme itens 3 a 6, com a solicitação de juntada da documentação faltante.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Almir Franco Arnaldo, Engenheiro**, em 19/09/2016, às 10:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Luiz da Conceicao, Coordenador de Grupo de Trabalho, Substituto**, em 19/09/2016, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1326082** e o código CRC **F1F3F4A2**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho da Delegacia Regional do Rio de Janeiro
Rua Primeiro de Março, nº 64 - 1º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ CEP: 20010-900
Fone: (21) 2123-0120

Ofício nº 33245/2016/SEI-MCTIC

Ao Senhor
Representante Legal da **Sistema Plug de Comunicações Ltda - Me**
Rua Marechal Deodoro, n. 3.624, Centro
85.810-200 Cascavel/PR

Assunto: **Exigências para Renovação de Outorga – Processo nº 53900.020256/2014-60 .**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me à solicitação em epígrafe, efetuada por essa entidade, concessionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias, na localidade de PARANAÍTA-MT, com utilização da frequência 1560 kHz (hum mil quinhentos e sessenta hertz), para encaminhar a cópia da Nota Técnica nº 22251/2016/SEI-MCTIC, com a indicação das pendências existentes em destaque.

2. Fica estabelecido o prazo de 30 dias, contados da data do recebimento deste Ofício, para o cumprimento TOTAL das exigências aqui formuladas. Cabe lembrar que na resposta **deverá constar o número do respectivo processo, bem como deste Ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Jose Luiz da Conceicao, Coordenador de Grupo de Trabalho, Substituto**, em 19/09/2016, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1326676** e o código CRC **9B40A72C**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 33245/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.020256/2014-60 - Nº SEI: 1326676

Data de Envio:

19/09/2016 17:00:26

De:

MCTIC/DRMC-RJ (SEI-MC) <drmc-rj.sei@comunicacoes.gov.br>

Para:

roque@sistemaplug.com.br

sei@sistemaplug.com.br

cezar@sistemaplug.com.br

Assunto:

Renovação de outorga - exigências técnicas

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.020256/2014-60

Segue em anexo, documentação referente à exigência resultante da análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Grupo de Trabalho da Delegacia Regional do Rio de Janeiro
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Anexos:

Nota_Tecnica_1326082.html

Oficio_1326676.html

Processo nº 53900.020256/2014-60 (Processos relacionados 53900.034146/2016-47, 53900057917/2016-74, 53900.037596/2016-91 e 53900.037596/2016-91)

SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÃO LTDA

Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias (OM)

Paranaíba / MT - 1560 kHz - Pot. Diurna: 1,00 kW / Pot. Noturna: 0,25 kW

Períodos de renovação: 29/03/2015 a 29/03/2025.

ANÁLISE QUANTO À DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA EM RESPOSTA ÀS EXIGÊNCIAS DA NOTA TÉCNICA Nº 2251/2016/SEI-MCTIC - OF. Nº 33245/2016/SEI-MCTIC

INTRODUÇÃO:

- 1) Situação do Fistel: Sem débitos (Vide SRD em anexo).
- 2) Ato autorizativo mais recente: Portaria SCE nº 636 de 08/08/2008, DOU de 06/10/2008
- 3) Signatário do requerimento de resposta (Roque Lander Menegais) é representante legal da entidade. (Vide SIACCO em anexo).
- 4) Entidade apresentou em 24/10/2016 (Doc. SEI nº 1448877, protocolo nº 53900.058746/2016-09), novo Laudo de Ensaio do transmissor principal e novo Laudo de Vistoria da estação, às páginas 2 a 18, em cumprimento à exigência no Ofício nº 33245/2016/SEI-MCTIC de 19/09/2016.
- 5) O transmissor ensaiado possui circuitos totalmente em estado sólido, sem utilização de válvulas, conforme prospecto técnico, em anexo, razão pela qual itens a este tipo de componente e proteções onde existam no transmissor tem tensões acima de 350 V, não são cabíveis ao caso.
- 6) Segundo o Laudo de ensaio do transmissor, o equipamento não opera com estereofonia, sendo monoaural, não sendo cabíveis, portanto, exigências quanto às medições relativas à estereofonia e SAP.

ANÁLISE QUANTO AO NOVO LAUDO DE ENSAIO DO TRANSMISSOR AUTORIZADO e Único:

Transmissor autorizado: MTA Eletrônica Industrial Ltda, modelo AM1500, certificação nº 3707120518.

- No novo **Laudo de Ensaio do transmissor principal apresentado** às págs. 2 a 11 foram repetidos os itens anteriormente avaliados como corretos e foi observado o cumprimento de todas as exigências constatadas na análise anterior e exigidas na NT 2251/2016//SEI-MCTIC, quais sejam:

. Foram apresentadas no Laudo, conforme exigido, as medições de Distorção Harmônica para a potência de redução noturna prevista no PBOM de 250 W, estando estas em conformidade com os limites exigidos.

. Foram apresentadas no Laudo, conforme exigido, as medições de Resposta de Audiofrequência para a potência de redução noturna prevista no PBOM de 250 W, estando estas em conformidade com os limites exigidos.

. Foram apresentadas no Laudo, conforme exigido, as medições de atenuação de espúrios nas faixas de frequências afastadas de 10,2 a 20,0 kHz, de 20,0 kHz a 30,0 kHz e de 30,0 kHz a 60,0 kHz e 75 kHz da portadora, na potência máxima autorizada do transmissor, estando estas em conformidade com os limites exigidos.

. Os valores de atenuação do 2º e 3º harmônicos apresentados, ora apresentados, atendem ao mínimo exigido para a potência de operação de diurna (1,00 kW) e foram maiores que o mínimo de 73 dB.

. Foram apresentados, agora, valores compatíveis e na unidade devida para a Potência Primária.

. Foi informada no Laudo, agora, a existência de conector de RF para monitor de frequência no transmissor ensaiado.

. Foram listados os equipamentos utilizados nas medições ora apresentadas.

. Foi informado o tipo e quantidade de semicondutores utilizados no estágio final de RF.

ANÁLISE QUANTO AO novo LAUDO DE VISTORIA

- No novo **Laudo de Vistoria da estação de ondas médias apresentado** às págs. 12 a 18 foram repetidos os itens anteriormente avaliados como corretos e observado o cumprimento satisfatório das exigências constatadas na análise anterior e exigidas na NT 22251/2016//SEI-MCTIC, quais sejam:

. Foram apresentadas as medições de frequência, desvios e potência do transmissor na potência noturna autorizada de 0,25 kW que não constavam anteriormente. As medições estão em conformidade com os limites estabelecidos na legislação.

. Foi apresentada, desta vez, a declaração do representante legal da entidade atestando a presença do engenheiro no local da vistoria.






CONCLUSÃO:

Da análise acima, se conclui, agora então, pela aprovação dos Laudo de Ensaio do Transmissor Principal (e único) e do Laudo de Vistoria da estação, estando assim, a entidade APTA tecnicamente para a Renovação de Outorga.

No Laudo de Vistoria apresentado está sendo considerada atendida a apresentação do Parecer Conclusivo, exigido no item 8.4.18 da Res. Anatel 116/1999, com os termos da declaração à pág. 16 do Doc. SEI nº 1448877, assinado em conjunto pelo engenheiro vistoriador e o representante legal da entidade por ser esta similar aos termos do exigido na legislação.

ANALISTA:

Almir Franco Arnaldo
DRMC-RJ
24/10/2016

Ação:  Incluir Pessoa Física  Incluir Pessoa Jurídica  Alterar  Excluir  Consultar

Entidade (Alteração)

Tipo Entidade: Pessoa Jurídica

CNPJ: 03.709.705/0001-70

Razão Social: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA

Nome Fantasia:

Tipo Sociedade: Limitada ▾

Natureza Sociedade: Empresa Privada ▾

Atividade Econômica: Comercial ▾

Grupo Econômico: >> Informe o grupo econômico << ▾

Endereço Sede

Endereço: RUA MARECHAL DEODORO

Número/Complemento: 3624

Bairro: CENTRO

Cidade: Cascavel

Telefone: (45)3326-2509

E-Mail: comercial@sistemaplug.com.br

CEP: 85.810-200

UF: PR

Fax: (45)3326-2509

Endereço/Telefone Sede - SRD

Endereço Correspondência

Endereço:

Bairro:

Cidade:

CEP:

UF:

Capital Social

Valor: 40.000,00

Moeda: R\$ - REAL ▾

Sociedade Limitada

Qtd. Cotas: 40.000

Valor de uma Cota: 0,00

Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vir. Cotas	EDITAR	DESVINCULAR
782.211.889-72	ROQUE LANDER MENEGAI	25.000	25.000,00		
969.173.269-68	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI	15.000	15.000,00		

 Vincular Sócio

Conselho

 Vincular Conselheiro

Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	EDITAR	DESVINCULAR
782.211.889-72	ROQUE LANDER MENEGAI	GERENTE		

 Vincular Diretor

Procurador

 Vincular Procurador

Representante

 Vincular Representante

☒ Recadastrado pela portaria Nº. 447

 Voltar  Confirmar



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
Almir Franco Arnaldo

Sistemas
Interativos



Menu Principal ▾

SRD »» Consultas »» Geral | internet | teia | menu | ajuda



Tela Inicial



Resultado da Consulta

Consulta Geral OM

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Âmbito de Atuação
1560 kHz	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	MT	Paranaíta	OM	3	M	Regional

Usuário: **Anatel\almir.mc - Almir Franco Arnaldo**

Data: **29/08/2016**

Hora: **09:54:26**

Registro **1** até **1** de **1** registros

Página: [1] [Ir] [Reg]



Gerência de Administração de Planos e Autorização de Uso de Radiofrequência
Gerência de Autorização de Uso de Radiodifusão e Licenciamento de Estações

Impresso por: **Almir Franco Arnaldo**

Data/Hora: **25/10/2016 14:23:02**

Consulta Geral - OM

Identificação do Canal PB

UF: MT
Município: Paranaíta
Frequência: 1560 kHz
Classe: C

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:
Fase: 3 - Licenciada

Dados da Entidade

Entidade: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA
Nome Fantasia:
Nº Estação: 690817290
Primeiro Licenciamento: 18/08/2014 10:27:22

Fistel: 50401454894
CNPJ: 03.709.705/0001-70
Situação: Entidade não possui débitos
Último Licenciamento: 18/08/2014 10:27:22

☐ Dados do Plano Básico

Ocupante do Canal

Entidade: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA
Fase: 3 - Licenciada

Nº Fistel: 50401454894

Coordenadas Geográficas do Município

Município: Paranaíta/MT

Latitude: 9S393006

Longitude: 56W284296

Raio: 95

Coordenadas Geográficas

Latitude: 09 ° 41 ' 02 " 00 Sul

Longitude: 56 ° 28 ' 06 " 00

Local Específico: (opcional)

Dados Técnicos do Canal

Frequência: 1560 KHz

Classe:

Potência Diurna: 1 KW

Potência Noturna: 0,25 KW

Campo Caract.(EC): 316 mV/m

Sistema Irradiante

Possui diretivos?: Não

Alt. da Torre: 55

Histórico / Observações

Histórico:

SG27/88,SNC72/90;RESOLUCAO ANATEL 117/99

Máximo: 250 Digitados: 40

Observação:

Máximo: 250 Digitados: 0

☐ Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 03709705000170

Pesquisar

Razão Social: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA
Nome Fantasia: **Tipo de Usuário:** Integral

Endereço Sede

País: Brasil

Número do CEP: 85810200
Número: 3624
Município: Cascavel
Telefone: 45 33262509

Logradouro: RUA MARECHAL DEODORO
Complemento:
Distrito: Cascavel

Bairro: CENTRO
SubDistrito:

Estado: PR
Fax:

Endereço de Correspondência

País:
Número do CEP:
Número:
Município:
Telefone:
Logradouro:
Complemento:
Distrito:
Fax:
Bairro:
SubDistrito:
E-mail:
Estado:

Nome Fantasia

Nome Fantasia

Dados da Outorga

SCRAD Jurídico:

Data Publicação
Contrato/Convênio:

SCRAD Técnico:

Data Limite
Instalação:

Número do Processo:

Fistel:

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text" value="111111"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="Decreto"/>	<input type="text" value="MC"/>	<input type="text" value="28/08/2002"/>	<input type="text" value="29/08/2002"/>	Outorga	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="480"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="Decreto Legislativo"/>	<input type="text" value="CN"/>	<input type="text" value="16/08/2004"/>	<input type="text" value="17/08/2004"/>	Deliber. do C. Nacional	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="148"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="Portaria"/>	<input type="text" value="MC"/>	<input type="text" value="25/07/2008"/>	<input type="text" value="23/10/2008"/>	Multa	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="636"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="Portaria"/>	<input type="text" value="MC"/>	<input type="text" value="08/08/2008"/>	<input type="text" value="06/10/2008"/>	Aprovação de Local	<input type="text" value="Téc."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="6282"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="ATO"/>	<input type="text" value="CMPRL"/>	<input type="text" value="16/10/2008"/>	<input type="text" value="17/10/2008"/>	Autoriza o Uso de Radiofrequência	<input type="text" value="Téc."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="5300"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="ATO"/>	<input type="text" value="ER07"/>	<input type="text" value="02/09/2013"/>	<input type="text" value="30/09/2013"/>	Emissão de Ato de Alteração Técnica	<input type="text" value="Téc."/>

Característica da Estação Instalada

» Endereços

Estação Transmissora

Endereço

País: Brasil
Cep: 78590000
Número: S/N
Município: Paranaíta
Logradouro: SETOR NOVO
Complemento:
Distrito: Paranaíta
Bairro: JARDIM ESPERANÇA
SubDistrito:
UF: MT

Coordenadas Geográficas do Município

Município: Latitude: Longitude: Raio:

Coordenadas Geográficas Estação

Latitude: Longitude:
Distância ao Centro do Município: Km
Azimute: (Azimute da estação transmissora em relação ao centro da localidade.)
WGS-84: ☒ Coordenada de acordo com o sistema WGS-84.

Informações da Estação

Cota Base Torre: m

Dados da Estação

Entidade: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA - CNPJ/CPF(03.709.705/0001-70)
Município/UF: PARANAÍTA/MT
Indicativo: ZY1445

Situação: Entidade não possui débitos
Freq. PB: 1560
Classe PB: C

Características de Operação

Frequência:	<div>1560 ▾</div>	MHz			
Dia Início	<div>Domingo ▾</div>	Dia Fim	<div>Sábado ▾</div>	Hora Início	<div>00:00 ▾</div>
				Hora Fim	<div>24:00 ▾</div>
					X



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA TARDE
Almir Franco Arnaldo

Sistemas
Interativos



Menu Principal ▾

SRD »» Consultas »» Geral | internet | teia | menu | ajuda



Tela Inicial



Resultado da Consulta

Consulta Geral OM

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Âmbito de Atuação
1560 kHz	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	MT	Paranaíta	OM	3	M	Regional

Usuário: **Anatel\almir.mc - Almir Franco Arnaldo**

Data: **25/10/2016**

Hora: **14:20:42**

Registro **1** até **1** de **1** registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho da DRMC - RJ

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE LAUDO DE ENSAIO**TRANSMISSOR PRINCIPAL (e Único)****ONDAS MÉDIAS**

Processo nº: 53900.020256/2014-60	
Entidade: SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÃO LTDA	
Localidade: PARANAÍBA	UF: MT
Fabricante: MTA ELETRÔNICA INDUSTRIAL LTDA	
Modelo: AM1500	Potência (D/N): 1,0 / 0,25 kW

S – SIM N – NÃO R – REGULAR I – IRREGULAR N/A – NÃO SE APLICA

Numeração das páginas abaixo indicadas se referem ao Doc. SEI nº 1448877 – protocolo nº 53900.058746/2016-09

RELATIVOS À ENTIDADE			
O período de 10 anos do mais recente pedido de renovação abrange o ano ora vigente da análise	Atende	****	S
Situação quanto ao Fistel	Consultar SRD	****	R
Assinado por Representante Legal	Consultar SIACCO e/ou Pasta Jurídica da Entidade	****	R
Itens do Laudo de Ensaio	LIMITES	Item da Res. 116/1999	SITUAÇÃO
Fabricante e Modelo do Transmissor ensaiado	Autorizado na ocasião da elaboração do Laudo de Ensaio	****	S
<u>Interessada (Item 8.5.1):</u> Nome da entidade e endereço completo.	Informado	****	S (Pág.3)
<u>Ensaio (Item 8.5.2):</u> Motivo , Endereço completo do local do ensaio, data(s) em que foi realizado o ensaio.	Informado	****	S (Pág.3)
<u>Fabricante:</u> Nome e endereço do fabricante. Caso importado, endereço completo do representante no Brasil.	Informado	****	S (Pág.3)
1- Potência de saída do transmissor (Item 8.5.4.a);	Máx:10% Superior Min.: 15% Inferior	5.4.1	S (Pág.3)
2- Frequência (Item 8.5.4.b);	± 10 Hz	3.2.3	S (Pág.3)
3- Variação da máxima da frequência em 60 minutos de funcionamento. (Item 8.5.4.b);	± 10 Hz	3.2.3	S (Pág.3)
4. a - Distorção harmônica de áudio - Monofonia. (Item 8.5.4.c). Potência Diurna.	< = 3% (p/ mod. <= 85%) < = 4% (p/ mod. > 85%), ambas nas frequências de modulação 50, 100, 400, 1000 e 7500 Hz	6.3.1.1.b	S (Pág.3)

4. a - Distorção harmônica de áudio - Monofonia. (Item 8.5.4.c). Potência Noturna.	$\leq 3\%$ (p/ mod. $\leq 85\%$) $\leq 4\%$ (p/ mod. $> 85\%$), ambas nas frequências de modulação 50, 100, 400, 1000 e 7500 Hz	6.3.1.1.b	R (Pág.4) (1)
4. b - Distorção harmônica de áudio – Estereofonia. (Item 8.5.4.c). Potência Diurna.	$\leq 1\%$ nas frequências de modulação de 50 a 10000 Hz.	6.3.1.1.b	NA (3)
4. b - Distorção harmônica de áudio – Estereofonia. (Item 8.5.4.c). Potência Noturna.	$\leq 1\%$ nas frequências de modulação de 50 a 10000 Hz.	6.3.1.1.b	NA (3)
5- Resposta de audiofrequência, em relação a 1 kHz. (Item 8.5.4.d);	± 1 dB na faixa entre 100 Hz a 5000 Hz, inclusive. ± 3 dB na faixa de 50 a 100 Hz e de 5000 a 7500 Hz	6.3.1.1.a	R (Págs. 4 e 5) (1)
6- Características de regulação de amplitude da portadora. (Item 8.5.4.e);	$\leq 5\%$ para qualquer percentagem de modulação.	6.3.1.1.c	R (Pág.5)
7- Nível de ruído da portadora. (Item 8.5.4.f);	Pelo menos 50 dB abaixo do nível de 100% de modulação a 400 Hz.	6.3.1.1.d	R (Pág.5)
8- Atenuação de harmônicos e espúrios em relação da frequência de operação. (Item 8.5.4.g);	Frequências afastadas de: · p/ 10,2 a 20 kHz, -25 dB; · p/ > 20 até 30 kHz, -35 dB; · p/ > 30 até 60 kHz, (-5 + 1dB/kHz); · p/ >60 até 75 kHz, -65 dB; · p/ > 75 kHz, - [73 + P (dBk)] para potências até 5 kW inclusive; · p/ > 75 kHz, - 80 dB para potências maiores que 5 kW.	3.2.5	R (Pág. 5 e 6) (1)
9- Nível de entrada de áudio na frequência de 1 kHz para 100% de modulação (Item 8.5.4.h);	Sem limite. Indicados valores para potência diurna e para a noturna.	R	
10- Potência primária de entrada a 0% e a 100% de modulação. (Item 8.5.4.i)	Sem limite. Indicados valores para potência diurna e para a noturna.	R (Pág.6) (1)	
<u>OBSERVAÇÕES VISUAIS NO TRANSMISSOR</u> (Item 8.5.5.1)			
- Placa de Identificação: Nome do fabricante, modelo , nº de série , potência nominal , potência(s) de saída , frequência, data de fabricação , consumo.	Possui / Informações compatíveis com a autorização.	6.3.1.n	S (Pág.6)
<u>. MEDIDORES ESTÁGIO FINAL DE RF (INDICAR FABRICANTE E ESCALA)</u> (Item 8.5.5.2)			
- Medidor de corrente contínua de placa ou de coletor (fabricante e escala)	Possui. Indicado fabricante e escala. Funcionando.	6.3.1.c	S (Pág.6)
- Medidor de tensão contínua de placa ou de coletor (fabricante e escala)	Possui. / Funciona.	6.3.1.c	S (Pág.6)
- Medidor de nível de modulação.	Possui. / Funciona.	S (Págs.7 e 8)	
- Conector para ligação de monitor de modulação;	Possui. / Funciona.	6.3.1.d	S (Pág.7)

- Conector para medição de frequência.	Possui. / Funciona.	6.3.1.d	S (Pág.7) (1)
- Tipo de válvula(s) ou semiconductor(es) utilizados no estágio final de RF (Item 8.5.5.4).	Informada(o)(s).	R (Pág.7)	
- Quantidade de estágios separadores entre unidade osciladora e o estágio final de RF (Item 8.5.5.5)	Pelo menos um estágio.	6.3.1.e	S (Pág.7) (1)
. DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA PESSOAL (Item 8.5.5.6):			
- De descarga dos capacitores depois de desligada a alta tensão. (Item 8.5.6.a);	Possui.	S (Pág.7)	
- Existência de gabinetes metálicos encerrando o transmissor, com todas as partes expostas ao contato dos operadores, interligadas e conectadas à massa. (Item 8.5.6.b);	Possui.	6.3.1.j	S (Pág.7)
- Existência de interruptores de segurança. (Item 8.5.6.c);	Possui.	6.3.1.h	S (Pág.7)
- Possibilidade de serem feitos, externamente, ajustes dos circuitos com tensões superiores a 350 Volts, com todas as tampas fechadas. (Item 8.5.6.d).	Possui.	6.3.1.i	NA (Pág.7) (2)
. EXISTÊNCIA DE DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO DO TRANSMISSOR (Item 8.5.5.7):			
- Contra sobrecarga de corrente na fonte de alta tensão. (Item 8.5.7.a).;	Possui.	S (Pág.8)	
- Contra sobretensão na fonte de alimentação. (Item 8.5.7.b).;	Possui.	S (Pág.8)	
- Contra falta de ventilação adequada, no caso de válvulas (s) com resfriamento forçado. (Item 8.5.7.c);	Possui.	S (Pág.8)	
- Aplicação sequencial correta das diferentes tensões de alimentação dos estágios (descrição sumária). (Item 8.5.7.d);	Possui.	S (Pág.8)	
- Contra falta de excitação conveniente no amplificador final de RF. (Item 8.5.7.e).	Possui.	S (Pág.8)	
INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO			
- Instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador. (Item 8.5.7)	Apresentados. Coerente com as medições realizadas.	S (Pág.8)	
DECLARAÇÕES			
- Declaração do engenheiro atestando serem verdadeiras as informações do Laudo de Ensaio. (Item 8.5.8);	Apresentada corretamente.	S (Pág.9)	
- Parecer Conclusivo do engenheiro certificando o atendimento pelo transmissor a todas as regulamentações técnicas vigentes a ele aplicáveis. (Item 8.5.9);	Apresentado corretamente.	S (Pág.10)	


- Declaração do Interessado, atestando a presença do engenheiro na realização do Laudo de Ensaio, devidamente assinado, indicando local, data, nome e cargo na entidade. (Item 8.5.10);	Apresentada corretamente. Interessado signatário é Representante Legal da entidade.	S (Pág.11)
- Anotação de Responsabilidade Técnica – ART relativa ao Ensaio, devidamente quitada. (Item 8.5.11).	Apresentada.	S (Pág.15). Doc. SEI nº 1189356
	Quitada.	S (Pág.18). Doc SEI nº 1189356

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **não atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:
<p>SITUAÇÃO DO LAUDO DE ENSAIO: APROVADO.</p> <p>NOTAS:</p> <p>(1) Cumprida satisfatoriamente a exigência neste item com informação em acordo com a legislação.</p> <p>(2) O transmissor em ensaio possui componentes totalmente em estado sólido, não possuindo válvulas, não sendo exigidas, portanto, informações de itens que se refiram à proteção em circuitos com tensões acima de 350 V.</p> <p>(3) Segundo informações no Laudo de Ensaio, o transmissor não opera com sistema estereofônico, apenas, monofônico, não sendo exigidas, portanto, medições relativas à estereofonia.</p>
Análise:
<p>Analista: ALMIR FRANCO ARNALDO</p> <p>Cargo: ENGENHEIRO</p> <p>Data: 24/10/2016</p>

1286-4

PUBLICADO NO DIÁRIO
OFICIAL DE 06/10/2008
PÁGINA 60 SEÇÃO 1
ANOTADO POR: 

PORTARIA n.º 636 , de 08 de AGOSTO de 2007.

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 53000.003381/2005, resolve:

Art. 1º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, no município de Paranaíta, Estado do Mato Grosso, utilizando a frequência 1560 kHz, classe C, de conformidade com o anexo à presente Portaria.

Art. 2º Estabelecer que esta Portaria será tornada sem efeito, caso a entidade não comprove o pagamento da taxa de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Determinar que, no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado a partir da data de publicação desta Portaria, a entidade providencie a efetivação do que foi aprovado e requeira vistoria para fins de licenciamento.

Art. 4º O início efetivo da execução do Serviço está condicionado à expedição do Ato de Autorização de Uso da Radiofrequência pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e da respectiva Licença de Funcionamento da Estação pelo Ministério das Comunicações.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU



ANEXO À PORTARIA n.º 636

/2007 - FOLHA 1 DE 2

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Denominação

SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA

Localidade/UF:

PARANAÍTA/MT

Frequência:

1560 kHz

Potência:

Diurna: 1,0 kW

Noturna: 0,25 kW

Classe:

C

LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA

Logradouro

ESTRADA PORTO DE AREIA, KM 03 – ÁREA RURAL

Localidade/UF:

PARANAÍTA/MT

Coordenadas Geográficas:

09°39'02"S ; 56°27'14"W

LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO PRINCIPAL

Logradouro

RUA GERSON SIDNEI EGER, 65 – PCA DO ARIOSTO RIVA

Localidade/UF:

PARANAÍTA/MT

TRANSMISSOR PRINCIPAL

Fabricante:

PRESTEC INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Modelo:

HTMS-1.6

Pot. Operação:

1,0 kW

Certificação:

0929-02-0517

SISTEMA IRRADIANTE PRINCIPAL

Tipo:

OMNIDIRECIONAL

Altura da Torre:

55 m

Plano de Terra:

120 RADIAIS DE 48,1 M DE COMPRIMENTO, ESPAÇADAS DE 3 EM 3 GRAUS

Condutividade do Solo:

1,0 mS/m

Ganho:

1,0 vezes

Cota da Base da Torre:

250 m

LINHA DE TRANSMISSÃO

Fabricante:

KMP CABOS ESPECIAIS E SISTEMAS LTDA.

Modelo:

CF-7/8"

Comprimento:

70 m

Impedância Característica:

50 Ohms

Atenuação:

0,15 dB/100m



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES.

Certificado de Homologação
(Intransferível)

Nº **3707-12-0518**

Validade: **Indeterminada**

Emissão: **26/12/2012**

Fabricante:

MTA ELETRÔNICA INDUSTRIAL LTDA.
RUA SANTA CRESCÊNCIA, 268 268 FERREIRA
05524020 SAO PAULO SP

Este documento homologa, nos termos do Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações, aprovado pela Resolução Anatel nº 242, de 30 de novembro de 2000, o Certificado de Conformidade nº 07156/12, emitido pelo **OCD - IBRACE - Instituto Brasileiro de Certificação**. Esta homologação é expedida em nome do fabricante aqui identificado e é válida somente para o produto a seguir discriminado, cuja utilização deve observar as condições estabelecidas na regulamentação do(s) serviço(s) ou aplicação(ões) a que se destina.

Tipo:

Transmissor de Radiodifusão Sonora em AM - Categoria 1

Modelo(s):

AM5000
AM3000
AM1500

Serviço/Aplicação:

Serviços de Radiodifusão Sonora em AM (OM, OT e OC)

Características técnicas básicas:

Faixa de Frequências Tx (MHz)	Potência Máxima de Saída (W)	Designação de Emissões
0,53 a 1,705	5000,0	10K0A3E
0,53 a 1,705	3000,0	10K0A3E
0,53 a 1,705	1500,0	10K0A3E
0,53 a 1,705	5000,0	10K0A3E

Potência redutível (W): até 250.

Observações:

Na sua utilização o produto deve estar ajustado na(s) potência(s) e frequência(s) autorizadas pelo órgão técnico competente.

Constitui obrigação do fabricante do produto no Brasil providenciar a identificação do produto homologado, nos termos do art. 39 do Regulamento anexo à Resolução Anatel nº 242, em todas as unidades comercializadas, antes de sua efetiva distribuição ao mercado, assim como observar e manter as características técnicas que fundamentaram a certificação original.

As informações constantes deste certificado de homologação podem ser confirmadas no SGCH - Sistema de Gestão de Certificação e Homologação, disponível no portal da Anatel. (www.anatel.gov.br).

Marcos de Souza Oliveira
Gerente de Certificação e Numeração

Transmissor Digicast AM1500

Características

Especificações Técnicas



A **MTA Digicast** adotou em sua nova linha de Transmissores de AM, a total padronização dos seus circuitos em unidades modulares. Esta filosofia permite a otimização dos custos de operação, tornando a sua manutenção fácil e rápida. Os estágios de excitação, modulação, controle, proteção e potência são iguais para todos os transmissores e são construídos em unidades blindadas, interligadas por conectores, para permitir a sua imediata substituição em campo. Os módulos de potência foram desenvolvidos incorporando-se em um único bloco os estágios de RF, o modulador Dual Phase, e os sistemas de proteção e resfriamento. Esta filosofia construtiva, além de eliminar problemas de interconexão, aumenta significativamente a confiabilidade do sistema. Cada modelo de transmissor utiliza um número diferente de módulos em função da sua potência. No caso de falha de um ou mais módulos, o transmissor permanece no ar com os restantes observando-se apenas uma redução da sua potência.

Todos os parâmetros de funcionamento destes transmissores, tais como: temperaturas, correntes, tensões, SWR, etc., são supervisionados por uma unidade digital de controle que além de proteger o equipamento, permite a operação automática em 3 níveis de redução de potência (foldback) em caso de detecção de alguma anormalidade.

Estes novos Transmissores de AM em estado sólido da **MTA Digicast**, além de serem compatíveis com as novas tecnologias de transmissão digitais, proporcionam uma grande melhora na qualidade de cobertura da sua emissora, e ainda pagam-se com a economia obtida pelo menor consumo de energia elétrica, a eliminação da compra periódica de válvulas e a redução dos custos de operação e manutenção.



100% BRASIL

NEWS

DIGITAL RADIO MONDIALE – BRASIL

- › Novo receptor DRM baseado em Android é apresentado na HFCC
- › Transmissão especial da BBC desde a Ilha Ascensão para o Brasil
- › Ministro Kassab determina que todos os receptores de TV Digital a serem distribuídos terão Ginga

CONTATO

Telefones:

11 3751.5111

11 4701.9825

Endereço:

R. Santa Crescência, 268 - Vila Sônia
São Paulo, 05524-020

NOTA INFORMATIVA Nº 2412/2016/SEI-MCTIC

Processo nº: 53900.020256/2014-60.

Processos relacionados:

Assunto: **Renovação de Outorga de Serviço de Radiodifusão em Ondas Médias.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse do **SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA - ME**, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias, utilizando a frequência 1560 kHz (hum mil quinhentos e sessenta hertz), classe "C", âmbito de atuação regional, na localidade de PARANAÍTA - MT, referente ao período 29/03/2015 a 29/03/2025. Os autos do processo foram encaminhados a Delegacia Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações no Rio de Janeiro - DRMCTIC-RJ, para análise dos laudos técnicos apresentados, às páginas 5 a 29 do documento nº 53900.037596/2016-91 (evento SEI nº 1189356) e às páginas 2 a 18 do documento nº 53900.058746/2016-09 (evento SEI nº 1448877).

ANÁLISE

2. A análise do pleito será embasada pela Resolução Anatel nº 116, de 25 de março de 1999, e demais legislações pertinentes, em especial pelas seguintes:

2.1. Lei nº 4.117, de 24 de agosto de 1962:

Art. 29. Compete ao Conselho Nacional de Telecomunicações (**Ministério das Comunicações**):

- j) fiscalizar as concessões, autorizações e permissões em vigor; opinar sobre a respectiva renovação e propor a declaração de caducidade e preempção;
- x) outorgar ou renovar quaisquer permissões e autorizações de serviço de radiodifusão de caráter local (art. 33, § 5º) e opinar sobre a outorga ou renovação de concessões e autorizações (art. 34, §§ 1º e 3º);
- aa) expedir certificados de licença para o funcionamento das estações de radiocomunicação e radiodifusão uma vez verificado, em vistoria, o atendimento às condições técnicas exigidas;

Art. 33. Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições da presente lei.

§ 3º Os prazos de concessão e autorização serão de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e de 15 (quinze) anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais se os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, **mantido a mesma idoneidade técnica**, financeira e moral, e atendido o interesse público (art. 29, X).

Art. 63. A pena de suspensão poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- e) utilização de equipamentos diversos dos aprovados ou instalações fora das especificações técnicas constantes da portaria que as tenha aprovado;

Art. 67. A perempção da concessão ou autorização será declarada pelo Presidente da República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações, se a concessionária ou permissionária decair do direito à renovação.

Parágrafo único: **O direito a renovação decorre** do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e **de persistirem a possibilidade técnica** e o interesse público em sua existência.

2.2. Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963:

Art. 40. A entidade outorgada deverá requerer ao Ministério das Comunicações a licença de funcionamento, no prazo de doze meses contado da data de publicação da autorização de uso de radiofrequência.

§ 1º O requerimento de que trata o caput deve ser instruído com laudo de vistoria das estações, elaborado por engenheiro habilitado.

Art 48. As empresas concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão são obrigadas a observar as normas técnicas em vigor e as que venham a ser baixadas pelo CONTEL, com a finalidade de evitar interferências prejudiciais nos serviços de telecomunicações.

Art 122. Para os efeitos deste Regulamento são consideradas infrações na execução dos serviços de radiodifusão os seguintes atos praticados pelas concessionárias ou permissionárias:

28. não atender às determinações de natureza legal, técnica ou econômica, demonstrando, assim, a superveniência de incapacidade para a execução dos serviços objeto da concessão ou permissão;

33. modificar, substituir os equipamentos ou as instalações aprovadas pelo CONTEL, sem prévia autorização do mesmo;

34. executar os serviços de radiodifusão em desacordo com os termos da licença ou não atender às normas e condições estabelecidas para essa execução;

2.3. Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972:

Art. 3º. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, **condicionar a renovação das concessões ou permissões à adaptação da concessionária ou permissionária às condições técnicas estabelecidas no Plano Nacional de Radiodifusão ou normas técnicas dele decorrentes.**

2.4. Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983:

Art. 1º A renovação das concessões e permissões para exploração dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, subordinada ao interesse nacional, depende do cumprimento pelas concessionárias ou permissionárias das disposições legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, bem como da observância de suas finalidades educativas e culturais.

Art. 7º A perempção da concessão ou permissão será declarada quando, terminado o prazo:

II - verificar-se que a interessada não cumpriu as exigências legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, ou não observou suas finalidades educativas e culturais.

2.5. Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012:

Art. 2º Será deferido o pedido de renovação de outorga que atender às seguintes condições:
III - cumprimento das exigências legais, regulamentares e contratuais aplicáveis ao serviço.

2.6. Parecer nº 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, de 29 de maio de 2015:

40. Finalmente, o laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado (documento 17), tem por objetivo a comprovação da idoneidade técnica da entidade. Conforme expresso na Nota nº 52/2014:

Com efeito, o atendimento às exigências necessárias para prestação dos serviços é requisito indispensável estabelecido por lei para renovação das outorgas de radiodifusão concedidas pelo Poder Público. Nesse sentido, há disposição expressa no art. 33, § 3º, do Código Brasileiro de Telecomunicações, o qual estabelece que a renovação da outorga poderá ser deferida se 'os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, mantido a mesma idoneidade técnica, financeira e moral, e atendido o interesse público'. [...] Portanto, dentre outras questões, **a análise técnica é obrigatória** [...].

41. Assim, em que pese as ressalvas de aprovação do Despacho nº 499/2014, o entendimento acima transcrito é o mais adequado para fins de objetivação do rol de documentos a serem exigidos no processo de renovação. Daí, então, a **necessidade de apresentação de laudo técnico ou documento equivalente**, elaborado por engenheiro habilitado.

43. A SCE, ainda, **deverá analisar se o laudo técnico atende aos requisitos aprovados** por ocasião da aprovação de locais e licenciamento, bem como, no processo de alteração de características técnicas. **Trata-se, pois, de análise técnica.**

3. Considerando a documentação apresentada, às págs. 5 a 29 do documento nº 53900.037596/2016-91 (evento SEI nº 1189356) e às páginas 2 a 18 do documento nº 53900.058746/2016-09 (evento SEI nº 1448877), compostas de Laudo de Vistoria da Estação e Laudo de Ensaio do transmissor principal, verifica-se através das medições apresentadas que a estação estava funcionando na data da execução dos referidos laudos de acordo com as características técnicas definidas em regulamento técnico para o serviço específico. A interessada apresentou as declarações do representante legal e do profissional habilitado, conforme definido no regulamento técnico, tendo apresentado ainda a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) devidamente quitada. Dessa forma, constatamos que a concessionária na época dos Laudos de Vistoria da estação e do Laudo de Ensaio do transmissor estava executando o serviço em conformidade com a última autorização do poder concedente e norma técnica regulamentar vigente.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, entendemos que o Laudo de Vistoria Técnica da Estação, o Laudo de Ensaio do transmissor principal e as declarações apresentadas estão em conformidade com a última autorização do poder concedente e norma técnica regulamentar vigente, estando ***apta tecnicamente*** para dar prosseguimento ao processo de Renovação de Outorga. Por fim, opinamos pelo encaminhamento da presente Nota Informativa ao Subgrupo Legal de Pós-Outorga - SLPOS, para continuidade do processo de Renovação de Outorga.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Almir Franco Arnaldo, Engenheiro**, em 26/10/2016, às 16:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Delegado Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comu no Estado no Rio de Janeiro**, em 27/10/2016, às 09:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1454453** e o código CRC **02E6301F**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.020256/2014-60

SEI nº 1454453


[Menu Principal](#)

 SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 03.709.705/0001-70

SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI	969.173.269-68	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Boqueirão do Leão
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Bom Jesus
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Sarandi
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Apiacás
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Bom Retiro do Sul
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	OM	Regional	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	OM	Regional	MT	Paranaíta
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Paranaíta
ROQUE LANDER MENEGAI	782.211.889-72	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Paranaíta
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Boqueirão do Leão
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Bom Jesus
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Sarandi

SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Apiacás
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	RS	Bom Retiro do Sul
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	MT	Paranaíta
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	MT	Paranaíta
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Bom Retiro do Sul
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Apiacás
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Sarandi
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Bom Jesus
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Boqueirão do Leão
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Paranaíta

Usuário: [claudiaf.mc](#) - Claudia Franco Vieira Almeida

Data: 09/03/2017

Hora: 14:42:28



Menu Principal ▼

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 969.173.269-68

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAIS	969.173.269-68	CMM COMUNICACOES LTDA	11.045.251/0001-09	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	GO	Fazenda Nova
		CMM COMUNICACOES LTDA	11.045.251/0001-09	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	RS	Mata
		CMM COMUNICACOES LTDA	11.045.251/0001-09	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM	--	GO	Fazenda Nova
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Sarandi
		CMM COMUNICACOES LTDA	11.045.251/0001-09	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Mata
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Boqueirão do Leão
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Bom Jesus
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	OM	Regional	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	OM	Regional	MT	Paranaíta
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Paranaíta
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Apiacás
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Bom Retiro do Sul

Usuário: claudiaf.mc - Claudia Franco Vieira Almeida

Data: 09/03/2017

Hora: 14:42:37



Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 782.211.889-72

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ROQUE LANDER MENEGAIS	782.211.889-72	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Paranaíta
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Boqueirão do Leão
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Bom Jesus
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Sarandi
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Apiacás
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	RS	Bom Retiro do Sul
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	MT	Paranaíta
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Sarandi
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Boqueirão do Leão
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Bom Jesus
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	MT	Paranaíta

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Paranaíta
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Apiacás
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Bom Retiro do Sul

Usuário: [claudiaf.mc](#) - **Claudia Franco Vieira Almeida**Data: **09/03/2017**Hora: **14:42:46**

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

CERTIDÃO

Processo. 53900.020256/2014-60

Face a extrapolação de limites de outorga de FM da sócia da Entidade, Sra. Andrea Samuel do Nascimento Menegais, verificada na pesquisa ao SIACCO da Anatel (evento SEI nº 1723214), determino o **SOBRESTAMENTO** do feito até a regularização.



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Franco Vieira Almeida**, Técnico de Nível Superior, em 09/03/2017, às 15:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1723338** e o código CRC **B994337D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.020256/2014-60

SEI nº 1723338

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

NOTA TÉCNICA Nº 9121/2018/SEI-MCTIC**Processo nº 01250.001065/2018-21****Assunto: ARQUIVAMENTO.** Adequação aos limites estabelecidos no Decreto-Lei nº 236/67. Não configuração da situação de extrapolação dos limites.**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo instaurado de ofício por esta Pasta, em desfavor da Sistema Plug de Comunicações Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em diversas localidades, nos estados de Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul, em razão de ter sido verificada extrapolação dos limites estabelecidos no Decreto-Lei nº 236, de 28.02.1967, por sócio que a integra, quando da análise dos autos do processo nº 53000.017902/2014-55, que trata do pedido de adaptação da outorga de OM/FM.

ANÁLISE

2. A última análise realizada por esta Pasta, nos termos da Nota Técnica nº 399/2018 /SEI-MCTIC (evento SEI nº 2559816) concluiu pela remessa de Ofício à Entidade, com vistas à regularização da situação de extrapolação dos limites impostos pela legislação de radiodifusão pela Sr^a Andréa Samuel do Nascimento Menegais, ao passo que integra 8 (oito) outorgas de radiodifusão sonora em frequência modulada, sendo elas: Sistema Plug de Comunicações Ltda. e CMM Comunicações Ltda.

3. Em atendimento a exigência formulada, mediante o protocolo nº 01250.012715/2018-63, a CMM Comunicações Ltda. apresentou justificativa da impossibilidade de renúncia desta sociedade, alegando o seguinte, em suma síntese:

[...]

Insta frisar que por questão de compromissos assumidos a Sra. Andrea Samuel do Nascimento Menegais, não poderá renunciar à sociedade de nenhuma das empresas, seja a Sistema Plug de Comunicações Ltda ou a CMM Comunicações Ltda.

a. DO NÚMERO DE OUTORGAS

Destaca-se inicialmente que a sócia Andrea Samuel do Nascimento Menegais, não extrapolou o limite de outorgas, visto que foram assinados apenas os contratos referentes a empresa Sistema Plug de Comunicações Ltda e que somam 06 (seis) emissoras de FM, veja:

LOCALIDADE	ASSINATURA	DOU (Seção 3)
Sarandi/PR	06/11/2006	10/11/2006
Boqueirão do Leão/RS	27/01/2014	03/02/2014
Bom Jesus/RS	29/10/2010	04/11/2010
Vila Rica/MT	07/11/2016*	14/11/2016

Paranaíta/MT	07/11/2016*	14/11/2016
Apiacás/MT	20/03/2006	20/03/2006

*Termo de adaptação da outorga de OM para FM

No que diz respeito a empresa CMM Comunicações Ltda, e as outorgas de Fazenda Nova/GO e Mata/RS, nenhum dos contratos foram firmados com a União até o presente momento, ou seja, não se aperfeiçoaram.

[...]

Sendo assim, as outorgas concedidas a Empresa CMM COMUNICAÇÕES LTDA, não podem ser levadas em consideração, visto que não se aperfeiçoaram. Ademais, este Ministério pode ainda se recusar a assinar os referidos contratos de outorga se por algum motivo esta Empresa não cumprir as exigências formuladas.

Nada obstante, esta situação é fruto de mera causalidade, visto que com o advento empolgante da Migração, a Sócia, Andrea Samuel do Nascimento Menegais, não se ateve aos processos que tramitavam perante o Congresso Nacional em nome da CMM COMUNICAÇÕES LTDA.

Não fosse a Migração do serviço de ondas médias (OM), esta sócia estaria com o número de outorgas em frequência modulada (FM), de acordo com o decreto 236/67, ou seja, enquanto os processos da CMM COMUNICAÇÕES LTDA, tramitavam, a empresa SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA, vislumbrando todas as vantagens do serviço no FM, migrou as outorgas de VILA RICA/MT e PARANAÍTA/MT.

[...]

Quando veio aperceber-se deste fato, buscou nos processos de autorização de FAZENDA NOVA/GO (53000.002879/2010-71) e MATA/RS (53000.010337/2010-71), orientação a respeito dos procedimentos a serem tomados, bem como requereu o cancelamento das outorgas, visto que não poderia assumi-las, em razão da limitação imposta pelo Decreto-Lei 236/67.

Consigna-se que até o presente momento ainda não recebeu nenhuma resposta do Ministério quanto ao procedimento a ser tomado.

[...]

4. Ante a justificativa apresentada pela Empresa, esta merece prosperar, pois, da reanálise dos autos, foi constatado que a situação de extrapolação de limites demonstrada não está configurada, uma vez que a CMM Comunicações Ltda., até o presente momento, não celebrou contrato de adesão à permissão com a União.

5. Observa-se da Pasta Jurídica da Entidade, CMM Comunicações Ltda., e do Sistema Mosaico, consoante pesquisa realizada em 24.04.2018 e anexada ao autos sob o evento SEI nº 2914542, que a Sociedade em questão foi vencedora do procedimento licitatório para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada nas localidades de Mata, estado do Rio Grande do Sul e Fazenda Nova, estado de Goiás. Entretanto, houveram apenas as publicações dos atos expedidos pelo Poder Legislativo, sem contudo a formalização necessária para a celebração de contrato.

6. Assim, considerando a ausência de contrato de adesão à permissão firmado com o Poder Concedente, pode-se afirmar que a Sra. Andrea Samuel do Nascimento Menegais, participa, atualmente, de 6 (seis) outorgas de FM, sendo duas delas decorrente da adaptação da outorga (Migração), todas deferidas à Sistema Plug de Comunicações Ltda, senão vejamos:

SERVIÇO	MUNICÍPIO/UF	DATA ASSINATURA CONTRATO
---------	--------------	--------------------------

FM	Sarandi/RS	10.11.2006
FM	Boqueirão do Leão/RS	03.02.2014
FM	Bom Jesus/RS	04.11.2010
FM	Vila Rica/MT	14.11.2016*
FM	Paranaíta/MT	14.11.2016*
FM	Apiacás/MT	22.03.2006

*decorrente da Adaptação de Outorga (Migração)

7. Importante frisar que a Sistema Plug de Comunicações Ltda já opera no limite legal estabelecido para este tipo de serviço e que, caso o serviço de onda média na localidade de Bom Retiro/RS seja adaptado para frequência modulada, a Entidade passará a exorbitar o limite permitido pelo Decreto-Lei nº 236/67, qual seja, o de 6 (seis) FM. Ressalta-se ainda que a **Entidade e as pessoas físicas e/ou jurídicas que integram o seu quadro societário e diretivo ficam submetidas ao limite de 2 (duas) outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação**, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no Regulamento de Radiodifusão.

8. Portanto, considerando que a situação de extrapolação de limites da sócia, Sra. Andrea, fora afastada, não resta nenhuma outra medida administrativa a ser adotada por esta Pasta senão o seu arquivamento. Além disso, propõe-se o envio dos autos à Coordenação de Renovação de Outorga - COROR para ciência das providências adotadas por este setor.

CONCLUSÃO

9. Diante do exposto, opina-se pela remessa de ofício às Entidades, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, para ciência das providências administrativas adotadas por esta Pasta, e posterior envio ao Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga - SEPOS, para arquivamento definitivo, haja vista ter se exaurido a sua finalidade.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenadora da Coordenação de Alteração de Características Técnicas e Societárias**, em 27/04/2018, às 17:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 27/04/2018, às 18:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2913683** e o código CRC **2F95EC6B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



BOM DIA
Claudia Franco Vieira Almeida

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SRD »» Relatórios »» **Outorga** | internet | teia | menu | ajuda

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: MT

Município: Paranaíta

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	Paranaíta	29/03/2005	
SOCIEDADE RADIO VANGUARDA LIMITADA	Paranaíta		

Usuário: **claudiaf.mc - Claudia Franco Vieira Almeida**

Data: **24/08/2018**

Hora: **08:50:36**

Registro **1** até **2** de **2** registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA

CNPJ: 03.709.705/0001-70

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:47:53 do dia 23/08/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 22/09/2018.

Certidão expedida gratuitamente.



Menu Principal ▼

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [tela](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 03.709.705/0001-70

SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAIS	969.173.269-68	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Bom Retiro do Sul
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Apiacás
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Sarandi
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Bom Jesus
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Boqueirão do Leão
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Paranaíta
ROQUE LANDER MENEGAIS	782.211.889-72	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Paranaíta
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Paranaíta
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Boqueirão do Leão
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Bom Jesus
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Sarandi
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Apiacás

SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	RS	Bom Retiro do Sul
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Boqueirão do Leão
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Bom Jesus
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Sarandi
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Apiacás
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Bom Retiro do Sul

Usuário: [claudiaf.mc](#) - Claudia Franco Vieira Almeida

Data: 23/08/2018

Hora: 14:48:06

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 969.173.269-68

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAIS	969.173.269-68	CMM COMUNICACOES LTDA	11.045.251/0001-09	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	GO	Fazenda Nova
		CMM COMUNICACOES LTDA	11.045.251/0001-09	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	RS	Mata
		CMM COMUNICACOES LTDA	11.045.251/0001-09	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM	--	GO	Fazenda Nova
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Sarandi
		CMM COMUNICACOES LTDA	11.045.251/0001-09	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Mata
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Boqueirão do Leão
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Bom Jesus
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Paranaíta
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Apiacás
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	15000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Bom Retiro do Sul

Usuário: **claudiaf.mc - Claudia Franco Vieira Almeida**Data: **23/08/2018**Hora: **14:48:17**



Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 782.211.889-72

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ROQUE LANDER MENEGAIS	782.211.889-72	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Paranaíta
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Boqueirão do Leão
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Bom Jesus
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Sarandi
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Apiacás
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	RS	Bom Retiro do Sul
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Sarandi
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Boqueirão do Leão
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Bom Jesus
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Vila Rica
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Paranaíta
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Apiacás
		SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	03.709.705/0001-70	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Bom Retiro do Sul

Usuário: [claudiaf.mc](#) - **Claudia Franco Vieira Almeida**

Data: **23/08/2018**

Hora: **14:48:38**

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
208	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	MT	Apiacás	FM	3	M	
208	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	MT	Apiacás	FM	3	I	
255	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	MT	Paranaíta	FM	1		
203	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	MT	Vila Rica	FM	1		
289	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	PR	Sarandi	FM	3	M	
297	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	RS	Bom Jesus	FM	2	H	
254	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	RS	Boqueirão do Leão	FM	2	H	
1460 kHz	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	RS	Bom Retiro do Sul	OM	2	H	

Usuário: **claudiaf.mc - Claudia Franco Vieira Almeida** Data: **23/08/2018** Hora: **13:38:29**Registro **1** até **8** de **8** registrosPágina: [1] [Ir] [Reg]



BOM DIA
Claudia Franco Vieira Almeida

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SRD »» Relatórios »» **Outorga** | internet | teia | menu | ajuda

Consulta Geral - FM

Identificação do Canal PB

UF: MT
Município: Paranaíta
Frequência: 98,9 MHz
Classe: C
Canal: 255

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:
Fase: 1 - Outorgada

Dados da Entidade

Entidade: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA
Nome Fantasia: SELVA FM, NATIVA FM
Nº Estação:
Primeiro
Licenciamento:

Fistel: 50414468813
CNPJ: 03.709.705/0001-70
Situação: Entidade não possui débitos
Último
Licenciamento:

☒ Dados do Plano Básico

☒ Dados da Outorga

☐ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="- Selecione -"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="Outorga"/>	<input type="text" value="Jur."/>

Tela Inicial

Imprimir

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.709.705/0001-70 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 22/03/2000
NOME EMPRESARIAL SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 61.41-8-00 - Operadoras de televisão por assinatura por cabo			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R MARECHAL DEODORO	NÚMERO 3624	COMPLEMENTO	
CEP 85.810-200	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CASCADEL	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO FINANCEIRO@SISTEMAPLUG.COM.BR		TELEFONE (45) 3326-2509	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/08/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **23/08/2018** às **14:43:00** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página
para Impressão

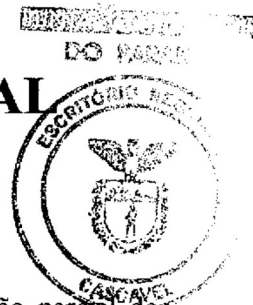
A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Atualize sua página](#)



SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.
CNPJ/MF: 03.709.705/0001-70

03ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL



ROQUE LANDER MENEGAIS, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, natural do Estado de Santa Catarina, nascido em 22/05/1975, empresário, portador da cédula de identidade civil RG sob n.º 2.942.125, expedida pelo Instituto de Identificação do Estado de Santa Catarina e inscrito no CPF/MF sob n.º 782.211.889-72, residente e domiciliado na Rua Marechal Floriano, nr. 4003, Bairro Claudete, CEP: 85.811-150, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná e **ANDRÉA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAIS**, brasileira, natural do Estado de Santa Catarina, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 22/06/1975, empresária, portadora da cédula de identidade civil RG sob n.º 6.421.554-0 expedida pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná e inscrita no CPF/MF sob n.º 969.173.269-68, residente e domiciliada na Rua Marechal Floriano, nr. 4003, Bairro Claudete, CEP: 85.811-150, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, sócios componentes da sociedade mercantil por quotas de responsabilidade limitada que gira sob o nome empresarial **SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.**, com sede à Rua Marechal Floriano, nr. 4003, Sala 01, Bairro Centro, CEP: 85.811-150, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF 03.709.705/0001-70, com o contrato social constituído e arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 41204301924 em 22/03/2000 e última alteração contratual sob número 20020531842 em 14/03/2002, resolvem de comum acordo **ALTERAR** pela *terceira vez* seu contrato social constitutivo, através das cláusulas seguintes:

ALTERAÇÃO DA SEDE EMPRESARIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA: Face a presente alteração contratual, o endereço da empresa passa ser à Rua Marechal Deodoro, 3624, Bairro Centro, CEP: 85.810-200, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

DO ENQUADRAMENTO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA SEGUNDA: Declaram os sócios para fins de enquadramento da presente sociedade como microempresa, que o volume de receita bruta anual não excederá ao limite previsto na Lei 9.841, art. 2º, inciso I de 05/10/1999.

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem em vigor as demais cláusulas do contrato social constitutivo e posteriores alterações, que não foram modificadas através do presente instrumento contratual.



SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

02ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

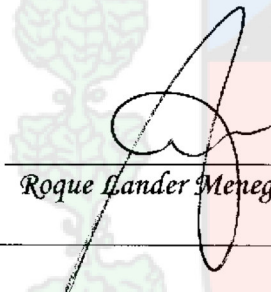


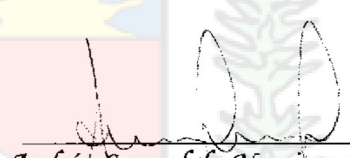
Em casos omissos no presente contrato, serão resolvidos de acordo com as normas legais destinadas as empresas constituídas sob sociedade por quotas de responsabilidade limitada, atinentes à espécie, e no que couber, aplicar-se-á as normas das sociedades anônimas, condições estas todas conhecidas dos sócios, os quais a elas expressamente se obrigam.

E, por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente contrato social em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas infra nominadas e qualificadas.

Cascavel/PR, 28 de maio de 2007

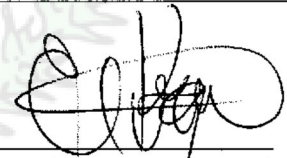
SÓCIOS


Roque Lander Menegais

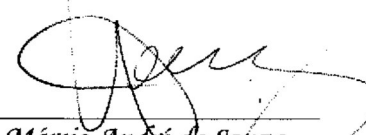

Andréa Samuel do Nascimento Menegais

TESTEMUNHAS INSTRUMENTÁRIAS


Márcio André de Souza
RG: 6.812.550-2 SSP/PR


Celia R. Valentin Casagrande
RG: 5.756/180-7 SSP/PR

REVISÃO CONTRATUAL – ELABORADO POR:


Márcio André de Souza
CRC/PR 046220/O-1

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
ESCRITÓRIO REGIONAL DE CASCAVEL
CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 14/06/2007
SOB NÚMERO: 20072426799
Protocolo: 07/242679-9
Presença: 41 2 0430192 4
TEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA
MÁRCIO ANDRÉ DE SOUZA
SECRETARIA GERAL
1459778

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
ESCRITÓRIO REGIONAL DE CASCAVEL
CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 14/06/2007
SOB NÚMERO: 20072426713
Protocolo: 07/242671-3
Presença: 41 2 0430192 4
TEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA
MÁRCIO ANDRÉ DE SOUZA
SECRETARIA GERAL
1459782



SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.
CNPJ: 03.709.705/0001-70
SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

ROQUE LANDER MENEGAIS, brasileiro, casado no regime de comunhão total de bens, empresário, residente e domiciliado à Rua Marechal Floriano n.º 4003 - Centro, na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, portador da Carteira de Identidade RG n.º 13/R 2.942.125 expedida pela SSP/SC e CPF n.º 782.211.889-72; **ANDRÉA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAIS**, brasileira, casada no regime de comunhão total de bens, empresária, residente e domiciliada à Rua Marechal Floriano n.º 4003 - Centro, na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, portadora da Carteira de Identidade RG n.º 6.421.554-0, expedida pela SSP/PR e CPF n.º 969.173.269-68 - Sócios componentes da sociedade mercantil por quotas de responsabilidade limitada, com o nome empresarial de **SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.**, tendo sua sede e foro na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, Rua Marechal Floriano n.º 4003, Sala: 01 - Centro, nesta Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, CEP 85811-150, com o seu Contrato Social primitivo arquivado na MM Junta Comercial do Estado do Paraná, sob n.º 41204301924, por despacho em sessão de 22/03/00 e posterior alteração, sob n.º 20020531842, por despacho em sessão de 14/03/2002, resolvem de comum acordo, por este instrumento particular de alteração contratual, modificar o seu Contrato Social primitivo, o que fazem pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Desimpedimento do Administrador: O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrar-se sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA SEGUNDA - Participação nos Lucros ou Perdas: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados, podendo os lucros, a critério dos sócios, ficarem em reservas para aumento de capital e/ou compensar os prejuízos em exercícios futuros.



SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.
CNPJ: 03.709.705/0001-70
SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Reunião Anual: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios se reunirão para deliberar sobre as contas e designar administrador(es) quando for o caso.

CLÁUSULA QUARTA – Da Forma de Convocação das Reuniões: Os sócios serão convocados para a realização das reuniões mediante correspondência, a qual deverá indicar o local, data, hora e ordem do dia, a ser enviada por e-mail, fax, correio com Aviso de Recebimento (AR) ou em mãos mediante assinatura de protocolo.

CLÁUSULA QUINTA – Da Administração: A administração da sociedade caberá ao sócio **ROQUE LANDER MENEGAI**s com poderes e atribuições de administrador, dispensado da prestação de caução, ao qual compete privativa e individualmente, sendo-lhe outorgado desde já, os poderes e atribuições para representar ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente a sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou terceiros, bem como onerar ou alienar imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLAUSULA SEXTA – Abertura de filial: Fica criada uma filial localizada na cidade de Sarandi Estado do Paraná, sito a rua Vereador José Fernandes nº 639 Jardim Independência II, CEP 87711-230, a qual terá exclusivamente a atividade dos serviços de radiodifusão em Frequência Modulada (FM), ficando destinado para efeitos fiscais a parcela do capital R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais).

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Nome Empresarial: A sociedade gira sob o seguinte nome empresarial: **SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Endereço: A sociedade tem sua sede e foro, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Marechal Floriano, n.º 4003, Sala 01 - Centro, CEP: 85811-150.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Objeto Social: O objeto social é a exploração de Estações de Radiodifusão em Frequência Modulada (FM), Amplitude Modulada (AM), Ondas Médias (OM), Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT), Exploração dos Serviços de Televisão com Som e Imagem em UHF e VHF, TV a Cabo e MMDS (Multiponto-Multicanal), com finalidades educacionais, informativas, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de Concessões e Licenças, promover a cultura



SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.
CNPJ: 03.709.705/0001-70
SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

universal e nacional, a diversidade de fontes de informação, o lazer e o entretenimento, a pluralidade política e o desenvolvimento social e econômico do País, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria.

CLÁUSULA QUARTA – Do Capital Social: O capital social, subscrito e realizado na forma prevista, é de R\$ 40.000,00 (Quarenta Mil Reais) dividido em 40.000 (Quarenta Mil) quotas sociais no valor de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, fica assim distribuído entre os sócios:

Roque Lander Menegais	cotas 25.000	R\$ 25.000,00
Andréa Samuel do Nascimento Menegais	cotas 15.000	R\$ 15.000,00
TOTALIZANDO	cotas 40.000	R\$ 40.000,00

Parágrafo Único: O Capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a pessoas físicas brasileiras.

CLÁUSULA QUINTA – Do Início das Atividades e do Prazo: A sociedade iniciou suas atividades em 22 de Março de 2000 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA - Abertura de filial: Fica criada uma filial localizada na cidade de Sarandi Estado do Paraná, sito a rua Vereador José Fernandes nº 639 Jardim Independência II, CEP 87711-230, a qual terá exclusivamente a atividade dos serviços de radio difusão em Frequência Modulada (FM), ficando destinado para efeitos fiscais a parcela do capital R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais).

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Cessão de Quotas: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se posta à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Parágrafo Único: As quotas ou ações representativas do capital social serão inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto a participação de partido político e de sociedade cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros, através de capital sem direito a voto e não podendo exceder a trinta por cento do capital social dependendo de prévia autorização do **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**, apenas Alterações Contratuais que resultem na substituição ou alteração do quadro societário.



SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.
CNPJ: 03.709.705/0001-70
SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA OITAVA – Da Responsabilidade Limitada: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA NONA – Da Administração: A administração da sociedade caberá ao sócio **ROQUE LANDER MENEGAI**s com poderes e atribuições de administrador, dispensado da prestação de caução, ao qual compete privativa e individualmente, sendo-lhe outorgado desde já, os poderes e atribuições para representar ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente a sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou terceiros, bem como onerar ou alienar imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

Parágrafo Primeiro: Fica estabelecido que a responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da entidade caberá somente à brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Parágrafo Segundo: Os administradores da entidade serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e para os portugueses reconhecidos de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no País e a sua investidura no cargo somente poderá ocorrer após terem sido aprovados pelo **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**.

CLÁUSULA DÉCIMA – Do Desimpedimento do Administrador: O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrar-se sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Participação nos Lucros ou Perdas : Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados, podendo os lucros, a critério dos sócios, ficarem em reservas para aumento de capital e/ou compensar os prejuízos em exercícios futuros.



SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.
CNPJ: 03.709.705/0001-70
SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da reunião anual : Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios se reunirão para deliberar sobre as contas e designar administrador(es) quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Da forma de Convocação das Reuniões : Os sócios serão convocados para a realização das reuniões mediante correspondência, a qual deverá indicar o local, data, hora e ordem do dia, a ser enviada por e-mail, fax, correio com Aviso de Recebimento (AR) ou em mãos mediante assinatura de protocolo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da Abertura-Fechamento de Filiais: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais ou outras dependências, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Do "Pró-Labore": Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Do Falecimento: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

PARÁGRAFO ÚNICO: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação ao seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Do Quadro de Pessoal: O quadro de pessoal será sempre constituído, ao menos, de dois terços de trabalhadores brasileiros.

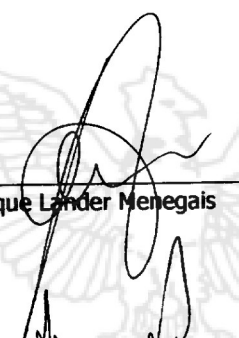
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Do Foro: Fica eleito o foro da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual forma e teor.

Cascavel - PR, 02 de Janeiro de 2004.



SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.
CNPJ: 03.709.705/0001-70
SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

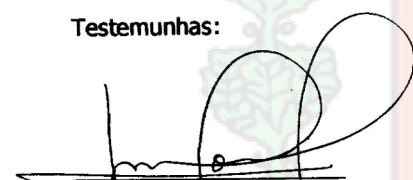


Roque Lander Menegais

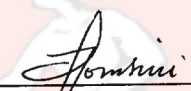


André Samuel do Nascimento Menegais

Testemunhas:



Jean Pierre Moretto
RG: 5.936.097-3 SSP/PR



Senira Tombini
RG: 4.725.534-1 SSP/PR

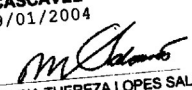
Documento elaborado por:



Sidnei Mazutti
Técnico Contábil – PR-032753/O-8

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
ESCRITÓRIO REGIONAL DE CASCAVEL
CERTIFICADO O REGISTRO EM: 09/01/2004
SOB NÚMERO: 20040042316
Protocolo: 04/004231-6
Empresa: 41 2 0430192 4
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA

MARIA THEREZA LOPES SALOMAO
SECRETARIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
ESCRITÓRIO REGIONAL DE CASCAVEL
CERTIFICADO O REGISTRO EM: 09/01/2004
SOB NÚMERO: 41900830941
Protocolo: 04/004231-6
Empresa: 41 2 0430192 4
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA

MARIA THEREZA LOPES SALOMAO
SECRETARIA GERAL



SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

CNPJ: 03.709.705/0001 - 70

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Roque Lander Menegais, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Marechal Floriano, nº 4003, centro, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, portador da Carteira de Identidade, RG N.º 13/R 2.942.125 expedida pela SSP/SC e CPF: 782.211.889-72; **Andréa Samuel do Nascimento Menegais**, brasileira, casada, comerciar, residente e domiciliada à Rua Marechal Floriano, nº 4003, centro, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, portadora da Carteira de Identidade RG N.º 6.421.554-0, expedida pela SSP/PR e CPF: 969.173.269-68, sócios componentes da sociedade mercantil por cotas de responsabilidade limitada, com o nome empresarial de **Sistema Plug de Comunicações Ltda.**, tendo sua sede e foro na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, Rua das Dális, nº 95, Jardim Guarujá, CEP – 85.803-310, com o seu contrato social primitivo arquivado na MM Junta Comercial do Estado do Paraná, sob n.º 41204301924, por despacho em sessão de 22/03/00, resolvem de comum acordo, por este instrumento particular de alteração contratual, modificar o seu contrato social primitivo, o que fazem pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade permanece com o nome empresarial de **"SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA."**, passando sua sede para a Rua Marechal Floriano, nº 4003, Sala 01, centro, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, CEP: 85.811-150.

CLÁUSULA SEGUNDA: A presente alteração não altera o capital social, no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) dividido em 40.000 (quarenta mil) quotas sociais no valor de R\$ 1.00 (um real) cada uma, fica assim distribuído entre os Sócios:

Roque Lander Menegais	quotas 25.000	R\$ 25.000,00
Andréa Samuel do Nascimento Menegais	quotas 15.000	R\$ 15.000,00
TOTALIZANDO	quotas 40.000	R\$ 40.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA: Fica investido na função de Sócio Gerente da sociedade o sócio Sr. **Roque Lander Menegais**, para o qual fica dispensado da prestação de caução, conforme preceitua o artigo 12 da Lei n.º 3.708 de 10 de janeiro de 1919.

CLÁUSULA QUARTA: Os sócios declaram que não estão condenados em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercerem atividades mercantis.



SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

CNPJ: 03.709.705/0001-70

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL


CLÁUSULA QUINTA: A presente Alteração Contratual foi Elaborada pela contadora Marli Elena Jungkenn, portadora do CRC/ PR nº 15.850/O-8.

CLÁUSULA SEXTA: Permanecem inalteradas as demais Cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

E, por assim estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam, juntamente com duas testemunhas, o presente instrumento, em quatro vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Cascavel/ PR, 05 de Março de 2002.

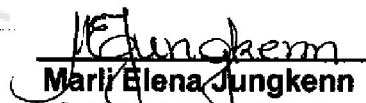

Roque Lander Menegais
Sócio Gerente

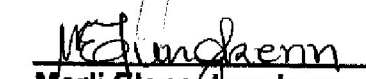

Andréa Samuel do Nascimento Menegais
Sócia

Testemunhas:


Cezar Borges do Santos
RG: 6.434.555-9 SSP/PR

Elaborado Por:


Marli Elena Jungkenn
CRC/PR 15.850/O-8


Marli Elena Jungkenn
RG: 755.767 SSP/RS

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
ESCRITÓRIO REGIONAL DE CASCAVEL
CERTIFICO O REGISTRO EM: 14/03/2002
SOB O NÚMERO:
20020531842

Protocolo: 02/053184-2
Empresa: 41 2 0430192 4
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA



DENIS BALL'ASTA
CRC-PR 022456/O-0
TUFI RAME
SECRETARIO GERAL



SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

CONTRATO SOCIAL

Roque Lander Menegais, brasileiro, casado, assessor, residente e domiciliado à Rua das Dálias, n.º 95, Jardim Guarujá, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, portador da Carteira de identidade RG n.º 13/R.2.942.125 SSP/SC e CPF n.º 782.211.889-72; **Andrea Samuel do Nascimento Menegais**, brasileira, casada, comerciar, residente e domiciliada à Rua das Dálias, n.º 95, Jardim Guarujá, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, portadora da Carteira de Identidade RG n.º 6.421.554-0 - SSP/PR e CPF n.º 969.173.269-68, resolvem por este instrumento particular de contrato, constituir uma sociedade mercantil por quotas de responsabilidade limitada que se regerá pela seguinte legislação: artigos 211 e 223 e seus parágrafos da Constituição Federal, Lei n.º 3708 de 10 de janeiro de 1919, Lei 4117 de 27 de agosto de 1962, Decreto n.º 52795 de 31 de outubro de 1963, Lei n.º 8934 de 18 de novembro de 1994, Decreto n.º 1800 de 30 de janeiro de 1996 e Decreto - Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967, pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie e pelas cláusulas a seguir:

 **CLÁUSULA PRIMEIRA:** A sociedade girará sob o nome empresarial de “ **SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.**”, tendo sua sede e foro na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, à Rua das Dálias, n.º 95, Jardim Guarujá, CEP 85.803-310.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade terá como principal objetivo a exploração de estações de radiodifusão em Frequência Modulada (FM), Amplitude Modulada (AM), Ondas Médias (OM), Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT), Exploração dos Serviços de Televisão a Cabo com Som e Imagem em VHF e UHF, com finalidades educacionais informativas, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de concessões e licenças, promover a cultura universal e nacional, a diversidade de fontes de informação, o lazer e o entretenimento, a pluralidade política e o desenvolvimento social e econômico do País, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria.

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade será constituída por prazo indeterminado observando-se quando de sua dissolução, os preceitos da lei em vigência, iniciando suas atividades a partir da homologação da autorização para funcionamento dada pelo MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

CLÁUSULA QUARTA: O capital social, inteiramente subscrito e realizado na forma prevista, neste ato, na importância de R\$ 40.000,00 (Quarenta Mil Reais), divididos em 40.000 (Quarenta Mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Hum real) cada uma, fica assim distribuído entre os sócios:



SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

CONTRATO SOCIAL

Roque Lander Menegais	cotas	25.000	R\$	25.000,00
Andrea Samuel do Nascimento Menegais	cotas	15.000	R\$	15.000,00
TOTALIZANDO	cotas	40.000	R\$	40.000,00

Roque Lander Menegais: subscrive neste ato com 25.000 (vinte e cinco mil) quotas no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) sendo 5.000 (cinco mil) quotas sociais, no valor de R\$ 1,00 (Um real) cada uma, somando portanto R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), integralizado na presente data, em moeda corrente do país, e o saldo de 20.000 (vinte mil) quotas sociais, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, cuja integralização efetuará em moeda corrente do país até a data da outorga para execução do serviço de radiodifusão dada pelo MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

Andrea Samuel do Nascimento Menegais: subscrive neste ato com 15.000 (quinze mil) quotas no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) sendo 3.000 (três mil) quotas sociais, no valor de R\$ 1,00 (Um real) cada uma, somando portanto R\$ 3.000,00 (três mil reais), integralizado na presente data, em moeda corrente do país, e o saldo de 12.000 (doze mil) quotas sociais, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, cuja integralização efetuará em moeda corrente do país até a data da outorga para execução do serviço de radiodifusão dada pelo MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA: O capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a pessoas físicas brasileiras.

CLÁUSULA SEXTA: As quotas ou ações representativas do capital social serão inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto a participação de partido político e de sociedade cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros, através de capital sem direito a voto e não podendo exceder a trinta por cento do capital social dependendo de qualquer alteração contratual ou estatutária de prévia autorização do MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

CLÁUSULA SÉTIMA: A sociedade será administrada por um sócio gerente, a quem compete privativa e individualmente o uso da firma e a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da sociedade, sendo-lhes, entretanto, vedado o seu emprego sob qualquer pretexto ou modalidade em operações ou negócios estranhos ao objetivo social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

CLÁUSULA OITAVA: Fica estabelecido que a responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da entidade caberá somente à brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.



SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA NONA: Os administradores da entidade serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e para os portugueses reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no País e a sua investidura no cargo somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**.

CLÁUSULA DÉCIMA: Os sócios que desejarem transferir ou alienar suas quotas deverão notificar, por escrito, à sociedade discriminando-lhes o preço, a forma e o prazo de pagamento, para que esta, através dos demais sócios exerça ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazer dentro de sessenta dias contados do recebimento da notificação ou em maior prazo à critério do sócio alienante. Decorrido esse prazo sem que haja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas, desde que sejam observadas as normas da Cláusula Sexta.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O quadro de pessoal será sempre constituído, ao menos, de dois terços de trabalhadores brasileiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A responsabilidade dos sócios será limitada à importância total do capital social, nos termos do artigo segundo a Lei n.º 3708 de 10 de janeiro de 1919.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: As deliberações sociais, ainda que impliquem em alteração contratual, poderão ser tomadas por sócios que representem a maioria absoluta do capital da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A sociedade por todos os seus sócios se obriga a cumprir rigorosamente todas as leis, regulamentos e as instruções vigentes ou que vierem a vigorar referentes à radiodifusão e à segurança nacional

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser transferidas ou alienadas a qualquer título a terceiros sem o consentimento unânime dos demais sócios, cabendo a estes o direito de preferência na sua aquisição, na proporção das quotas que possuírem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Pelos serviços que prestarem à sociedade, receberão os sócios, à título de PRÓ-LABORE, a quantia mensal fixada em comum até o limite da dedução fiscal, prevista na legislação fiscal do imposto de renda, a qual será levada à conta de Despesas Gerais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Fica investido na função de Sócio Gerente da sociedade, o sócio **Sr. Roque Lander Menegals** para o qual fica dispensado da prestação de caução, conforme preceitua o artigo 12 da Lei n.º 3708 de 10 de janeiro de 1919.



SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: O sócio Gerente poderá fazer-se representar por procurador que o representará em todos os atos de interesse da sociedade, gerindo e administrando, devendo nesse caso ser solicitado para tal designação prévia autorização da autoridade fiscalizadora, apresentando-se na oportunidade, a prova de nacionalidade do procurador que deverá ser sempre brasileiro nato e de idoneidade moral comprovada pelo competente atestado.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: O ano social coincidirá com o ano civil, devendo a 31 de dezembro de cada ano, ser procedido o Balanço Patrimonial da sociedade obedecidas as prescrições legais e técnicas pertinentes à matéria. Os resultados serão atribuídos aos sócios proporcionalmente às cotas de capital que possuírem, podendo os lucros, à critério dos sócios, serem distribuídos ou ficarem em reserva na sociedade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: A distribuição dos lucros será sempre sustada quando se verificar a necessidade de atender a despesas inadiáveis que impliquem no funcionamento normal da estação de radiodifusão. Suprida a deficiência financeira, os lucros líquidos restantes terão a destinação prevista na Cláusula Décima Nona deste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: O falecimento de qualquer dos sócios não dissolve necessariamente a sociedade, ficando os herdeiros e sucessores sub-rogados nos direitos e obrigações do "de cujus", podendo nela fazerem-se representar enquanto indiviso o quinhão respectivo por um dentre eles, devidamente credenciado pelos demais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: Os sócios declaram que não estão condenados em nenhum dos crimes previstos em Leis que os impeçam de exercerem atividades mercantis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: Os casos omissos neste instrumento serão regidos pelos dispositivos da Lei Nº 3708 de 10 de janeiro de 1919, cuja fiel observância bem como das demais cláusulas deste compromisso se obrigam os sócios.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: Os sócios elegem o Foro da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, para dirimir possíveis dúvidas oriundas a este inclusive de cláusulas omissas.



SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

CONTRATO SOCIAL

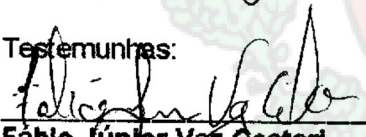
E, por assim estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam, juntamente com duas testemunhas o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

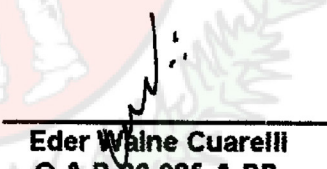
Cascavel/PR, 20 de Março de 2000.

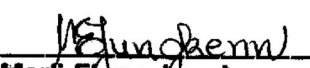

Roque Lander Menegais
Sócio Gerente

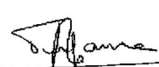

Andrea Samuel do Nascimento Menegais
Sócia

Testemunhas:


Fabio Júnior Vaz Cestari
RG N.º 6.696.431-0 SSP/PR


Eder Walne Cuarelli
O.A.B 26.085-A PR


Marli Elena Jungkenn
RG N.º 755.767 SSP/RS

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ	
CERTIFICO O REGISTRO EM: 22/03/2000	
SOB O NÚMERO:	
41 2 0430192 4	
TUFÍ RAME	
SECRETÁRIO GERAL	
Protocolo: 00/060412-7	

DENIS DALL'ASTA
CRC-PR 022456/O-0



GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO

CERTIDÃO ESPECÍFICA

Página: 001 / 001

Certificamos que o ato constitutivo da empresa indicada a seguir encontra-se arquivado nesta Junta Comercial:

nome empresarial: SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA - ME

NIRE: 41 2 0430192 4

CNPJ: 03.709.705/0001-70

endereço: RUA MARECHAL DEODORO

complemento:

número: 3624

bairro: CENTRO

CEP: 85810-200

município: CASCAVEL

UF: PR

situação: REGISTRO ATIVO

Arquivamentos Posteriores:

ato	número	data	descrição
001	41204301924	22/03/2000	CONSTITUICAO/CONTRATO
021	20020531842	14/03/2002	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
021	20040042316	09/01/2004	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
023	41900830941	09/01/2004	ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE
051	20040042316	09/01/2004	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO
021	20072426799	14/06/2007	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
315	20072426713	14/06/2007	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA
310	20137368160	03/01/2014	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO

CURITIBA - PR, 23 de julho de 2018

LIBERTAD BOGUS
SECRETARIA GERAL

***184184401**
18/418440-1



GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Página: 001 / 001

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA - ME			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede) 41 2 0430192-4	CNPJ 03.709.705/0001-70	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo 22/03/2000	Data de Início de Atividade 22/03/2000
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP) RUA MARECHAL DEODORO, 3624, CENTRO, CASCAVEL, PR, 85.810-200			
Objeto Social ESTAÇÕES DE RADIODIFUSÃO EM FREQUÊNCIA MODULADA (FM), AMPLITUDE MODULADA (AM), ONDAS MEDAS (OM), ONDAS CURTAS (OC), ONDAS TROPICAIS (OT), EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELEVISÃO COM SOM E IMAGEM EM UHF E VHF, TV A CABO E MMDS (MULTIPONTO-MULTICANAL), COM FINALIDADES EDUCACIONAIS, INFORMATIVAS, CÍVICAS E PATRIÓTICAS, BEM COMO A EXPLORAÇÃO DE CONCESSÕES E LICENÇAS, PROMOVER A CULTURA UNIVERSAL E NACIONAL, A DIVERSIDADE DE FONTES DE INFORMAÇÃO, O LAZER E O ENTRETENIMENTO, A PLURALIDADE POLÍTICA E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DO PAÍS, TUDO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA REGEDORA DA MATÉRIA.			
Capital: R\$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)		Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006)	Prazo de Duração
Capital Integralizado: R\$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)		Microempresa	Indeterminado
Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato			
<u>Nome/CPF ou CNPJ</u>	<u>Participação no capital (R\$)</u>	<u>Espécie de Sócio</u>	<u>Administrador</u>
ROQUE LANDER MENEGAI 782.211.889-72	25.000,00	SÓCIO	Administrador
ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI 969.173.269-68	15.000,00	SÓCIO	
Último Arquivamento Data: 03/01/2014 Número: 20137368160 Ato: OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESÁRIO Evento (s):			Situação REGISTRO ATIVO Status XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela 1 - NIRE: 41 9 0083094-1 CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXX Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, País) RUA VEREADOR JOSE FERNANDES, 639, JARDIM INDEPENDÊNCIA, SARANDI, PR, 87.711-230, BRASIL			

CURITIBA - PR, 11 de janeiro de 2018

LIBERTAD BOGUS
SECRETARIA GERAL

CNPJ: 03.709.705/0001-70
NIRE nº 41204301924 de 22/03/2000

Consolidação: Empresa

Grau: 5

Encerrado em: 31/12/2017

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

CAIXA

CAIXA

77.416,73

30.096,93

30.096,93

25.130,09

25.130,69

APLICACAO DE LIQUIDEZ IMEDIATA

OUROCAP

3.498,55

3.498,55

BANCO CONTA MOVIMENTO

BANCO DO BRASIL AG 3508-4 C/C 11934-2

BANCO DO BRASIL AG 3508-4 C/C 44929-6

1.467,69

948,15

519,54

ATIVO NÃO-CIRCULANTE

ATIVO IMOBILIZADO

IMOBILIZADOS

MAQUINAS E EQUIPAMENTOS

MOVEIS E UTENSILIOS

VEICULOS

COMPUTADORES E PERIFERICOS

47.319,80

117.631,64

117.631,64

65.226,52

3.051,00

44.022,40

5.331,72

DEPRECIACAO, AMORT. E EXAUSTAO

DEPRECIACAO ACUMULADA

(-) DEP. MAQUINAS E EQUIP.

(-) DEP. MOVEIS E UTENSILIOS

(-) DEP. VEICULOS

(-) DEP. COMPUTADORES E PERIFERICOS

-70.311,84

-70.311,84

-20.263,85

-1.449,22

-44.022,40

-4.576,37

TOTAL DO ATIVO

77.416,73



APTHUS CONTABILIDADE EMPRESARIAL LTDA

CNPJ: 03.709.705/0001-70
NIRE nº 41204301924 de 22/03/2000
Consolidação: Empresa

Grau: 5

Encerrado em: 31/12/2017

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
PASSIVO CIRCULANTE	-77.416,73
OBRIGACOES FISCAIS	-125.290,56
IMPOSTOS E TAXAS	-45.996,14
SIMPLES A RECOLHER	-45.996,14
IRRF A RECOLHER	-45.983,45
COFINS A RECOLHER	-2,69
	-10,00
OUTRAS OBRIGACOES	-78.190,37
OUTRAS OBRIGACOES	-78.190,37
SALARIOS A PAGAR	-8.279,33
FGTS A RECOLHER	-9.495,43
INSS A RECOLHER	-59.581,68
PROLABORE A PAGAR	-833,93
OUTRAS PROVISÕES	-1.104,05
OUTRAS PROVISÕES	-1.104,05
CONTRIBUICAO SINDICAL A PAGAR	-1.104,05
PATRIMONIO LIQUIDO	47.873,83
CAPITAL SOCIAL	-40.000,00
CAPITAL SOCIAL	-40.000,00
CAPITAL SOCIAL	-40.000,00
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	87.873,83
LUCROS/PREJUIZOS	87.873,83
(-) PREJUIZOS ACUMULADOS	87.873,83
TOTAL DO PASSIVO	-77.416,73

Reconhecemos a exatidão do presente Balanco Patrimonial com base nas informações e na documentação apresentada, encerrado em 31/12/2017, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R\$ 77.416,73 (setenta e sete mil, quatrocentos e dezesseis reais e setenta e três centavos).

ROQUE LANDER MENEGAI
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF 782.211.889-72

MARCIO ANDRE DE SOUZA
CONTADOR
CRC PR-046220/O-1

CNPJ: 03.709.705/0001-70

Consolidação: Empresa

Grau: 5

Período: 01/2017 a 12/2017

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	184.251,25
RECEITA BRUTA	184.251,25
RECEITAS DE VENDAS/SERVICOS	184.251,25
PRESTACAO DE SERVICO	184.251,25
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	12.406,06
DEDUCOES DA RECEITA BRUTA	12.406,06
IMPOSTOS INCIDENTES S/ VENDAS	12.406,06
SIMPLES	12.406,06
RECEITA LÍQUIDA	171.845,19
CUSTOS	0,00
LUCRO BRUTO	171.845,19
RESULTADO OPERACIONAL E NAO OPERACIONAL	190.870,18
DESPESAS OPERACIONAIS	259.918,01
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	259.041,67
SALARIOS	149.287,55
PRO-LABORE	11.244,00
FERIAS	20.271,82
13 SALARIO	13.333,37
INSS	187,40
FGTS	16.978,88
DEPRECIACAO	24.826,40
ENERGIA ELETRICA	4.516,84
AGUA	1.394,32
DESPESAS COM TELEFONE	6.829,05
DESPESAS COM ENCADENADORA	441,50
HONORARIO DO CONTADOR	5.900,00
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	325,00
INTERNET	606,43
MATERIAL DE ESCRITORIO	691,92
SERVIÇOS DE TERCEIROS	472,93
DESPESAS COM SEGURANÇA	1.976,98
DESPESA COM HOSPEDAGEM	160,00
DESPESAS COM INFORMATICA	120,00
CERTIFICADO DIGITAL	175,00
(-) RESSARCIMENTO DE DESPESAS	-697,72
IMPOSTOS E TAXAS	876,34
IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS	876,34
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	69.048,13
RECEITAS NAO OPERACIONAIS	69.048,13
VENDA DE IMOBILIZADO	69.048,13
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	0,30
DESPESAS TRIBUTARIAS	0,30
IOF	0,30
RESULTADO ANTES DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	-19.024,99
RECEITAS FINANCEIRAS	0,11
RECEITAS FINANCEIRAS	0,11
RENDIMENTO S/ APLICAÇÃO	0,11
DESPESAS FINANCEIRAS	13.570,00
DESPESAS FINANCEIRAS	13.570,00
JUROS PASSIVOS	8.342,85
DESPESAS BANCARIAS	5.227,15
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-32.594,88
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA	-32.594,88
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	32.594,88

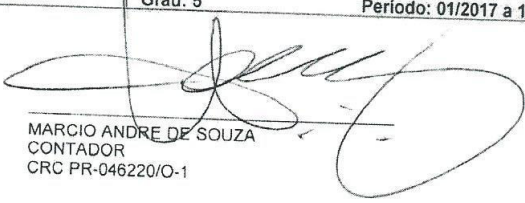
APTHUS CONTABILIDADE EMPRESARIAL LTDA

CNPJ: 03.709.705/0001-70
Consolidação: Empresa

Grau: 5

Período: 01/2017 a 12/2017


ROQUE LANDER MENEGAIS
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF 782.211.889-72


MARCIO ANDRE DE SOUZA
CONTADOR
CRC PR-046220/O-1

APTHUS CONTABILIDADE EMPRESARIAL LTDA

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº 53900.020256/2014-60		
Entidade: Sistema Plug de Comunicações Ltda.	CNPJ: 03.709.705/0001-70	
Executante do serviço de radiodifusão FM	Localidade: Paranaíta	UF: MT
Validade da Outorga: VENCIDA	Período: 2015-2025	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
1.1.1. Requerimento de renovação de outorga firmado pelo representante legal da Entidade;	OK	1 (0172638)
1.1.2. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;	PENDENTE	
1.1.3. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	PENDENTE	
1.1.4. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	PENDENTE	
1.1.5. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	PENDENTE	
1.1.6. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;	PENDENTE	
1.1.7. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou preferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar n.º 64/1990 (Lei da Ficha Limpa)	OK	1900935
1.2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	3296039 e 3295969

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	1-15 (3296133)
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	16 (3296133)
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	18-21 (3296133)
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	4 (1189356)
REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	3296044
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	10
			11
			2 (0389786)
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	3296039
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	13 12
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	14
	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	20-23, 26/27 (1189356)
Observações:			

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Cláudia Franco CARGO: Técnico de Nível Superior III	24/08/2018

NOTA TÉCNICA Nº 19115/2018/SEI-MCTIC

Processo nº 53900.020256/2014-60

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Sistema Plug de Comunicações Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Paranaíta, estado de Mato Grosso, referente ao período de 29/03/2015 a 29/03/2025.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o pedido a que se refere o parágrafo 1 chegou a ser analisado pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por conduto do Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que tratava dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comercial. Referida manifestação buscava uniformizar entendimento, no âmbito da Conjur, sobre os documentos necessários para a regular instrução dos processos de renovação.

3. Ocorre que, com a publicação da Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017, que altera as Leis nºs 5.785, de 23 de junho de 1972, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6.615, de 16 de dezembro de 1978 e do Decreto 9.138, de 22 de agosto de 2017, que altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e revoga o decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta.

4. Assim, considerando-se os termos das susos mencionadas alterações legislativas, faz-se necessário que a Interessada apresente os seguintes documentos pendentes, conforme atesta a "Lista de Verificação de Documentos", inserida digitalmente nestes autos (evento SEI n.º 3296180):

- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, conforme modelo anexo (evento SEI nº 3296208) constando declarações de que:
 - i)* nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
 - ii)* nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
 - iii)* a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

iv) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

v) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

Obs. 1: A falsidade das informações prestadas nos termos da alínea *j* deste artigo sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis.

Obs. 2: é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no parágrafo 4º, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Franco Vieira Almeida, Técnico de Nível Superior**, em 24/08/2018, às 10:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão, Substituto**, em 24/08/2018, às 10:38, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3296183** e o código CRC **45441483**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorga
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 33835/2018/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÃO LTDA. (CNPJ Nº 03.709.705/0001-70)
Rua Marechal Deodoro, 3624 - Centro
85.810 -200 Cascavel/PR

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53900.020256/2014-60.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 19115/2018/SEI-MCTIC, e Requerimento (Evento SEI n.º 3296208) com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão, Substituto**, em 24/08/2018, às 10:29, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3296190** e o código CRC **3FF2CF67**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 33835/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.020256/2014-60 - Nº SEI: 3296190

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:		CEP da sede:	
Endereço da sede:			
E-mail de contato:			
Serviço a ser renovado:	() Radiodifusão sonora	() em frequência modulada () em ondas curtas () em ondas médias () em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de sons e imagens		
Período da renovação:			
Localidade da renovação:		UF:	

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações abaixo e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios

diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

(b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

(c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.

(d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;

(e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

(f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Assinatura do representante legal

ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA

*RELATIVOS À
PESSOA
JURÍDICA*

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (e) prova de inscrição no CNPJ;
- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- (i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e
- (j) laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

Data de Envio:

24/08/2018 14:19:47

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

roque@sistemaplug.com.br

sei@sistemaplug.com.br

cezar@sistemaplug.com.br

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 53900.020256/2014-60

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_3296190.html

Requerimento_3296208_REQUERIMENTO_DE_RENOVACAO_DE_OUTORGA__2018.pdf

Nota_Tecnica_3296183.html

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº 53900.020256/2014-60		
Entidade: Sistema Plug de Comunicações Ltda.	CNPJ: 03.709.705/0001-70	
Executante do serviço de radiodifusão FM	Localidade: Paranaíta	UF: MT
Validade da Outorga: VENCIDA	Período: 2015-2025	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: <ul style="list-style-type: none"> - os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67; - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo; - a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública; - a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; - a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga; - nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa; 	OK	3305012
b) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	3296039 e 3295969

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	1-15 (3296133)
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	16 (3296133)
OU APLICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	18-21 (3296133)

	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	4 (1189356)
REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	3296044
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	10
			11
			2 (0389786)
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	3296039
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	13
			12
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	14
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	20-23, 26/27 (1189356)
Observações:			

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Cláudia Franco CARGO: Técnico de Nível Superior III	03/09/2018

Despacho N° 522/2018/SEI-MCTIC

O **DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.074922/2017-21, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 1215/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 04 de dezembro de 2017, da frequência 1560 KHz, outorgada à Sistema Plug de Comunicações Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Paranaíta, estado de Mato Grosso.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

Diretor de Radiodifusão Comercial



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**, **Diretor de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 29/03/2018, às 15:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC n° 89/2014 e MCTIC n° 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2817708** e o código CRC **5F48A69C**.

Despacho N° 1208/2017/SEI-MCTIC

O **COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.º 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.010793/2017-42, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da **SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA - ME**, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Paranaíta/MT, utilizando o canal n.º 255 (duzentos e cinquenta e cinco), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 16726/2017/SEI-MCTIC.

ANEXO AO DESPACHO N.º 1208/2017/SEI-MCTIC

LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA PRINCIPAL

Logradouro: Loteamento Comercial Norte, s/n, Lote 6, Quadra F	Bairro: Comercial Norte	CEP: 78590-000
Localidade: Paranaíta	UF: MT	Coordenadas Geográficas: 09°S39'46" e 56°W28'31"

LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO PRINCIPAL

Logradouro: Loteamento Comercial Norte, s/n, Lote 6, Quadra F	Bairro: Comercial Norte	CEP: 78590-000
Localidade: Paranaíta	UF: MT	

TRANSMISSOR PRINCIPAL

Fabricante: AUAD CORREA EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA		
Modelo: SP 500 ÁGILE	Potência de Operação: 0,343 kW	Certificação/Homologação: 00248-03-00528

SISTEMA IRRADIANTE PRINCIPAL

Fabricante: MECTRÔNICA MECÂNICA E ELETRÔNICA LTDA			Modelo: MTFMA-2		Número de elementos: 2				
Cota Base da Torre (C_{BT}): 272 m		Altura Centro de Irradiação (H_{CI}): 32,5 m		Azimute de Orientação: 210° NV		Beam-tilt: 0°		Ganho máximo: -0,06 dBd	
Tipo: Omnidirecional				Polarização: Circular			ERP máxima: 0,300 kW		

LINHA DE TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
Fabricante: RFS		Modelo: LCF 7/8-50JA-A0	Comprimento: 38 m
Eficiência: 88,6%	Impedância Característica: 50 Ohms	Atenuação: 1,12 dB/100m	Perdas acessórias: 0,1 dB

POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA POR AZIMUTES			
Azimute (radial) (°)	H _{SNMT} (m)*	Atenuação da antena (dB)	ERP _{AZ} (kW)
0	44,5	0,54	0,265
30	41,5	0,92	0,243
60	39,5	0,82	0,248
90	47,5	0,09	0,294
120	46,5	0	0,300
150	25,5	0,09	0,294
180	17,5	0,92	0,243
210	34,5	1,41	0,217
240	49,5	1,94	0,192
270	43,5	1,73	0,202
300	30,5	1,11	0,232
330	32,5	0,54	0,265
VALORES MÉDIOS:	37,75	—	0,249

* Altura do centro geométrico do sistema irradiante em relação ao nível médio do terreno no azimute considerado.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 01/08/2017, às 11:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **2067530** e o código CRC **10E245EC**.

Referência: Processo nº 01250.010793/2017-42

SEI nº 2067530

**RETIFICAÇÃO D.O.U.
de 14/ 08/ 2017,
Seção: I, Página: 06**



OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Guaxupé, estado de Minas Gerais.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Rafael Zaiat - procurador da Rádio Clube de Guaxupé Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio Cultura de Lorena Ltda.

ESPECIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Cultura de Lorena Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Lorena, estado de São Paulo.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Flávio Ferreira de Lara Resende - procurador da Rádio Cultura de Lorena Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio da Grande Serra Ltda.

ESPECIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio da Grande Serra Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Araripina, estado de Pernambuco.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sra. Rita de Cássia Ferreira Diniz - administradora da Rádio da Grande Serra Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio Educadora de Conceição Ltda.

ESPECIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Educadora de Conceição Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Conceição, estado da Paraíba.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 08 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Ronildo Leite Maniçoba - Procurador da Rádio Educadora de Conceição Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio Najua de Irati Ltda.

ESPECIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Najua de Irati Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Irati, estado do Paraná.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sra. Jussara Harmuch Bendhack - administrador da Rádio Najua de Irati Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio Sete Colinas de Uberaba Ltda.

ESPECIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Sete Colinas de Uberaba Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Uberaba, estado de Minas Gerais.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Fuad Miguel Hueb - administrador da Rádio Sete Colinas de Uberaba Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio São Carlos Ltda.

ESPECIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio São Carlos Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de São Carlos, estado de Santa Catarina.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 9 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sr. Cláudio Lorini - Procurador da Rádio São Carlos Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio Tapejara Ltda.

ESPECIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Tapejara Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Tapejara, estado do Rio Grande do Sul.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Maria Adelaide Basso - procuradora da Rádio Tapejara Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Sistema Plug de Comunicações Ltda.

ESPECIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorgas de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Sistema Plug de Comunicações Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Vila Rica, estado do Mato Grosso.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab - Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Roque Lander Menegais - administrador da Sistema Plug de Comunicações Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Sistema Plug de Comunicações Ltda.

ESPECIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Sistema Plug de Comunicações Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Paranaita, estado do Mato Grosso.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Roque Lander Menegais - administrador da Sistema Plug de Comunicações Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Sociedade de Radiodifusão Padre Eduardo Ltda.

ESPECIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Sociedade de Radiodifusão Padre Eduardo Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Terra Rica, estado do Paraná.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sr. Umberto Ferraz - Sócio Gerente da Sociedade de Radiodifusão Padre Eduardo Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Fundação Frei Rogério.

ESPECIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Fundação Frei Rogério.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Curitiba, estado de Santa Catarina.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sr. Neuri Francisco Reinisch - administrador da Fundação Frei Rogério.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio Amorim Juventude Ltda.

ESPECIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Amorim Juventude Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Rondonópolis, estado do Mato Grosso.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Edson Amorim Pires e/ou Branca Stela Domingo Pires - administradores da Rádio Amorim Juventude Ltda.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL Nº 2/2015-SOR/SPR/CD-ANATEL

A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 939, de 12 de novembro de 2015, para conduzir os procedimentos relativos à Licitação nº 002/2015-SOR/SPR/CD-ANATEL, considerando as decisões tomadas pelo Conselho Diretor da Anatel por meio dos Acórdãos nº 289/2016 e nº 329/2016, tendo em vista a dispensa de entrega da Documentação de habilitação pela proponente, na forma do item 2.7 do Edital, torna pública sua decisão de adjudicar o Lote E-8 à CLARO S.A., CNPJ nº 04.432.544/0001-47, conforme anexo da Ata da Sessão Pública de Abertura, Análise e Julgamento das Propostas de Preço lavrada em 16 de fevereiro de 2016, de acordo com o que foi estabelecido no item 10.6.1 do Edital.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Presidente da Comissão

CENTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA ELETRÔNICA AVANÇADA S/A

EXTRATO DE CONTRATO Nº 28/2016 - UASG 245209

Nº Processo: 01213004256201629.

INEXIGIBILIDADE Nº 32/2016. Contratante: CENTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA -ELETRONICA AVANÇADA S.A. CPF Contratado: ESTRANGEIRO. Contratado: CADENCE DESIGN SYSTEMS INC.. Objeto: Renovação de licença de software EDA. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 18/09/2016 a 17/09/2018. Valor Total: R\$2.880.000,00. Fonte: 100000000 - 2016NE800522 Fonte: 100000000 - 2016 800689. Data de Assinatura: 18/09/2016.

(SICON - 11/11/2016) 245209-24209-2016NE800020

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 46/2016 - UASG 245209

Nº Processo: 01213006124201631. Objeto: Capacitação de NR12 Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Declaração de Inexigibilidade em 11/11/2016. GLAUCY RENATA PEREIRA. Gerente. Ratificação em 11/11/2016. ROBERTO VANDERLEI DE ANDRADE. Valor Global: R\$ 21.580,00. CNPJ CONTRATADA: 03.775.069/0001-85 SERVICIO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL-SENAI.

(SIDECE - 11/11/2016) 245209-24209-2016NE800020

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2016 - UASG 245209

Número do Contrato: 60/2013.

Nº Processo: 01213003698201313.

PREGÃO SISPP Nº 148/2013. Contratante: CENTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA -ELETRONICA AVANÇADA S.A. CNPJ Contratado: 89846356000154. Contratado: RADIO TAXI GAUCHA LTDA - ME -Objeto: Prorrogação de contrato por 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 08/11/2016 a 07/11/2017. Valor Total: R\$69.400,00. Fonte: 100000000 - 2016NE800649. Data de Assinatura: 28/10/2016.

(SICON - 11/11/2016) 245209-24209-2016NE800020

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 140/2016 - UASG 113202

Nº Processo: 01342000561201676. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de material elétrico. Total de Itens Licitados: 00068. Edital: 14/11/2016 de 08h00 às 12h00 e de 12h01 às 16h00. Endereço: Av Prof. Lineu Prestes 2242 Cidade Universitária Butantã - SAO PAULO - SP ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/113202-05-140-2016. Entrega das Propostas: a partir de 14/11/2016 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 28/11/2016 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

(SIDECE - 11/11/2016) 113202-11501-2016NE800557

PREGÃO Nº 261/2016 - UASG 113202

Nº Processo: 01342001039201610. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de elemento filtrante. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 14/11/2016 de 08h00 às 12h00 e de 12h01 às 16h00. Endereço: Av Prof. Lineu Prestes 2242 Cidade Universitária Butantã - SAO PAULO - SP ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/113202-05-261-2016. Entrega das Propostas: a partir de 14/11/2016 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 25/11/2016 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

MARIA DE FATIMA DA SILVA SOUZA
Pregoeira

(SIDECE - 11/11/2016) 113202-11501-2016NE800557

CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E O SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA. PARA EXPLORAR O SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA, NA LOCALIDADE DE PARANAÍTA, ESTADO DE MATO GROSSO.

Aos quatorze dias do mês de outubro do ano dois mil e quatro, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, Eunício Oliveira, e o SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ nº 03.709.705/0001-70, representada por seu Sócio-Gerente, Roque Lander Menegais, RG nº 13/R.2.942.125 SSP/SC, CPF nº 782.211.889-72, assinam o presente Contrato de Concessão, decorrente da concessão outorgada à supramencionada entidade pelo Decreto de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 480, de 16 de agosto de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2004, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Paranaíta, Estado de Mato Grosso, regendo-se referida concessão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica assegurado ao Sistema Plug de Comunicações Ltda. o direito de explorar, sem exclusividade, na localidade de Paranaíta, Estado de Mato Grosso, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

Parágrafo único. A execução do serviço é vinculada aos termos do edital da Concorrência nº 120/2000-SSR/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga apresentadas na licitação pela concessionária.

Cláusula 2ª. A presente concessão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

Cláusula 3ª. A concessionária é obrigada a:

- publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a montagem da emissora no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da data da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União;
- iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação da Portaria de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União;

- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;
- h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;
- i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a concessão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;
- l) manter, durante a vigência da concessão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para execução do serviço;
- n) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- o) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;
- p) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraidas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;

q) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;

r) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente;

Cláusula 4ª. Na organização da programação, num total diário de 1.440 (mil, quatrocentos e quarenta) minutos, a concessionária deverá:

a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;

b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) destinar, diariamente, o percentual de 8% (oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, executando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "f" desta cláusula;

e) destinar, diariamente, o percentual de 8% (oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "g" desta cláusula;

f) destinar, diariamente, o percentual de 4% (quatro por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "d" desta cláusula;

g) destinar, diariamente, o percentual de 4% (quatro por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, executando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviços noticiosos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "e" desta cláusula;

h) limitar ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;

i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra "d" desta cláusula;

A-

✓

- j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso, além dos previstos nas letras “e” e “g” desta cláusula;
- l) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República;
- m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- o) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- s) manter em dia os registros da programação.
- t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

Cláusula 5ª. A proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 54 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá os percentuais propostos calculados com base nesse novo horário de funcionamento.

Cláusula 6ª. A concessionária recolheu o valor de R\$ 17.725,00 (dezessete mil, setecentos e vinte e cinco reais) pelo pagamento da primeira parcela do valor da outorga.

Cláusula 7ª. A concessionária deverá recolher o valor referente à segunda parcela do valor da outorga, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste contrato, conforme previsto no Edital.

Cláusula 8ª. A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

Cláusula 9ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a concessionária atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula 10ª. O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula 11ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo único. A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

Cláusula 12ª. A concessionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

Cláusula 13ª. O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula 14ª. Pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Ministério das Comunicações poderá, garantida ampla defesa, aplicar à concessionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga, corrigido pelo IGP-DI;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa da entidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Cláusula 15ª. O não pagamento da segunda parcela, na data fixada pelo Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a concessionária às sanções e penalidades previstas no Edital e na legislação que rege a licitação.

Cláusula 16ª. Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da concessão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da concessionária, ou por decisão judicial,

considerar-se-á o Contrato de Concessão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.

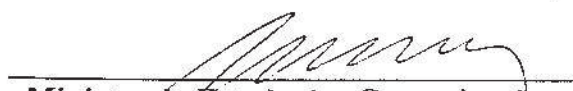
Cláusula 17ª. As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14ª.

Cláusula 18ª. Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a concessão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

Cláusula 19ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

Cláusula 20ª. Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratante.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Concessão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que contém 6 (seis) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.


Ministro de Estado das Comunicações


Concessionária


Testemunha


Testemunha

VIRE



Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 475, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a A VOZ DE LAGOA SANTA - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAGOA-SANTENSE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E RADIODIFUSÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 989, de 12 de junho de 2002, que autoriza a A Voz de Lagoa Santa - Associação Comunitária Lagoa-Santense de Assistência Social e Radiodifusão a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 476, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à NOVA RÁDIO ZENITH LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conchas, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.074, de 26 de junho de 2002, que outorga permissão à Nova Rádio Zenith Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conchas, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 477, DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DIFUSORA JUNDIAIENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de junho de 2001, que renova, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Difusora Jundiaíense Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 478, DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ACAIACA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Piraporá, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 14 de outubro de 1997, que renova, a partir de 3 de maio de 1988, a concessão outorgada à Rádio Acaiaca Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Piraporá, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 479, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO VALE DO ARAÇÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sandomos, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.563, de 8 de agosto de 2002, que outorga permissão à Rádio Vale do Araçá Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sandomos, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 480, DE 2004

Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranapi, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 28 de agosto de 2002, que outorga concessão ao Sistema Plug de Comunicações Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranapi, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 481, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO MATER ECCLESIAE para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.646, de 28 de novembro de 2002, que outorga permissão à Fundação Mater Ecclesiae para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educacionais, na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.886, de 18 de setembro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Joaimense Cultural de Rádio a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joazeiro, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.886, de 18 de setembro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Joaimense Cultural de Rádio a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joazeiro, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 483, DE 2004

Aprova o ato que outorga concessão à PANTANAL SOM E IMAGEM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 4 de junho de 2001, que outorga concessão à Pantanal Som e Imagem Ltda. para explorar, por 10 anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 17 de julho de 2000, que renova, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão da Rádio Arapuan Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 404, de 19 de março de 2002, que autoriza a Fundação Zuli Moraes a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caririçu, Estado de Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 404, de 19 de março de 2002, que autoriza a Fundação Zuli Moraes a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caririçu, Estado de Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal



Art. 21. Esta Medida Provisória entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 22. Ficam revogados a Medida Provisória nº 2.151-3, de 24 de agosto de 2001, o art. 2º, o § 5º do art. 3º, e os arts. 4º e 5º da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, e o art. 150 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Brasília, 28 de agosto de 2002; 181ª da Independência e 114ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Geraldo Magela da Cruz Quintão
Paulo de Tarso Ramos Ribeiro
Guilherme Gomes Dias

DECRETO DE 28 DE AGOSTO DE 2002

Outorga concessão às entidades que mencionam, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão às entidades abaixo mencionadas para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I - Rádio Tradição Ltda., na cidade de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000640/2000 e Concorrência nº 117/2000-SSR/MC);

II - Sistema Gois de Radiodifusão Ltda., na cidade de Água Boa, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001122/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

III - Jea Comunicações Ltda., na cidade de Aripuanã, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001122/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

IV - Sociedade Barrabugrense de Comunicação Ltda., na cidade de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001122/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

V - Sistema Plug de Comunicações Ltda., na cidade de Nova Brasília, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001122/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

VI - Sistema Plug de Comunicações Ltda., na cidade de Paranaitá, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001122/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

VII - Sistema Gois de Radiodifusão Ltda., na cidade de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001122/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

VIII - Sistema Plug de Comunicações Ltda., na cidade de Vila Rica, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53670.001122/2000 e Concorrência nº 120/2000-SSR/MC);

IX - Agência Guanhanense de Comunicação Ltda., na cidade de Guanhanes, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000608/2001 e Concorrência nº 074/2001-SSR/MC);

X - Sistema Cariris de Radiodifusão Ltda., na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000607/2001 e Concorrência nº 074/2001-SSR/MC).

Art. 2º Fica outorgada concessão à Vídeo Express Ltda., para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Colatina, Estado do Espírito Santo (Processo nº 53660.000478/97 e Concorrência nº 106/97-SFO/MC).

Art. 3º As concessões ora outorgadas reger-se-ão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pelas outorgadas.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após a liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 5º Os contratos decorrentes destas concessões deverão ser assinados dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 4º, sob pena de tornar-se nula, de pleno direito, a outorga concedida.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de agosto de 2002; 181ª da Independência e 114ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Juarez Quadros do Nascimento

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 759 e 760, de 28 de agosto de 2002. Comunica ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, respectivamente, que se ausentará do País no período de 31 de agosto a 4 de setembro de 2002, para participar da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, República da África do Sul.

Nº 761, de 28 de agosto de 2002. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 65, de 28 de agosto de 2002.

Nº 762, de 28 de agosto de 2002. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Desvincula, parcialmente, no exercício de 2003 e subsequentes, a aplicação dos recursos de que tratam os arts. 48, 49 e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, pertencentes à União".

Nº 763, de 28 de agosto de 2002. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à aquisição de veículos automotores movidos a álcool etílico hidratado carburante e dá outras providências".

CASA CIVIL AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 21 DE AGOSTO DE 2002

Aprova Norma Regulamentar para a concessão do ressarcimento de estada e de custeio da remoção aos nomeados para cargos comissionados de que trata, nas situações e com os requisitos e procedimentos que estabelece.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto nos arts. 8º e 9º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001 e art. 22, da Lei nº 9.986, de 18 de junho de 2000, e nos Decretos nº 1.840, de 20 de março de 1996, com a redação dada pelo Decreto nº 4.040, de 3 de dezembro de 2001 e nº 4.004, de 8 de novembro de 2001 e na Portaria nº 186, de 17 de agosto de 2000, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, resolve:

Art. 1º Aprovar Norma Regulamentar para a Concessão do Ressarcimento de Estada e Custeio da Remoção constante do Anexo desta Resolução, estabelecendo as situações abrangidas, os requisitos e os procedimentos para tal, aos profissionais nomeados para Cargos Comissionados de Direção (CD I e II), de Gerência Executiva (CGE I, II, III e IV), de Assessoria (CA I e II) e Técnico (CCT V e IV) da Agência e que, por isso, tenham de se deslocar da cidade de seu domicílio para exercício no Escritório Central da ANCINE, localizada na cidade do Rio de Janeiro - RJ, ou para qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio.

Art. 2º Deverá ser dada ampla divulgação interna a esta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução de Diretoria Colegiada entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUSTAVO DAHL
Diretor-Presidente

ANEXO

Art. 1º Esta Norma dispõe sobre as situações, os requisitos e os procedimentos para concessão do ressarcimento de despesas com estada e custeio de despesas com remoção que especifica, aos nomeados para Cargo Comissionado de Direção (CD I e II), de Gerência Executiva (CGE I, II, III e IV), de Assessoria (CA I e II) ou Técnico (CCT V e IV) na Agência Nacional do Cinema - ANCINE e que, por isso, tenham de se deslocar da cidade de seu domicílio para exercício no Escritório Central da ANCINE, localizada na cidade do Rio de Janeiro - RJ, ou para qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio.

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os fins e efeitos desta Norma são adotados os seguintes conceitos e definições:

I - Auxílio Moradia: valor pecuniário destinado ao custeio de despesa com estada do beneficiário de que trata o inciso III deste artigo, mediante ressarcimento, correspondente a até R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) mensais, observados, enquanto não fixados os limites de valores por nível do cargo, Município, Estado ou região, estabelecidos para a Administração Pública Federal direta, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme previsto na Lei nº 9.986, de 2000, combinada com o Decreto nº 1.840, de 1996, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 4.040, de 2001, os seguintes limites, em percentual, do valor máximo especificado para ressarcimento, considerando a equivalência entre os cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANCINE e os cargos em comissão do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores - DAS, estabelecida pelo Anexo à Portaria nº 186, de 17 de agosto de 2000, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

- a) CD I e CD II - 100%;
- b) CGE I - 95%;
- c) CGE II, CGE III, CA I, CA II e CCT V - 90%;
- d) CGE IV e CCT IV - 85%.

II - Moradia Funcional: imóvel de propriedade de particular, situado na cidade do Rio de Janeiro ou cidade em qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio, onde exercerá suas funções, passível de ocupação para fim residencial pelo beneficiário mediante contrato, acordo ou ajuste (essa, apartamento, apart-hotel, hotel);

III - Beneficiário: profissional nomeado para Cargo Comissionado de Direção (CD I e II), de Gerência Executiva (CGE I, II, III e IV), de Assessoria (CA I e II) ou Técnico (CCT V e IV) na ANCINE, que, em virtude de tal nomeação, tenha de se deslocar da cidade de seu domicílio para exercício no Escritório Central da ANCINE, localizada na cidade do Rio de Janeiro - RJ, ou para qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio;

IV - Imóvel Funcional: imóvel residencial de propriedade da União, situado no Distrito Federal, passível de permissão de uso a servidores.

Parágrafo único O Auxílio Moradia destina-se, apenas, ao ressarcimento do custeio do valor das despesas do beneficiário com alojamento, não estando incluídas outras despesas tais como: condomínio, impostos, luz, água, telefone, seguro, taxas diversas, tarifas e contribuições de qualquer espécie:

I - no caso de imóvel residencial ou apart-hotel, do aluguel, não abrangendo quaisquer outras despesas relativas a tal locação, especialmente condomínio, impostos, luz, água, telefone, seguro, taxas diversas, tarifas, serviços e contribuições de qualquer espécie;

II - no caso de hotel ou apart-hotel, da diária standard ou de menor valor, excluídas quaisquer outras despesas ou serviços relativos a tal moradia.

DA CONCESSÃO DO AUXÍLIO MORADIA

Art. 3º O auxílio moradia será concedido provisoriamente no período de até 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, contado a partir da data de posse do beneficiário, para custeio de sua estada no Distrito Federal, enquanto não adotadas as providências necessárias à definição quanto à disponibilidade, ou não, de imóvel funcional.

Art. 4º O nomeado para cargo comissionado a que alude o art. 1º desta Norma fará jus, como beneficiário de que trata o inciso III, do art. 2º, mediante ressarcimento, condicionado à existência de disponibilidade orçamentária e financeira no auxílio moradia.

Parágrafo único Não será concedido auxílio moradia a quem:

I - seja domiciliado em cidade localizada a até 100 (cem) quilômetros, inclusive, da cidade do Rio de Janeiro ou de cidade em qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio, onde exercerá suas funções;

II - tenha mudado seu domicílio para a cidade do Rio de Janeiro ou para cidade em qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio, onde exerce suas funções, em razão de nomeação para cargo anterior não incluído na relação constante nos incisos I e III, do art. 2º;

III - seja proprietário, promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário de imóvel residencial na cidade do Rio de Janeiro ou em cidade em qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio, onde exercerá suas funções ou em cidade localizada a até 100 (cem) quilômetros, inclusive, das mesmas, incluída a hipótese de lote edificado sem averbação da construção;

IV - seja cônjuge, companheiro ou companheira arupados por lei, de quem se encontre na situação descrita no inciso III.

DA SOLICITAÇÃO

Art. 5º Para instruir o processo de concessão do auxílio moradia, o beneficiário deverá encaminhar à Secretaria de Gestão Interna - SGI solicitação por escrito e acompanhada dos seguintes documentos:

I - declaração, assinada em conjunto pelo cônjuge, companheiro ou companheira arupados por lei, de que não são proprietários, promitentes compradores, cessionários ou promitentes cessionários de imóvel residencial na cidade do Rio de Janeiro ou em cidade em qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da de seu domicílio, onde exercerá suas funções ou em cidade localizada a até 100 (cem) quilômetros, inclusive, das mesmas, incluída a hipótese de lote edificado sem averbação da construção;

II - certidão negativa dos cartórios de registro de imóveis da cidade do Rio de Janeiro ou da cidade em qualquer parte do território nacional em que a ANCINE disponha de unidade organizacional diferente da do domicílio do beneficiário, onde este exercerá suas funções;

NOTA TÉCNICA Nº 19841/2018/SEI-MCTIC

Processo nº 53900.020256/2014-60

Assuntos: DEFERIMENTO. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Sistema Plug de Comunicações Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média adaptada para frequência modulada, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, referente ao período de 29/03/2015 a 29/03/2025.

ANÁLISE

2. Preliminarmente, é necessário esclarecer que a Constituição Federal estabelece, em seu art. 223, a possibilidade de renovação das outorgas concedidas pelo Poder Público àqueles que exploram serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. A interessada deve comprovar o cumprimento das exigências legais e regulamentares, assim como a observância das finalidades educativas e culturais do serviço, consoante regras dispostas na Lei nº 4.117/1962 (alterada pela Lei nº 13.424/2017) e no Decreto nº 52.795/1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138/2017).

3. A renovação da outorga consiste em direito conferido àqueles que exploram o serviço dentro dos padrões exigidos pela legislação regente, desde que haja interesse nacional. As permissões e concessões para exploração de serviço de radiodifusão de sonora poderão ser renovadas por períodos sucessivos de 10 (dez) anos e as concessões referentes aos serviço de radiodifusão de sons e imagens por períodos sucessivos de 15 (quinze) anos. Não há limitação quanto ao número de períodos renovados.

4. De acordo com a nova redação dada pelos (i) § 1º do inciso X do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017, no caso de serviços de radiodifusão sonora, competirá ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações emitir portaria de renovação de outorga e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional, via mensagem da Presidência da República; e, (ii) § 2º do inciso X do mesmo artigo, competirá à Presidência da República a expedição de Decreto e encaminhamento de mensagem ao Congresso, para deliberação do pedido de renovação, procedimento este precedido de regular instrução do processo pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

5. Feitos os esclarecimentos, passa-se ao exame do pedido.

6. A outorga da permissão para a execução do referido serviço se materializou por meio do Decreto de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União – D.O.U. de 29 de agosto de 2002 (evento SEI n.º 3324126, fl. 9), cancelado pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 480, de 2004, publicado no Diário Oficial da União – D.O.U. de 17 de agosto de 2004 (evento SEI n.º 3324126, fl. 8). O correspondente contrato de permissão celebrado com a União foi publicado no D.O.U. de 29 de março de 2005 (evento SEI n.º 3324126, fls. 5-7).

6.1. Importa aduzir que a outorga em questão foi adaptada para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no mesmo município e estado, conforme se depreende do termo aditivo ao contrato de concessão celebrado entre a União e a Interessada no dia 7.11.2016, publicado no D.O.U. de 14.11.2016 (evento SEI n.º 3324126, fl.4). O projeto técnico de instalação da estação de FM já se encontra aprovado por esta Pasta, conforme se verifica dos termos do Despacho n.º 1.208, datado em 1.8.2017, publicado no D.O.U. de 11.8.2017, com retificação no dia 14.8.2017 (evento SEI n.º 3324126, fls.2/3). O canal de operação, de OM, foi inclusive devolvido à União, conforme os termos do

Despacho n.º 522/2018, publicado no D.O.U. de 17.4.2018 (evento SEI n.º3324126, fl.1). Se constata, portanto, que o procedimento de migração foi regularmente processado e concluído, inexistindo, portanto, obstáculos impeditivos à renovação.

6.2. Apesar da efetivação da adaptação da outorga, as condições previstas no instrumento de outorga original, como por exemplo, o prazo de vigência, são mantidos (é a inteligência do art. 2º, § 5º do Decreto n.º 8.139, de 7.11.2013, publicado no D.O.U. de 2013).

7. Com efeito, depreende-se que a permissão em questão se encontra vencida desde 29.3.2015(evento SEI nº 0190517, fl. 1).

8. Por meio do requerimento citado no parágrafo 1, protocolizado em 30.9.2014, a Interessada manifestou interesse em continuar a executar o serviço em questão, por novo período de 10 (dez) anos. Assim, considerando que o prazo legal para manifestação de interesse na renovação da delegação era o compreendido entre os dias entre 29/09/2014 e 29/12/2014, verifica-se que a manifestação da Interessada foi TEMPESTIVA.

9. Em decorrência da recente alteração legislativa, a instrução dos pedidos de renovação de outorga deverão seguir as diretrizes previstas no art. 113 do Decreto nº 52.795/63, in verbis:

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

10. Em relação à documentação exigida pela legislação em vigor, cumpre informar que a pessoa jurídica Interessada, assim como os sócios/diretores, apresentaram todas elas, conforme se pode inferir da “Lista de Verificação de Documentos” juntada aos autos sob o evento SEI n.º 3324063.

11. Para a concessão de ato de renovação de outorga, além da comprovação dos requisitos necessários, relativos à (i) habilitação jurídica, (ii) qualificação econômico-financeira, (iii) regularidade

fiscal, e (iv) regularidade técnica, imprescindível também apurar se os limites de outorga estão sendo respeitados pela Concessionária e por seus sócios e dirigentes; se a outorga não está sendo objeto de processo de apuração de infração, cuja penalidade resulte em cassação; e, por fim, se seus sócios e administradores observam os ditames da Lei Complementar nº 64/1990.

12. Pertinente à *habilitação jurídica*, infere-se do ato constitutivo e sua última alteração que a execução de serviços de radiodifusão, dentre o rol de atividades a serem desempenhadas pela empresa, está sendo mantida. Quanto à *qualificação econômico-financeira*, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR (evento SEI nº 3296133, fls. 18-21). Ademais, da certidão de falência expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI 1189356, fl. 4). Já no tocante à *regularidade fiscal*, as certidões expedidas pelas fazendas federal, estadual e municipal, atestam a regularidade da Pessoa Jurídica em questão perante o fisco em cada uma daquelas esferas.

13. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos (evento SEI nº 3296133, pgs. 16), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos aprovados por esta Pasta, quais sejam:

NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Roque Lander Menegais	25.000	25.000,00
Andréa Samuel do Nascimento Menegais	15.000	15.000,00
TOTAL	40.000	40.000,00

NOME	CARGO
Roque Lander Menegais	Gerente

14. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236 de 28 de fevereiro de 1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigentes da entidade, conforme atesta consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, no dia 24/08/2018 (evento SEI nº 3296039, fls. 3-6).

14.1. A pessoa jurídica da Interessada detém, além da permissão objeto de análise nestes autos, permissões para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Apicás/MT, em Sarandi/PR, em Bom Jesus/RS, em Boqueirão do Leão/RS, em Vila Rica/MT. Detém, também, concessão do serviço de radiodifusão sonora em onda média regional, em Bom Retiro do Sul/RS.

14.2. O Sr. Roque Lander Menegais participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissões para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Apicás/MT (na qualidade de sócio-administrador), em Sarandi/PR (na qualidade de sócio-administrador), em Bom Jesus/RS (na qualidade de sócio-administrador), em Boqueirão do Leão/RS (na qualidade de sócio-administrador), em Vila Rica/MT (na qualidade de sócio-administrador). Participa, também, de concessão do serviço de radiodifusão sonora em onda média regional, em Bom Retiro do Sul/RS (na qualidade de sócio-administrador).

14.3. A Sra. Andrea Samuel do Nascimento participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissões para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Apicás/MT (na qualidade de sócia), em Sarandi/PR (na qualidade de sócia), em Bom Jesus/RS (na qualidade de sócia), em Boqueirão do Leão/RS (na qualidade de sócia), em Vila Rica/MT (na qualidade de sócia). Participa, também, de concessão do serviço de radiodifusão sonora em onda média regional, em Bom Retiro do Sul/RS (na qualidade de sócia).

14.3.1. É imperioso mencionar que a suposta extrapolação de limites de outorga pela sócia Andrea, conforme consignado no Despacho Interno COROR s./n.º (evento SEI nº 1723338), foi rechaçada, conforme se verifica dos termos da Nota

Técnica n.º 9.121/2018, cuja cópia se encontra colacionada neste feito sob o evento SEI n.º 3295969.

15. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cabe aduzir que, de acordo com consulta realizada junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, a Interessada não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º 3296039, fl. 9). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação (evento SEI n.º 1285362).

16. Em relação à regularidade técnica registra-se que, de acordo com os termos da Nota Informativa n.º 2412/2016/SEI-MCTIC(evento SEI n.º 1454453), da lavra de engenheiro desta Pasta, a Interessada atende aos requisitos técnicos mínimos previstos na legislação em vigor, estando, portanto, apta tecnicamente a ser renovada.

17. Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito.

CONCLUSÃO

18. Diante do exposto, opina-se pelo deferimento do pedido de renovação da outorga, devendo o processo ser remetido à Conjur.

19. Oportunamente, em caso de acolhimento das presente proposta, seguem dispostas no campo próprio abaixo minutas de Portaria e Exposição de Motivos, as quais devem ser submetidas ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

À consideração superior.

(assinado eletronicamente)
CLÁUDIA FRANCO VIEIRA ALMEIDA
Técnico de Nível Superior

De acordo. Submeta-se o feito à consideração da Coordenador-Geral de Pós-Outorga

(assinado eletronicamente)
RAFAEL FERREIRA LARCHER
Coordenador de Renovação de Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 19.841/2018/SEI-MCTIC. Submeta-se o feito à consideração do Senhor Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial.

(assinado eletronicamente)
ALTAIR DE SANTANA PEREIRA
Coordenador-Geral de Pós-Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 19.841/2018/SEI-MCTIC. Encaminhem-se os autos à Conjur.

(assinado eletronicamente)

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial⁽¹⁾

(1) Por delegação da Secretária de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.783, de 20 de novembro de 2017, publicada no D.O.U. de 21 de novembro de 2017



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 03/09/2018, às 17:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 03/09/2018, às 17:58, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Diretor de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 03/09/2018, às 18:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Franco Vieira Almeida, Técnico de Nível Superior**, em 04/09/2018, às 08:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3324164** e o código CRC **ADC3B339**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA N° , DE DE DE 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo n.º 53900.020256/2014-60, invocando as razões presente na Nota Técnica n.º 19.841/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º _____, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC,

R E S O L V E:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 29 de março de 2015, a concessão outorgada à Sistema Plug de Comunicações

Ltda., nos termos do Decreto s./n.º de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2002, cancelado pelo Decreto Legislativo n.º 480, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, serviço esse posteriormente adaptado para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(assinado eletronicamente)

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCTIC

Brasília, de de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo n.º 53900.020256/2014-60, acompanhado de Portaria que renova, por dez anos, a partir de 29 de março de 2015, a concessão outorgada à Sistema Plug de Comunicações Ltda., nos termos do Decreto s./n.º de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2002, cancelado pelo Decreto Legislativo n.º 480, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, serviço esse posteriormente adaptado para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO COMERCIAL E DE SERVIÇOS ANCILARES - CORSA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

PARECER n. 01050/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.020256/2014-60

INTERESSADOS: SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA

ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO

- I. Pedido de renovação da outorga formulado pelo Sistema Plug de Comunicações Ltda. com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para frequência modulada, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, referente ao período de 29/03/2015 a 29/03/2025.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.424/2017, previsão pormenorizada pelo disposto no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelo Decreto nº 9.138/2017.
- III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 19841/2018/SEI-MCTIC, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.
- V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para decidir. Encaminhamento do ato à Casa Civil da Presidência da República para conhecimento e envio ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017.
- VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo.
- VII. Pelo restituição do feito para prosseguimento.

Senhor Coordenador Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo iniciado a requerimento do Sistema Plug de Comunicações Ltda. e encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCTIC, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptada para frequência modulada, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, referente ao período de 29/03/2015 a 29/03/2025.

2. Conforme narra a NOTA TÉCNICA Nº 19841/2018/SEI-MCTIC, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes remeteu o feito, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos (Doc. SEI nº 3324164):

6. A outorga da permissão para a execução do referido serviço se materializou por meio do Decreto de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de agosto de 2002 (evento SEI nº [3324126](#), fl. 9), cancelado pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 480, de 2004, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 17 de agosto de 2004 (evento SEI nº [3324126](#), fl. 8). O correspondente contrato de permissão celebrado com a União foi publicado no D.O.U. de 29 de março de 2005 (evento SEI nº [3324126](#), fls. 5-7).

3. De acordo com a Secretaria, a outorga foi adaptada para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na mesma localidade, com base no Decreto nº 8.139, de 7.11.2013, publicado no D.O.U. de 2013.

4. No requerimento protocolado em 30.9.2014 (Doc. SEI nº 0172638), ratificado em 24.8.2018 (Doc. SEI nº 3305012, Protocolo nº 01250.051381/2018-43), a entidade solicitou renovação da outorga deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de

Rádiodifusão na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela análise jurídica desta CONJUR/MCTIC: *"Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito"*.

5. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

6. Inicialmente, registre-se que as Consultorias Jurídicas dos Ministérios são órgãos de execução Advocacia-Geral da União que têm por finalidade precípua prestar assessoramento jurídico aos titulares das pastas ministeriais, nos termos dos artigos 2º, II, *b*, e 11 da Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União, instituída pela Lei Complementar nº 73/1993. Em decorrência das normas em tela, apenas a análise das questões atinentes à juridicidade de atos administrativos, exame de contratos e editais, interpretação de normas e demais aspectos jurídicos correlatos são atribuições das Consultorias Jurídicas, sendo certo que os assuntos relacionados ao mérito dos atos administrativos e os aspectos fáticos relacionados ao exame de casos, tais como a autenticidade dos documentos acostados aos autos, são de atribuição dos órgãos técnicos dos Ministérios, nos termos dos respectivos Regimentos.

7. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico consultivo analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Rádiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

8. Para tanto, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelo Decreto nº 9.138/2017, que alterou o Regulamento dos Serviços de Rádiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, além de revogar o Decreto nº 88.066/1983, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

9. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.

10. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Rádiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

11. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de rádiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de rádiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

12. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

13. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de rádiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Rádiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

14. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

15. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

16. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972, reverberado pelo §1º do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser *'instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta'*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao então criado Ministério das Comunicações, com a sucessiva incidência do art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017, que elucida tratar-se do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o órgão do Poder Executivo atualmente competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

17. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

18. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

19. Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação, que fora apresentado tempestivamente. O requerimento que deflagrou o presente processo foi subscrito por Roque Lander Menegais, sócio-administrador da entidade, nos termos da Cláusula Décima Sétima do Contrato Social, registrado na Junta Comercial do Paraná, mantida nas alterações subsequentes, a qual lhe confere os devidos poderes de representação da sociedade (Doc. SEI nº 3296133). Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, conforme a *"Lista de Verificação de Documentos"* (SEI nº 3324063).

20. Nos termos do art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, deve o processo renovatório ser instruído com os seguintes documentos, *in verbis*:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se

encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

21. Ademais, por obediência ao disposto no art. 15, §2º do já multicitado Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, mostra-se igualmente necessária a apresentação das seguintes declarações, quando pertinentes, por ocasião da renovação:

§ 2º Sem prejuízo de outras declarações que possam ser solicitadas, o requerimento de outorga a que se refere o inciso I do § 1º conterá as declarações de que: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

22. Verificamos que a interessada apresentou todas as declarações exigidas, devidamente firmadas pelo representante legal da entidade, conforme se verifica do documento SEI nº 3305012, fls. 2/3, Protocolo nº 01250.051381/2018-43. Conferimos especial destaque à declaração no sentido de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que substituiu, na forma da lei, a análise acerca da idoneidade moral dos sócios e dirigentes outrora exigida.

23. No que diz respeito à habilitação jurídica, a entidade carrou aos autos cópia de seu ato constitutivo e das alterações realizadas no contrato social (Doc. SEI nº 3296133), que demonstram conformidade do quadro societário com aquele aprovado por esta Pasta Ministerial, além de indicar objeto social compatível com a execução do serviço. A esse respeito, assim se manifestou a Secretaria de Radiodifusão:

13. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos (evento SEI nº [3296133](#), pgs. 16), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos aprovados por esta Pasta, quais sejam:

NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Roque Lander Menegais	25.000	25.000,00
Andréa Samuel do Nascimento Menegais	15.000	15.000,00
TOTAL	40.000	40.000,00

NOME	CARGO
Roque Lander Menegais	Gerente

24. Para demonstrar a manutenção da **qualificação econômico-financeira** para prestação dos serviços, a entidade apresentou cópia do balanço patrimonial e demonstrativo de resultados, exigidos pela legislação de regência (Doc. SEI nº 3296133, fls. 18/21) e certidão negativa de falência ou

recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (Doc. SEI nº 1189356, fl. 4, Protocolo nº 53900.037596/2016-91). De acordo com a Secretaria de Radiodifusão, *"Quanto à qualificação econômico-financeira, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR (evento SEI n.º [3296133](#), fls. 18-21). Ademais, da certidão de falência expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI [1189356](#), fl. 4)"*.

25. A **regularidade fiscal**, por sua vez, restou demonstrada por meio da juntada das certidões negativas de débito junto ao FISTEL, INSS, FGTS e Fazendas federal, estadual e municipal, demonstrada também, nos termos exigidos pela legislação de licitações, a regularidade trabalhista com a juntada da certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho (Docs. SEI nº 0172638, fls. 10/14, nº 3296039 e nº 0389786, fl. 2 - Protocolo nº 53900.009291/2015-17). Vale assinalar que algumas das certidões remontam à data de protocolização do feito, o que não constitui irregularidade, uma vez que o ato foi praticado, ao seu tempo, em conformidade com o exigido. A questão não gera riscos ao poder público, pois, como será consignado mais adiante, deverá ser reapresentada a documentação probatória atualizada da entidade por ocasião da assinatura do aditivo contratual, para que sejam absorvidos os efeitos naturais que decorrem do lapso temporal que envolve a edição de um ato administrativo complexo, como o presente.

26. **Em relação à verificação da regularidade técnica da entidade para prosseguir em operação**, consta do processo administrativo em epígrafe a **NOTA INFORMATIVA Nº 2412/2016/SEI-MCTIC (SEI nº 1454453)**, segundo a qual concluiu-se *"que o Laudo de Vistoria Técnica da Estação, o Laudo de Ensaio do transmissor principal e as declarações apresentadas estão em conformidade com a última autorização do poder concedente e norma técnica regulamentar vigente, estando apta tecnicamente para dar prosseguimento ao processo de Renovação de Outorga."*

27. Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:

15. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cabe aduzir que, de acordo com consulta realizada junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, a Interessada não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º [3296039](#), fl. 9). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação (evento SEI n.º [1285362](#)).

28. Consigne-se, em sequência, que a área técnica responsável verificou não ter sido identificada infração à regra disposta no art. 12 do Decreto-lei nº 236/1967, que estabelece limites para exercício de concessão ou permissão do serviço de radiodifusão para cada entidade, bem como à regra instituída pela alínea "g" do art. 38 da Lei nº 4.117/1962, que restringe a participação, pela mesma pessoa, em administração ou gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade. Sobre o assunto, a Secretaria de Radiodifusão se manifestou nos seguintes termos:

14. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigentes da entidade, conforme atesta consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO, no dia 24/08/2018 (evento SEI nº [3296039](#), fls. 3-6).

14.1. A pessoa jurídica da Interessada detém, além da permissão objeto de análise nestes autos, permissões para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Apicás/MT, em Sarandi/PR, em Bom Jesus/RS, em Boqueirão do Leão/RS, em Vila Rica/MT. Detém, também, concessão do serviço de radiodifusão sonora em onda média regional, em Bom Retiro do Sul/RS.

14.2. O Sr. Roque Lander Menegais participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissões para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Apicás/MT (na qualidade de sócio-administrador), em Sarandi/PR (na qualidade de sócio-administrador), em Bom Jesus/RS (na qualidade de sócio-administrador), em Boqueirão do Leão/RS (na qualidade de sócio-administrador), em Vila Rica/MT (na qualidade de sócio-administrador). Participa, também, de concessão do serviço de radiodifusão sonora em onda média regional, em Bom Retiro do Sul/RS (na qualidade de sócio-administrador).

14.3. A Sra. Andrea Samuel do Nascimento participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissões para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Apicás/MT (na qualidade de sócia), em Sarandi/PR (na qualidade de sócia), em Bom Jesus/RS (na qualidade de sócia), em Boqueirão do Leão/RS (na qualidade de sócia), em Vila Rica/MT (na qualidade de sócia). Participa, também, de concessão do serviço de radiodifusão sonora em onda média regional, em Bom Retiro do Sul/RS (na qualidade de sócia).

14.3.1. É imperioso mencionar que a suposta extrapolação de limites de outorga pela sócia Andrea, conforme consignado no Despacho Interno COROR s./n.º (evento SEI nº [1723338](#)), foi rechaçada, conforme se verifica dos termos da Nota Técnica n.º 9.121/2018, cuja cópia

29. Registre-se, em sequência, que constam do processo em testilha diversos outros documentos que comprovariam requisitos exigíveis ao tempo em que protocolizado o pedido de renovação, mas cuja análise deixou de ser indicada pelas normas atualmente vigentes, conforme já narrado.

30. Por fim, quanto à questão da adaptação da outorga objeto deste feito, impende registrar que a adaptação de outorga de radiodifusão cujo período de vigência se encontrava expirado não se revela dotada da melhor técnica jurídica, uma vez que deveria ter sido ultimado o feito renovatório precedentemente. Não obstante, na situação em apreço, a autorização para a adaptação já é ato consolidado pela Administração, derivado de manifestação válida do poder público, devendo ser encontrada solução jurídica que garanta regularidade material e formal à situação constituída, em especial para que seja prestado o devido respeito ao interesse público, no caso, consubstanciado na expectativa de continuidade e aprimoramento técnico do serviço. Por essa razão, poderá ter prosseguimento o processo de renovação, consoante os esclarecimentos prestados pela área técnica, no sentido da inexistência de pendências no regular processo de migração:

6.1. Importa aduzir que a outorga em questão foi adaptada para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no mesmo município e estado, conforme se depreende do termo aditivo ao contrato de concessão celebrado entre a União e a Interessada no dia 7.11.2016, publicado no D.O.U. de 14.11.2016 (evento SEI nº [3324126](#), fl.4). O projeto técnico de instalação da estação de FM já se encontra aprovado por esta Pasta, conforme se verifica dos termos do Despacho nº 1.208, datado em 1.8.2017, publicado no D.O.U. de 11.8.2017, com retificação no dia 14.8.2017 (evento SEI nº [3324126](#), fls.2/3). O canal de operação, de OM, foi inclusive devolvido à União, conforme os termos do Despacho nº 522/2018, publicado no D.O.U. de 17.4.2018 (evento SEI nº [3324126](#), fl.1). Se constata, portanto, que o procedimento de migração foi regularmente processado e concluído, inexistindo, portanto, obstáculos impeditivos à renovação.

6.2. A despeito da efetivação da adaptação da outorga, as condições previstas no instrumento de outorga original, como por exemplo, o prazo de vigência, são mantidos (é a inteligência do art. 2º, § 5º do Decreto nº 8.139, de 7.11.2013, publicado no D.O.U. de 2013).

31. Como se vê, os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica, nessa ocasião, qualquer outro óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.

32. Em adendo consigne-se apenas a **necessidade da materialização de termo aditivo junto à parte interessada por este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Na oportunidade **deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade**, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

III - CONCLUSÃO

33. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pelo prosseguimento da tramitação do feito, com a remessa dos autos ao Gabinete do Sr. Ministro de Estado da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações para prosseguimento.

34. É o Parecer, produzido e assinado eletronicamente por meio do Sistema Sapiens e submetido à consideração superior.

À consideração superior.

Brasília, 27 de setembro de 2018.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900020256201460 e da chave de acesso 5570cc37

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 175560882 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 27-09-2018 16:42. Número de Série: 1787513. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 01504/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.020256/2014-60

INTERESSADO: SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA

ASSUNTO: Radiodifusão. Pedido de renovação de outorga para exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, adaptada para Frequência Modulada, no Município de Paranaíta, Estado do Mato Grosso.

1. Aprovo o **PARECER Nº 01050/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, da lavra da Dra. Danielle Lustz Portela Brasil, Advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e de Serviços Ancilares.
2. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Radiodifusão para conhecimento e providências decorrentes, como proposto.

Brasília, 01 de outubro de 2018.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA
Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação
Portaria MCTIC nº 6.058, de 22/12/2016
Delegação de Competência atribuída pela Portaria CONJUR-MCTIC nº 5.279, de 17/11/2016

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900020256201460 e da chave de acesso 5570cc37

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 177008390 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 01-10-2018 10:31. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



PORTARIA Nº 5153/2018/SEI-MCTIC

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53900.020256/2014-60, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 19.841/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 01050/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 29 de março de 2015, a concessão outorgada à Sistema Plug de Comunicações Ltda., nos termos do Decreto s./n.º de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2002, chancelado pelo Decreto Legislativo n.º 480, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, serviço esse posteriormente adaptado para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB**, **Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 03/10/2018, às 16:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3417169** e o código CRC **02078181**.

Referência: Processo nº 53900.020256/2014-60

SEI nº 3417169

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo n.º 53900.020256/2014-60, acompanhado de Portaria que renova, por dez anos, a partir de 29 de março de 2015, a concessão outorgada à Sistema Plug de Comunicações Ltda., nos termos do Decreto s./n.º de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2002, chancelado pelo Decreto Legislativo n.º 480, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, serviço esse posteriormente adaptado para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 03/10/2018, às 16:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3417209** e o código CRC **586D9F2D**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorga
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 39550/2018/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÃO LTDA. (CNPJ Nº 03.709.705/0001-70)
Rua Marechal Deodoro, 3624 - Centro
85.810 -200 Cascavel/PR

Assunto: Renovação. Deferimento. Pagamento de taxa de publicação – Processo nº 53900.020256/2014-60

Senhor (a) Representante Legal,

1. Informa-se o DEFERIMENTO da solicitação contida no processo em referência, efetuada por essa entidade.

2. Diante do exposto, encaminho em anexo, o Documento de Arrecadação Fiscal (DARF) para recolhimento do valor relativo à taxa de publicação no Diário Oficial da União.

3. Para o esclarecimento de dúvidas e questionamentos adicionais quanto à publicação de matérias no Diário Oficial da União o interessado deverá entrar em contato com a Central de Atendimento da Imprensa Nacional, através dos canais disponíveis no endereço eletrônico <http://imprensa.in.gov.br/central/>.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 03/10/2018, às 17:16, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3430187** e o código CRC **FE38A237**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 39550/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.020256/2014-60 - Nº SEI: 3430187



001-9

00190.00009 02941.021004 00072.828171 4 76870000033040

Cedente PR - Imprensa Nacional		Código do Cedente 1607-1 / 55573000-X		Espécie R\$	Quantidade 0001	Nosso número 00029410210000072828
Número do documento 4	CPF/CNPJ 04.196.645/0001-00	Vencimento 24/10/2018			Valor documento 330,40	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa	(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado	
Sacado SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÃO LTDA. Rua Marechal Deodoro, 3624, Centro Cascavel, PR - CEP: 85810-200						

Instruções

Autenticação mecânica

A publicação da(s) matéria(s) está condicionada à compensação bancária deste documento, com previsão de publicação de, no mínimo, dois dias úteis após o pagamento.
Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 4995654 enviado em 04/10/2018

Corte na linha pontilhada



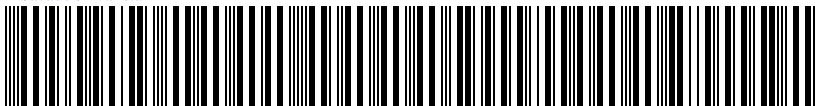
001-9

00190.00009 02941.021004 00072.828171 4 76870000033040

Local de pagamento Pagável em qualquer Banco até o vencimento					Vencimento 24/10/2018	
Cedente PR - Imprensa Nacional					Agência/Código cedente 1607-1 / 55573000-X	
Data do documento 04/10/2018	Nº documento 4	Espécie doc. ND	Aceite N	Data process. 04/10/2018	Nosso número 00029410210000072828	
Uso do banco / Convênio 33804/2941021	Carteira 17 / 124	Espécie R\$	Quantidade 0001	Valor Documento 330,40	(=) Valor documento 330,40	
Instruções Após vencimento, este boleto perde a validade. . Referente a publicação do ofício 4995654 enviado em 04/10/2018					(-) Desconto / Abatimento	
					(-) Outras deduções	
					(+) Mora / Multa	
					(+) Outros acréscimos	
					(=) Valor cobrado	
Sacado SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÃO LTDA. Rua Marechal Deodoro, 3624, Centro Cascavel, PR - CEP: 85810-200						
					Cód. baixa	

Sacador/Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 12/11/2018 10:30:38**Origem:** Secretaria de Radiodifusão**Operador:** DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA**Ofício:** 5049597**Data prevista de publicação:** 13/11/2018**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1**Forma de pagamento:** Boleto Avulso

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
11225822	ATO PORTARIA Nº 5153_53900.020256.2014.60.rtf	3975531a08a48822 9199dbe5e5932d2b	10,00	
	Total da matéria		10,00	R\$ 330,40
TOTAL DO OFICIO			10,00	R\$ 330,40
CRÉDITOS UTILIZADOS				R\$ 330,40
TOTAL A PAGAR				R\$ 0,00



Comprovante (3551852)

SEI 53900.020256/2014-60 / pg. 220

Data de Envio:

04/10/2018 13:58:37

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

roque@sistemaplug.com.br

sei@sistemaplug.com.br

cezar@sistemaplug.com.br

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 53900.020256/2014-60

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_3430187.html

Boleto_3431976_BOLETO_PORT_5153_53900.020256.2014.60.pdf

Comprovante_3431989_RECIBO_PORT_5153_53900.020256.2014.60.pdf

Ministério da Ciência, Tecnologia,
Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 5.153-SEI, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53900.020256/2014-60, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 19.841/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 01050/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 29 de março de 2015, a concessão outorgada à Sistema Plug de Comunicações Ltda., nos termos do Decreto s./nº de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2002, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 480, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, serviço esse posteriormente adaptado para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 5752, de 8 de novembro de 2018, referente ao Processo nº 01250.062981/2018-37, publicada no Diário Oficial da União do dia 9 de novembro de 2018, Seção 1, Página 57, onde se lê: "... Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à TV RIO SUL LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Resende, estado do Rio de Janeiro, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Barra do Pirai, estado do Rio de Janeiro, por meio do canal 31 (trinta e um), visando à retransmissão de seus próprios sinais....", leia-se: "...Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à TV RIO SUL LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Resende, estado do Rio de Janeiro, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Barra do Pirai (Vargem Alegre), estado do Rio de Janeiro, por meio do canal 31 (trinta e um), visando à retransmissão de seus próprios sinais....".

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATOS DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

Outorga aos abaixo identificados autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado:

Nº 8.455 - Processo 53516.014082/2018-63: EDSON HITOSHI KAYANO, CPF nº 077.241.888-82.

Nº 8.456 - Processo 53516.000491/2018-82: MIGUEL MANDOTTI, CPF nº 608.022.789-49.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 8.468, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 53516.006932/2014-26.

Expede à RÁDIO VERA CRUZ FM LTDA., CNPJ nº 03.761.886/0001-84, autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão - Ligação para Transmissão de Programas e outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 8.426, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) RADIO EMISSORAS DO CENTRO OESTE PAULISTA LTDA, CNPJ nº 48.209.928/0001-07 associada à autorização para exploração do Serviço Aux. Radiodifusão - Ligação para Transm. de Programas.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS,
MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATO Nº 8.054, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) GIRASSOL AGRICOLA LTDA, CNPJ nº 09.409.968/0001-40, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 8.102, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) ROLAND TRENTINI, CPF nº 253.444.200-72, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 8.117, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) UGGERI AGROPECUARIA LTDA, CNPJ nº 03.648.961/0001-03, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 8.167, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) JORGE DALBEN, CPF nº 195.665.819-04, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 8.181, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) DHONIVALL FRANCISCO DE OLIVEIRA, CPF nº 517.842.891-91, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 8.182, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Processo nº 53542.002330/2018-14.

Expede autorização a TANGARA ENERGIA S/A, CNPJ nº 03.573.381/0002-77, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 8.206, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) CRUZEIRO DO SUL GRAOS LTDA., CNPJ nº 12.222.735/0002-20, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 8.235, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

Processo nº 53542.002249/2018-26.

Expede autorização a SECURITY SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 00.332.087/0005-28, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 8.274, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) ERIVALDO MAGNAGO JUNIOR, CPF nº 054.678.976-59, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 8.291, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 53542.004999/2018-32.

Expede autorização a ANDRE EUGENE LAPERCHE, CPF nº 036.905.711-20, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 8.380, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) SEGLOG SEGURANCA ELETRONICA LTDA ME, CNPJ nº 07.804.306/0001-40, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 8412, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 53542.002262/2018-85.

Expede autorização a GILBERTO DOS SANTOS, CPF nº 654.899.001-30, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 8439, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 53542.008120/2018-21.

Expede autorização a INVIO LÁVEL SORRISO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA, CNPJ nº 07.189.956/0001-22, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente



DESPACHO

Processo nº: 53900.020256/2014-60

1. Tendo em vista a publicação, no Diário Oficial da União - D.O.U. de 13.11.2018, da Portaria n.º 5.153, de 3.10.2018 (evento SEI n.º 3555891), por intermédio do qual o Titular desta Pasta renova, por dez anos, a partir de 29 de março de 2015, a concessão outorgada à Sistema Plug de Comunicações Ltda, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, remeto os autos ao Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga - SEPOS, para anotação cadastral e atualização dos sistemas pertinentes.

2. Após a adoção dessas providências os autos devem ser encaminhados ao Gabinete do Ministro, para posterior envio à Casa Civil da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 13/11/2018, às 09:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3555903** e o código CRC **6E41A7B3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.020256/2014-60

SEI nº 3555903

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA	
Nome Fantasia: SELVA FM, NATIVA FM	
Telefone: (45) 33262509	E-mail: comercial@sistemaplug.com.br
CNPJ: 03.709.705/0001-70	Número do Fistel: 50414468813
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 29/03/2005	Serviço: 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações: Ato nº 7.623, de 12/9/2014, publicado no D.O.U. de 15/9/2014.	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA MARECHAL FLORIANO	Complemento: SALA 01	
Bairro: CLAUDETE	Numero: 4003	
Município: Cascavel	UF: PR	CEP: 85811150

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Loteamento Comercial Norte	Complemento: Lote 6, Quadra F	
Bairro: Comercial Norte	Numero: s/n	
Município: Paranaíta	UF: MT	CEP: 78590000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Loteamento Comercial Norte	Complemento: Lote 6, Quadra F	
Bairro: Comercial Norte	Numero: s/n	
Município: Paranaíta	UF: MT	CEP: 78590000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Paranaíta	UF: MT
Latitude: -9.65835	Longitude: -56.4786

Parâmetros Técnicos			
Canal: 255	Frequência: 98.9 MHz	Classe: C	ERP: 0.3kW
Altura: 60 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Limitação por radial dBd											
0º: 0	10º: 0	20º: 0	30º: 0	40º: 0	50º: 0	60º: 0	70º: 0	80º: 0	90º: 0	100º: 0	110º: 0
120º: 0	130º: 0	140º: 0	150º: 0	160º: 0	170º: 0	180º: 0	190º: 0	200º: 0	210º: 0	220º: 0	230º: 0
240º: 0	250º: 0	260º: 0	270º: 0	280º: 0	290º: 0	300º: 0	310º: 0	320º: 0	330º: 0	340º: 0	350º: 0

Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 1004692541						Número Indicativo:					
Data Último Licenciamento:						Número da Licença:					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: -9.663				Longitude: -56.475				Cota da base: 272.7 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 002480300528						Modelo: SP 500 ágil					
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda						Potência de Operação: 0.343 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: LCF7/8-50JA-A0						Fabricante:					
Comprimento da Linha: 38 m		Atenuação: 1.12 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.1 dB		Impedância: 50 ohms					
Antena Principal											
Modelo: MTFMA-2						Fabricante:					
Ganho: -0.06 dBd		Beam-Tilt: 0 °		Orientação NV: 210 °		Polarização: Circular		HCl: 32.5 m		ERP Máximo: 0.3 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 0.54	10°: 0.66	20°: 0.82	30°: 0.92	40°: 0.95	50°: 0.92	60°: 0.82	70°: 0.6	80°: 0.31	90°: 0.09	100°: 0.01	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0.09	160°: 0.32	170°: 0.64	180°: 0.92	190°: 1.11	200°: 1.26	210°: 1.41	220°: 1.61	230°: 1.82
240°: 1.94	250°: 1.94	260°: 1.86	270°: 1.73	280°: 1.55	290°: 1.33	300°: 1.11	310°: 0.9	320°: 0.69	330°: 0.54	340°: 0.48	350°: 0.49
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms					
Antena Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCl: m		ERP Máximo: 0.3 kW	
RDS											
Código PI:											
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
536700011292000	6	Decreto	PR	28/08/2002	29/08/2002	Outorga			Jurídico		
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
012500107932017	1208	Despacho	MCTIC	01/08/2017	11/08/2017	Aprovação de Local			Técnico		

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
536700011292000	480	Decreto Legislativo	CN	16/08/2004	17/08/2004	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
535000484462017-05	7164	Ato	ORLE	08/03/2017	28/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
539000202562014	5153	Portaria	MCTIC	03/10/2018	13/11/2018	Renovação	Jurídico
Horário de funcionamento							

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Divisão de Gestão da Informação

Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53900.020256/2014-60

Certifico que, nesta data, anexe na pasta técnica e jurídica referente à SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA, executante, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, serviço esse posteriormente adaptado para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, copia da Portaria nº 5.153, de 03 de outubro de 2018. Publicada no D.O.U. em 13/ 11/ 2018, referente a renovação de outorga.

É oportuno lembrar que este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

De ordem, encaminho o presente processo Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga – SEPOS.



Documento assinado eletronicamente por **Noel Sérgio de Almeida, Chefe de Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão**, em 13/11/2018, às 09:37, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3556173** e o código CRC **AA4DBB2E**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.020256/2014-60

SEI nº 3556173



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):

CGGM_RÁDIO

DEMANDA:

Encaminhar a Presidência da República

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 14/11/2018, às 11:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3557508** e o código CRC **E592DBD4**.

Referência: Processo nº 53900.020256/2014-60

SEI nº 3557508

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53000.020256/2014-60

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: CGPO

Encaminhe-se à Coordenação Geral de Pós-Outorgas, para Ratificação das informações prestadas na Nota Técnica 19841/2018 (3324164), tendo em vista a alteração da Pasta Ministerial.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 07/02/2019, às 12:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3829140** e o código CRC **4D143F35**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.020256/2014-60

SEI nº 3829140

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

DESPACHO

PROCESSO: 53900.020256/2014-60

INTERESSADA: SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA.

1. Por meio da Nota Técnica nº 19841/2018/SEI-MCTIC e do Parecer nº 01050/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, a então Secretaria de Radiodifusão e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações se manifestaram favoravelmente ao deferimento do pedido formulado pela Sistema Plug de Comunicações Ltda (CNPJ nº 03.709.705/0001-70), objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Paranaíta/MG, referente ao período de 29 de março de 2015 a 29 de março de 2025 (SUPER 3324164 e 3416782).

2. Na sequência, foi publicada a Portaria nº 5.153-SEI, de 3 de outubro de 2018, no Diário Oficial da União do dia 13 de novembro de 2018, renovando a concessão por novo período de 10 (dez) anos (SUPER 3557508). O processo foi, então, encaminhado à Casa Civil da Presidência da República para ciência e posterior envio do assunto à deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal. No entanto, em razão da mudança de titularidade desta Pasta Ministerial, os autos foram restituídos a esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, para ratificação da minuta proposta na referida Nota Técnica nº 19841/2018/SEI-MCTIC (SUPER 3324164).

3. Nesse sentido, foi editada nova minuta de Exposição de Motivos, colacionadas aos autos sob o SUPER 10906097, a serem remetidas à deliberação das autoridades competentes pela renovação da supramencionada outorga.

4. Assim, em nada mais havendo e, em atenção ao art. 1º, inciso IV, e ao art. 32, incisos XXII, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, para que, em caso de aprovação desta manifestação, submeta o assunto à deliberação do **Ministro de Estado das Comunicações**, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira**, Assistente Técnico, em 19/05/2023, às 12:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 19/05/2023, às 13:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 19/05/2023, às 15:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 19/05/2023, às 16:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10906096** e o código CRC **DF70DE61**.

Minutas e Anexos

- Minuta Exposição de Motivos (10906097)

Referência: Processo nº 53900.020256/2014-60

Documento nº 10906096

**MINUTA DE
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.020256/2014-60, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19841/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 01050/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 5.153-SEI, de 3 de outubro de 2018, publicada em 13 de novembro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de março de 2015, a concessão outorgada à Sistema Plug de Comunicações Ltda (CNPJ nº 03.709.705/0001-70), nos termos do Decreto s./n.º de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2002, chancelado pelo Decreto Legislativo n.º 480, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, serviço esse posteriormente adaptado para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 19/05/2023, às 12:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 19/05/2023, às 13:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 19/05/2023, às 15:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 19/05/2023, às 16:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10906097** e o código CRC **64C0A6D6**.

Brasília, 23 de maio de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.020256/2014-60, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19841/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 01050/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 5.153-SEI, de 3 de outubro de 2018, publicada em 13 de novembro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de março de 2015, a concessão outorgada à Sistema Plug de Comunicações Ltda (CNPJ nº 03.709.705/0001-70), nos termos do Decreto s./n.º de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2002, chancelado pelo Decreto Legislativo n.º 480, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, serviço esse posteriormente adaptado para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 02/06/2023, às 18:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10920031** e o código CRC **4337E5B2**.

Ofício Interno nº 36314/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor
Braunner Fassheber
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Exposição de Motivos (10920031)

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho COREP_MCOM (10906096), encaminha a Exposição de Motivos (10920031), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 30/05/2023, às 16:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10920064** e o código CRC **C787A2D2**.

Ofício Interno nº 37182/2023/MCOM

Brasília, 10 de junho de 2023

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (10920031)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta do Despacho COREP_MCOM (10906096), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (10920031), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 10/06/2023, às 15:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10946995** e o código CRC **3A4489DD**.

Brasília, 13 de junho de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.020256/2014-60, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19841/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 01050/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 5.153-SEI, de 3 de outubro de 2018, publicada em 13 de novembro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de março de 2015, a concessão outorgada à Sistema Plug de Comunicações Ltda (CNPJ nº 03.709.705/0001-70), nos termos do Decreto s./n.º de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2002, chancelado pelo Decreto Legislativo n.º 480, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, serviço esse posteriormente adaptado para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 16177/2023/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53900.020256/2014-60.

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 15/06/2023, às 00:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10953966** e o código CRC **D5C033B5**.

Brasília, 14 de Junho de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.020256/2014-60, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19841/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 01050/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 5.153-SEI, de 3 de outubro de 2018, publicada em 13 de novembro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de março de 2015, a concessão outorgada à Sistema Plug de Comunicações Ltda (CNPJ nº 03.709.705/0001-70), nos termos do Decreto s./n.º de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2002, chancelado pelo Decreto Legislativo n.º 480, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, serviço esse posteriormente adaptado para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO COMERCIAL E DE SERVIÇOS ANCILARES - CORSA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

PARECER n. 01050/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.020256/2014-60

INTERESSADOS: SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA

ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO

- I. Pedido de renovação da outorga formulado pelo Sistema Plug de Comunicações Ltda. com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para frequência modulada, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, referente ao período de 29/03/2015 a 29/03/2025.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.424/2017, previsão pormenorizada pelo disposto no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelo Decreto nº 9.138/2017.
- III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 19841/2018/SEI-MCTIC, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.
- V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para decidir. Encaminhamento do ato à Casa Civil da Presidência da República para conhecimento e envio ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017.
- VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo.
- VII. Pelo restituição do feito para prosseguimento.

Senhor Coordenador Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo iniciado a requerimento do Sistema Plug de Comunicações Ltda. e encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCTIC, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptada para frequência modulada, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, referente ao período de 29/03/2015 a 29/03/2025.

2. Conforme narra a NOTA TÉCNICA Nº 19841/2018/SEI-MCTIC, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes remeteu o feito, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos (Doc. SEI nº 3324164):

6. A outorga da permissão para a execução do referido serviço se materializou por meio do Decreto de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União – D.O.U. de 29 de agosto de 2002 (evento SEI nº [3324126](#), fl. 9), cancelado pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 480, de 2004, publicado no Diário Oficial da União – D.O.U. de 17 de agosto de 2004 (evento SEI nº [3324126](#), fl. 8). O correspondente contrato de permissão celebrado com a União foi publicado no D.O.U. de 29 de março de 2005 (evento SEI nº [3324126](#), fls. 5-7).

3. De acordo com a Secretaria, a outorga foi adaptada para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na mesma localidade, com base no Decreto nº 8.139, de 7.11.2013, publicado no D.O.U. de 2013.

4. No requerimento protocolado em 30.9.2014 (Doc. SEI nº 0172638), ratificado em 24.8.2018 (Doc. SEI nº 3305012, Protocolo nº 01250.051381/2018-43), a entidade solicitou renovação da outorga deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de

Rádiodifusão na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela análise jurídica desta CONJUR/MCTIC: *"Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito"*.

5. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

6. Inicialmente, registre-se que as Consultorias Jurídicas dos Ministérios são órgãos de execução Advocacia-Geral da União que têm por finalidade precípua prestar assessoramento jurídico aos titulares das pastas ministeriais, nos termos dos artigos 2º, II, b, e 11 da Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União, instituída pela Lei Complementar nº 73/1993. Em decorrência das normas em tela, apenas a análise das questões atinentes à juridicidade de atos administrativos, exame de contratos e editais, interpretação de normas e demais aspectos jurídicos correlatos são atribuições das Consultorias Jurídicas, sendo certo que os assuntos relacionados ao mérito dos atos administrativos e os aspectos fáticos relacionados ao exame de casos, tais como a autenticidade dos documentos acostados aos autos, são de atribuição dos órgãos técnicos dos Ministérios, nos termos dos respectivos Regimentos.

7. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico consultivo analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Rádiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

8. Para tanto, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelo Decreto nº 9.138/2017, que alterou o Regulamento dos Serviços de Rádiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, além de revogar o Decreto nº 88.066/1983, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

9. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.

10. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da Rádiodifusão, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

11. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de rádiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de rádiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

12. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

13. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de rádiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Rádiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

14. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

15. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

16. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972, reverberado pelo §1º do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao então criado Ministério das Comunicações, com a sucessiva incidência do art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017, que elucida tratar-se do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o órgão do Poder Executivo atualmente competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

17. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

18. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

19. Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação, que fora apresentado tempestivamente. O requerimento que deflagrou o presente processo foi subscrito por Roque Lander Menegais, sócio-administrador da entidade, nos termos da Cláusula Décima Sétima do Contrato Social, registrado na Junta Comercial do Paraná, mantida nas alterações subsequentes, a qual lhe confere os devidos poderes de representação da sociedade (Doc. SEI nº 3296133). Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, conforme a *"Lista de Verificação de Documentos"* (SEI nº 3324063).

20. Nos termos do art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, deve o processo renovatório ser instruído com os seguintes documentos, *in verbis*:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se

encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

21. Ademais, por obediência ao disposto no art. 15, §2º do já multicitado Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, mostra-se igualmente necessária a apresentação das seguintes declarações, quando pertinentes, por ocasião da renovação:

§ 2º Sem prejuízo de outras declarações que possam ser solicitadas, o requerimento de outorga a que se refere o inciso I do § 1º conterà as declarações de que: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

22. Verificamos que **a interessada apresentou todas as declarações exigidas**, devidamente firmadas pelo representante legal da entidade, conforme se verifica do documento SEI nº 3305012, fls. 2/3, Protocolo nº 01250.051381/2018-43. Conferimos especial destaque à declaração no sentido de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que substituiu, na forma da lei, a análise acerca da idoneidade moral dos sócios e dirigentes outrora exigida.

23. **No que diz respeito à habilitação jurídica**, a entidade carrou aos autos cópia de seu ato constitutivo e das alterações realizadas no contrato social (Doc. SEI nº 3296133), que demonstram conformidade do quadro societário com aquele aprovado por esta Pasta Ministerial, além de indicar objeto social compatível com a execução do serviço. A esse respeito, assim se manifestou a Secretaria de Radiodifusão:

13. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos (evento SEI nº [3296133](#), pgs. 16), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos aprovados por esta Pasta, quais sejam:

NOME	COT AS	VALOR (R\$)
Roque Lander Menegais	25.000	25.000,00
Andréa Samuel do Nascimento Menegais	15.000	15.000,00
TOTAL	40.000	40.000,00

NOME	CARGO
Roque Lander Menegais	Gerente

24. Para demonstrar a manutenção da **qualificação econômico-financeira** para prestação dos serviços, a entidade apresentou cópia do balanço patrimonial e demonstrativo de resultados, exigidos pela legislação de regência (Doc. SEI nº 3296133, fls. 18/21) e certidão negativa de falência ou

recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (Doc. SEI nº 1189356, fl. 4, Protocolo nº 53900.037596/2016-91). De acordo com a Secretaria de Radiodifusão, *"Quanto à qualificação econômico-financeira, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR (evento SEI n.º 3296133, fls. 18-21). Ademais, da certidão de falência expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI 1189356, fl. 4)"*.

25. A **regularidade fiscal**, por sua vez, restou demonstrada por meio da juntada das certidões negativas de débito junto ao FISTEL, INSS, FGTS e Fazendas federal, estadual e municipal, demonstrada também, nos termos exigidos pela legislação de licitações, a regularidade trabalhista com a juntada da certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho (Docs. SEI nº 0172638, fls. 10/14, nº 3296039 e nº 0389786, fl. 2 - Protocolo nº 53900.009291/2015-17). Vale assinalar que algumas das certidões remontam à data de protocolização do feito, o que não constitui irregularidade, uma vez que o ato foi praticado, ao seu tempo, em conformidade com o exigido. A questão não gera riscos ao poder público, pois, como será consignado mais adiante, deverá ser reapresentada a documentação probatória atualizada da entidade por ocasião da assinatura do aditivo contratual, para que sejam absorvidos os efeitos naturais que decorrem do lapso temporal que envolve a edição de um ato administrativo complexo, como o presente.

26. **Em relação à verificação da regularidade técnica da entidade para prosseguir em operação**, consta do processo administrativo em epígrafe a **NOTA INFORMATIVA Nº 2412/2016/SEI-MCTIC (SEI nº 1454453)**, segundo a qual concluiu-se *"que o Laudo de Vistoria Técnica da Estação, o Laudo de Ensaio do transmissor principal e as declarações apresentadas estão em conformidade com a última autorização do poder concedente e norma técnica regulamentar vigente, estando apta tecnicamente para dar prosseguimento ao processo de Renovação de Outorga."*

27. Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:

15. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cabe aduzir que, de acordo com consulta realizada junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, a Interessada não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º 3296039, fl. 9). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação (evento SEI n.º 1285362).

28. Consigne-se, em sequência, que a área técnica responsável verificou não ter sido identificada infração à regra disposta no art. 12 do Decreto-lei nº 236/1967, que estabelece limites para exercício de concessão ou permissão do serviço de radiodifusão para cada entidade, bem como à regra instituída pela alínea "g" do art. 38 da Lei nº 4.117/1962, que restringe a participação, pela mesma pessoa, em administração ou gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade. Sobre o assunto, a Secretaria de Radiodifusão se manifestou nos seguintes termos:

14. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236 de 28 de fevereiro de 1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigentes da entidade, conforme atesta consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO, no dia 24/08/2018 (evento SEI nº 3296039, fls. 3-6).

14.1. A pessoa jurídica da Interessada detém, além da permissão objeto de análise nestes autos, permissões para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Apicás/MT, em Sarandi/PR, em Bom Jesus/RS, em Boqueirão do Leão/RS, em Vila Rica/MT. Detém, também, concessão do serviço de radiodifusão sonora em onda média regional, em Bom Retiro do Sul/RS.

14.2. O Sr. Roque Lander Menegais participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissões para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Apicás/MT (na qualidade de sócio-administrador), em Sarandi/PR (na qualidade de sócio-administrador), em Bom Jesus/RS (na qualidade de sócio-administrador), em Boqueirão do Leão/RS (na qualidade de sócio-administrador), em Vila Rica/MT (na qualidade de sócio-administrador). Participa, também, de concessão do serviço de radiodifusão sonora em onda média regional, em Bom Retiro do Sul/RS (na qualidade de sócio-administrador).

14.3. A Sra. Andrea Samuel do Nascimento participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissões para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Apicás/MT (na qualidade de sócia), em Sarandi/PR (na qualidade de sócia), em Bom Jesus/RS (na qualidade de sócia), em Boqueirão do Leão/RS (na qualidade de sócia), em Vila Rica/MT (na qualidade de sócia). Participa, também, de concessão do serviço de radiodifusão sonora em onda média regional, em Bom Retiro do Sul/RS (na qualidade de sócia).

14.3.1. É imperioso mencionar que a suposta extrapolação de limites de outorga pela sócia Andrea, conforme consignado no Despacho Interno COROR s./n.º (evento SEI nº 1723338), foi rechaçada, conforme se verifica dos termos da Nota Técnica n.º 9.121/2018, cuja cópia

29. Registre-se, em sequência, que constam do processo em testilha diversos outros documentos que comprovariam requisitos exigíveis ao tempo em que protocolizado o pedido de renovação, mas cuja análise deixou de ser indicada pelas normas atualmente vigentes, conforme já narrado.

30. Por fim, quanto à questão da adaptação da outorga objeto deste feito, impende registrar que a adaptação de outorga de radiodifusão cujo período de vigência se encontrava expirado não se revela dotada da melhor técnica jurídica, uma vez que deveria ter sido ultimado o feito renovatório precedentemente. Não obstante, na situação em apreço, a autorização para a adaptação já é ato consolidado pela Administração, derivado de manifestação válida do poder público, devendo ser encontrada solução jurídica que garanta regularidade material e formal à situação constituída, em especial para que seja prestado o devido respeito ao interesse público, no caso, consubstanciado na expectativa de continuidade e aprimoramento técnico do serviço. Por essa razão, poderá ter prosseguimento o processo de renovação, consoante os esclarecimentos prestados pela área técnica, no sentido da inexistência de pendências no regular processo de migração:

6.1. Importa aduzir que a outorga em questão foi adaptada para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no mesmo município e estado, conforme se depreende do termo aditivo ao contrato de concessão celebrado entre a União e a Interessada no dia 7.11.2016, publicado no D.O.U. de 14.11.2016 (evento SEI nº [3324126](#), fl.4). O projeto técnico de instalação da estação de FM já se encontra aprovado por esta Pasta, conforme se verifica dos termos do Despacho nº 1.208, datado em 1.8.2017, publicado no D.O.U. de 11.8.2017, com retificação no dia 14.8.2017 (evento SEI nº [3324126](#), fls.2/3). O canal de operação, de OM, foi inclusive devolvido à União, conforme os termos do Despacho nº 522/2018, publicado no D.O.U. de 17.4.2018 (evento SEI nº [3324126](#), fl.1). Se constata, portanto, que o procedimento de migração foi regularmente processado e concluído, inexistindo, portanto, obstáculos impeditivos à renovação.

6.2. A despeito da efetivação da adaptação da outorga, as condições previstos no instrumento de outorga original, como por exemplo, o prazo de vigência, são mantidos (é a inteligência do art. 2º, § 5º do Decreto nº 8.139, de 7.11.2013, publicado no D.O.U. de 2013).

31. Como se vê, os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica, nessa ocasião, qualquer outro óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.

32. Em adendo consigne-se apenas a **necessidade da materialização de termo aditivo junto à parte interessada por este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Na oportunidade **deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade**, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

III - CONCLUSÃO

33. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pelo prosseguimento da tramitação do feito, com a remessa dos autos ao Gabinete do Sr. Ministro de Estado da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações para prosseguimento.

34. É o Parecer, produzido e assinado eletronicamente por meio do Sistema Sapiens e submetido à consideração superior.

À consideração superior.

Brasília, 27 de setembro de 2018.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 175560882 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 27-09-2018 16:42. Número de Série: 1787513. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 01504/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.020256/2014-60

INTERESSADO: SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA

ASSUNTO: Radiodifusão. Pedido de renovação de outorga para exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, adaptada para Frequência Modulada, no Município de Paranaíta, Estado do Mato Grosso.

1. Aprovo o **PARECER Nº 01050/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, da lavra da Dra. Danielle Lustz Portela Brasil, Advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e de Serviços Ancilares.
2. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Radiodifusão para conhecimento e providências decorrentes, como proposto.

Brasília, 01 de outubro de 2018.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA
Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação
Portaria MCTIC nº 6.058, de 22/12/2016
Delegação de Competência atribuída pela Portaria CONJUR-MCTIC nº 5.279, de 17/11/2016

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900020256201460 e da chave de acesso 5570cc37

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 177008390 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 01-10-2018 10:31. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

Ministério da Ciência, Tecnologia,
Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 5.153-SEI, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53900.020256/2014-60, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 19.841/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 01050/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 29 de março de 2015, a concessão outorgada à Sistema Plug de Comunicações Ltda., nos termos do Decreto s./n.º de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2002, chancelado pelo Decreto Legislativo n.º 480, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, serviço esse posteriormente adaptado para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 5752, de 8 de novembro de 2018, referente ao Processo nº 01250.062981/2018-37, publicada no Diário Oficial da União do dia 9 de novembro de 2018, Seção 1, Página 57, onde se lê: "... Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à TV RIO SUL LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Resende, estado do Rio de Janeiro, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Barra do Piraí, estado do Rio de Janeiro, por meio do canal 31 (trinta e um), visando à retransmissão de seus próprios sinais....", leia-se: "...Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à TV RIO SUL LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Resende, estado do Rio de Janeiro, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Barra do Piraí (Vargem Alegre), estado do Rio de Janeiro, por meio do canal 31 (trinta e um), visando à retransmissão de seus próprios sinais..."

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATOS DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

Outorga aos abaixo identificados autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado:

Nº 8.455 - Processo 53516.014082/2018-63: EDSON HITOSHI KAYANO, CPF nº 077.241.888-82.

Nº 8.456 - Processo 53516.000491/2018-82: MIGUEL MANDOTTI, CPF nº 608.022.789-49.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 8.468, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 53516.006932/2014-26.

Expede à RÁDIO VERA CRUZ FM LTDA., CNPJ nº 03.761.886/0001-84, autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão - Ligação para Transmissão de Programas e outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 8.426, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) RADIO EMISSORAS DO CENTRO OESTE PAULISTA LTDA, CNPJ nº 48.209.928/0001-07 associada à autorização para exploração do Serviço Aux. Radiodifusão - Ligação para Transm. de Programas.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS,
MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATO Nº 8.054, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) GIRASSOL AGRICOLA LTDA, CNPJ nº 09.409.968/0001-40, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 8.102, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) ROLAND TRENTINI, CPF nº 253.444.200-72, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA

Gerente

ATO Nº 8.117, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) UGGERI AGROPECUARIA LTDA, CNPJ nº 03.648.961/0001-03, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 8.167, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) JORGE DALBEN, CPF nº 195.665.819-04, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 8.181, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) DHONIVALL FRANCISCO DE OLIVEIRA, CPF nº 517.842.891-91, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 8.182, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Processo nº 53542.002330/2018-14.

Expede autorização a TANGARA ENERGIA S/A, CNPJ nº 03.573.381/0002-77, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 8.206, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) CRUZEIRO DO SUL GRAOS LTDA., CNPJ nº 12.222.735/0002-20, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 8.235, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

Processo nº 53542.002249/2018-26.

Expede autorização a SECURITY SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 00.332.087/0005-28, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 8.274, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) ERIVALDO MAGNAGO JUNIOR, CPF nº 054.678.976-59, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 8.291, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 53542.004999/2018-32.

Expede autorização a ANDRE EUGENE LAPERCHE, CPF nº 036.905.711-20, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 8.380, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) SEGLOG SEGURANCA ELETRONICA LTDA ME, CNPJ nº 07.804.306/0001-40, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 8412, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 53542.002262/2018-85.

Expede autorização a GILBERTO DOS SANTOS, CPF nº 654.899.001-30, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 8439, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 53542.008120/2018-21.

Expede autorização a INVIOLEVEL SORRISO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA, CNPJ nº 07.189.956/0001-22, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente



NOTA TÉCNICA Nº 19841/2018/SEI-MCTIC

Processo nº 53900.020256/2014-60

Assuntos: DEFERIMENTO. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Sistema Plug de Comunicações Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média adaptada para frequência modulada, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, referente ao período de 29/03/2015 a 29/03/2025.

ANÁLISE

2. Preliminarmente, é necessário esclarecer que a Constituição Federal estabelece, em seu art. 223, a possibilidade de renovação das outorgas concedidas pelo Poder Público àqueles que exploram serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. A interessada deve comprovar o cumprimento das exigências legais e regulamentares, assim como a observância das finalidades educativas e culturais do serviço, consoante regras dispostas na Lei nº 4.117/1962 (alterada pela Lei nº 13.424/2017) e no Decreto nº 52.795/1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138/2017).

3. A renovação da outorga consiste em direito conferido àqueles que exploram o serviço dentro dos padrões exigidos pela legislação regente, desde que haja interesse nacional. As permissões e concessões para exploração de serviço de radiodifusão de sonora poderão ser renovadas por períodos sucessivos de 10 (dez) anos e as concessões referentes aos serviço de radiodifusão de sons e imagens por períodos sucessivos de 15 (quinze) anos. Não há limitação quanto ao número de períodos renovados.

4. De acordo com a nova redação dada pelos (i) § 1º do inciso X do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017, no caso de serviços de radiodifusão sonora, competirá ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações emitir portaria de renovação de outorga e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional, via mensagem da Presidência da República; e, (ii) § 2º do inciso X do mesmo artigo, competirá à Presidência da República a expedição de Decreto e encaminhamento de mensagem ao Congresso, para deliberação do pedido de renovação, procedimento este precedido de regular instrução do processo pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

5. Feitos os esclarecimentos, passa-se ao exame do pedido.

6. A outorga da permissão para a execução do referido serviço se materializou por meio do Decreto de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União – D.O.U. de 29 de agosto de 2002 (evento SEI n.º 3324126, fl. 9), cancelado pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 480, de 2004, publicado no Diário Oficial da União – D.O.U. de 17 de agosto de 2004 (evento SEI n.º 3324126, fl. 8). O correspondente contrato de permissão celebrado com a União foi publicado no D.O.U. de 29 de março de 2005 (evento SEI n.º 3324126, fls. 5-7).

6.1. Importa aduzir que a outorga em questão foi adaptada para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no mesmo município e estado, conforme se depreende do termo aditivo ao contrato de concessão celebrado entre a União e a Interessada no dia 7.11.2016, publicado no D.O.U. de 14.11.2016 (evento SEI n.º 3324126, fl.4). O projeto técnico de instalação da estação de FM já se encontra aprovado por esta Pasta, conforme se verifica dos termos do Despacho n.º 1.208, datado em 1.8.2017, publicado no D.O.U. de 11.8.2017, com retificação no dia 14.8.2017 (evento SEI n.º 3324126, fls.2/3). O canal de operação, de OM, foi inclusive devolvido à União, conforme os termos do

Despacho n.º 522/2018, publicado no D.O.U. de 17.4.2018 (evento SEI n.º3324126, fl.1). Se constata, portanto, que o procedimento de migração foi regularmente processado e concluído, inexistindo, portanto, obstáculos impeditivos à renovação.

6.2. Apesar da efetivação da adaptação da outorga, as condições previstas no instrumento de outorga original, como por exemplo, o prazo de vigência, são mantidos (é a inteligência do art. 2º, § 5º do Decreto n.º 8.139, de 7.11.2013, publicado no D.O.U. de 2013).

7. Com efeito, depreende-se que a permissão em questão se encontra vencida desde 29.3.2015(evento SEI nº 0190517, fl. 1).

8. Por meio do requerimento citado no parágrafo 1, protocolizado em 30.9.2014, a Interessada manifestou interesse em continuar a executar o serviço em questão, por novo período de 10 (dez) anos. Assim, considerando que o prazo legal para manifestação de interesse na renovação da delegação era o compreendido entre os dias entre 29/09/2014 e 29/12/2014, verifica-se que a manifestação da Interessada foi TEMPESTIVA.

9. Em decorrência da recente alteração legislativa, a instrução dos pedidos de renovação de outorga deverão seguir as diretrizes previstas no art. 113 do Decreto nº 52.795/63, in verbis:

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

10. Em relação à documentação exigida pela legislação em vigor, cumpre informar que a pessoa jurídica Interessada, assim como os sócios/diretores, apresentaram todas elas, conforme se pode inferir da “Lista de Verificação de Documentos” juntada aos autos sob o evento SEI n.º 3324063.

11. Para a concessão de ato de renovação de outorga, além da comprovação dos requisitos necessários, relativos à (i) habilitação jurídica, (ii) qualificação econômico-financeira, (iii) regularidade

fiscal, e (iv) regularidade técnica, imprescindível também apurar se os limites de outorga estão sendo respeitados pela Concessionária e por seus sócios e dirigentes; se a outorga não está sendo objeto de processo de apuração de infração, cuja penalidade resulte em cassação; e, por fim, se seus sócios e administradores observam os ditames da Lei Complementar nº 64/1990.

12. Pertinente à *habilitação jurídica*, infere-se do ato constitutivo e sua última alteração que a execução de serviços de radiodifusão, dentre o rol de atividades a serem desempenhadas pela empresa, está sendo mantida. Quanto à *qualificação econômico-financeira*, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR (evento SEI nº 3296133, fls. 18-21). Ademais, da certidão de falência expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI 1189356, fl. 4). Já no tocante à *regularidade fiscal*, as certidões expedidas pelas fazendas federal, estadual e municipal, atestam a regularidade da Pessoa Jurídica em questão perante o fisco em cada uma daquelas esferas.

13. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos (evento SEI nº 3296133, pgs. 16), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos aprovados por esta Pasta, quais sejam:

NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Roque Lander Menegais	25.000	25.000,00
Andréa Samuel do Nascimento Menegais	15.000	15.000,00
TOTAL	40.000	40.000,00

NOME	CARGO
Roque Lander Menegais	Gerente

14. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236 de 28 de fevereiro de 1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigentes da entidade, conforme atesta consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, no dia 24/08/2018 (evento SEI nº 3296039, fls. 3-6).

14.1. A pessoa jurídica da Interessada detém, além da permissão objeto de análise nestes autos, permissões para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Apicás/MT, em Sarandi/PR, em Bom Jesus/RS, em Boqueirão do Leão/RS, em Vila Rica/MT. Detém, também, concessão do serviço de radiodifusão sonora em onda média regional, em Bom Retiro do Sul/RS.

14.2. O Sr. Roque Lander Menegais participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissões para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Apicás/MT (na qualidade de sócio-administrador), em Sarandi/PR (na qualidade de sócio-administrador), em Bom Jesus/RS (na qualidade de sócio-administrador), em Boqueirão do Leão/RS (na qualidade de sócio-administrador), em Vila Rica/MT (na qualidade de sócio-administrador). Participa, também, de concessão do serviço de radiodifusão sonora em onda média regional, em Bom Retiro do Sul/RS (na qualidade de sócio-administrador).

14.3. A Sra. Andrea Samuel do Nascimento participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissões para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Apicás/MT (na qualidade de sócia), em Sarandi/PR (na qualidade de sócia), em Bom Jesus/RS (na qualidade de sócia), em Boqueirão do Leão/RS (na qualidade de sócia), em Vila Rica/MT (na qualidade de sócia). Participa, também, de concessão do serviço de radiodifusão sonora em onda média regional, em Bom Retiro do Sul/RS (na qualidade de sócia).

14.3.1. É imperioso mencionar que a suposta extrapolação de limites de outorga pela sócia Andrea, conforme consignado no Despacho Interno COROR s./n.º (evento SEI nº 1723338), foi rechaçada, conforme se verifica dos termos da Nota

Técnica n.º 9.121/2018, cuja cópia se encontra colacionada neste feito sob o evento SEI n.º 3295969.

15. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cabe aduzir que, de acordo com consulta realizada junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, a Interessada não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º 3296039, fl. 9). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação (evento SEI n.º 1285362).

16. Em relação à regularidade técnica registra-se que, de acordo com os termos da Nota Informativa n.º 2412/2016/SEI-MCTIC(evento SEI n.º 1454453), da lavra de engenheiro desta Pasta, a Interessada atende aos requisitos técnicos mínimos previstos na legislação em vigor, estando, portanto, apta tecnicamente a ser renovada.

17. Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito.

CONCLUSÃO

18. Diante do exposto, opina-se pelo deferimento do pedido de renovação da outorga, devendo o processo ser remetido à Conjur.

19. Oportunamente, em caso de acolhimento das presente proposta, seguem dispostas no campo próprio abaixo minutas de Portaria e Exposição de Motivos, as quais devem ser submetidas ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

À consideração superior.

(assinado eletronicamente)
CLÁUDIA FRANCO VIEIRA ALMEIDA
Técnico de Nível Superior

De acordo. Submeta-se o feito à consideração da Coordenador-Geral de Pós-Outorga

(assinado eletronicamente)
RAFAEL FERREIRA LARCHER
Coordenador de Renovação de Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 19.841/2018/SEI-MCTIC. Submeta-se o feito à consideração do Senhor Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial.

(assinado eletronicamente)
ALTAIR DE SANTANA PEREIRA
Coordenador-Geral de Pós-Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 19.841/2018/SEI-MCTIC. Encaminhem-se os autos à Conjur.

(assinado eletronicamente)

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial⁽¹⁾

(1) Por delegação da Secretária de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.783, de 20 de novembro de 2017, publicada no D.O.U. de 21 de novembro de 2017



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 03/09/2018, às 17:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 03/09/2018, às 17:58, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Diretor de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 03/09/2018, às 18:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Franco Vieira Almeida, Técnico de Nível Superior**, em 04/09/2018, às 08:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3324164** e o código CRC **ADC3B339**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA N° , DE DE DE 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo n.º 53900.020256/2014-60, invocando as razões presente na Nota Técnica n.º 19.841/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º _____, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC,

R E S O L V E:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 29 de março de 2015, a concessão outorgada à Sistema Plug de Comunicações

Ltda., nos termos do Decreto s./n.º de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2002, cancelado pelo Decreto Legislativo n.º 480, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, serviço esse posteriormente adaptado para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(assinado eletronicamente)

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCTIC

Brasília, de de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo n.º 53900.020256/2014-60, acompanhado de Portaria que renova, por dez anos, a partir de 29 de março de 2015, a concessão outorgada à Sistema Plug de Comunicações Ltda., nos termos do Decreto s./n.º de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2002, cancelado pelo Decreto Legislativo n.º 480, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, serviço esse posteriormente adaptado para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 11 de dezembro de 2023.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGINF e CC-PR

ASSUNTO: Trata-se da renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de março de 2015, a concessão outorgada à Sistema Plug de Comunicações Ltda (CNPJ nº 03.709.705/0001-70), para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, serviço esse posteriormente adaptado para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 250 2023 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, GSISTE NI**, em 11/12/2023, às 06:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4817757** e o código CRC **1CA257F2** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 4906/2023/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

À Secretária-Executiva

Casa Civil da Presidência da República

Brasília/DF

Assunto: Encaminhamento da Exposição de Motivos nº 250/2023.

Senhora Secretária-Executiva,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 250/2023 (4817753), do Ministério das Comunicações, referente à renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de março de 2015, da concessão outorgada à Sistema Plug de Comunicações Ltda. (CNPJ nº 03.709.705/0001-70), nos termos do Decreto s/nº de 28 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2002, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 480, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso, serviço esse posteriormente adaptado para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do Decreto nº 8.139, de 07 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 08 de novembro de 2013.

Atenciosamente,

TALITA NOBRE PESSOA
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Talita Nobre Pessoa, Chefe de Gabinete**, em 11/12/2023, às 21:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4817846** e o código CRC **73F03A19** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Referência: Exposição de Motivos nº 250/2023 MCOM, do Ministério das Comunicações.

Despacho:

Arquivar temporariamente o presente processo na SE/CC/PR, o qual trata de serviço de radiodifusão, tendo em vista que, após manifestação da SAJ/CC/PR e da SAG/CC/PR – órgãos competentes para analisar o tema –, os autos deverão retornar a esta Secretaria-Executiva caso haja necessidade de encaminhamento ao Congresso Nacional mediante expediente do Ministro de Estado da Casa Civil.

DUNCAN FRANK SEMPLE
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por **Duncan Frank Semple, Subsecretário(a)**, em 12/12/2023, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4822674** e o código CRC **00161722** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial de Análise Governamental
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica
Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 129/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 53900.020256/2014-60.

INTERESSADO: SAJ/CC/PR.

REFERÊNCIA: Exposição de Motivos nº 00250/2023 MCOM, de 14 de junho de 2023, do Ministério das Comunicações.

ASSUNTO: Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Paranaíta (MT).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00250/2023 MCOM (4817753), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53900.020256/2014-60, acompanhado da [Portaria nº 5.153, de 3 de outubro de 2018](#), que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptada), pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de março de 2015, no município Paranaíta, estado do Mato Grosso, sem direito à exclusividade, para a empresa Sistema Plug de Comunicações Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 03.709.705/0001-70, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#)^[1], em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#)^[2].
2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
3. O Ministério das Comunicações (MCOM), por meio da Nota Técnica nº 19841/2018/SEI-MCOM, de 03 de setembro de 2018 (4817756), da então Secretaria de Radiodifusão (SERAD)^[3], posicionou-se pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora na localidade de Paranaíta (MT), nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963.
4. Por sua vez, o Parecer Jurídico nº 01050/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (4817754) posicionou-se pela viabilidade jurídica do pedido de renovação, destacando que "*os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica, nessa ocasião, qualquer outro óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão*" (atual SECOE/MCOM).
5. O quadro societário e diretoria da empresa [Sistema Plug de Comunicações Ltda.](#) se encontra registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social](#)^[4].
6. A consulta ao [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) constante da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil traz a seguinte descrição:

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	03.709.705/0001-70
NOME EMPRESARIAL:	SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$100.000,00 (Cem mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	ROQUE LANDER MENEGAI
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI
Qualificação:	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 12/04/2024 às 16:54 (data e hora de Brasília).

7. Os registros administrativos de cadastro do canal devem ser mantidos pelo MCOM no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro](#)^[5], cujo Relatório do Canal está disponível no sítio da [Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel](#).

8. Nesse sentido, considerando (i) as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM favoráveis ao pedido de renovação da outorga; (ii) a informação constante no item 10 da Nota Técnica nº 19841/2018/SEI-MCOM (817756) de que "*Em relação à documentação exigida pela legislação em vigor, cumpre informar que a pessoa jurídica Interessada, assim como os sócios/diretores, apresentaram todas elas, conforme se pode inferir da 'Lista de Verificação de Documentos' juntada aos autos sob o evento SEI n.º 3324063*"; (iii) a necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) ponderando que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

9. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no § 3º do [art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do Decreto nº 11.329, de 2023, c/c art. 25 do Decreto nº 9.191, de 2017.

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

LEILA PRZYTUK
Assessora
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[3] Succedida pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica do Ministério das Comunicações (SECOE/MCOM) conforme [Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023](#).

[4] O [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[5] O [MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Leila Przytyk, Assessor(a)**, em 16/04/2024, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 16/04/2024, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 16/04/2024, às 18:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5108613** e o código CRC **9120391A** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53900.020256/2014-60

Nota SAJ - Radiodifusão nº 120 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.
Assunto:	Serviço de Radiodifusão. Renovação de radio comercial FM. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo:	53900.020256/2014-60

Senhor Secretário Especial Adjunto,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53900.020256/2014-60, com **renovação** de outorga do serviço de **radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM)** [\[1\]](#), pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA** [\[NPJ nº 03.709.705/0001-70\]](#), na localidade de **Paranaíta/MT**.
- O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
- Foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

II - ANÁLISE

- O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, conforme o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de dez anos, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.
- De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** afirmam que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo. Assim, a verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações, no uso de suas atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas análises ministeriais, o Ministro de Estado publicou sua **Portaria** de renovação.

7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica^[2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *"o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988"*^[3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

9. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM ^[4].

III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionado ao processo nº 53900.020256/2014-60, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

DANIEL CHRISTIANINI NERY

Assessor da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

DANIELA FERREIRA MARQUES

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARCELO WEICK POGLIESE

Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República - Substituto

(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

^[1] A "Frequência Modulada (FM)" é largamente utilizada para transmitir música e voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com limitado alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelar ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (ITU Região 2), esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

^[2] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

^[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luq. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.

No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

^[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 12/04/2024, às 18:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 12/04/2024, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Weick Pogliese, Secretário(a) Especial Adjunto(a) substituto(a)**, em 15/04/2024, às 09:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5108858** e o código CRC **254B9EAD** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, a qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.153, de 3 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2018, que renova, a partir de 29 de março de 2015, a concessão outorgada à Sistema Plug de Comunicações Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de onda média, posteriormente adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Paranaíta, Estado do Mato Grosso.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado, substituta

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Secretário Especial Adjunto

Brasília, na data da assinatura digital.

À Senhora Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República, substituta
Casa Civil da Presidência da República
Dra. Miriam Belchior

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº XXX, de X de junho de 2024, ao Congresso Nacional referente ao ato constante da Portaria nº 5.153, de 3 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2018, que renova, a partir de 29 de março de 2015, a concessão outorgada à Sistema Plug de Comunicações Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de onda média, posteriormente adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Paranaíta, Estado do Mato Grosso.

Senhora Ministra,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura da Ministra - Minuta do Ofício (5842879)

Encaminhe-se ao Secretário Especial Adjunto da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

SÉRGIO VIANA CAVALCANTE

Secretário Adjunto de Assuntos Legislativos, substituto
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se à Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA

Secretário Especial Adjunto
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República